

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

BRENO SABINO LEITE DE SOUZA

**Etnografia, Arqueologia e Indigenismo no Museu Paulista:
Índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann
von Ihering (1894-1916)**

Rio de Janeiro
2021

BRENO SABINO LEITE DE SOUZA

**Etnografia, Arqueologia e Indigenismo no Museu Paulista:
Índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann
von Ihering (1894-1916)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Kaori Kodama

Rio de Janeiro
2021

BRENO SABINO LEITE DE SOUZA

Etnografia, Arqueologia e Indigenismo no Museu Paulista: Índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann von Ihering (1894-1916)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kaori Kodama (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz) - Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Losada Moreira (Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ)

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza (Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO)

Prof. Dr. Robert Wegner (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Prof.^a Dr.^a Carolina Arouca Gomes de Brito (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

SUPLENTES

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Prof.^a Dr.^a Magali Romero Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Rio de Janeiro
2021

Ficha Catalográfica

S729e Souza, Breno Sabino Leite de.

Etnografia, arqueologia e indigenismo no Museu Paulista : índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann von Ihering (1894-1916) / Breno Sabino Leite de Souza ; orientado por Kaori Kodama. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.
242 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 226-242f.

1. Antropologia Cultural. 2. Povos Indígenas. 3. História do Século XIX.
3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 305.8

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos, familiares, professores e namorada que compartilharam os mais diversos momentos da trajetória de pesquisa e escrita deste trabalho.

À professora Kaori Kodama pela acolhedora, paciente e enriquecedora orientação.

Aos docentes e funcionários do PPGHCS que foram imprescindíveis para a realização da tese.

Às instituições que permitiram o acesso aos seus arquivos: Museu Paulista, Universidade de São Paulo e Instituto de Geológico de São Paulo

Aos membros das bancas de qualificação e defesa da tese pela leitura cuidadosa, apontamentos precisos e discussões fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e seus desdobramentos.

Ao auxílio da CAPES, que possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa.

RESUMO

Esta tese foi dedicada ao estudo das pesquisas etnográficas realizadas no Museu Paulista durante o período da direção do cientista Hermann von Ihering, entre 1894 e 1916. Neste período, o diretor da instituição privilegiou uma perspectiva da História Natural, coletando, organizando e expondo coleções de objetos etnográficos e arqueológicos ao lado de outras dimensões dos saberes da natureza. De origem germânica, Hermann von Ihering manteve um estreito vínculo com a ciência de seu país de origem, especialmente com aquele movimento que ficou conhecido como a moderna etnologia alemã, mas também com nomes fundamentais na formação da geografia, arqueologia, filosofia e zoologia de sua terra natal. Uma vez no Brasil e em São Paulo, seus trabalhos sobre as populações indígenas assumiram aspectos políticos conectados às representações dessas populações em relação aos temas da ocupação territorial de São Paulo e do sul do país, da composição racial da população brasileira e das possibilidades de “civilização” e “progresso” do Brasil no período. Assim, Ihering forjou um projeto político para o Brasil Meridional (que compreenderia o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo) em que os povos indígenas assumiram o papel de grande empecilho ao “progresso” de um Brasil fundamentado na imigração europeia, destacadamente alemã. Em suma, os trabalhos de Hermann von Ihering no Museu Paulista são observados nesta tese como um dos projetos de nação e de indigenismo que disputavam um lugar na política brasileira durante a Primeira República.

Palavras-chave: Museu Paulista; Etnografia; Arqueologia; Brasil Meridional; História indígena.

ABSTRACT

This thesis was dedicated to the study of ethnographic research carried out at the Museu Paulista during the period under the direction of the scientist Hermann von Ihering, between 1894 and 1916. During this period, the director of the institution privileged a perspective of Natural History, collecting, organizing and exhibiting collections of ethnographic and archaeological objects alongside other dimensions of knowledge of nature. Of Germanic origin, Hermann von Ihering maintained a close bond with the science of his country of origin, especially with the movement that became known as modern German ethnology, but also with fundamental names in the formation of geography, archeology, philosophy and zoology of his origin. homeland. Once in Brazil and in São Paulo, his works on indigenous populations took on political aspects connected to the representations of these populations in relation to the themes of territorial occupation of São Paulo and the south of the country, the racial composition of the Brazilian population and the possibilities of “civilization” and “progress” of Brazil in the period. Thus, Ihering forged a political project for Southern Brazil (which would comprise Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná and São Paulo) in which indigenous peoples assumed the role of great obstacle to the “progress” of a Brazil based on European immigration. , notably German. In short, the works of Hermann von Ihering at the Museu Paulista are seen in this thesis as one of the projects of nation and indigenism that disputed a place in Brazilian politics during the First Republic.

Keywords: Museu Paulista; Ethnography; Archeology; Meridional Brazil; Indigenous history.

Lista de Figuras

- Figura 1 - Desenho ilustrativo do Museu Paulista veiculado na RMP
- Figura 2 - Jovem Hermann von Ihering, sem data.
- Figura 3 - Hermann von Ihering e a esposa em Reserva Floresta em São Paulo
- Figura 4 - Capas da Revista do Museu Paulista (volumes 1 e 6)
- Figura 5 - Objetos etnográficos da coleção dos irmãos Barbedo
- Figura 6 - Objetos etnográficos do Rio Grande do Sul da antiga coleção de Carl von Koseritz (esquerda) e da segunda coleção de Carl von Koseritz (direita)
- Figura 7 - Objetos etnográficos de São Paulo (esquerda) e da Bahia (direita)
- Figura 8 - Mapa de São Paulo publicado no Almanck Literario de São Paulo
- Figura 9 - Rancho de índios coroados
- Figura 10 - Tenazes de madeira, mão de pilão, corda e craneo.
- Figura 11 - Objetos etnográficos coletados pela CGGSP, na primeira imagem flechas e não segunda cordas e utensílios
- Figura 12 - Cenário montado na Exposição Antropológica Brasileira, 1882
- Figura 13 - Cenário representando os índios Cayuás de São Paulo
- Figura 14 - Sala de objetos etnográficos com exposição de pescadores indígenas, 1882
- Figura 15 - Cenário representando os índios Coroados de São Paulo
- Figura 16 - Casal de Kaingangs “pacificados”
- Figura 17 - Objetos Botocudos recolhidos no Espírito Santo
- Figura 18 - Mapa da antiga distribuição dos índios no Brasil meridional
- Figura 19 - Mapa da atual distribuição dos índios no Brasil meridional
- Figura 20 - Mapa etnográfico do Brasil meridional

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Artigos com temática indígena (etnografia, arqueologia e antropologia) na Revista do Museu Paulista

Tabela 2 - Coleções etnográficas adquiridas pelo Museu Paulista

Tabela 3 - Explorações realizadas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

Sumário
**Etnografia, Arqueologia e Indigenismo no Museu Paulista:
Índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann
von Ihering (1894-1916)**

Introdução	1
Capítulo 1 - Um olhar panorâmico sobre o Museu Paulista e sua coleção etnográfica	9
1.1 - Os museus de História Natural e de etnografia.....	10
1.2 - Os museus no Brasil.....	20
1.3 - O Ipiranga e um museu: um projeto para a modernidade paulista.....	29
1.4 - Entre a Alemanha e o Brasil: a trajetória de Hermann von Ihering.....	35
1.5 - Apontamentos sobre a coleção etnográfica do Museu Paulista.....	50
Capítulo 2 - Raça e História nos estudos do Museu Paulista	70
2.1 - A questão racial no Brasil: raça, ciência e nação.....	72
2.2 - Raça, evolucionismo e difusionismo em Hermann von Ihering.....	85
2.3 - Raça e Civilização em von Ihering: <i>neobrasileiros</i> e <i>paleobrasileiros</i> no Brasil Meridional.....	90
2.4 - História e Etnografia de São Paulo: o debate sobre a origem paulista.....	100
Capítulo 3 - Os indígenas e o sertão paulista: ocupação territorial, etnografia e indigenismo	110
3.1 - A política indigenista durante a Primeira República.....	114
3.2 - O Oeste como questão: colonialismo e ciência em São Paulo.....	122
3.3 - A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.....	131
3.4 - Os índios e o sertão na Exposição Nacional de 1908.....	146
3.5 - A “pacificação Kaigang” e o fim do sertão paulista.....	158
Capítulo 4 - Território, etnografia e colonização: o mapeamento das populações indígenas	165
4.1 - Os resquícios arqueológicos e os povos dos sambaquis.....	167
4.2 - As viagens etnográficas do Museu Paulista.....	186
4.2.1 - Walter Garbe e os Botocudos do Rio Doce.....	187
4.2.2 - Curt Unckel e a busca pelos últimos Chavantes.....	195
4.3 - Mapas e colonização: do passado arqueológico ao presente nos sertões.....	198
4.4 - Ciência e colonialismo no projeto indigenista de Hermann von Ihering.....	207
Considerações finais	224
Referências	226

Introdução

Durante o período de confecção desta tese, um outro trabalho de pesquisa era desenvolvido a respeito das coleções etnográficas das populações indígenas paulistas reunidas pelo Museu Paulista. Coordenado pela professora Marília Xavier Cury, o projeto resultou na publicação *Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas* no ano de 2018 e na exposição *Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena*, aberta ao público no ano de 2019 nas dependências do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.¹ O projeto se dedicou a uma reorganização e apresentação dos artefatos Kaingang reunidos pela *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, destinados ao Museu Paulista, no início do século XX e dos objetos Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena reunidos em 1947 pela Seção de Etnologia do Museu Paulista, fundada naquele mesmo ano pelo diretor do museu Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e chefiada por Herbert Baldus (1899-1970).²

Nesse contexto, a organização e a exposição dessas coleções foram pensadas dentro de uma concepção museológica contemporânea que foi fundamentada na indagação dos elementos basilares da museologia. Recentemente, diversas características estruturadas desde a fundação deste tipo de instituição foram postas em xeque. E os museus, pouco a pouco, estão adquirindo novas formas de representar e se relacionar com suas coleções. Portanto, nossas pesquisas encontram-se localizadas em dois polos extremos de um processo histórico. Esta tese propõe-se a inquirir sobre os fundamentos da etnografia praticada no Museu Paulista durante o período da direção de Hermann von Ihering (1850-1930), entre 1894 e 1916. O trabalho coordenado por Marília Xavier Cury, por sua vez, confronta o questionamento decorrente das constatações das antigas condições de colecionamento e das situações de violência enfrentadas pelas populações indígenas paulistas: o que fazer e como

¹ No ano de 1989 todas as coleções etnográficas do Museu Paulista foram desmembradas de sua instituição de origem e, conjuntamente com as coleções do antigo Instituto de Pré-história da USP, formaram o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE), onde todos os objetos etnográficos provenientes do Museu Paulista encontram-se nos dias atuais.

²GUIMARÃES, Viviane; CURY, Marília Xavier; SILVA, Maurício; CARNEIRO, Carla. (Org.) . *Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2017; CURY, Marília Xavier. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena: Percurso documental, requalificação e colaboração. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 1-39, 2021.

apresentar essas coleções respeitando os direitos indígenas e de uma forma democrática, uma vez que foram constituídas em cenários opostos a este? A resposta encontrada pela museóloga foi a prática de uma museologia participativa, em que representantes desses povos atuaram na seleção, explicação, organização e apresentação de todas as etapas do trabalho. Essa opção marca uma oposição a uma das características fundadoras dos museus etnográficos, antropológicos e arqueológicos: a distância estabelecida entre os observadores e os objetos dos “outros”.

No texto de apresentação do livro *Objects and others: essays on museums and material culture*, George Stocking jr. propõe uma definição de museu antropológico que, além de muito elucidativa e prática, nos permite delimitar com mais segurança essas características:

Museums are institutions devoted to the collection, preservation, exhibition, study, and interpretation of material objects. Insofar as they are "anthropological" museums, [...], they are the archives of what anthropologists have called "material culture". Characteristically, these objects of material culture are the objects of "others" - of human beings whose similarity or difference is experienced by alien observers as in some profound way problematic.³

George Stocking jr. estabeleceu a cultura material como condição distintiva e delimitadora deste tipo de instituição e, a partir das implicações decorrentes da coleta, guarda e exposição dos objetos, definiu algumas dimensões particulares dos museus, pois, “it is this complex three-dimensionality that distinguishes the museum archive from essentially two-dimensional repositories of linear texts”.⁴ Além das três dimensões espaciais dos objetos, uma quarta deve ser somada: a temporal. Funcionando como arquivo, os artefatos presentes no museu são necessariamente pertencentes ao passado e quando retirados de seus contextos originais criam uma situação paradoxal porque esses objetos são “at the same time timeless - removed from history in the very process of embodying it” e quando removidos de seus contextos para o museu têm o seu significado alterado, recontextualizado.⁵ Esse

³STOCKING JR., George. Essays on museums and material culture. In. STOCKING JR., George. *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, p. 3-14, 1995, p. 4.

⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵ Idem, *ibidem*.

processo é, em certa medida, o descrito por Krzysztof Pomian, no verbete *Colecção* da *Enciclopédia Einaudi*. Pomian demonstra como a retirada de um objeto de seu contexto original, onde foi concebido para desempenhar uma determinada função, faz com que seja esvaziado de seu sentido anterior, transformando-se em um semióforo: um objeto com a propriedade de representar algo.⁶

Outras duas dimensões são adicionadas por Stocking jr. às interpretações dos objetos nos museus. Em primeiro lugar, a quinta dimensão expressa um conjunto de relações de poder. As relações de poder que envolvem os objetos do museu podem ser divididas em duas esferas: sobre aqueles que têm seus objetos coletados e também sobre os observadores desses objetos dentro do museu. Sobre o primeiro grupo, a relação de poder nos parece um pouco mais evidente, pois é aquela baseada na expropriação, tanto no sentido abstrato, quanto no sentido literal através do roubo e da pilhagem “of objects from actors in a particular context of space, time, and meaning and their appropriation (or making one’s own) by observers in another”.⁷ Por sua vez, uma relação de poder também é exercida sobre o segundo grupo, pois, quando recontextualizados os objetos podem exercer um poder sobre os observadores através dos significados atribuídos a eles pelo museu “as an institution within a particular historical sociocultural setting”.⁸ A sexta dimensão relaciona-se com a anterior: a riqueza. Para George Stocking jr. a riqueza é indissociável da fundação e da expansão dos museus de etnografia no século XIX e da acumulação de grandes coleções. Além da expropriação de objetos de outros povos (o que por si exige um acúmulo de riquezas) constituiu-se um comércio internacional de objetos museológicos. No Ocidente, a cultura material foi incorporada no processo de troca e acumulação de riquezas como propriedade, no sentido econômico do termo. Assim, “the development of museum collections has always been heavily dependent on the commitment of individual, corporate, or national wealth”.⁹

A última dimensão apontada pelo autor é a da estética. Uma vez nos museus, os objetos que foram recontextualizados pelas instituições ocidentais passaram por um processo de estetização. E, embora tenham sofrido uma avaliação negativa pelos critérios estéticos das galerias de arte e pelos pensamentos evolucionistas, foram em

⁶ POMIAN, Krzysztof. *Colecção*. In: *Enciclopedia Einaudi*. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p.51-86,1984.

⁷ STOCKING JR., George. *Essays on museums and material culture*. Op. Cit., p. 5.

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Idem, *Ibidem*.

larga medida estetizados. Essa última dimensão, como as demais, está conectada às dimensões das relações de poder e da riqueza, responsáveis por atribuir valor, não apenas econômico, como estético aos objetos não ocidentais, aos objetos dos “outros”.¹⁰ Em resumo, George Stocking Jr. delineou sete dimensões para os objetos etnográficos nos museus: as três dimensões espaciais dos objetos (altura, largura e comprimento); tempo ou história; poder; riqueza; e estética. Aspectos que nos auxiliam à circunscrever mais detalhadamente nosso objeto de pesquisa.

As dimensões apontadas por Stocking Jr. delimitam as especificidades de uma ciência. Nesta tese, particularmente, não nos debruçaremos sobre a dimensão estética dos objetos etnográficos do Museu Paulista. Privilegiaremos a constituição da etnografia enquanto prática científica e seus desdobramentos dentro da produção do museu. Dentro do contexto que institui o museu de história natural, de ciências naturais e, em alguns casos, os especificamente etnográficos, como lugar por excelência do conhecimento científico, critérios de seleção, organização e coleta foram ordenados por esta dimensão. As áreas das ciências naturais, especialmente a partir do oitocentos, formataram novas formas de olhar a natureza e a diversidade humana, assim como as coleções e os museus foram configurados por estes critérios, alimentando-se reciprocamente. Autores como Dorinda Outram, Lorelai Kury e Carlos Camenietzki nos ajudam a estabelecer a ciência como uma dessas dimensões.¹¹

As dimensões do tempo, do poder, da riqueza e da ciência servem como orientação para o trabalho que almejamos apresentar nestas páginas. A partir do esquadramento dessas características do conhecimento etnográfico do Museu Paulista, pretendemos atribuir historicidade ao conjunto de objetos colecionados durante a gestão de Hermann von Ihering. Voltaremos nosso olhar, portanto, para um período em que teorias científicas, carreiras profissionais, iniciativas políticas, processos econômicos e lugares imponentes convergiram na formação de uma determinada coleção e nos significados adquiridos por ela. Muitos destes objetos que recentemente retornaram à exibição sob o abrigo do MAE serão, portanto, interpretados sob dois prismas: o da história, com o intuito de inquirir sobre as condições e implicações de sua formação; e o da museologia e o seu desafio de

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹¹ KURY, Lorelai B.; CAMENIETZKI, Carlos Z. *Ordem e Natureza. Coleções e cultura científica na Europa Moderna. Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 29, 1997; OUTRAM, Dorinda. *New Spaces in Natural History*. In: JARDINE, Nicholas et al. (org.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-265, 1997.

compor exposições mais democráticas na contemporaneidade incorporando os saberes, experiência e a história dos povos indígenas.

Com esse objetivo, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos o Museu Paulista, seu diretor e a coleção etnográfica com o intuito de fornecer uma introdução aos temas que serão abordados na tese. Essas três dimensões são indissociáveis do conhecimento produzidos na instituição durante este período. O modelo de museu de ciência que se estabeleceu, o protagonismo que a figura do diretor assumiu nesse contexto e os símbolos que a fundação de um museu em São Paulo no início da República carregam são componentes que demarcaram o discurso etnográfico da instituição.

Em seguida, no capítulo dois, abordaremos dois conceitos centrais em todo estudo etnográfico: o de História e o de Raça. Essas duas ideias, pensadas conjuntamente constituíram as bases das interpretações sobre as populações indígenas brasileiras, introduzindo-as ou excluindo-as dos projetos formulados para a nação. Durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, a raça foi utilizada como uma categoria interpretativa das possibilidades de civilização de determinados grupos humanos, servindo como justificativa para as desigualdades naturais dos povos. Hermann von Ihering propunha uma interpretação própria da história baseada no difusionismo das culturas pelo mundo, onde culturas superiores suplantariam inferiores. Aplicava, assim, essa fórmula tanto ao passado pré-histórico do Brasil, quanto ao seu próprio tempo, prevendo a inevitabilidade do fim das populações indígenas e a formação de um novo povo brasileiro. Seu projeto abrangia especialmente o Brasil Meridional, - porção territorial formada pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo - sobre o qual defendia a imigração europeia, germânica preferencialmente, como modelo de desenvolvimento.

Esses dois capítulos permitem localizar melhor essa produção, posicionando-a dentro do quadro político, cultural e científico da Primeira República brasileira, com suas questões e contradições. Esse primeiro bloco permite enriquecermos o cenário de atuação do Museu Paulista e seu diretor a respeito dos indígenas do Brasil Meridional que, como afirmou Antonio Calos de Souza Lima, resultou na formulação de um projeto indigenista.

De acordo, portanto, com sua posição no campo científico, com a posição da instituição que dirige - um museu pertencente a um

estado (mesmo que já, sem dúvida, a mais poderosa unidade da União) e não ao governo central, e que hipoteticamente, poderia se dizer, apresenta um peso funcional menor que o do Museu Nacional - von Ihering representa o etnógrafo que procura intervir enquanto tal, mas fornecendo subsídios que frisa, devem ser tomados como científicos.

Assim, Ihering seria um dos autores a formular um projeto indigenista. Por essa expressão designo um plano mais ou menos elaborado conforme o caso (mas que nesse momento, em geral, bastante elementar) que vise a propor uma dada forma de controle do relacionamento entre povos indígenas e brancos no Brasil.¹²

A forma de controle do relacionamento entre povos indígenas e brancos proposta por Hermann von Ihering possuía seus fundamentos em duas principais características: o território e a colonização. Nos dois capítulos seguintes nos dedicamos a esquadrihar esse aspecto de seu pensamento. No terceiro capítulo, buscamos compreender a inserção do Museu Paulista no movimento de expansão das fronteiras agrícolas de São Paulo, rumo à porção Oeste de suas terras. Argumentamos que a relação com os povos indígenas foi um dos fundamentos da invenção de um sertão paulista que, em termos gerais, foi caracterizado como um espaço geográfico desconhecido, pouco aproveitado economicamente e ocupado por índios. Fundada em 1886, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, foi responsável por institucionalizar uma antiga demanda de ocupação e agricultura desse território. Ciência, política e indigenismo se organizariam num arranjo inédito para essa finalidade. Nesse contexto, o Museu Paulista nasce como um desmembramento da *Comissão* e, posteriormente, torna-se receptor dos objetos etnográficos do sertão, os quais seriam expostos na Exposição Nacional de 1908 como símbolo do triunfo paulista. A intenção deste capítulo é refletir sobre a trajetória de uma coleção etnográfica: as suas condições de coleta, as situações de violência em que esteve inserida e os seus usos pelo museu, à exemplo da exposição. Para concluir o capítulo, parto do evento conhecido como “pacificação Kaingang” (1912) para delimitar o fim de uma determinada representação do sertão de São Paulo.

Por fim, no quarto e último capítulo, investigamos outras apreensões do território, como a efetuada pela arqueologia e pelas explorações organizadas pelo Museu Paulista. Temos, a partir destas duas esferas, uma clara distinção entre o passado e presente da habitação humana no território brasileiro. Um dos resultados do

¹² LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo no Brasil*. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Comunicações do PPGAS, v. 000013, p. 1-85, 1989, p. 27.

trabalho de Hermann von Ihering ao longo dos anos foi a confecção de mapas etnográficos. Foram um total de três mapas publicados, dois apareceram juntos, constituindo uma comparação entre as regiões ocupadas por indígenas no passado e no presente, demonstrando uma redução significativa desses territórios. E o terceiro mapeava as populações do Brasil Meridional, após a excursão realizada por Curt Unckel em 1909, destacando as regiões de “guerra com os colonos”. Esse último mapa condensou todo o pensamento etnográfico de Ihering e foi anexado a um artigo em que o diretor do Museu Paulista apresentou seu projeto indigenista como uma resposta às denúncias que recebeu sobre defender o extermínio dos índios em 1908 e à criação do SPILTN e suas diretrizes positivistas.

Poderíamos ler o projeto indigenista de Hermann von Ihering como uma proposta vencida, dentre tantas outras que não foram incorporadas à agência oficial de mediação da relação com os povos indígenas. No entanto, parece-nos mais interessante inquirir sobre as condições culturais e científicas que permitiram que tais ideias fossem concebidas. E, mais que isto, acreditamos que independente da adoção ou recusa de tudo que fora escrito por Ihering pelo SPILTN, seu pensamento etnográfico possuiu autoridade científica e foi uma das vozes responsáveis por delimitar e caracterizar o que era o *índio*. Essa categorização refletia e instituiu uma relação de desigualdade entre aqueles que detinham o poder de classificação da alteridade e aqueles que, nesse cenário, eram tomados como objeto desse conhecimento. Em diversos momentos, incluindo nas suas propostas de uma política indigenista, Hermann von Ihering defendeu a expansão dos estudos científicos sobre os indígenas, ao passo que defendia o seu isolamento. Em outros termos, podemos afirmar que para Ihering, lugar de índio era no museu, de preferência no Museu Paulista. Foi, portanto, um dos propagadores da ideia do branqueamento do Brasil e da inferioridade indígena e seu inevitável desaparecimento. Mais especificamente, defendeu a formação de um Brasil Meridional alemão em primeiro plano, composto secundariamente por outros povos europeus. Pois, acreditava num difusionismo em que culturas superiores se expandiam em detrimento das inferiores e, nesse jogo de culturas, os indígenas representavam o nível mais baixo.

Assim, a prática etnográfica e arqueológica no Museu Paulista converteu-se numa *negação da coetaneidade* dos indígenas do Brasil Meridional, condenados ao desaparecimento. Como explicitou Johannes Fabian "o que torna o selvagem

significante para o Tempo do evolucionista é o fato de ele viver em outro Tempo”,¹³ distanciamento que serviu como justificção ideológica da práxis colonialista.¹⁴ Legados à pré-história, os *paleobrasileiros* ainda presentes no território brasileiro, sucumbiriam frente ao avanço da colonização ou, em outros termos, desapareceriam ao adentrar à história. Portanto, o único local possível de sua existência era o museu, seu Tempo (no sentido de Fabian) havia acabado. Dessa forma, torna-se certo a expressão utilizada por Lúcio Menezes Ferreira no título de seu livro a respeito da institucionalização da arqueologia no Brasil: *Território primitivo*. Ferreira define a questão da seguinte forma:

A Arqueologia [...] Servia a uma estratégia de anexação de territórios. Em primeiro lugar, porque os artefatos arqueológicos era passíveis de serem marcadores de espaço, delimitadores de fronteiras geopolíticas, instrumentos para moldar as raias do território nacional em construção. Em segundo lugar, porque, solidificando estereótipos sobre os indígenas como grupos sociais fossilizados, “degenerados” ou “primitivos”, desencadeou representações colonialistas e legitimou projetos de colonização. A Arqueologia, em suma, foi uma ferramenta colonizadora.¹⁵

O trabalho executado por Hermann von Ihering explicita essa relação da arqueologia, e também da etnografia, com o território. Como foi dito, o diretor do Museu Paulista delimitou e descreveu territórios primitivos no Brasil Meridional, resultando na confecção de mapas etnográficos. Territórios a serem ocupados por imigrantes que se converteriam em *neobrasileiros* em substituição aos antigos habitantes do Brasil, os *paleobrasileiros*.¹⁶ Portanto, a fossilização do indígena como grupo social possuía no pensamento de Ihering uma consequência lógica: a sua exclusão e separação dos *neobrasileiros* à espera do desaparecimento. A negação de sua coetaneidade e a sua fossilização como objeto arqueológico, significavam uma fossilização dentro de uma determinada estrutura social, negando a possibilidade de qualquer estatuto de igualdade.

¹³ FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editoria Vozes, 2013.

¹⁴ Idem, Ibdem.

¹⁵ FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

¹⁶ *Paleobrasileiros* e *neobrasileiros* são expressões utilizadas por Hermann von Ihering e que analisaremos no decorrer deste trabalho.

Capítulo 1

Um olhar panorâmico sobre o Museu Paulista e sua coleção etnográfica

DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

Artigo 1.º - O Musêu Paulista tem por fim estudar a historia natural America do Sul e em particular do Brazil, cujas producções naturaes erá colligir, classificando-as pelos methodos mais acceitos nos musêus scientificos modernos e conservando-as, acompanhadas de indicações, quando possivel, explicativas, ao alcance dos entendidos e do publico. Paragrapho unico. - Para dar cumprimento ao objectivo do Musêu, haverá tambem specimens colleccionados da historia natural de outras regiões, servindo para estudo comparativo das Sul-Americanas.

Artigo 2.º - O caracter do Musêu em geral será o de um musêu SulAmericano, destinado ao estudo do reino animal, de sua historia zoologica e da historia natural e cultural do homem. Serve o Musêu de meio de instrucção publica e tambem de instrumento scientifico para o estudo da natureza do Brazil e do Estado de S. Paulo, em particular.

Artigo 3.º - Além das colleccões de sciencias naturaes :-zoologia, botanica, mineralogia, etc,- haverá no Musêu uma secção destinada á Historia Nacional e especialmente dedicada a colleccionar e archivar documentos relativos ao periodo de nossa independencia politica.¹⁷

Publicado em julho de 1894, o regulamento do Museu Paulista explicitava as principais diretrizes que organizaram a instituição durante a sua primeira fase de funcionamento. Inaugurado em 7 de setembro do ano subsequente, o Museu Paulista foi chefiado pelo cientista de origem alemã Hermann von Ihering (1850-1930) até o ano de 1916 - quando seria substituído por Afonso de Taunay (1876-1958). Nesse período, a instituição centrou seus esforços no estudo do “reino animal, de sua história zoológica e da história natural e cultural do homem”, organizando-se como um museu de história natural voltado ao Brasil e à São Paulo no contexto sul-americano. Destacava-se, ainda, a menção no artigo 3º do regulamento a intenção do museu servir como um espaço para a História Nacional, especialmente para o período da independência do país - evento que servira de inspiração à construção do prédio ocupado pelo museu, edificado como um monumento à Proclamação da Independência realizada em 1822 no Ipiranga.

Tais características delimitaram as funções desempenhadas pelo Museu Paulista durante o período da direção de Hermann von Ihering, antes que a instituição

¹⁷ REGULAMENTO do Museu do Estado, Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894.

assumisse a configuração de um museu histórico após as reformas conduzidas por seu sucessor. Portanto, para estudarmos a coleção etnográfica da instituição, precisamos passar por aspectos da trajetória intelectual e científica de seu diretor e da estruturação de um determinado modelo de ciência e museu. Neste capítulo, tratamos a questão de forma panorâmica com o intuito de fornecer uma introdução segura ao tema, para que, nos demais capítulos, possamos discutir aspectos mais pontuais da etnografia no Museu Paulista.

Em primeiro lugar, recuamos cronologicamente para compreendermos as principais características da História Natural moderna, dos estudos etnográficos e as suas relações com a instituição museal. Em seguida buscamos inquirir sobre a constituição dos museus em território brasileiro para, então, indagarmos sobre os aspectos que envolveram a fundação do Museu Paulista. Após apresentarmos esse cenário, observaremos o perfil de Hermann von Ihering, cientista que concentrou as atividades do museu em torno de seus interesses científicos. Por fim, dedicaremos as últimas partes do capítulo ao objeto específico desta pesquisa: a coleção etnográfica. Assim, buscamos responder a quatro perguntas que guiaram a escrita desse capítulo: O que é um museu de História Natural e etnográfico? Quais são as especificidades do museu fundado em São Paulo? Quem foi seu diretor? Que coleção era essa?

1.1 - Os museus de História Natural e de etnografia

O Museu Paulista, como definido em seus estatutos, foi projetado como uma instituição de história natural. Palavra empregada em diversos momentos para referir-se aos objetivos de estudo do museu. O termo, no entanto, não pode ser observado de forma descontextualizada e a sua utilização possui consequências para a organização e condução das atividades realizadas em São Paulo. Neste sentido, o que significava entender-se como um museu de história natural nos anos finais do século XIX? Ao citar a história natural do homem, Hermann von Ihering referia-se ao mesmo sentido? Por outro lado, por que o museu se tornou o espaço por excelência da história natural? Tais questões são fundamentais para delinear o objeto de pesquisa desta tese e entendermos os olhares que conduziram a construção de uma coleção etnográfica.

A história natural à qual nos referimos é aquela que teve seus pressupostos estabelecidos durante os séculos XVIII e XIX, constituindo uma nova forma de ordenamento e interpretação da natureza em relação às variadas acepções que o

conceito de história natural assumiu desde a antiguidade em obras como a *História dos animais* de Aristóteles e a *História Natural* de Plínio, o velho até o século XVII com as inúmeras histórias naturais que foram publicadas no continente europeu sobre os mais variados conjuntos de objetos da natureza. Essas histórias, como salientou Michel Foucault, constituíram-se como histórias no plural, abarcando individualmente cada elemento do mundo natural em sua totalidade, assim:

[...] fazer a história de uma planta ou de um animal era tanto dizer quais são seus elementos ou seus órgãos, quanto as semelhanças que se lhe podem encontrar, as virtudes que se lhe atribuem, as lendas e as histórias com que se misturou, os brasões onde figura, os medicamentos que se fabricam com sua substância, os alimentos que ele fornece, o que os antigos relatam dele, o que os viajantes dele podem dizer. A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda a rede semântica que o ligava ao mundo.¹⁸

A novidade inaugurada no século XVIII e que ganharia novos e mais profundos contornos ao final do século posterior não estava no nível de conhecimento sobre a natureza, mas na mudança de concepção e apreensão do mundo natural. Ainda que inspirados pelos modelos classificatórios praticados desde a antiguidade, o olhar passou a contemplar a natureza como um todo, como uma unidade que compreendia todos os elementos. Em um primeiro momento, como no exemplo do sistema de classificação de Lineu, animais, plantas e minerais passaram a ser organizados a partir de um conjunto pré-determinado de características, um conjunto de critérios responsável por catalogar e classificar as diferentes espécies do globo. Como afirmou Foucault, “segundo ele, todo capítulo concernente a um animal qualquer deve ter os seguintes passos: nome, teoria, gênero, espécie, atributos, uso e, para terminar, Litteraria”.¹⁹ O século XVIII viu emergir uma linguagem que organizava as coisas do mundo concebendo uma nova inteligibilidade para a natureza, instituindo uma história natural como um *coletivo singular*, para nos apropriarmos da terminologia de Reinhart Koselleck.²⁰

Esse cenário, essa nova linguagem e a concepção de história que começava a ser delineada resultaram na reconfiguração dos espaços de ciências e curiosidade. As

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 175-176.

¹⁹ Idem, p. 177.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 70-71.

transformações ocorridas no período não provinham, no argumento de Foucault, de uma curiosidade inédita, mas das transformações do conceito de natureza e história. Assim, como afirma o autor:

Diz-se frequentemente que a constituição dos jardins botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos. De fato, já desde muito eles haviam suscitado interesse. O que mudou foi o espaço em que podem ser vistos e donde podem ser descritos. No Renascimento, a estranheza animal era um espetáculo; figurava nas festas, nos torneios, nos combates fictícios ou reais, nas reconstituições lendárias, onde quer que o bestiário desdobrasse suas fábulas sem idade. O gabinete de história natural e o jardim, tal como são organizados na idade clássica, substituem o desfile circular do “mostruário” pela exposição das coisas em “quadro”. O que se esgueirou entre esses teatros e esse catálogo não foi o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer história.²¹

O gabinete de história natural, pensado como um quadro, resultaria, portanto, nessa forma de olhar e classificar a natureza e passaria a ocupar os gabinetes de curiosidade do mundo ocidental. Consequentemente e concomitantemente ao desenvolvimento da ideia de uma história universal e de uma natureza universal, essas coleções passaram a constituir os museus que surgiram no período e se expandiram no século XIX. Outros autores estabeleceram uma trajetória semelhante para a história natural dos gabinetes de curiosidade para os museus.

Krzysztof Pomian, em sua reflexão sobre as coleções, demonstra como a partir do século XV houve uma nova categoria de semióforos²² que vinculava os objetos ao conhecimento sobre a Antiguidade. Paralelamente, as viagens empreendidas a lugares fora do continente europeu promoveram o interesse e o acúmulo de objetos advindos dessas localidades que, “tornam-se na Europa semióforos, porque recolhidos não pelo seu valor de uso mas por causa do seu significado, como representantes do invisível: países exóticos, sociedades diferentes, outros climas”²³. Apesar desse interesse, essa categoria de objetos ainda não possuía o mesmo status que as peças da Antiguidade,

²¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Op. Cit. p. 178-179.

²² Krzysztof Pomian descreve os semióforos como objetos que tirados de sua funcionalidade econômica perdem o seu sentido original de utilidade, passando a integrar outras funções que aquelas a qual fora concebido a priori. Fato que ocorre com as coleções que ao ser expostas não cumpriram mais suas funções originais, assumindo a partir de então a qualidade de um semióforo que, nesse novo contexto, passam a possuir a característica de representar algo. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopedia Einaudi*. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

²³ *Ibidem*, p. 77.

fato que se alteraria a partir do século XVIII, momento em que as “moedas antigas, as peças de coleção por excelência [...] serão suplantadas pelos objetos de história natural”²⁴.

A História Natural adquiriu maior relevância e espaço na passagem do século XVIII para o XIX, estabelecendo-se como a prática colecionista por excelência desde então. A partir de suas necessidades de classificação do mundo, as coleções passaram a ser divididas “entre os três reinos da natureza: o vegetal, o animal e o mineral”.²⁵ Nesse contexto, os museus substituíram o gabinetes de curiosidades estabelecendo-se como “uma das instituições cuja função consiste em criar um consenso sobre o modo de opor o visível ao invisível que tinha começado a delinear-se no final do século XIV”,²⁶ o que se expressa na forma como as coleções de História Natural são organizadas.

Dorinda Outram, em seu trabalho *New spaces in natural history*,²⁷ argumenta que o período que se estendeu entre o final do século XVIII e o início do XIX testemunhou uma sensível transformação nas pesquisas da história natural. Gradativamente, o interesse predominante na classificação da fauna e da flora cedeu espaço ao estudo do funcionamento dos sistemas fisiológicos. A história natural se especializou e se dividiu em áreas como a fisiologia e a paleontologia, com suas próprias agendas e métodos. E, no mesmo período, separou-se da teologia.²⁸ Predominantemente praticada por amadores, diletantes e curiosos, a história natural ganharia postos profissionais em instituições científicas como museus e universidades. A prática da história natural passaria pelas novas instituições fundadas e controladas pelo Estado, efetivada por profissionais pagos para se dedicarem em tempo integral.²⁹ Portanto, não podemos desvincular as percepções da natureza que emergiram no período, do trabalho desenvolvido nos museus públicos nascentes na Europa. A história natural definiu e foi definida pelos novos lugares de produção científica do período moderno.

²⁴ Ibidem.

²⁵ KURY, Lorelai B.; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e Natureza. Coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 29, 1997, p. 58

²⁶ POMIAN, Krzysztof. Coleção. op. cit. p.84

²⁷ OUTRAM, Dorinda. *New Spaces in Natural History*. In: JARDINE, Nicholas et al. (org.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-265, 1997.

²⁸ Idem, p. 249.

²⁹ Idem, p. 250.

Dedicando-se mais especificamente ao *Muséum Nationale d'Histoire Naturelle*, fundado em 1793, Outram demonstra como o espaço museal converteu-se no lugar ideal para pesquisa e representação da natureza. Entre suas paredes estavam concentradas coleções que representavam toda a ordem natural que não poderia ser encontrada no “mundo real”. Somado ao incremento da paleontologia, o museu era capaz de apresentar as diversas eras da história do planeta em um único lugar. Assim, como afirma a autora: “In thus making visible nature from all times and from all spaces, the Muséum intensified its character as an ideal place, a place where all other times and places were gathered”.³⁰ A ideia de um espaço que não fosse a natureza como lugar ideal de representação da mesma, desdobrava-se epistemologicamente na forma de produção do conhecimento científico.

No *Muséum National d'Histoire Naturelle*, Georges Cuvier (1769-1832) defendeu as pesquisas internas, *i. e.*, no espaço do museu, em relação às externas, praticadas pelos viajantes *in loco*, e estabeleceu as primeiras como o verdadeiro modo de conhecimento. A distância da natureza, a distância da experiência tornava-se, assim, um valor de medida da ciência produzida. Para ele, segundo a autora, “True observation of nature depends on not being there, on being anywhere which is an elsewhere”.³¹ O que Dorinda Outram nos ensina é que o desenvolvimento dos novos espaços da história natural surgidos em finais do século XVIII, dentre os quais destaca-se a instituição museal, significou uma transformação no olhar sobre a natureza e das possibilidades de apreensão da realidade.

Em sentido semelhante, Lorelai Kury e Carlos Camenietzki apontam uma crescente especialização das coleções na segunda metade do século XVIII, cenário antes dominado pelos gabinetes de curiosidade. Um processo lento que se consolida apenas no oitocentos, com a "autonomização da História Natural e inaugura as Ciências Naturais, compartimentadas em diferentes especialidades". As transformações dos gabinetes de curiosidades aos museus científicos, pouco a pouco substituem as antigas coleções de objetos por exemplares "representativas de séries, de estruturas ou de funções orgânicas". E, assim como Dorinda Outram destacara a relação entre os novos espaços da história natural e as novas formas de observação da

³⁰ Idem, p. 256.

³¹ Idem, p. 262.

natureza, os autores salientam que "a ordem que reina nas coleções deriva da ordem que se atribui à Natureza".³²

Os debates e projetos que cercaram a criação do *Muséum National d'Histoire Naturelle* durante o período revolucionário francês colocaram em questão a funcionalidade destinada à instituição. De um lado, estavam aqueles que defendiam a especialização da ciência, excluindo amadores e curiosos do processo. De outro, estavam aqueles que desejavam que a ciência fosse voltada para o bem-estar da humanidade.³³ O período revolucionário incorporou o questionamento sobre o acesso ao conhecimento, a utilidade social da ciência e a formação do cidadão por uma instituição pública. Após a fundação do museu, foram criadas doze cadeiras dedicadas aos domínios da História Natural, dentre as quais estava a de Anatomia Comparada à cargo de Georges Cuvier. Os autores destacam a cadeira de Cuvier como representativa da nova ciência concebida no período, pois, ao organizar as coleções "o visitante não vê os animais e sim suas vísceras e esqueletos". Ou seja, a coleção era organizada e apresentada a partir de critérios anatômicos, sintetizando "uma nova Ciência que se afirma na Europa a partir do início do século XIX, que alia especialização, pragmatismo e patrocínio do Estado".³⁴

Em resumo, as transformações que encerram o século XVIII e inauguraram o século XIX nas ciências naturais alteraram a forma de classificação da natureza, pois:

A partir do século XVIII, o colecionismo natural deixa de ser testemunho da Criação para tornar-se materialização da ordem intrínseca da natureza. Certamente, as noções de Providência e Harmonia não desaparecem das concepções científicas, mas elas se laicizam. A ordem da natureza é imperativa, ela não mais depende da intervenção divina para se efetivar. A ordem passa a ser referente a séries naturais específicas. Os naturalistas procuram então critérios unívocos para organizar as coleções, na busca da verdadeira ordem natural. Assim, no final do século XVIII, as coleções se especializam de acordo com a lógica intrínseca de cada uma destas séries: os minerais se organizam a partir dos ângulos dos cristais, as plantas por critérios morfológicos, os animais pelas funções exercidas por seus órgãos constitutivos.³⁵

³² KURY, Lorelai B.; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e Natureza. Coleções e cultura científica na Europa Moderna.. op. cit., p. 58.

³³ Idem, p. 64.

³⁴ Idem, p. 66.

³⁵ Idem, p. 79-80.

Se no final do século XVIII se estabeleceu uma nova forma de olhar e organizar a natureza na busca de evidenciar uma ordem natural imperativa e o museu conformou-se como o lugar por excelência de guarda deste conhecimento, como as coleções etnográficas adentraram o espaço museal dedicado à História Natural e às ciências naturais? Qual a lógica intrínseca que foi responsável por organizar as séries etnográficas?

Em primeiro lugar, é necessário salientar que as coleções etnográficas não adentraram o espaço do museu posteriormente à sua criação, como elementos exóticos à lógica desenvolvida por este tipo de instituição e que, apenas foram incorporadas aos domínios dedicados à natureza. Ao contrário, embora os trabalhos que comentamos até o momento tenham focado na História Natural, o conhecimento etnográfico, antropológico e arqueológico compuseram a história da criação dos museus.

A prática da coleta de objetos de outros povos coincidiu com a chegada europeia à América e encontrou guarida nos gabinetes de curiosidade que, desde o envio de materiais mexicanos por Cortez, se constituíram no espaço de acumulação de curiosidades naturais e artificiais do Novo Mundo.³⁶ A partir do século XVIII, com a abertura dos museus nacionais, esses objetos passaram a compor o espaço museal e a serem coletados, organizados e exibidos seguindo seus princípios. Fundado em 1753, o *British Museum* foi a primeira grande instituição deste tipo e nele os objetos etnográficos foram incorporados como parte de suas coleções, quando foram significativamente incrementadas pelos artefatos adquiridos nas expedições do Capitão James Cook (1728-1779).³⁷ Portanto, o não-europeu foi pensado e representado seguindo uma ordem da natureza desde os princípios do museu e a vinculação dessa forma de conhecimento com o imperialismo Britânico evidente desde seus primeiros momentos. Sobre essa característica, George Stocking jr. destacou como não é possível observar a história da antropologia, especialmente ao período que denomina “Período Museal” durante o século XIX, sem pensar as relações imperialistas e colonialistas estabelecidas a partir dos países europeus e americanos, em situações internacionais ou em situações de colonialismo interno.³⁸

³⁶STOCKING JR., George. Essays on museums and material culture. In. STOCKING JR., George. Objects and others: essays on museums and material culture. Madison: The University of Wisconsin Press, p. 3-14, 1995, p. 6.

³⁷ Idem, p. 7.

³⁸ Idem, p. 4-5.

Para o autor, na primeira do século XIX, os museus com características propriamente antropológicas começaram a surgir ou foram anexados de forma mais específica aos existentes - lembremo-nos que esse período corresponde ao momento de especialização e repartição das ciências naturais nos museus. No entanto, é entre a década de 1840 e 1890 que podemos poderíamos denominar como período museal da antropologia, ainda que com ressalvas. Stocking Jr. argumenta que apesar do surgimento dos museus especializados, os anos iniciais dessa periodização foram marcados pela proeminência das Sociedades Etnológicas em Paris (1839), Nova Iorque (1842) e Londres (1843), conformando-se como os espaços institucionais mais relevantes para a prática das pesquisas antropológicas. O primeiro plano seria ocupado pelos museus, segundo o autor, apenas a partir de 1866 com a fundação do *Peabody Museum of Archeology and Ethnology*. A partir de então, até o final do século, os estudos antropológicos seriam internacionalmente marcados pelo museu em seus diversos modelos institucionais. George Stocking Jr. resume este processo da seguinte forma:

Internationally, the great foundation period of museum anthropology extended over the rest of the nineteenth century. Some museums followed the pattern of the Peabody, focusing on prehistoric archeology and ethnology; others, especially in continental Europe, were museums of national and peasant culture in the *Volkskunde* tradition. In some cases, anthropological exhibits were a department of a general national museum, or - especially in North America - of a museum of natural history; others were the outgrowth of international fairs or exhibitions. Many of the earlier foundations, however, took some time to reach institutional maturity; from the point of view of both the employment of anthropological personnel and the support of field research, the great period of museum anthropology only really began in the 1890s. By that time, the university was already emerging as a complementary, but in the longer run alternative (and dominating) institutional setting.³⁹

O período que se inaugurou na década de 1860 foi caracterizado como a era de ouro dos museus ou um verdadeiro movimento internacional dos museus devido ao volume de expansão desse tipo de instituição mundo afora. Museus foram fundados nas mais variadas tradições nacionais e desempenharam diferentes papéis de acordo com as condições locais. Criou-se uma comunidade internacional de circulação de pesquisadores, ideias, técnicas e objetos entre os museus. Comunidade em que os

³⁹ Idem, p. 8.

museus brasileiros estavam integrados, realizando diversas atividades em colaboração com instituições europeias, norte-americanas e sul-americanas. Segundo Maria Margaret Lopes, "essas viagens integravam uma "tradição de viagens e comentários" que existia entre os diretores de museus, que a divulgavam por meio dos periódicos de seus museus ou de suas associações".⁴⁰

Portanto, dois movimentos complementares percorreram os países do mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX: de um lado, uma mudança de compreensão sobre o estudo da natureza; de outro lado, e a construção e expansão de um espaço apropriado para o desenvolvimento dessa atividade científica. Entre a história natural do século XVIII e o desenvolvimento da biologia, da anatomia comparada de Cuvier e, posteriormente, do evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882) no século XIX, houve uma alteração sensível no conhecimento humano. Michel Foucault se dedicou a este tema buscando compreender os "códigos fundamentais"⁴¹ da cultura ocidental que possibilitaram a emergência desses novos saberes e estabeleceu quatro momentos diferentes estruturantes do conhecimento moderno: as *epistêmes* pré-clássica (séc. XVI-XVII), clássica (séc. XVII-XVIII), moderna (séc. XIX) e contemporânea (séc. XX). Da *epistême* clássica à *epistême* moderna a grande alteração epistemológica operada no ocidente, e que esteve no cerne do nascimento do homem moderno, foi a transformação do conceito de história que, a partir de então, passou a organizar todas as dimensões da vida. Esse processo é descrito da seguinte forma pelo autor:

[...] uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e as define na sua coerência própria, impõe-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo; a análise das trocas e da moeda cede lugar ao estudo da produção, a do organismo toma dianteira sobre a pesquisa dos caracteres taxinômicos; e, sobretudo, a linguagem perde seu lugar privilegiado e torna-se, por sua vez, uma figura da história coerente com a espessura de seu passado. Na medida, porém, em que as coisas giram sobre si mesmas, reclamando para seu devir não mais que o princípio de sua inteligibilidade e abandonando o espaço da representação, o homem, por seu turno, entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental.⁴²

Um museu - assim como instituições de saúde, de mapeamento ou estatística - compõe um quadro mais amplo de formação de um espaço público. Quando as portas

⁴⁰ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. op. cit. p. 224.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Op. Cit., p. XV.

⁴² Idem, p. XIX-XX.

dos museus que guardavam objetos de valor e relíquias que compunham as coleções de príncipes, reis e uma pequena elite aristocrática de forma privada foram abertas, transformaram o museu de símbolo de distinção de seus colecionadores para o museu público moderno com o objeto educar a população em diversos níveis.

Tony Bennett estudou os museus enquanto instituições que, na sua concepção moderna, surgiram a partir do final do século XVIII, estabelecendo-se ao longo da primeira metade do XIX. Para o autor, os museus desempenharam uma função específica dentro das novas formas de governança que surgem no período, servindo ao lado de instituições como prisões, hospitais, asilos etc, como dispositivo de controle e educação nas sociedades disciplinares. Portanto, para analisar tanto a função social que justificou a existência dos museus, quanto as especificidades de sua atuação enquanto produtora de conhecimento, o autor propõe um olhar mais amplo sobre as formas de exposição de objetos no espaço público em contraponto às formas de exposição anteriores.

Em outros termos, a emergência do museu público é um processo intrínseco à formação da categoria de espaço público no mundo moderno. Bennett argumenta, em consequência deste fato que “the public museum occupied a cultural space that was radically distinct from those occupied by its various predecessors just as it was distinct in its function”⁴³. Um marco temporal nesse processo poderia ser visto na Revolução Francesa, como resume Hooper-Greenhill ao afirmar que “created the conditions of emergence for a new truth, a new rationality, out of which came a new functionality for a new institution, the public museum”⁴⁴. Como desdobramento desse argumento de Hooper-Greenhill, Bennet conclui:

Appropriating royal, aristocratic and church collections in the name of the people, destroying those items whose royal or feudal associations threatened the Republic with contagion and arranging for the display of the remainder in accordance with rationalist principles of classification, the Revolution transformed the museum from a symbol of arbitrary power into an instrument which, through the education of its citizens, was to serve the collective good of the state.⁴⁵

⁴³BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics*. London: Routledge, 1995, p.93-94.

⁴⁴HOOPER-GREENHILL, E. The museum in the disciplinary society, in S. Pearce (ed.), *Museum Studies in Material Culture*, 61-72, Leicester: Leicester University Press, 1989, p. 63.

⁴⁵BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum: Op. Cit.*,p. 90.

Portanto, dos gabinetes de curiosidade aos museus uma nova *epistème* se instituiu, colocando a história como organizadora do pensamento ocidental. Os museus nascem dessa nova necessidade de compreensão da natureza e da história como universais. O espaço dos museus seria capaz de concentrar em um mesmo local toda a história do mundo e dos seus habitantes, do surgimento de áreas de pesquisas responsáveis pela descoberta dos primeiros fósseis, às formas de organização e classificação da natureza e do desenvolvimento humano, seja pelas coleções etnográficas ou pelas galerias de arte. Como salientou, Koselleck: “O progresso e a consciência histórica temporalizam todas as histórias no processo único da história universal. Sem precisar recorrer a um além, a história universal se converte em um tribunal universal”.⁴⁶ A história, portanto, atuaria como o único e poderoso fio-condutor responsável por fundar um novo ordenamento para o mundo, no qual o museu emergiria como sua morada.

1.2 - Os museus no Brasil

Embora iniciativas museológicas possam ser encontradas em território brasileiro desde o século XVII,⁴⁷ a história dos museus enquanto instituição científica teve seu início no século XIX. Fundado em 1818 por D. João VI, o Museu Real do Rio de Janeiro, posteriormente denominado Museu Nacional, foi o primeiro museu inaugurado em território brasileiro. No contexto do estabelecimento da corte portuguesa no Brasil,⁴⁸ o Museu Real compôs o conjunto de instituições que transformaram o cenário da cidade do Rio de Janeiro, elevando-a à condição de capital de um reino transatlântico. Nesse primeiro momento, o museu seguia os pressupostos museológicos erigidos em Portugal nos últimos decênios do século

⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. Cit. p..290.

⁴⁷ Refiro-me à iniciativa do museu instalado no Palácio de Vrijburg, em Recife, por Maurício de Nassau durante o período holandês em Pernambuco e à instalação de um Gabinete de História Natural conhecido como Casa dos Pássaros no último quartel do século XVIII, que servia como local de reunião, preparação e envio de produtos da natureza brasileira para Portugal. As coleções da Casa dos Pássaros foram incorporadas ao Museu Real com a sua fundação. Sobre esses exemplos, ver: FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Campinas: Unicamp, 2009.

⁴⁸ Para um panorama mais amplo sobre a instalação de museus na América Latina iniciadas com as políticas ilustradas de Portugal e da Espanha ver: LOPES, Maria Margaret. A formação de museus nacionais na América Latina independente. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 121-145, 1998.

XVIII a partir da instituição fundada em Ajuda - Lisboa em 1768. Funcionando como um grande inventário das riquezas que compunham toda a extensão do reino português, foram construídos um Gabinete de História Natural e um Jardim Botânico que guardavam e estudavam animais e produtos provenientes dos continentes americano e africano.

Como demonstrou João Brigola, esse espaço foi responsável pelo início da profissionalização da atividade científica e dos viajantes naturalistas em Portugal, e foi promotor de uma intensa correspondência e intercâmbio com as diversas instituições científicas europeias do período. Essa correspondência fazia parte das relações diplomáticas entre os países europeus que, embora estivessem em um contexto político conflituoso, mantinham relações científicas amigáveis e um espaço de sociabilidade comum. Portugal, inseria-se nesse universo com destaque pela extensão de seus territórios e a ampla variedade da fauna e flora que constituíam seu reino. Brigola destaca como o intercâmbio mais intenso se deu com as instituições e cientistas franceses, envolvendo diplomatas e políticos de relevância. Estabeleceu-se, assim, uma política científica de permuta entre o Museu da Ajuda e o restante da Europa que perduraria até o ano de 1808, quando a invasão napoleônica promoveria o saque de suas coleções.⁴⁹

Assim como o congênere português, o museu fundado no Rio de Janeiro era acompanhado de um Jardim Botânico, fundado em 1808, e possuía objetivo de ser um museu enciclopédico como os demais museus de História Natural da Europa. No entanto, uma outra função somava-se a esta: caberia ao Museu Real o fornecimento de produtos e coleções do Brasil para o continente europeu. Por esta razão, Maria Margaret Lopes destacou o caráter duplo que o museu assumiu no contexto científico do período, atuando concomitantemente como um museu universal, enciclopédico e metropolitano e um museu local e colonial. De um lado era constituído como um museu de “caráter metropolitano e universal” da forma como eram organizados seus congêneres europeus. Pois, “a circunstância de ser então o Rio de Janeiro a sede da monarquia portuguesa, atentava também para a necessidade de que houvesse no museu produtos naturais de todas as ilhas, possessões da Ásia e África, do Reino de Portugal e mesmo de todo mundo.”⁵⁰ E, por outro lado, o Museu Nacional

⁴⁹ BRIGOLA, João. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Museu, Viagem e história natural - expedições científicas ao Brasil e a África. Novas Edições Acadêmicas, 2019.

⁵⁰ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Op. Cit., p. 46.

desempenhava a função de um museu local, servindo como fornecedor de exemplares para os museus europeus. Fato que evidencia a particularidade brasileira frente ao conjunto dos museus.

Utilizando-se do conceito de *imaginação museal*, Mário Chagas observa que desde o início do governo de Dom Pedro II, o museu “seria uma das ferramentas utilizadas na construção ritual e simbólica da nação que parecia crescer junto com o jovem governante”.⁵¹ Proposta pelo próprio autor, a *imaginação museal* “configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas”.⁵² É, portanto, uma linguagem específica que se articula com outras dimensões da cultura e da política. Assim, Chagas coloca o Museu Nacional ao lado da Academia de Belas Artes, fundada em 1816, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, como lugares que foram desenvolvidos como “novos dispositivos de produção do passado e de fixação de memória”.⁵³

De sua fundação até o início da década de 1860, o Museu Nacional ocuparia isoladamente a linguagem museal brasileira - embora haja uma iniciativa, pouco desenvolvida, em 1842, do IHGB constituir um museu que pode ser visto como uma versão embrionária dos museus históricos que se estabeleceriam posteriormente. A partir de então, uma série de instituições foram fundadas e expandiram o cenário museal nacional. Nesse período tomaram forma o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; o Museu Paraense, em 1866; o Museu Militar do Arsenal de Guerra, em 1865; e o Museu Naval, em 1870. Na sequência, ainda seriam inaugurados: o Museu Paranaense, em 1876, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1894. e o Museu Paulista, em 1895.⁵⁴ Para defender sua tese, Mário Chagas compara o Brasil à França: enquanto o primeiro país iniciaria o século XIX restringido ao Museu Real e terminaria o mesmo com pouco menos de vinte instituições museais, a França iniciaria o século XIX com cerca de vinte e terminaria com aproximadamente seiscentas, fenômeno que o Brasil experimentaria apenas a partir da década de 1920 do século XX. Assim, a *imaginação museal* do século XIX brasileiro teve como característica sua pouca variedade e um

⁵¹ CHAGAS, Mário de Souza. *Imaginação museal: Museu, memória e poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UERJ, 2003, p. 75.

⁵² Idem, p. 64.

⁵³ Idem, p. 75.

⁵⁴ Idem, p. 76-77.

vínculo muito estreito com a construção de uma identidade nacional ou, como resumiu Mário Chagas: “a tradição museal brasileira pode ser inteiramente compreendida como fazendo de um projeto civilizador de modernidade com raízes fincadas no solo do século XVIII”.⁵⁵

Esse projeto civilizador com raízes no Iluminismo previa, por conseguinte, que um museu com características enciclopédicas abrangesse, de um lado, as coleções que advinham da curiosidade que fundamentava os gabinetes, tais como as coleções numismáticas, os produtos naturais e exóticos. Mas, de outro lado, que incorporasse os novos elementos museológicos estabelecidos na Europa do século XVIII e as diversas áreas que surgiram no XIX. Assim, as coleções de história natural, organizadas pelos domínios da natureza ganharam centralidade no Museu Nacional. Aos artefatos arqueológicos, paleontológicos e geológicos cabia a função de narrar a história física do planeta e de seus habitantes. Os exemplares de diversas culturas, tempos e lugares ao redor do globo cumpriam o papel de uma instituição metropolitana, enquanto que as espécies recolhidas nas diversas províncias do Império e os objetos etnográficos indígenas refletiam um projeto nacional de civilização. Também havia uma coleção de máquinas da Associação Auxiliadora da Indústria Nacional, fator que evidenciava uma noção de progresso.

Benoît de L'Estoile, em texto dedicado ao Musée du Quai Branly, esboça um panorama de outros museus nacionais para além do contexto francês. Ao comentar sobre o Museu Nacional resume o cenário apresentado até aqui, ao descrevê-lo da seguinte forma:

[...] foi concebido como um microcosmo da nação, resumindo num quadro racional sua diversidade tanto natural quanto cultural, ao mesmo tempo em que o próprio fato de possuir um museu demonstrava o pertencimento do Brasil à “civilização”. Os grupos indígenas presentes no território brasileiro foram incluídos neste dispositivo, representando uma forma de alteridade interna e incorporando a herança indígena à Nação. Em outras palavras, o Museu Nacional integrava o leque e tecnologias de “nacionalização” dos outros, conforme o paradigma assimilacionista então vigente.⁵⁶

⁵⁵ Idem, p. 70.

⁵⁶ DE L'ESTOILE, Benoît. O paradigma do museu nacional. O caso do “museu nacional dos Outros”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 35-36.

Nesse sentido, as atividades do Museu Nacional podem ser vistas como parte dos esforços de “delineamento das estratégias de uma ciência nacional”⁵⁷ que ocorreram durante o Império. Entre os primeiros momentos de atividade do museu até a década de 1870, momento da reforma comandada por Ladislau Netto (1838-1894) que promoveu novos rumos científicos para as ciências naturais, “o museu teve uma atuação concreta, além do significado simbólico, de ser um centro de ciência e cultura na Corte”⁵⁸, embora, o “meado do século, período em que se consolidou o Império brasileiro, foi também aquele em que o Museu Nacional, que anteriormente compunha o conjunto da política ilustrada luso-brasileira, não foi uma prioridade do projeto saquarema”.⁵⁹ Uma dessas atuações refere-se ao projeto realizado em conjunto com IHGB de realizar uma exploração científica ao Ceará e ao Norte. Essa viagem representou um marco científico que respondia às questões realizadas nesse período sobre o predomínio de viajantes estrangeiros no Brasil. Viajantes que apoiados pelo governo imperial deveriam depositar exemplares duplicados dos seus objetos coletados no Museu Nacional. E que, mesmo com tal orientação, eram recorrentes os questionamentos a respeito de museus europeus possuírem muito mais exemplares nacionais que o museu que deveria possuí-los. Aliado a esta questão, após a criação do IHGB e maior estabilidade do Império, o discurso de nação brasileira ganhou maior força entre a elite cultural do país nas décadas seguintes, servindo como delineamento de projetos para uma produção científica local.⁶⁰

A década de 1870 no Brasil se caracterizou, do ponto de vista da vida intelectual, como um período de construção de um movimento de grande repercussão na história do pensamento social nacional. No momento em que circulavam pelas faculdades de direito e medicina, institutos e museus “um bando de ideias novas” conformou-se uma geração que instituiu questões teóricas que teriam longa vida, permanecendo e ganhando novos desdobramentos no século XX.⁶¹ Conceitos como raça e evolução passaram a compor, numa linguagem influenciada pelo conhecimento biológico, as categorias de análise social de letrados, cientistas e políticos. No Brasil, a figura do índio continuava a possuir centralidade dentro do discurso etnográfico, fato

⁵⁷Idem, p. 28.

⁵⁸LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Op. Cit. p.71.

⁵⁹Idem, p. 325.

⁶⁰KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009.

⁶¹ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

estabelecido anteriormente. Enquanto os africanos e descendentes, praticamente excluídos da construção histórica operada pelo mesmo IHGB, começariam dentro dessa nova geração a ser observados enquanto elemento sociológico. Somando, a partir dos conceitos de raça e evolução, as ideias de mestiçagem, degeneração, primitivismo, etc. Esses temas, que se tornaram recorrentes no pensamento social brasileiro de finais do século XIX e início do XX pretendiam, em linhas gerais, responder sobre a possibilidade de civilização do Brasil.⁶²

Foi também um período de alterações no conjunto das práticas científicas que, passaram a partir daquele momento por um processo de crescente especialização. Mesmo nos museus que ainda guardavam uma tendência enciclopédica, medidas foram tomadas para acompanhar os novos rumos científicos internacionais. Isso justifica, por exemplo, o número de reformas no regulamento do Museu Nacional nesses anos, em 1876, 1888, 1890 e 1892⁶³. E que, a partir da década de 1890, desembocaria numa nova fase para os museus brasileiros que visava suplantiar esse modelo enciclopédico e universal do Museu Nacional.

O museu, portanto, foi um dos locais por excelência na composição do conceito de nação e civilização moderna. Ao lado das exposições nacionais e internacionais, conformou-se como local de exibição do ideal de civilização e como forma de classificação racional e científica do mundo moderno. Não por acaso, o Museu Nacional organizou em 1882 uma Exposição Antropológica voltada para um amplo público visitante e com o objetivo, além de entreter, de promover a educação da população brasileira.⁶⁴ Além da promoção de uma exposição, o Museu Nacional se fez presente em diversas exposições internacionais participando, portanto, do concerto das nações civilizadas.

Portanto, dois componentes confluem para a conformação e postulação de um lugar como civilização moderna. De um lado, o museu constituiu-se como símbolo dessas sociedades modernas, lugar para ver e ser visto, exibir costumes e práticas que demonstrassem a capacidade de racionalização e classificação do mundo. Construir um museu público no século XIX não significava mais exibir objetos pelo seu exotismo, raridade ou beleza. Mas construir séries que se conectassem e construíssem

⁶²Nos dedicaremos um pouco mais detalhadamente sobre essas ideias no próximo capítulo.

⁶³LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Op. Cit.

⁶⁴ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

uma narrativa de evolução, onde o final era o próprio museu, local de contemplação do domínio científico sobre o mundo. Por outro lado, o pensamento antropológico que observava as diferenças entre os povos - fato que em si possui raízes muito mais antigas - ganhou novas roupagens na segunda metade do século, principalmente com a circulação de ideias evolucionistas⁶⁵ e seus desdobramentos, inserindo-se de forma mais incisiva dentro das ciências naturais e promovendo outras possibilidades de classificação humana onde, mais uma vez, no final do percurso estavam a raça ou o povo que compunham essas sociedades.

Essas duas perspectivas, embora possam ser separadas analiticamente, se desenvolveram concomitantemente. No museu, eram organizadas coleções da natureza, mas também do fazer humano. Das práticas de manufatura que compunham o cerne da ideia de países desenvolvidos e em industrialização, da demonstração de superioridade técnica frente aos outros grupos humanos ao redor do mundo. Por isso, ao lado de crânios e ossos que serviam aos olhares da antropologia física que definiam as características biológicas desses povos, eram coletados machados, lanças e utensílios domésticos que, por sua vez, demonstravam o atraso técnico em relação às sociedades modernas.⁶⁶

Observando-se por este prisma este processo, torna-se mais inteligível a opção de São Paulo de destinação de um monumento para o funcionamento do Museu Paulista, assim como a retomada dos investimentos pelo Pará no Museu Paraense no período republicano. A República brasileira incorporou as características que fundamentaram a constituição do museu público moderno: uma nova forma de governança que advogava o papel da instrução da população; os discursos de progresso e modernidade que justificavam o papel social da ciência; e a necessidade de legitimação local frente aos outros entes da federação e a reivindicação do status de civilização. Os anos 1890, como propõe Lopes, significam que “mais do que uma continuidade da tradição naturalista do Museu Nacional, foi fortemente marcada pela ruptura entre o modelo de museu geral, ‘metropolitano’, enciclopédico, que encarnava

⁶⁵KEULLER, Adriana T. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias, e instrumentos (1876-1939)*. São Paulo: Humanitas, 2012; SA, Guilherme; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia; SILVA, Elizabeth da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], vol.15, n.1, pp.197-208, 2008.

⁶⁶NASCIMENTO, Fátima. *A Formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional. Século XIX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o modelo dos museus cada vez mais especializados das províncias, que se afirmaram nas últimas décadas do século, justamente em contraposição ao antigo museu do Império.”⁶⁷

O Museu Paraense, que havia sido fundado em 1866, atravessou o período Imperial sem ter seus planos efetivamente implementados por razões políticas. Desde a falta de instalações adequadas, até a ausência de recursos financeiros impediram que as atividades da instituição se desenvolvessem de forma contínua nas décadas que se seguiram. O cenário sofreu uma alteração significativa a partir dos esforços de José Veríssimo (1857-1916), ocupando o cargo de Diretor da Instrução Pública em 1890, e que foram efetivamente implementados pelo governador Lauro Sodré (1858-1944), momento em que o cientista suíço Emílio Goeldi (1859-1917) foi contratado⁶⁸. Algumas características se sobrepõem quando os Museu Paraense e Paulista são observados em comparação: de um lado, ambos foram projetos defendidos pelas novas forças políticas republicanas, que viram nessas instituições formas de “reformular o povo”⁶⁹ dentro de um projeto cultural e científico que carregava fortes tonalidades civilizatórias; de outro, foram marcados pelos projetos científicas que seus diretores Emílio Goeldi⁷⁰ e Hermann von Ihering desenvolveram em ciências naturais construindo autoridade científica para si e para as respectivas instituições.

Não obstante, a observação dos números da *Revista do Museu Paulista* durante a direção de Hermann von Ihering demonstra o compartilhamento de uma mesma linguagem científica entre as instituições do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar desta tese se limitar aos estudos etnográficos, ficou evidente que este modelo pode ser estendido em maior ou menor grau à outras áreas. No entanto, no campo das controvérsias no mundo da ciência, a fundação do Museu Paulista inaugurou uma disputa entre as instituições. O discurso de Ihering questionando os métodos empregados pelo mais antigo museu do país possuiu uma entonação geracional, ao colocar o Museu Nacional como representante de uma ultrapassada forma de fazer ciência, que deveria ser suplantada pelo Museu Paulista e Museu Paraense. Provocação que não passaria despercebida pelos cientistas cariocas que publicaram uma carta resposta nas primeiras páginas no número dos *Archivos* daquele mesmo ano.

⁶⁷LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Op. Cit. p. 324-325.

⁶⁸Sobre as reformas do Museu Paraense no período republicano, ver capítulo 2 de SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva*. Op. Cit.

⁶⁹LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Op. Cit. p. 156.

⁷⁰SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva*. Op. Cit. pp. 230-296.

Assinada por João Batista Lacerda (1846-1912), então diretor do Museu Nacional, a carta dirigida ao Sr. Dr. von Ihering apresenta-se como uma resposta urgente ao discurso publicado no primeiro número da *Revista do Museu Paulista*, fato que teria motivado o diretor do Museu Nacional a suspender a impressão dos *Archivos* para a inclusão deste protesto. Os argumentos apresentados por Lacerda se desdobram em dois pontos: em primeiro lugar a estrutura e as bases científicas dos museus e suas coleções; e, em segunda lugar, a resposta a contestação de Ihering ao seu trabalho realizado conjuntamente com Louis Couty (1854-1884) a respeito do *curare* e dos efeitos do permanganato de potássio sobre o envenenamento ofídico. Esse primeiro ponto é mais relevante para o desenvolvimento deste trabalho, pois, diz Lacerda:

Um ponto de mira teve o Dr. Von Ihering, quando para alterar o nível científico do seu musêo procurou illudir a opinião dos ignorantes sobre o valor do Musêo do Rio de Janeiro, que elle julga indigno de equiparar-se ao Musêo Paulista e ao do Pará, “unicos no Brazil organisados sobre as bases scientificas e com pessoal competente”: o Dr. Von Ihering pretende certamente ter realizado um milagre - de com escassos recursos do Estado, com um pequeno nucleo de collecções compradas a um particular, e com os seus herculeos esforços em compol-as e arranjal-as haver dotado, no curto lapso de dous annos, o Estado de S. Paulo com um musêo de muito maior importancia e valor que o Musêo Nacional do Rio de Janeiro, cujas honrosas tradições são bem conhecidas e cujos serviços em prol da sciencia são devidamente apreciados no paiz e além-mar.⁷¹

Lacerda questionou, na sequência, o que Ihering compreenderia “por um museu organizado sobre bases científicas, como afirma ser o seu; e pretende que não seja o do Rio de Janeiro”⁷², argumentando que possuía numerosas coleções organizadas seguindo critérios científicos, um horto botânico, bibliotecas, laboratórios com equipamentos modernos e uma revista que publicava artigos originais e de investigação. Lançando a questão: “é ou não um musêo organizado sobre bases científicas?”⁷³ Por outro lado, ainda segundo Batista Lacerda, o Museu Paulista seria ainda apenas um embrião, um esboço da mente de Hermann von Ihering que precisaria passar um longo período de gestação.

⁷¹ LACERDA, Baptista. Ao Sr. Dr. Von Ihering, Director do Museo Paulista. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 9, XIX-XXI, 1895, p. XIX

⁷²Ibidem.

⁷³Ibidem, p. XX.

O núcleo é constituído por colecções de espécimes zoológicos mal preparados; não possui herbario; não tem laboratórios bem montados; ignora se tem biblioteca; em paleontologia e ethnographia quasi nada; em mineralogia cousas insignificantes, ou de pouco valor. E com taes elementos proclama aos quatro ventos da publicidade o Dr. Von Ihering que o seu museu e o do Pará são no Brazil os unicos que merecem ser apontados! Si S. S. não estava de má fé quando escreveu esta inverdade, estava com certeza obcecado pelo esplendor de sua obra. Quando houver passado a obcecação, S. S. verá claro e então sentir-se-ha constricto e arrependido da injustiça que commetteu.⁷⁴

A troca pública de farpas parece ter terminado nesse episódio, já que não houve uma réplica na *Revista do Museu Paulista* subsequente, porém, essas provocações são elucidativas do ambiente de disputa pela proeminência no pequeno cenário científico brasileiro. Anos mais tarde as instituições voltariam a entrar em conflito em relação a um artigo de Hermann von Ihering, episódio que será exposto oportunamente. Interessante notar que, em meio aos insultos e disputas os critérios de legitimidade permaneceram científicos e essas provocações acabam por evidenciar as características que eram ponderadas nesse jogo dos museus

Portanto, para compreender a formação da coleção etnográfica no Museu Paulista vários elementos devem ser levados em consideração. A relação entre os museus do Rio de Janeiro e São Paulo, que perpassaram as disputas por espaço científico ao mesmo tempo que compartilharam um modelo semelhante de prática científica é um exemplo do complexo cenário em que a conformação de uma coleção estava inserida. No caso do índio como objeto de pesquisa, questões políticas e culturais de amplitude regional, nacional e mesmo internacional estão presentes na escolha dos temas, nos métodos empregados e nos resultados buscados por aqueles que se dedicaram desde o final do século XIX ao estudo dessas populações. Assim, nas páginas da *Revista do Museu Paulista* foram veiculados debates antropológicos, etnográficos e arqueológicos que compõem esse mosaico que conformaram as ciências naturais do período e a atuação dessas instituições.

1.3 - O Ipiranga e um museu: um projeto para a modernidade paulista

Tomando em consideração que o monumento do Ypiranga passa por ser o edifício mais notável do Brazil, quer quanto a sua architectura, que pelo Museu e como Pantheon, não podemos

⁷⁴Ibidem.

duvidar que completamos o monumento e o Museu e ajardinada a praça, este edifício seja um ponto de atracção para a cidade de S. Paulo, como bem poucas cidades da America do Sul o têm. Aqui tudo ajuda, desde a belleza do edificio até a vista esplendida a cidade e para a serra da Cantareira e especialmente a recordação historica.⁷⁵

Terminada a construção do Monumento do Ipiranga em 1890 - com o intuito de simbolizar a centralidade de São Paulo no episódio na Independência do Brasil - restava aos membros da elite paulista decidir qual seria o destino do suntuoso edifício que fora erigido, não apenas para rememorar a simbólica data de 1822, mas também com o explícito objetivo de representar a modernidade de São Paulo. Cidade e Estado que clamavam o posto de centralidade política e econômica na recém proclamada República.⁷⁶

Dedicada a compreender os significados da memória da independência encerradas no Museu Paulista, Cecilia Salles Oliveira recuou suas análises ao momento de delimitação e disputa dessa narrativa. Segundo a autora, "as décadas de 1860 e 1870 foram marcadas pela exteriorização de projetos concernentes à transposição da narrativa histórica e das tradições orais para outros suportes".⁷⁷ Nesse período surgiram as primeiras estátuas em homenagem ao 7 de Setembro na cidade do Rio de Janeiro envoltas em um contexto de discussões sobre os significados da data, de disputa e redefinição dos partidos liberal e conservador e "um confronto em torno da 'verdadeira' representação da história a ser celebrada."⁷⁸ Nesse complexo cenário, Oliveira descreveu como São Paulo projetava-se como berço da nacionalidade, em uma conjunção entre "entre a trajetória histórica de São Paulo e os destinos do Brasil".⁷⁹ A construção de um monumento ao Ipiranga refletia uma situação política entre a Província de São Paulo e o Império, entre o republicanismo e busca de

⁷⁵IHERING, Hermann von. Historia do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 9-31, 1895, p. 25.

⁷⁶Ana Maria de Alencar Alves narrou em seu livro *O Ipiranga Apropriado* as ideias e projetos que foram apresentados de construir no Ipiranga um monumento à Proclamação da Independência do Brasil. Essa ideia foi discutida ao longo de todo o século XIX, saindo do papel efetivamente na década de 1880 a partir da promoção de loterias pelo governo da Província para arrecadar fundos para a obra. Essas loterias foram realizadas sob a justificativa do dinheiro ser destino ao financiamento de obras de instrução pública, um dos motivos que justificava a destinação do prédio para uma função neste sentido. Para mais detalhes ver: ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder* (o Museu Paulista, 1893-1922). São Paulo: História Social USP/ Humanitas, 2001.

⁷⁷ OLIVEIRA, Cecilia de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3 p.195-208 jan./dez. 1995, 197.

⁷⁸ Idem, p. 198.

⁷⁹ Idem, p. 200.

protagonismo dos paulistas e a monarquia estabelecida no Rio de Janeiro. E, sobretudo, uma disputa entre versões históricas sobre o passado da nação.

Assim, embora seja consensual na bibliografia a respeito do Museu Paulista que a evocação à memória e uma vocação à história sejam uma característica muito mais acentuada na instituição a partir da direção de Afonso de Taunay e a transformação do museu de História Natural em um museu histórico,⁸⁰ é inegável que essa dimensão memorialística esteve presente na concepção do projeto, na construção do prédio e nas atividades desenvolvidas no espaço do museu. O que incluía desde os desfiles e comemorações celebradas todos os anos no dia 7 de Setembro, até a inclusão de pinturas históricas que remetiam à participação de São Paulo na história do Brasil. Mais que isto, o próprio prédio representava uma intervenção na memória nacional, idealizado de forma não pacífica e destinado a “resguardar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da nação que se achavam ameaçados pela própria complexidade do curso da história e da política”.⁸¹



Figura 1 - Desenho ilustrativo do Museu Paulista veiculado na RMP⁸²

Após a apresentação de algumas propostas que giravam em torno do eixo determinado pelo governo de destinar o espaço para a instrução pública, a ideia de

⁸⁰ OLIVEIRA, Cecília de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 105-126 (2002-2003).

⁸¹ OLIVEIRA, Cecília de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da independência. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dezembro/2002, 71.

⁸² *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 1895.

abertura de um museu sairia vitoriosa. Em 1893, o Monumento foi oficialmente destinado para as atividades do Museu do Estado, em 1894 regulamentado e na data de 7 de Setembro de 1895 inaugurado solenemente pelo presidente do Estado Bernardino de Campos (1841-1915) em cerimônia conduzida pelo primeiro diretor da instituição Hermann von Ihering.⁸³

Dois fatos, portanto, se entrelaçaram na definição da destinação do monumento do Ipiranga como sede do Museu Paulista: de um lado a função simbólica que o local representava na conformação de uma nova identidade paulista em fins do século XIX; e, por outro, a ideia de utilidade pública para o prédio recém construído. Alencar Alves demonstrou como as articulações e pressões exercidas por cientistas em busca de novos espaços institucionais para sua atuação encontrou eco nas aspirações republicanas, ocupando um espaço monumental central para o projeto político paulista. Como afirma a autora: “A instrução e a higiene eram as ‘grandes aspirações’. A instrução era entendida como um fundamento para o progresso do estado. Não difundi-la significava estar fora do compasso da época e renunciar à tão almejada condição de civilização.”⁸⁴

A origem do Museu Paulista esteve ligada à duas coleções privadas que foram doadas à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e formaram o núcleo do futuro Museu do Estado que, se transformaria em Museu Paulista após a destinação do prédio do Ipiranga para abrigar as coleções e a desvinculação de suas atividades da comissão. Foi como funcionário da CGGSP que Hermann von Ihering foi contratado para organizar as coleções e, a partir desse posto, articulou conjuntamente com o diretor da comissão Orville Derby (1851-1915)⁸⁵ a transferência e autonomia desse museu.⁸⁶

Nesse contexto que em 7 de setembro 1895 o Museu Paulista foi solenemente inaugurado. Posicionando-se simultaneamente como um monumento e um lugar onde as práticas científicas seriam colocadas em primeiro plano, Hermann von Ihering se posicionou ao lado de Emílio Goeldi como representante de uma forma moderna de

⁸³IHERING, Hermann von. *Historia do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista*. op cit. p.18.

⁸⁴ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado*. Op. Cit. p 71.

⁸⁵ Sobre a trajetória de Orville Derby, ver: MAHL, Marcelo Lapuente. Orville Adelbert Derby: notas para o estudo de sua atuação científico-intelectual em São Paulo (1886-1905). *Revista de Historia (USP)*, v. 167, p. 295-320, 2012.

⁸⁶A partir das correspondências de Ihering, as autoras traçaram os bastidores da fundação do Museu Paulista, demonstrando a atuação do cientista nesse sentido: LOPES, Maria M.; FIGUERÔA, Silvia F. M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 23-35 (2002-2003).

fazer ciência, pois, “além do Estado de S. Paulo, um outro dos mais prosperos do paiz, creou um museu com pessoal scientifico e sobre bases mais amplas do que este; refiro-me ao museu do Pará”⁸⁷. Buscou, portanto, um distanciamento do Museu Nacional e o estabelecimento de um outro discurso em relação às funções de um museu de ciência, conectado ao momento que a área vivia internacionalmente aos anseios locais de modernidade, instrução da população e construção de uma memória:

Não era possível, portanto, construir um monumento mais digno, commemorando a independencia da patria, do que este esplendido predio, que como Museu, como Pantheon e como meio da investigação scientifica do Estado está destinado a prestar grandes serviços á causa da instrucção publica.⁸⁸

Simultaneamente “como Museu, como Pantheon”, para o desenvolvimento de pesquisas científicas e desempenhando a função social da instrução pública. Essas características compõem uma nova civilização da inscrição que emerge no século XIX, a partir das nações europeias pós Revolução Francesa um “movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança”⁸⁹ que foi responsável por fundar os arquivos públicos, abrir as portas dos museus e construir novos significados para as comemorações públicas. Nas palavras de Jacques Le Goff, “O século XIX vê, não mais tanto na ordem do saber como o século XVIII, mas na ordem dos sentimentos e também, diga-se em abono da verdade, da educação, uma explosão do espírito comemorativo”⁹⁰. O Museu Paulista, portanto, se constituiu como um monumento de lembrança da Independência do Brasil. Local de comemoração republicana que justificava a relevância de São Paulo para os destinos da nação e legitimava a ciência como símbolo de modernidade, progresso e civilização do Estado.

O ponto mais evidente em seu discurso e que guiaria as atividades de sua gestão era o tipo de museu que ali se instalava: um museu de ciências naturais, voltado para a construção de coleções e desenvolvimento de pesquisas. Embora tentasse ao longo de seu argumento distanciar-se da prática científica do Museu Nacional, o Museu Paulista é fruto do prestígio alcançado pelas ciências naturais ao longo do século XIX e é resultado de um processo de institucionalização desta ciência, que teve no Museu

⁸⁷IHERING, Hermann von. *Historia do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista*. Op. Cit., p. 24.

⁸⁸Idem, p. 25.

⁸⁹LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, p. 464.

⁹⁰Idem, p. 462.

Nacional uma referência. Ademais, marcou ao lado do Museu Paraense o fim da hegemonia do Museu Nacional no cenário brasileiro. Período que é contemporâneo ao que Margaret Lopes chamou de o “fim da Era dos Museus”, um movimento mais amplo que deslocou diversas áreas de atuação para outras instituições e laboratórios especializados⁹¹.

As coleções nos museus brasileiros no século XIX, portanto, atuaram mais como um meio para a pesquisa científica que como um fim em si. Nas palavras de Ihering:

O fim destas colleções é dar uma boa e instructiva ideia da rica e interessante natureza da America do Sul e do Brazil em especial, como do homem sul-americano e de sua historia. É esta a razão porque dos diversos grupos do reino animal, temos e queremos boa representação do Brazil, acceitando de outras regiões do globo apenas alguns representantes característicos. As nossas colleções neste sentido já não são pequenas e ellas tornam-se notáveis pela exactidão da determinação scientifica.⁹²

O desafio, para Hermann von Ihering, seria conduzir uma instituição científica que desse as bases para os estudos de ciências naturais no país. Comparando com a situação europeia, onde afirmou ser possível encontrar um livro para cada especialidade, acusava o Brasil de possuir apenas uma obra de caráter enciclopédico escrita no século XVII. Seu intuito seria lançar estudos anuais que contemplassem um grupo ou assunto específico, construindo as bases para um futuro “conhecimento completo da nossa natureza”⁹³. Portanto, o Museu Paulista propunha-se a preencher uma lacuna na ciência do Brasil:

Não temos até hoje universidade alguma no paiz, nem ao memos uma academia ou eschola de sciencias naturaes. Nestas condições não é difficil a explicar o estado de atrazo em que até hoje acha-se o estudo das sciencias naturaes no Brazil. Entendo que será o nosso dever contribuir quanto mais possível para modificar esta situação[...]⁹⁴

O Museu Paulista possuiu uma configuração centrada na figura de seu diretor Hermann von Ihering. O cientista alemão fora o responsável pela organização das coleções da instituição, da ocupação do Monumento do Ipiranga e pela condução das atividades em sua primeira fase, quando se conformou enquanto um museu de

⁹¹Revista do Museu Paulista, São Paulo, Vol. I, 1895, p. 24.

⁹²Idem, p. 20.

⁹³Revista do Museu Paulista, São Paulo, Vol. I, 1895, p. 21.

⁹⁴Idem, p. 21.

História Natural até o ano de 1916, momento em que a substituição da direção por Afonso de Taunay conferiria uma alteração no escopo e condução do museu, transformando-o num Museu Histórico.

1.4 - Entre a Alemanha e o Brasil: a trajetória de Hermann von Ihering

Nascido em 9 de outubro de 1850, na cidade de Kiel na Alemanha, Ihering se formou em Medicina, ao mesmo tempo em que mantinha seu interesse pelas áreas da Zoologia e da Antropologia. Frequentou durante sua formação as universidades de Giessen, Leipzig, Berlim e Gottingen, apresentando seu doutoramento em Medicina em 1872 e posteriormente em Zoologia em 1876 com uma tese sobre o aparelho auditivo dos moluscos. Lopes e Podgorny, que se debruçaram sobre alguns aspectos da formação científica de Ihering, destacam esse período como sua inserção em um círculo de jovens zoólogos atraídos pelas perspectivas de pesquisa abertas no mundo universitário alemão pelas proposições de Ernst Haeckel (1834-1919)⁹⁵.

⁹⁵ Segundo as autoras, as pesquisas de Haeckel que conciliavam morfologia evolutiva e pesquisas empíricas configurou, na Alemanha, um cenário de pesquisas tanto para aqueles que buscaram confirmar as teorias do cientista, quanto para seus opositores. LOPES, Maria Margaret; PODGORNYY, Irina. Entre mares e continentes: aspectos da trajetória científica de Hermann von Ihering, 1850-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.3, jul.-set., p.809-826, 2014, p. 812-813.



Figura 2 - Jovem Hermann von Ihering, sem data.⁹⁶

Os motivos que levaram Hermann von Ihering a se estabelecer no Brasil em 1880 não estão muito esclarecidos pela bibliografia ou pelas fontes consultadas. Sabe-se que realizou uma viagem para a América do Sul no período de sua lua de mel. No entanto, Lopes e Podgorny argumentam que somado às questões pessoais do jovem cientista, deve-se considerar o concorrido cenário de inserção profissional que havia se constituído na Alemanha de finais do século XIX para os zoólogos. Do período formativo de Ihering antes de sua migração para o Brasil consta em sua bibliografia mais de três dezenas de artigos publicados nos principais periódicos especializados em Zoologia e Antropologia da Alemanha. A partir dessas publicações, é possível aferir sua especialização em Moluscos e sua entrada em outros temas da área, ampliando assim suas possibilidades de atuação científica.⁹⁷

⁹⁶ Disponível em: www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object145452/en/

⁹⁷ LOPES, Maria Margaret; PODGORNY, Irina. Entre mares e continentes. Op. Cit. P. 813-814.

Em relação às publicações na área de Antropologia nesse período, suas contribuições vieram à lume nos periódicos *Das Ausland* sobre a relação entre os Incas e o Peru; e estudos sobre a metodologia da craniometria nas publicações da Sociedade Antropológica de Berlim *Zeitschrift für Ethnologie*, *Bericht über die V. Versammlung der d. Gesellschaft f. Anthropologie*, *Correspondenzblatt der deutschen anthropologischen Gesellschaft* e *Archiv für Anthropologie*; e na publicação da universidade de Gottingen *Mittheilungen aus dem Göttinger anthropologischen*.⁹⁸

No Brasil, morou entre os anos de 1880 e 1892 nas cidades de Taquara, Pedras Brancas, Rio Grande, São Lourenço do Sul e em uma ilha do rio Camaquã. Todas cidades do Rio Grande do Sul. Seguiu, assim, o fluxo migratório alemão que se estabeleceu no século XIX, elegendo o sul brasileiro como local de ocupação mais efetivo frente às outras regiões do país. No sul formaram-se colônias e regiões de proliferação da cultura germânica, com manutenção do idioma, escolas para alemães e circulação de uma imprensa produzida no Brasil em língua nativa, além de periódicos estrangeiros que informavam os imigrantes sobre sua nação de origem. Durante esse período ocupou o cargo de naturalista do Museu Nacional, função que seria extinta em 1891 para os que não residissem na cidade do Rio de Janeiro, momento em que fora desligado da instituição. Em 1893, à convite do geólogo americano de Orville Derby (1851-1915), mudou-se para São Paulo e se tornou chefe da Seção de Zoologia da CGGSP com o objetivo de organizar a coleção adquirida pela *Comissão* e que serviria de base para a fundação do Museu Paulista.

Antes, no entanto, de assumir a posição de diretor do Museu Paulista, Ihering construiu o objeto de pesquisa que marcaria sua trajetória na instituição. Na própria composição do artigo *A civilização prehistorica do Brasil Meridional* torna-se visível a divisão das seções em que considerações iniciais sobre as populações indígenas de São Paulo são inseridas como um anexo comparativo frente à longa exposição da região sul. Nos artigos seguintes o tema São Paulo seria recorrente, motivado pela inserção do Museu Paulista na chamada questão Guaianã. Portanto, a entrada do museu e das pesquisas de Ihering em novo território deveu-se sobretudo ao papel assumido pela instituição enquanto portadora de um discurso científico que poderia fornecer subsídios para compor o mosaico identitário paulista, que se conformava

⁹⁸NOMURA, Hitoshi. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan - Vol. VIII (1), pp. 9-60, Jan/Jun 2012.

entorno do seu passado bandeirante, do seu presente colonialista e de uma perspectiva de progresso e modernização futuras.

O interesse pelo Brasil Meridional enquanto objeto de pesquisa remete ao período anterior à mudança para São Paulo e possuiu vínculos com a comunidade germânica no Brasil. Ao chegar no país, Hermann von Ihering ocupou a posição de direção da colônia de Taquara do Novo Mundo, posição a partir da qual “dedicou-se a observar, analisar, estudar e descrever os diferentes ambientes naturais da região, fato que resultou em uma lista extensa de produções acerca das ciências naturais”.⁹⁹ Ihering passaria a publicar artigos na imprensa local em língua alemã, especialmente naquelas ligadas ao nome de Karl von Koseritz¹⁰⁰ (1830-1890), dentre as quais destacam-se o periódico *Deutsche Zeitung*, do qual foi redator temporariamente, e como colaborador do *Koseritz' Deutsche Zeitung*. Tiago Weizenmann ainda destaca que “é importante não deixar de observar a ação precursora que se liga a eles, seja nos estudos ou na coleta de objetos para a composição e coleções etnográficas”¹⁰¹ Refletindo a respeito sobre os períodos fundados por alemães colonos na região sul do Brasil, Imgart Grützmann tece um panorama do cenário no qual estavam inseridos Karl von Koseritz e Hermann von Ihering:

No período compreendido entre 1850 e 1945, estes periódicos [jornais noticiosos, revistas e almanaques], majoritariamente publicados em língua alemã, foram as principais modalidades de acesso à palavra escrita e impressa para diversos segmentos do público leitor de origem alemã, notadamente na Argentina, no Brasil e no Chile. Esta questão não era central apenas do ponto de vista dos leitores, mas também dos intelectuais, na medida em que os periódicos em língua alemã também eram e constituíam significativas redes e representativos espaços de sociabilidade destes pensadores.¹⁰²

A relação entre Ihering e Koseritz extrapolou as questões que envolviam os assuntos científicos. Koseritz realizou com o apoio da *Sociedade Central de*

⁹⁹ WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2015, 326.

¹⁰⁰ De formação militar, Karl von Koseritz chegou ao Brasil em 1851 integrando um grupo de soldados contratados pelo Império brasileiro para lutar na Guerra do Prata. Desde a ocasião instalou-se em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde desempenhou as funções de professor, jornalista, propagandista e estudioso das coisas locais. Sobre Koseritz, ver: GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, Vol. 11, Nº 1, p. 123-133, janeiro/abril de 2007.

¹⁰¹ Idem, p. 326.

¹⁰² GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX. Op. Cit. p. 125.

Geografia Econômica de Berlim, a *Exposição Brasileiro-Alemão* entre finais de 1881 e início de 1882. Evento que teve uma repercussão local negativa com acusações de exploração econômica por parte da *Sociedade de Geografia*. De qualquer forma, a exposição ocorreu com o apoio de diversos comerciantes de Porto Alegre e, como a descreve Weizenmann, teve em seus produtos agrícolas e comerciais o primeiro plano da exposição, mas também contou com a apresentação de objetos de arte e da coleção de etnografia de Karl von Koseritz. Segundo Weizenmann, Hermann von Ihering publicara uma carta no jornal *Deutsche Zeitung* - jornal em que Koseritz trabalhava e que Ihering ocupou o cargo de redator por um breve período - em defesa de Koseritz e da exposição sob o argumento de que sua importância estava na “divulgação de produtos naturais e industriais, para elevar as potencialidades de uma flora a ser explorada em laboratórios europeus ou também pela indústria local.”¹⁰³

As reações negativas ao evento culminaram no incêndio da construção onde a exposição estava alocada, quando essa coleção etnográfica foi destruída.¹⁰⁴ Anos mais tarde, ao comprar a coleção etnográfica de Koseritz para o Museu Paulista em 1901, Ihering informava que a coleção adquirida pelo museu era a coletada a partir de então, após a destruição da primeira¹⁰⁵. Embora as fontes não permitam afirmar categoricamente a relação entre Hermann von Ihering e estes artefatos, não é irresponsável afirmar que eles eram de seu conhecimento e que, portanto, desde seus primeiros anos teve contato com objetos etnográficos das populações indígenas do Rio Grande do Sul.

Sobre as coleções coletadas no Rio Grande do Sul o próprio Koseritz redigiu algumas observações em seu trabalho *Bosquejos Etnológicos*, quando informa a perda da coleção etnográfica no incêndio e afirma estar reconstruindo-a:

Poucas coleções foram feitas na Província:

A primeira e a maior foi a nossa, que se perdeu totalmente no incêndio da Exposição; o Partenon Literário, por sua vez, reuniu um pequeno museu, que tentara organizar, uma coleção regular, que deve ainda existir; o Sr. Hermann von Ihering fez uma pequena coleção, que cedeu ao Museu Nacional; o Sr. João Schroeder tinha outra, que nos cedeu para a reconstrução da nova coleção que

¹⁰³ Idem, p. 87.

¹⁰⁴ Idem, p. 84.

¹⁰⁵ RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista. Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista, 1903.

estamos organizando e para a qual temos recebido subsídios de todas as partes da Província.¹⁰⁶

Duas questões nesse trecho devem ser destacadas. Em primeiro lugar, o conhecimento de Koseritz em relação à coleção efetuada por Hermann von Ihering e enviada ao Museu Nacional, fato que nos permite conjecturar sobre uma relação intelectual próxima entre os dois em termos científicos. E, a segunda questão, refere-se ao caráter coletivo da construção dessas coleções. O que nos leva a crer, que as relações estabelecidas por Ihering foram essenciais para a constituição do Brasil Meridional enquanto objeto de pesquisa. O artigo publicado pelo diretor do museu no primeiro exemplar de sua *Revista* contém uma análise descritiva detalhada de uma série de artefatos encontrados na região, sendo que a compra da segunda coleção de Koseritz seria realizada apenas em 1901. Portanto, Ihering teve amplo acesso ao material antes de sua partida à São Paulo em 1892.



Figura 3 - Hermann von Ihering e a esposa em Reserva Floresta em São Paulo.¹⁰⁷

¹⁰⁶ KOSERITZ, Karl von. *Bosquejos Ethnológicos*. Porto Alegre: Typographia Gundlach & Companhia, 1884, 97.

¹⁰⁷Disponível em: www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object147776/en/

O estabelecimento de uma relação próxima ao nome de Karl von Koseritz não se limitou, como já afirmamos, aos assuntos eminentemente científicos. É interessante notar a aproximação a este personagem, uma vez que Koseritz desempenhou o papel de um dos principais divulgadores de uma comunidade teuto-brasileira no sul do país. Seus esforços abarcaram uma atuação na vida pública da região, além do citado envolvimento com a imprensa em língua nativa. No ano de 1883 realizou uma viagem para o Rio de Janeiro e São Paulo, publicada em seu jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*, reunida e publicada em formato de livro na Alemanha em 1885. Neste livro narrou desde sua saída do Rio Grande do Sul até a chegada aos seus destinos, momentos em que realizava uma comparação entre os elementos encontrados nesses lugares com o estado de sua Província. Pois, para Koseritz, apenas na região meridional do Brasil os alemães constituíram um ambiente onde ao mesmo tempo se entendiam enquanto colonos e mantinham as tradições germânicas.

Ainda no Rio de Janeiro tornou-se um dos fundadores da *Sociedade Central de Imigração* em 1883, sociedade que funcionaria até o ano de 1891, com o objetivo de incentivar a migração europeia frente à outras possibilidades que se aventavam no período diante do eminente fim da mão-de-obra escrava. Na reunião de fundação da sociedade, Koseritz argumentava que convencera seus ouvintes da importância do povo alemão para o desenvolvimento do país, em suas palavras, “também aqui no Rio se chegou à convicção de que o Brasil somente com uma forte imigração de origem germânica (entre a qual também coloco os tirolezes e os lombardos) pode esperar salvação”.¹⁰⁸

As imagens do Brasil descritas por Karl von Koseritz possuíram uma variação de assuntos que trataram desde os personagens alemães encontrados no percurso, assuntos políticos a respeito da imigração, a possibilidade de uma identidade teuto-brasileira, passando por considerações a respeito da beleza feminina, até a descrição de uma coleção particular em São Paulo. São temas, que somados, procuravam transmitir a complexidade do país e a viabilidade da vida alemã em território americano. Portanto, não deve-se isolar o interesse científico pelo Brasil Meridional desse contexto discursivo mais amplo.

Ihering trabalhou durante os anos em que residiu no Rio Grande do Sul a partir dessas duas lógicas complementares. De um lado realizou pesquisas a respeito de suas

¹⁰⁸ KOSERITZ, Karl von. *Bosquejos Ethnológicos*. Op. Cit.

especialidades profissionais, de outro foi propagandista das vantagens da migração ao Brasil. As duas dimensões não eram contraditórias, pelo contrário, o interesse que o país gerava a respeito da possibilidade de imigração fomentava o conhecimento científico sobre a região. Os artigos de Ihering no período refletem esta lógica, pois, intercalam assuntos gerais sobre a região com apreciações especializadas de aspectos de sua natureza.¹⁰⁹

Nesse contexto, afirmações como a que realizou no artigo *A civilização prehistorica do Brasil Meridional*, ao comentar o fim dos ataques dos Botocudos no Rio Grande do Sul a partir do enfrentamento e negociações políticas com os líderes indígenas, podem ser interpretadas: “Desde então os progressos da civilização não se interromperam mais no Rio Grande do Sul, em quanto que em Santa Catharina os Botocudos continuavam a causar desastres”¹¹⁰. O que estava em questão era a possibilidade de uma civilização por meio do elemento europeu, acima de tudo germânico, como caminho para o progresso brasileiro. Deste modo, as acusações realizadas por Alberto Fric anos mais tarde, em 1908, a respeito do extermínio dos índios Meridionais pelos colonos de Santa Catarina seriam rebatidas por Ihering por uma lógica e uma visão de um artífice de uma comunidade teuto-brasileira. Não por acaso, entre os motivos de sua saída do Museu Paulista em 1916 esteve o anti-germanismo causado pela Primeira Guerra Mundial, como demonstrou a bibliografia.¹¹¹

Assim, diferentes dimensões devem ser pensadas na análise da obra de Hermann von Ihering. Temos sua inserção em São Paulo em um contexto de construção de um discurso regionalista, ao mesmo tempo em que o cientista esteve envolvido em assuntos ligados à comunidade alemã em território brasileiro. Resta-nos compreender como estas duas dimensões se articulam em nível internacional, lugar de legitimação científica, e se somam a uma rede internacional de Americanistas.

De forma geral, pode-se considerar um americanista como um estudioso dos assuntos relacionados à América. O termo, no entanto, possui um contexto e uma

¹⁰⁹ Hitoshi Nomura realizou um trabalho que inclui o levantamento dos mais de trezentos artigos publicados por Hermann von Ihering durante sua vida. A partir desse trabalho, é possível observar com clareza os temas que compuseram as fases da trajetória do cientista. NOMURA, Hitoshi. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan - Vol. VIII (1), pp. 9-60, Jan/Jun 2012.

¹¹⁰ IHERING, Hermann von. A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 33-161, 1895. p. 40.

¹¹¹ ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado. Op. Cit.*; BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista. Op. Cit.*

utilização específica que insere esses estudiosos em um momento de imperialismo europeu e de definição dos conceitos de América, América Hispânica, América Anglo-Saxã, América Latina, América do Sul, etc. Portanto, o movimento dos americanistas, no qual inserimos Hermann von Ihering, se conformou como uma rede internacional de intelectuais envolvidos em disputas sobre a conformação das identidades americanas.

Cabe destacar, para a compreensão do alcance dessas definições, que o termo América Latina começou a ser empregado na década de 1850 e, embora sua origem seja atribuída aos americanos José Maria Torres Caicedo (1830-1889), Francisco Bilbao (1823-1865) e Justo Arosemena (1817-1896), respectivamente da Colômbia, do Chile e do Panamá, a sua difusão e popularização aconteceu na França durante o Segundo Império (1852-1870) de Napoleão III. Esse período foi marcado pelos interesses franceses no comércio com a América e na intervenção da França em território mexicano. O conceito de América Latina, portanto, representava uma conexão histórica que vinculava o território americano ao mundo latino europeu, do qual a França reivindicava o lugar de centralidade.¹¹²

Não à toa, em 1875, seria realizado o *I Congresso Internacional de Americanistas* na cidade de Nancy. Organizado pela *Société Américaine de France*, sociedade que fora um desmembramento da *Société d'ethnographie américaine et orientale*, o primeiro congresso foi presidido por José Maria Torres Caicedo e teve enfoque nas pesquisas sobre o período pré-colombiano, especialmente a respeito da origem do homem americano. O estabelecimento de um congresso, embora não possamos limitar o americanismo à atuação de seus participantes, circunscreve um conjunto de personagens e espaços aonde circularam ideias, cientistas e políticos.

Depois de ser realizado em Luxemburgo (1877), Bruxelas (1879), Madrid (1881), Copenhague (1883), Turin (1886), Berlim (1888), Paris (1890), Huelva (1892) e Estocolmo (1894), o *Congresso de Americanistas* promoveria sua primeira edição em solo americano na Cidade do México em 1895, momento em que estabeleceu uma alternância entre as edições sediadas no território europeu e americano. Esquema que, com pontuais exceções, permanece até os dias atuais.¹¹³ Embora Hermann von Ihering

¹¹² BRANDALISE, Carla. O conceito de América Latina: hispano-americanos e a panlatinidade europeia. *Cuadernos del CILHA*, v. 14, p. 74-106, 2013; DINIZ, Dilma. O conceito de América Latina: uma visão francesa. *Caligrama* (UFMG), Belo Horizonte, v. 12, p. xx-xxx, 2007.

¹¹³ COMAS, Juan. *Cien años de Congresos Internacionales de Americanistas*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974.

não tenha testemunhado a realização do congresso no Brasil, uma vez que a primeira edição em solo nacional foi realizada no ano de 1922, na cidade do Rio de Janeiro - momento em que o cientista não estava mais à frente do Museu Paulista e havia migrado para a Argentina - sua relação com o congresso foi efetiva, tendo participado das edições de Stuttgart em 1904 e Buenos Aires em 1910, além de ter um envolvimento direto com as acusações de Albert Fric no congresso de Viena em 1908.

Portanto, a produção de Hermann von Ihering pode ser enquadrada no movimento internacional dos Americanistas¹¹⁴, que teve no Congresso de Americanistas seu epicentro, mas conformou-se como um espaço intelectual que contemplou diversas instituições científicas, universidades, museus, revistas e intercâmbios entre os estudiosos dos temas americanos. Ihering, aproximou-se mais efetivamente dos pesquisadores argentinos e alemães estabelecendo relações que contribuíram teoricamente e materialmente para o desenvolvimento de seu trabalho e do Museu Paulista. Sua carreira, conseqüentemente, foi indissociável destes grupos. Desde sua formação acadêmica na Alemanha, passando pela migração ao Rio Grande do Sul e posterior mudança para São Paulo.

Por um lado, se existiu um amplo grupo de pesquisadores de diferentes nacionalidades que se dedicou aos mais variados assuntos do continente americano, tais como sua história, economia, população, costumes, etc., por outro, nos assuntos relacionados aos indígenas do território brasileiro, destacaram-se os estudos dos etnográficos alemães que, entre os anos de 1884 e 1929, realizaram quinze expedições etnográficas no Brasil. Nesta lista estão os nomes de Karl von den Steinen (1855-1929), Paul Ehrenreich (1855-1914), Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), Max Schmidt (1874-1950), Wilhelm Kissenberth (1878-1944) e Fritz Krause (1881-1963). As datas de 1884 e 1929 referem-se, assim, à atuação deste grupo de pesquisadores e demarcam o período que compreende a primeira expedição ao Xingu e a morte de Karl von den Steinen. Esse recorte temporal do grupo dos americanistas alemães é defendido por Erik Petschelies sob o argumento de que “precisamente nessa faixa

¹¹⁴ Denominarei esse grupo de pesquisadores como Americanistas, evitando utilizar o termo Americanismo. O Americanismo foi um movimento intelectual brasileiro de aproximação com os Estados Unidos e valorização dos assuntos americanos em detrimento das tradições europeias. Embora os Americanistas e o Americanismo possuam em certos momentos pontos de confluência, constituem-se como movimentos divergentes. Os Americanistas, primordialmente, estabeleceram uma relação intelectual entre Europa e América que teve origem nas pesquisas da antropologia, arqueologia e etnografia. No mesmo período, e com a mesma finalidade, foram fundados os movimentos dos Orientalistas e Africanistas. Portanto, o movimento dos Americanistas possuiu uma perspectiva fundamentalmente eurocêntrica.

temporal os povos indígenas do território brasileiro foram estudados sistematicamente por um grupo coeso de pesquisadores, ligados de uma maneira ou outra aos museus etnológicos alemães e ao seu programa antropológico”¹¹⁵.

Esse programa antropológico alemão possui raízes que podem ser remontadas aos filósofos do século XVIII e que, durante as primeiras fases do iluminismo alemão, “preocupavam-se com a origem dos povos, das línguas, dos Estados e dispunham para a reconstrução histórico-descritiva material etnográfico e linguístico”.¹¹⁶ No final deste século, os trabalhos do filósofo Johann Herder (1744-1803) originariam o conceito moderno de *Kultur*, que a partir de então integraria o cerne do pensamento antropológico. Herder foi responsável por transformar a *Kultur* “em uma característica constitutiva de todas as nações, rejeitando, ao mesmo tempo, a ideia de que cultura se relaciona unicamente à cultivação pessoal ou que seja exclusividade germânica”.¹¹⁷ A cultura, nesse sentido, passava a ser apreendida como plural e uma característica universal dos povos.

Dois de seus discípulos, os irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt, transformariam o conceito de *Kultur*, ligando-o à natureza. O primeiro por meio da linguagem, ao defender que cada povo possuía um caráter nacional “que incorporaria o holismo da vida social: religião, arte, língua, etc., cuja união revelaria o seu patamar cultural”¹¹⁸ e esse “caráter nacional de um povo seria guiado pelo seu espírito (Volksgeist), que se manifesta na cultura”¹¹⁹, cultura que por sua vez se expressaria pela linguagem. A língua era entendida como uma construção humana coletiva, histórica e significava o “ponto de passagem da subjetividade humana para a objetividade da comunicação”.¹²⁰ Todos os povos a possuíam e a sua análise deveria ser feita dentro de suas especificidades, sem que fossem hierarquizadas. Portanto, “Wilhelm von Humboldt estabeleceu um dos principais paradigmas a ser incorporado pela antropologia americanista: através do estudo da linguagem é possível evidenciar o funcionamento da mente humana”.¹²¹

Por sua vez, o segundo defendia uma descrição empírica rigorosa do mundo natural. A postura metodológica de Alexander von Humboldt foi incorporada pela

¹¹⁵ PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019, p. 20.

¹¹⁶ Idem, p. 44.

¹¹⁷ Idem, p. 57.

¹¹⁸ Idem, p. 59.

¹¹⁹ Idem, p. 59.

¹²⁰ Idem, p. 60.

¹²¹ Idem, p. 60.

etnologia alemã e pelos americanistas alemães que, nas palavras de Petscheliés “se tornaram seus partidários radicais até o fim em 1928”¹²² Em resumo, para Humboldt “haveria uma conexão entre todas as entidades naturais e sociais, formando uma espécie de harmonia cósmica, um ordenamento do mundo”.¹²³ A somatória dos trabalhos e da influência dos irmãos Humboldt foi definitiva para a formulação da moderna etnologia alemã que teve seus fundamentos assentados nas figuras de Adolf Bastian (1826-1905), Friedrich Ratzel (1844-1904) e Rudolf Virchow (1821-1902).

Dentre os três, Bastian é reconhecido como o fundador da etnologia moderna alemã. Seus estudos buscavam vincular a linguagem ao desenvolvimento psicológico dos povos. Pretendia, assim, responder empiricamente à questão sobre a diferenciação humana ao redor do mundo, apesar de suas características universais. Existiriam pensamentos elementares na humanidade que se transformariam em pensamentos étnicos a partir de estímulos externos. O europeu, nesse sentido, além da destruição física e material que proporcionava com sua expansão, promovia uma destruição dos pensamentos, transformando-os e distanciando-os de suas formas elementares. O caminho encontrado por Adolfo Bastian para desvendar esses pensamentos elementares foi procurá-los onde os vernizes da civilização fossem mais fracos. Ou seja, quanto mais "selvagem" fosse uma população, mais distante da Europa e, portanto, da civilização, mais interessante se tornava para o conhecimento científico. O objeto da etnologia alemã era delimitado naquele momento por Adolf Bastian: a busca por povos isolados. O próprio etnólogo empreendeu oito expedições durante sua vida, percorrendo a Oceania, as Américas, a África e a Ásia. O trabalho de campo de observação, coleta e classificação estabelecia-se como o método por excelência da etnologia moderna alemã. No entanto, diante do entendimento de um inevitável desaparecimento dessas populações ao redor do mundo, a cultura material passou a ser incorporada como elemento empírico do trabalho do etnólogo, pois, "com o avanço destruidor da civilização europeia, futuramente o único meio de acesso aos pensamentos elementares seria de fato a cultura material". Por este motivo, "a cultura material terá papel preponderante na institucionalização da etnologia alemã".¹²⁴

Além de Adolf Bastian, compuseram o cenário dos pesquisadores que fundamentaram a moderna etnologia alemã: o geógrafo Friedrich Ratzel e o médico

¹²² Idem, p. 61.

¹²³ Idem, p. 61.

¹²⁴ Idem, p. 72.

patologista e antropólogo físico Rudolf Virchow. Do primeiro destaca-se a obra publicada na década de 1880 intitulada *Antropogeografia*, a antropogeografia como modelo de análise do espaço geográfico tornou-se muito influente, não apenas para o desenvolvimento da disciplina da geografia, mas também para a etnologia alemã. Esse modelo abrangia três dimensões da relação entre a humanidade e o espaço físico: a distribuição das populações no planeta, a influência do ambiente na formação das sociedades; e a formação dos territórios nacionais. A respeito da relação entre humanidade e meio ambiente, Ratzel estabeleceu quatro formas em que essa influência se exercia:

1º) Uma influência que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda e duradoura; primeiramente ela age sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica; e só mais tarde passa assim ao âmbito da história e da geografia, isto é, quando se estende a povos inteiros. 2º) Uma influência que direciona, acelera ou obstaculiza a expansão das massas étnicas. Esta determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. 3º) Uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e a reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e portanto a perdas das próprias características. 4º) Finalmente uma influência sobre a constituição social de cada povo que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e pois a obtenção da riqueza por meio da troca.¹²⁵

As postulações de Friedrich Ratzel não significavam um determinismo estanque como comumente foi definido. Essa apropriação do geógrafo alemão deveu-se ao trabalho de Lucien Febvre (1878-1956), como nos lembra FULANO. No livro *Terra e Evolução Humana* Febvre cunhou o termo *determinismo* para definir Ratzel, enquanto reservou o termo *possibilismo* para o geógrafo Vidal de la Blanche. Esse termo e sua apropriação vindoura, no entanto, não é capaz de abranger a complexidade do pensamento de Ratzel. O geógrafo buscava compreender as diferentes pressões que a natureza poderia causar no desenvolvimento das sociedades humanas e inquirir sobre a sua multiplicidade de características ao redor do mundo. Por este motivo, Petschelies destaca que sua obra observava o meio ambiente como

¹²⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 60.

condicionante e não determinante sobre os povos. A história e as migrações eram componentes indispensáveis de sua teoria. E, por fim, seus trabalhos pretendiam “responder a uma questão fundamental de sua época, com a qual os americanistas também se preocupariam algumas décadas depois: qual é a origem das culturas e como se explica a diversidade cultural?”¹²⁶

Veremos ao longo desta tese como o pensamento geográfico de Friedrich Ratzel foi uma das pedras angulares do pensamento etnográfico de Hermann von Ihering. A vinculação do desenvolvimento das culturas ao espaço geográfico proposta por Ratzel resultou na ideia do difusionismo. O difusionismo de Ratzel era o entendimento de que centros de civilização se formavam a partir dos fluxos migratórios e por eles se espalhavam, conquistando, dominando e expandindo seus limites. O contato entre povos transmitia os meios materiais necessários para a fundação de civilizações e o seu desenvolvimento. Os objetos etnográficos ganhavam, sob uma perspectiva diferente da aberta por Adolf Bastian, um novo impulso como objeto científico dentro da antropogeografia de Ratzel. Pois, em sua visão, eram as condições materiais que precediam as espirituais. Como o próprio afirmava: “qualquer questão sobre a origem da civilização resolve-se na questão seguinte: o que favorece o desenvolvimento das bases materiais da civilização?”¹²⁷

O último nome de nossa lista, Rudolf Virchow, exerceu um preponderante papel no meio intelectual alemão. Médico, patologista, político e dedicado à antropologia física, foi considerado o fundador da etnologia moderna alemã ao lado de Bastian. Juntos fundaram em 1869 a *Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte* - Sociedade Berlinense de Antropologia, Etnologia e Pré-História - e em 1868, inaugurado em 1873, o *Königliches Museum für Völkerkunde* - Museu Real de Antropologia. Bastian também havia fundado em 1869 a *Zeitschrift für Ethnologie*, a revista mais importante para a área no país. Segundo Petschelies, Bastian e Virchow foram responsáveis por difundir entre todos os americanistas um modelo de antropologia que pressupunha o estudo completo do homem baseado em quatro campos: antropologia física, etnologia, arqueologia e linguística.¹²⁸

¹²⁶ PETSCHELIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. op. cit., p. 76.

¹²⁷ PETSCHELIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. op. cit., p. 135.

¹²⁸ Idem, p. 80.

Esse movimento da moderna etnologia alemã iniciado por Adolf Bastian e Rudolf Virchow foi responsável por colocar a etnografia no centro dos estudos sobre outros povos e os museus em destaque no cenário alemão. Esse fator é destacado por H. Glenn Penny em sua obra *Objects of culture: ethnology and ethnographic museums in imperial Germany*, para quem era impressionante o número de objetos acumulado pelos alemães provenientes de todos os lugares do mundo na virada do século XIX para XX. A etnografia tornou-se tão relevante para os intelectuais do país que seus museus guardavam uma quantidade de objetos múltiplas vezes maior que os maiores museus ingleses ou franceses, apesar de um poder colonial inferior a estes países. A explicação para esse fenômeno estaria primeiramente numa “strong liberal-humanist tradition in the German cultural sciences and a more general desire among many Germans to connect with the non European world”.¹²⁹ Tradição esta fundamentada no pensamento humboldtiano e apropriada para a etnografia por Bastian. Portanto, o desenvolvimento dos museus alemães foram inspirados sobremaneira nesses personagens:

These museums were created in conscious opposition to the wonder cabinets of an earlier age, and they represented a determined attempt to move beyond curiosity and toward an empirically based science of human culture and history. They were also more ambitious than the museums we are familiar with today. Ethnologists presented their new museums as archives of interrelated visual texts, which, when complete, would function like thesauri of mankind. As Bastian envisioned it in the early 1870s, the ideal ethnographic museum would contain material culture from across the globe and throughout time.¹³⁰

Este era o ambiente intelectual no qual Hermann von Ihering se formara. Zoólogo, nutriu pela antropologia uma dedicação ao longo de toda sua carreira científica, especialmente durante o período em que residiu no Brasil e exerceu o cargo de diretor do Museu Paulista. Suas contribuições na área datam ainda do período de sua juventude na Alemanha, com publicações nas revistas antropológicas alemãs durante a década de 1870 a partir da análise craniométrica de exemplares existentes na cidade de Gottingen e colecionadas por Johann Blumenbach (1752-1840). Anos mais tarde, já no Brasil, deixaria a craniometria e as análises da antropologia física em segundo

¹²⁹ PENNY, H. Glenn. *Objects of culture: Ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002. p. 2.

¹³⁰ Idem, p. 2-3.

plano, dedicando-se à reunião de objetos etnográficos. Desde então, ligaria aos estudos de cultura material que haviam se consolidado na tradição americanista de seu país natal.

Por este prisma, compreendemos a produção de Hermann von Ihering como inserida no contexto do americanismo alemão e de seus pressupostos. Usualmente, o cientista não foi lido nesta chave. Talvez pela Zoologia ocupar o primeiro plano de suas atividades científicas, ou pelo fato de ter emitido opiniões controversas sobre os indígenas brasileiros, ou ainda por desenvolver suas pesquisas dentro do museu ao invés de trabalho de campo etnográfico que notabilizou Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Theodor Koch-Grünberg, Fritz Krause e Curt Nimuendajú na história da antropologia brasileira. Mas, buscamos demonstrar que a cultura material e os museus estiveram no centro da conformação da chamada moderna etnologia alemã e se constituiu como a principal de suas características.

1.5 - Apontamentos sobre a coleção etnográfica do Museu Paulista

Propriedade característica da constituição dos museus, os objetos tornam-se fundamentais para a compreensão das atividades desenvolvidas nesse espaço e do tipo de ciência decorrente de suas práticas. Assim, uma observação panorâmica da formação da coleção etnográfica no Museu Paulista durante a direção de Hermann von Ihering faz-se imprescindível para entendermos o projeto científico levado à cabo no intervalo entre os séculos XIX e XX. Os artefatos etnográficos, retirados de seu contexto original, transformam-se em semióforos ao perderem suas funções pregressas e serem inseridos em uma nova rede de referências culturais que ressignificam sua utilidade. Como consequência, utensílios domésticos, vestimentas, armas e os próprios corpos indígenas transformam-se em evidências evolutivas expostas aos olhos dos visitantes e das pesquisas científicas produzidas nos museus.¹³¹

Portanto, esse conjunto de objetos possuiu uma lógica subjacente ao seu contexto de coleta, seleção, preservação, exposição e utilização. Este motivo justificou a opção por encerrar o capítulo com uma trajetória da formação da coleção etnográfica do

¹³¹ POMIAN, Krzysztof. Coleção. Op. Cit.

Museu Paulista. Pois, reconhecendo as principais diretrizes do funcionamento da instituição e a inserção do museu no cenário intelectual brasileiro e paulista torna-se inteligível como esses artefatos são simultaneamente constituídos e constituintes de uma perspectiva cultural fundamentada nos ideais de civilização, progresso e ciência que, ao lado da busca pela expansão capitalista, do colonialismo, do liberalismo e do racismo, compuseram os elementos basilares da concepção de modernidade gestada no período.¹³²

Não obstante, é necessário ressaltar que a crítica ao que ficou conhecido como racismo científico não pode negligenciar seu caráter científico. A diferenciação dos povos, sua classificação racial e a atribuição de características inatas ao seu desenvolvimento foram emoldurados pelas ciências que se estabeleceram nas décadas finais dos oitocentos. Etnografia, Antropologia física, Arqueologia foram disciplinas que formataram olhares metodologicamente conduzidos sobre a questão. No caso do Museu Paulista, a coleção dos objetos seguiu por vezes o acaso das doações e das relações sociais inerentes ao desenvolvimento da ciência. Mas, em outras ocasiões, os artefatos foram pessoalmente selecionados para compra ou permuta a partir do projeto de pesquisa norteado por Hermann von Ihering. Isto posto, a composição da coleção privilegiou objetos etnográficos e arqueológicos que respondessem às discussões sobre a distribuição e desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil Meridional em comparação com outras regiões da América do Sul e do país. Pautado numa perspectiva evolucionista e difusionista em consonância com instituições europeias que realizavam pesquisas que consideravam a existência de diferentes centros irradiadores de culturas superiores ao redor do planeta, Ihering postulava os Incas como um desses centros de civilização superior que teria se difundido pela Argentina e pela região do sul brasileiro.

A agenda de pesquisa etnográfica do Museu Paulista foi, no entanto, mais ampla que esse primeiro objeto de investigação. Soma-se a este tópico a busca por uma catalogação de toda a fauna, flora e das populações indígenas no território de São Paulo. A incumbência de inventariar todos os aspectos da natureza paulista conectou-se com as pesquisas anteriores de seu diretor, inserindo São Paulo como área do Brasil Meridional. Ademais, como imperativo metodológico para um museu que pleiteava uma posição de destaque como uma instituição sul-americana e de

¹³² Dimensões que serão abordadas nos próximos capítulos deste trabalho.

relevância internacional, tornava-se imprescindível a construção de uma coleção mais abrangente que incorporasse elementos representativos do Brasil, da América do Sul e de outras localidades. Ainda assim, como advogava Ihering, não seria necessário que o Museu Paulista tivesse uma coleção muito extensiva do Brasil e do mundo, reservando seus esforços para a constituição de um vasto acervo sobre a região sul e São Paulo.

Diego Amorim Grola dedicou sua dissertação ao estudo da coleção de História Natural do Museu Paulista no período de Hermann von Ihering e pontuou algumas características das formas de aquisição dessas coleções. O pesquisador privilegiou a coleção Zoológica, mais extensa e importante da instituição, não tecendo muitos comentários sobre a etnográfica, no entanto, demonstra práticas colecionistas que abrangem todas as áreas do Museu Paulista. A primeira característica destoante é em relação às expedições e coletas em campo que, como demonstrou o autor foi o modo mais relevante de coleta para as coleções de História Natural, fato que não se repetiu quando observamos a coleção de etnografia. A permuta, para todas as esferas do museu, foi o método menos utilizada, pois dependia da disponibilidade de duplicatas e negociação com outras instituições. Por fim, Grola destaca a importância da compra para o acervo, uma vez que “A compra, portanto, diferentemente da permuta e das coleções, ensejava melhores oportunidades para o Museu escolher os materiais que atendessem às suas necessidades científicas e expositivas”.¹³³ Para a coleção etnográfica, a compra foi o principal formato de aquisição de objetos que serviram de fundamento para as pesquisas do diretor.

Em linhas gerais, essas foram as diretrizes que coordenaram a aquisição do conjunto de objetos que compuseram a coleção etnográfica do museu. Contudo, antes de apresentarmos os principais objetos incorporados à coleção durante a direção de Ihering, duas questões anteriores à fundação do Museu Paulista são indispensáveis para a explanação dos rumos da área na instituição: em primeiro lugar, o Museu Paulista foi constituído a partir do desmembramento de uma seção da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP), criada para guardar a coleção particular do Coronel Joaquim Sertório que havia sido doada ao Estado; em segundo lugar, a trajetória intelectual de Hermann von Ihering que havia migrado da Alemanha para o Rio Grande do Sul na década de 1880, momento em que definiu os objetos de

¹³³ GROLA, Diego Amorim. *Coleções de História Natural no Museu Paulista, 1894-1916*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

pesquisa que acompanhariam toda a sua carreira e atuação no museu. Esses dois aspectos convergiram no momento em que Ihering foi contratado como zoólogo da CGGSP para organizar essa coleção e, a partir da qual, conformou o projeto de um museu de maior amplitude.

A história do Museu Paulista possui, portanto, um capítulo anterior ao início de suas atividades que reside nessa coleção particular organizada por um certo Coronel Sertório. Os relatos publicados a respeito desta coleção datam de início dos anos 1880, cerca de 10 anos antes desta coleção ser adquirida pelo governo de São Paulo em 1890, constituindo o Museu do Estado¹³⁴. Dentre os relatos que deram notícia desta coleção encontra-se o do viajante alemão Karl von Koseritz que por passagem por São Paulo em 1883 visitou a casa de Sertório a convite de Albert Lögren (1854-1918), escrevendo a respeito de suas impressões:

Desde que chegara tinha ouvido muita coisa sobre esta coleção particular, mas devo confessar que ela excedeu à minha expectativa. O coronel Sertório é um homem rico e só, que tem a paixão das coleções. Sem preocupação científica ele encheu completamente a sua casa de uma quantidade de objetos dos mais diferentes gêneros. Há ali muita coisa inútil ao lado de material extraordinariamente importante. Mas o certo é que a coleção foi feita com enorme esforço e grande sacrifício de dinheiro, e seguramente nenhum particular no Brasil fez antes coisa parecida. Suas coleções constituem um museu como nenhuma província do país possui e representam um valor muito grande.¹³⁵

Koseritz atribui uma grande importância ao material reunido por Sertório, embora apresente ressalvas quanto aos métodos científicos de organização já em voga naquele momento e que seriam empregados apenas após a transferência da coleção para instituições científicas paulistas. Em relação ao objeto específico desta tese o viajante fez as seguintes considerações:

[...] a coleção antropológica não é muito valiosa, pois só possui um esqueleto de mulher preparado na Europa e alguns crânios comuns.

¹³⁴ Uma análise mais detalhada sobre essa coleção pode ser encontrada em: CARVALHO, Paula. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.22. n.2. p. 105-152. jul.- dez. 2014; _____. De uma “cientificidade difusa”: o coronel e as práticas colecionistas do Museu Sertório na São Paulo em fins do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 189-210. jul.-dez. 2015.

¹³⁵ KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 265-266.

Nada há sobre o homem americano, nem crânios ou ossos dos sambaquis, nem tão-pouco ossos das cavernas. Chamei a atenção do digno colecionador sobre esta deficiência, e ele naturalmente procurará saná-la, pois, como é rico, não lhe faltarão meios. A coleção etnográfica contém poucas armas de pedra, urnas e potes, mas possui, em compensação muitos objetos de uso dos indígenas atuais, que são muito interessantes.¹³⁶

Essa sintética descrição é reveladora de algumas características esperadas de uma coleção etnográfica e antropológica - utilizando a distinção de Koseritz. Uma coleção antropológica era aquela dedicada aos corpos, onde seria necessário a acumulação de esqueletos e crânios bem preparados e do maior número de populações possível, especialmente do território americano. A chamada coleção etnográfica contemplava toda sorte de objetos, sendo elogiado pelo viajante a coleção de utensílios. No entanto, aquilo que fazia falta eram armas, urnas e potes, materiais que eram empregados como indícios evolutivos desses povos. Serão esses os materiais que receberão mais atenção com o advento do Museu Paulista.

O Museu Sertório, como esta coleção passou a ser conhecida, foi adquirido pelo político Francisco de Paula Mayrink (1839-1906), doado ao estado de São Paulo e encaminhada aos cuidados da CGGSP onde passaria por um processo de organização e, posteriormente, se desdobraria no Museu do Estado e Museu Paulista. É necessário salientar que havia uma discussão sobre o uso que seria dado ao espaço do prédio do Ipiranga e esses debates giravam em torno de uma função educacional. Dentre as opções, Hermann von Ihering e Orville Derby, então diretor da CGGSP, conseguiram articular a transferência da coleção para ocupar esse espaço e esta função. Observando a correspondência trocada entre os dois cientistas, e entre Ihering e Florentino Ameghino - naturalista do Museu de la Plata - Maria Margaret Lopes e Silvia Figuerôa demonstram os bastidores que envolveram a saída de Hermann von Ihering do Museu Nacional, sua estadia do Rio Grande do Sul e as negociações iniciadas com o convite de Orville Derby para que trabalhasse como Zoólogo da CGGSP, assumindo conseqüentemente a organização do Museu Sertório. As correspondências revelaram outra dimensão que envolveu a criação do Museu Paulista, como uma certa ambição profissional de Ihering em busca de maior espaço para suas pesquisas.¹³⁷

¹³⁶ Ibidem, p. 266.

¹³⁷ LOPES, Maria M.; FIGUERÔA, Silvia F. M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 23-35 (2002-2003).

O início das atividades do Museu Paulista ocorreu em 1895. Data que marca a cerimônia de inauguração da instituição perante uma seleta plateia composta por políticos, jornalistas, intelectuais e membros da elite paulista em geral. Dentro das instalações do prédio monumento do Ipiranga, construído em 1890, seu diretor Hermann von Ihering proferiu um discurso que demarcaria suas intenções e planos para o funcionamento do museu sob sua gestão. A importância desse discurso reside no fato de Ihering delimitar uma área de atuação para a instituição e uma justificativa para seu funcionamento que se encaixava no projeto político paulista dos anos iniciais da República.

Publicado no primeiro número da *Revista do Museu Paulista* esse discurso representa mais uma peça na construção de uma imagem para o museu e para suas atividades científicas. Nesse sentido, a *Revista* ocupou um lugar de destaque nas atividades da instituição ao servir como porta-voz do cientista que comandava o museu. Essa característica peculiar, quando comparada com publicações de instituições congêneres, se evidencia na capa da *Revista* que exibia o nome de H. von Ihering e uma lista com todas as sociedades científicas as quais era associado¹³⁸. Mais que esse aspecto, a observação dos artigos veiculados demonstra que essa centralidade do diretor também é visível no montante das publicações. Em suma, a expressiva maioria das páginas eram ocupadas por estudos de Hermann von Ihering, seguido por seu filho Rodolpho von Ihering (1883-1939). Ademais, os trabalhos produzidos por outros pesquisadores mantinham relação estreita com os interesses científicos de Ihering.

¹³⁸ Essa característica acompanhou o período de Hermann von Ihering à frente da instituição entre 1895 e 1916. Seu sucessor Afonso de Taunay a partir de 1917 retirou essas informações da capa da *Revista do Museu Paulista*, além de fundar uma nova publicação: *Anais do Museu Paulista*. Sobre as capas de *Revista do Museu Paulista* como forma de comunicação científica e a trajetória do período, ver: BITTENCOURT, Vera Lúcia. Revista do Museu Paulista e(m) capas: identidade e representação institucional em texto e imagem. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.2. p. 149-184. jul.- dez. 2012.



Figura 4 - Capas da Revista do Museu Paulista (volumes 1 e 6).¹³⁹

No primeiro número da *Revista* é evidente a preocupação de Ihering com a área etnográfica, neste exemplar encontra-se o artigo *A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional*¹⁴⁰, trabalho dividido em alguns tópicos que acompanhariam sua trajetória no Museu Paulista. Esse artigo em particular demonstra as principais preocupações do autor que se desdobrariam em pesquisas posteriores. Em primeiro lugar, o estudo da arqueologia do Rio Grande do Sul que representava uma especialidade científica ora com certa autonomia, ora como ciência auxiliar para a coleta etnográfica e a formulação de uma teoria antropológica. Em segundo lugar, o destaque aos Coroados, posteriormente também designados pelo autor como Caingangues ou Kaingang, população que ocupou os territórios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Por fim, a conexão que Hermann von Ihering realizou

¹³⁹ *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol I, 1895, p. 1; *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol VI, 1904, p. 1.

¹⁴⁰ IHERING, Hermann von. *A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional*. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 33-161, 1895.

entre antropologia e territorialidade ao fazer um estudo comparativo entre suas pesquisas no Rio Grande do Sul com os existentes sobre São Paulo e Argentina, apresentando aquele que se tornaria seu grande objeto de pesquisa em antropologia: as populações que ocuparam o espaço geográfico meridional da América do Sul.

Apesar de ao longo dos anos adquirir objetos oriundos dos mais variados locais do Brasil e de algumas outras regiões do mundo, o projeto científico que orientava os estudos realizados no museu era delimitado por essa região meridional. O que não significou um contrassenso para um museu que se pretendia internacional e, para tanto, deveria construir uma coleção com a maior amplitude possível. Também é necessário lembrar que as coleções deveriam cumprir duas funções: servirem para serem expostas e para o desenvolvimento de estudos. Ao observarmos o conjunto dos artigos publicados na *Revista do Museu Paulista* detectamos uma ampla preferência pelo tema das populações meridionais, com exceções feitas aos Munduruku e aos Botocudos.

Mesmo nesses artigos, no entanto, Hermann von Ihering não deixou de lado o objeto científico por excelência do Museu Paulista. Ao analisar as cabeças mumificadas pelos Munduruku do Pará comparou com práticas de natureza similar entre os indígenas brasileiros, sul-americanos e norte-americanos. Se o escalpamento era uma prática dos “belicosos indígenas da América do Norte, parece ter sido raro na América Meridional”¹⁴¹, em compensação, argumentava o autor, alguns grupos indígenas brasileiros mumificavam cabeças de inimigos. O mote deste artigo é este: realizar a partir do caso dos Munduruku uma comparação dessas práticas entre os indígenas brasileiros e em todo o território da América do Sul. Mais uma vez as coleções foram postas em primeiro plano, pois, serviram como condução da análise comparativa de Ihering duas dessas cabeças mumificadas que foram adquiridas junto ao Sr. Estellita Alvares¹⁴². Caso semelhante encontramos no estudo sobre os Botocudos do Rio Doce, cujo texto escrito por Ihering é baseado nos trabalhos desenvolvidos pelo naturalista-viajante do Museu Paulista Ernesto Garbe e seu assistente Walter Garbe, que realizaram explorações à região do Rio Doce entre 1906

¹⁴¹ IHERING, Hermann von. As cabeças mumificadas pelos índios Mundurucús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. VII, 179-201, 1907, p. 179.

¹⁴² *Ibidem*, 180

e 1909¹⁴³. As primeiras incursões se limitaram à coleta de materiais zoológicos e botânicos mas, posteriormente, em 1909, Walter Garbe retornou à região exclusivamente para pesquisar os Botocudos. Desta viagem Garbe realizou uma série fotográfica, coletou a cabeça de uma mulher botocudo e recolheu alguns objetos para o museu.

Ademais, é possível observar a construção desse objeto de pesquisa antropológico do Museu Paulista. As populações indígenas que ocupavam o Oeste do estado e se espalhavam pelo sul do país, chegando aos vizinhos como Argentina, foram sistematicamente alvo de pesquisas. Para além da contribuição pessoal de seu diretor, a *Revista* publicou artigos de outros pesquisadores ligados ao tema como Telêmaco Borba, Theodoro Sampaio e Benigno F. Martinez. Um olhar geral sobre essas publicações é interessante para demonstrar o escopo dessa temática na *Revista*:

Ano	Volume	Título	Autor
1895	1	A Civilização prehistorica do Brazil Meridional	H. Von Ihering
1897	2	A Nação Guaianã da Capitania de São Vicente	Theodoro Sampaio
1900	4	Archeologia Rio Grandense	I. M. Paldaof
1904	6	Os Guayanãs e Caingangs de S. Paulo	H. Von Ihering
1904	6	Os Índios Guayanãs	Benigno Martinez
1904	6	Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná	Telêmaco Borba
1904	6	Breves noticias sobre uns objectos interessantes feitos pelos indígenas do Brazil	Rev. P ^a A. Schupp
1904	6	Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaen e de Santos	Benedito Calixto
1904	6	Archeologia comparativa do Brazil	H. Von Ihering
1907	7	Os índios Patos e o nome da Lagoa dos Patos	H. Von Ihering
1907	7	As cabeças mumificadas pelos indios Mundurucús	H. Von Ihering
1907	7	A Anthropologia do Estado de S. Paulo	H. Von Ihering

¹⁴³ IHERING, Hermann von.. Os Botocudos do Rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VIII, 38-51, 1911, p. 38.

1911	8	Os Botucudos do Rio Doce	H. Von Ihering
1911	8	A questão dos Índios do Brazil	H. Von Ihering

Tabela 1 - Artigos com temática indígena (etnografia, arqueologia e antropologia) na Revista do Museu Paulista

As primeiras compras relevantes do Museu Paulista ocorreram no ano de 1898, quando foi adquirido um conjunto de artefatos advindos dos Sambaquis de Iguape, coletados por Ricardo Krone e uma coleção de objetos etnográficos dos índios Karajá, do Rio Tocantis, comprada do Sr. José M. Pereira da Silva. Em seguida, entre 1899 e 1900, Hermann von Ihering realizou diversas pequenas viagens aos arredores de São Paulo em busca dos mais diversos exemplares para o museu, dentre os quais encontravam-se artefatos etnográficos e arqueológicos originários de Sambaquis. Ainda em 1899, notamos a entrada no museu de uma coleção etnográfica do Paraná, construída por Telêmaco Borba.

Destas primeiras aquisições podemos deduzir algumas informações que se repetiriam como prática colecionadora da instituição. Os principais métodos de aquisição foram as compras e permutas. Embora nesses primeiros anos tenha havido uma entrada importante proveniente da doação da coleção de Telêmaco Borba, estas foram em número muito reduzido quando observadas entre aquelas que foram apreciadas como possuidoras de maior valor científico. Dentre os inúmeros registros de entrada de material constantes nos catálogos de objetos percebemos uma aparente contradição, pois, enquanto o número de objetos etnográficos recebidos por doação foi relativamente maior que a de outras formas de aquisição, seu aparecimentos nas páginas da *Revista*, nos relatórios ou em eventos científicos foi irrelevante. Essa discrepância deve-se ao apreço aos métodos científicos e ao colecionismo pragmático em torno do objeto de pesquisa do diretor da instituição. Os objetos doados eram, via de regra, exemplares singulares e sem procedência detalhada, procedimento que contrariava uma concepção baseada na conformação de séries e catalogação da natureza proveniente da moderna etnologia alemã e dos métodos de classificação das ciências naturais.

Aquisição	Origem	Ano
Artefatos de Sambaquis de Iguape	Compra - Ricardo Krone	1898

Coleção de objetos etnográficos dos Índios Karajá, do Rio Tocantins	Compra - Sr. José M. Palmeira da Silva	1898
Artefatos Sambaquis	Incursão - Hermann von Ihering	1899 - 1900
Coleção etnográfica do Paraná	Doação - Telêmaco Borba	1900
Coleção etnográfica do sul brasileiro de Karl von Kozeritz	Compra - família Kozeritz	1901
Coleção dos irmãos Barbedo	Compra - Irmãos Barbedo	1901
Coleção de machados, tembetás e utensílios pré-históricos de Amargosa (BA)	Compra - Christovam Barreto	1903
Objetos etnográficos do sertão paulista	Doação – CGGSP	1905-1906
Objetos etnográficos diversos de São Paulo e Mato Grosso	Expedição - Curt Unckel	1909
Coleção Botocudos do Rio Doce	Expedição - Walter Garbe	1909
Objetos etnográficos argentinos e paraguaios, especialmente Calchaquí e Chamacocos	Compra e permuta - Museu de La Plata e Museu Nacional de Buenos Aires	1910
Objetos Incas do Peru	Permuta	1910

Tabela 2 - Coleções etnográficas adquiridas pelo Museu Paulista¹⁴⁴

As viagens empreendidas por Hermann von Ihering foram limitadas à pequenas distâncias da cidade de São Paulo e realizadas pontualmente. Assim, embora o diretor tenha uma marca indelével na construção das coleções, sua atuação na coleta foi bastante restrita. O Museu Paulista possuiu durante a sua gestão o cargo de viajante naturalista, ocupado subsequentemente por Bicego e Ernesto Garbe, com destaque para o segundo. Acompanhando Ernesto Garbe, também destaca-se seu filho Walter Garbe que desempenhou o papel de coletor e fotógrafo em viagens científicas. Sob responsabilidade de Walter Garbe, o Museu Paulista realizou uma das suas viagens mais importantes em busca dos Botocudos do Espírito Santo.¹⁴⁵ As viagens, portanto, diferentemente do ocorrido nas coleções de Zoologia, foram em número reduzido, mas formaram importantes núcleos que cumpriram funções específicas no conjunto do acervo.

¹⁴⁴ Livro de Tombo 1914. Museu Paulista. Acervos: Arqueológicos e Etnográficos; Catálogo II – Coleções Anthropologica e Ethnografica INV. 14. Livro de entrada Ethnographia e Anthropologia / Archeologia. Museu Paulista, 5.II-1914; RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista, 1894-1915. Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista.

¹⁴⁵ IHERING, Hermann von. Os Botocudos do Rio Doce. Op. Cit.

Outra característica fundamental foi a circulação de informações a respeito das coleções. Em 1900 foi publicada uma reprodução de um artigo escrito por I. M. Paldaof em 1898, no *Correio do povo* de Porto Alegre, onde analisava uma coleção do sul brasileiro reunida pelos irmãos Barbedo sob o título de *Archeologia riograndense*.¹⁴⁶ Paldaof havia sido citado em *A civilização prehistorica do Brazil* para comprovar alguns pontos de Ihering. Portanto, é perceptível a construção de uma justificativa científica da compra dessas coleções. No ano posterior, o museu adquiriu parte da coleção Barbedo e os objetos colecionados por Karl von Koseritz sobre o Rio Grande do Sul.

A publicação de Paldaof é um indicativo das dinâmicas que envolviam uma determinada coleção, tornando-a pública e de interesse científico para o Museu Paulista. Verifica-se, também, o reconhecimento de Paldaof do museu e da figura do seu diretor como autoridades em assuntos arqueológicos e etnográficos do Rio Grande do Sul, como pode ser certificado a seguir:

Pois que carecemos ainda de investigações minuciosas a respeito dos indigenas do Brazil, tivemos a idéa de comparar uma das mais importantes colleções archeologicas do Estado com os estudos ethnologicos publicados pelo director do museu paulista, no volume 1º da sua Revista, nos quaes são reunidas resumidamente todas as observações feitas por archeologos eximios, espacialmente riograndenses, como Koseritz, Ihering, Kunert, etc. Havendo, porém, outras por expor, vamos relatal-as nos presentes artigos. A colleção, que servirá de base às nossas observações, é a dos irmãos Barbedo. Percorrendo o Estado inteiro e os sambaquis das praias atlanticas, chegaram esses senhores a enriquecer as suas colleções com os mais raros specimens, dos quaes daremos uma simples descripção, para auxiliar a archeologia brasileira e o ilustre Dr. H. von Ihering, a quem o Rio Grande do Sul muito deve.¹⁴⁷

Após essa justificativa, Paldaof apresentou uma lista dos objetos com uma pequena descrição que corroboravam as teorias apresentadas por Hermann von Ihering no artigo *A civilização prehistorica do Brazil*. E, por fim, uma estampa com todos os artefatos descritos no artigo foi vinculada como anexo na *Revista*. A representação visual do acervo do museu constituía um padrão metodológico que abrangia todas as áreas de pesquisa da instituição. Assim, o acesso ao acervo não se limitava à visitação ou intercâmbio de objetos, as páginas da *Revista* configuraram-se

¹⁴⁶ PALDAOF, I. M. *Archeologia Rio Grandense*. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. IV, p. 339-348, 1900.

¹⁴⁷ PALDAOF, I. M. *Archeologia Rio Grandense*. Op. Cit. p. 340.

como um meio de divulgação científica dos objetos considerados mais relevantes para a agenda de pesquisa de seu diretor.

Por meio destas reproduções, podemos apreender quais foram os objetos avaliados como mais significativos para a instituição. Nota-se que os artefatos incorporados por doação nunca receberam representações imagéticas nas páginas da *Revista*, essas se limitaram aos objetos comprados ou coletados em excursões. E, com pontuais exceções, seguiram as questões que envolviam os estudos do Brasil Meridional.

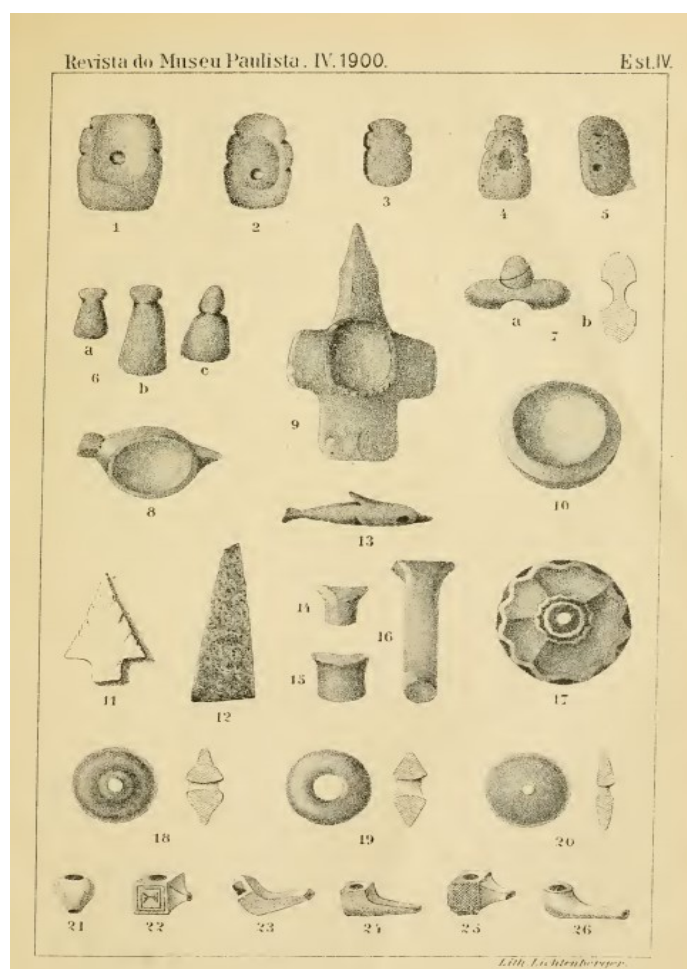


Figura 5 - Objetos etnográficos da coleção dos irmãos Barbedo ¹⁴⁸

No volume VI da *Revista do Museu Paulista*, novamente seriam vinculadas estampas das coleções consideradas mais importantes que foram incorporadas ao museu. Essas coleções foram utilizadas no artigo *Archeologia comparativa do*

¹⁴⁸ *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. IV, 1900.

*Brazil*¹⁴⁹ em que Ihering buscava determinar as regiões arqueológicas do país. Era a tentativa de escrever um amplo tratado arqueológico para o Brasil com base nos objetos etnográficos do museu.¹⁵⁰

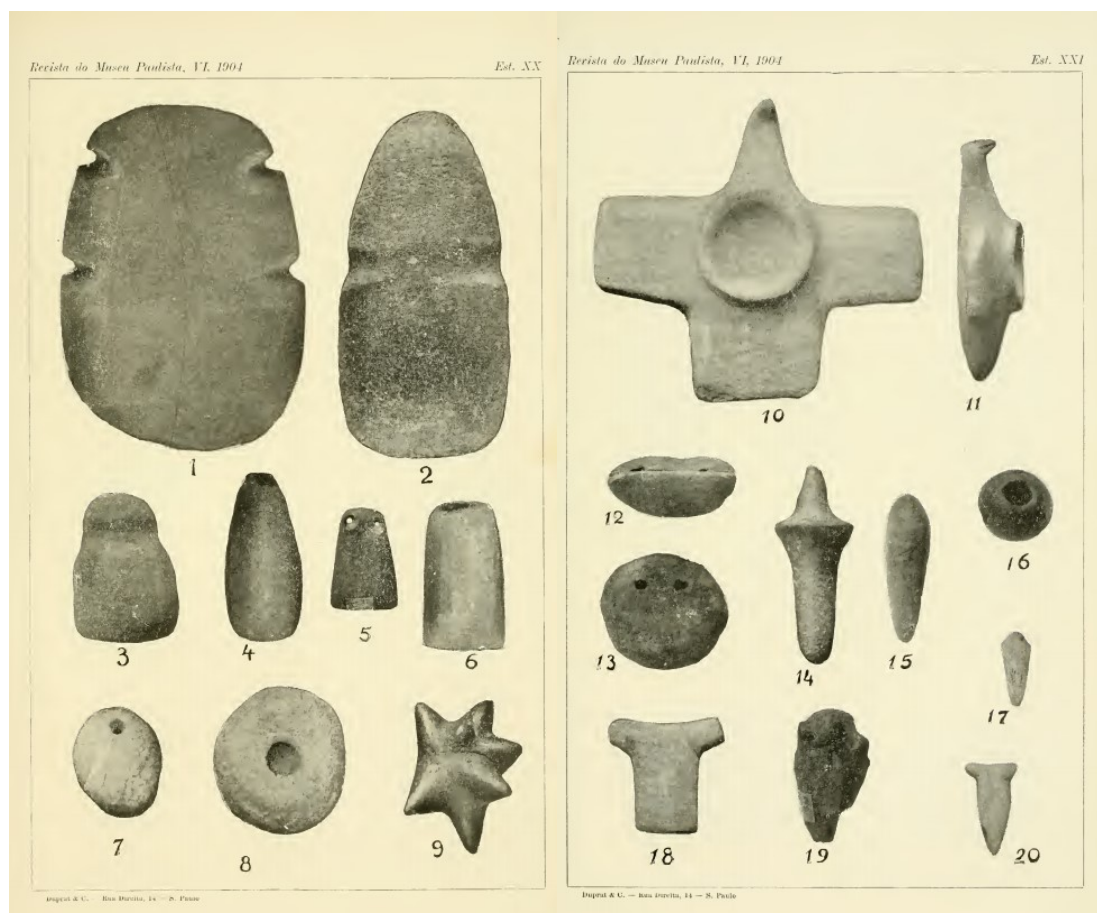


Figura 6 - Objetos etnográficos do Rio Grande do Sul da antiga coleção de Carl von Koseritz (esquerda) e da segunda coleção de Carl von Koseritz (direita) ¹⁵¹

Com os objetos etnográficos do Rio Grande do Sul, Hermann von Ihering discutiu a existência de características específicas para cada região do país, aquilo que denominou como províncias arqueológicas. Seriam em número de quatro: a província sambaquiana, estendendo-se do Rio Grande do Sul à São Paulo; a província sul-brasileira, limitando-se às antigas ocupações Guarani; a província bahiana, que acreditava poder se estender por todo o Nordeste; e a província amazônica. Para tanto comparou os dados conhecidos do Rio Grande do Sul com os adquiridos mais

¹⁴⁹ IHERING, Hermann von. *Archeologia comparativa do Brazil*, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 519-583, 1904.

¹⁵⁰ Trataremos um pouco mais detalhadamente da arqueologia, e desse artigo, no capítulo 4 desta tese.

¹⁵¹ *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 1904.

recentemente com objetos etnográficos de São Paulo e uma coleção proveniente da Bahia.

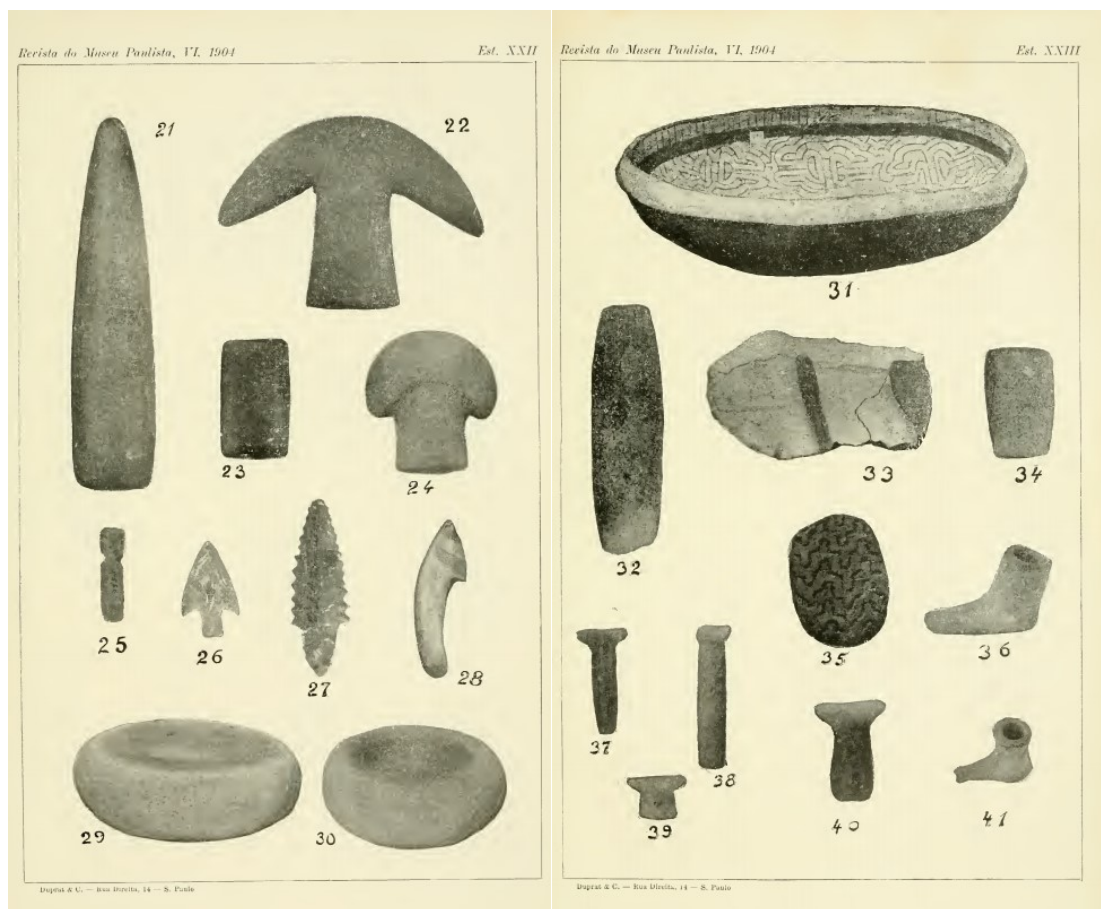


Figura 7 - Objetos etnográficos de São Paulo (esquerda) e da Bahia (direita)¹⁵²

A partir da incorporação das novas coleções, trabalhos foram publicados atualizando o artigo *A civilização prehistorica do Brazil Meridional*: em 1903 vieram à lume *El hombre prehistórico del Brasil*, publicado na revista *Historia*¹⁵³ e *A origem dos Sambaquis*, presente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP).¹⁵⁴ Dois temas que estiveram presentes em *A civilização prehistorica do Brazil Meridional* se sobressaem nestes dois artigos: primeiramente, questionamentos a respeito da pré-história brasileira; e, em segundo lugar, os Sambaquis como objeto de estudo da pré-história brasileira. Hermann von Ihering adotou uma posição singular no cenário intelectual local ao se posicionar como um defensor da origem

¹⁵² *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 1904.

¹⁵³ IHERING, Hermann von. *El hombre prehistorico del Brasil*. *Historia (Revista Bi-Mensual)*, Buenos Aires, ano I, tomo I, p. 161-170, 1903.

¹⁵⁴ IHERING, Hermann von. *A origem dos sambaquis*. *RIHGSP*, São Paulo, n.8, p. 446-457, 1903.

natural dos Sambaquis, contrariando as teorias correntes que afirmavam que esses morros de conchas e resquícios de ocupação de populações indígenas haviam sido formadas por ação humana. Também questionava a idade dos materiais encontrados, pois, a partir de uma série de comparações pensava encontrar evidências de objetos pós-colombianos, fato que motivava e justificava a busca pela exploração desses espaços.

Vejamos, como exemplo, o caso dos cachimbos: nas estampas contidas na figura 5, pode-se observar que os números 21 a 26 eram cachimbos encontrados no Rio Grande do Sul, assim como os números 36 e 41 da figura 7. Verifica-se que, além dos cachimbos, outros artefatos se repetem nas figuras, construindo uma amostragem capaz de ser comparada, sendo esse o método de investigação empregado por Ihering. Inicialmente, era necessário mapear os Sambaquis de uma determinada região e coletar objetos advindos deles; posteriormente, comparava-se como esses objetos estavam geograficamente distribuídos e, a partir destes dados, efetuava-se uma comparação que visava compreender o movimento de culturas temporalmente e espacialmente.

Segundo Ihering, era “de grande interesse conhecer-se a zona por onde são distribuídos os cachimbos”¹⁵⁵. Para tanto, recorreu aos trabalhos de Florentino Ameghino sobre a Argentina para demonstrar sua existência no país, também argumentou que não foram encontrados na Venezuela e no Peru, enquanto que no Chile eram conhecidos. Dentro dos limites dos território nacional havia “grande quantidade no Rio Grande do Sul, porém mais raramente são encontrados no littoral do Norte deste Estado até a Bahia e Alagoas. Parece que são completamente desconhecidos no Pará e Amazonas”¹⁵⁶. Para Ihering, portanto, era possível perceber o uso do cachimbo como uma introdução portuguesa na América do Sul, uma vez que não haveria “prova de que os indígenas do Chile conhecessem o uso do fumo em tempos precolombianos”¹⁵⁷. No entanto, para confirmar sua teoria ainda seria necessário o desenvolvimento de mais pesquisas:

Para solver a questão, é preciso antes de tudo vêr qual a distribuição dos cachimbos, nas diversas épocas da historia; infelizmente temos

¹⁵⁵ IHERING, Hermann von. *Archeologia comparativa do Brazil*. Op.cit., p. 82.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*.

a este respeito, como para todos os achados archeologicos do Brazil, poucos dados para se lhes poderem determinar a idade.¹⁵⁸

Esse procedimento era empregado para todos os tipos de materiais encontrados, não é o objetivo deste trabalho esgotar o tema nessas páginas, mas demonstrar como a compra e coleta dos materiais foram cientificamente conduzidas para responder às pesquisas e às teorias desenvolvidas pelo diretor Hermann von Ihering. Os Sambaquis se constituíram como local privilegiado de coleta de objetos, mas também como objeto de reflexão daqueles que se dedicaram ao estudo da arqueologia. Trata-se de um momento de definição de periodização da pré-história e da história brasileira e do lugar ocupado pelas populações indígenas nesse processo. Também, é necessário notar que a questão dos Sambaquis não ocupou apenas a intelectualidade brasileira, o tema foi amplamente discutido e pesquisado internacionalmente, especialmente pela etnologia alemã.

Nos anos subsequentes, as atividades do Museu Paulista em torno da coleção etnográfica se intensificaram significativamente. Em 1904, Hermann von Ihering participou da Exposição Universal de St. Louis onde apresentou a primeira versão de *The Anthropology of the State of S. Paulo, Brazil*¹⁵⁹ e apontou a necessidade de ampliação do conhecimento das populações do Estado. Além do já citado artigo *Archeologia comparada do Brazil*, o número VI da *Revista* conteve o maior número de artigos etnográficos em um mesmo exemplar, a saber: *Os Guayanãs e Caingangs de S. Paulo*, de Ihering; *Os Índios Guayanãs*, de Benigno Martinez; *Breves notícias sobre uns objectos interessantes feitos pelos indigenas do Brazil*, do Rev P. A. Schupp; e *Algumas notas e informações sobre a situação dos Sambaquis de Itanhaen e de Santos*, de Benedicto Calixto. Interessante notar que, às vésperas da retomada das expedições de exploração do Oeste paulista, o tema de maior destaque no museu foi em relação às populações indígenas paulistas, seja nos artigos da *Revista* ou na participação em um evento internacional.

Em 1905, o museu enviou o funcionário Francisco Gunther para acompanhar a excursão ao Rio Feio da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*.¹⁶⁰ E, entre 1905 e 1906, diversos objetos seriam doados pela *Comissão* ao museu. A relação

¹⁵⁸ Idem, ibidem.

¹⁵⁹ IHERING, Hermann von. *The anthropology of the State of S. Paulo, Brazil*. São Paulo: Duprat & Comp, 1904.

¹⁶⁰ RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista. Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista 1905.

entre Museu Paulista e CCGSP possuiu uma profundidade maior que o fornecimento de objetos. Além da conexão mais óbvia relacionada à origem do Museu Paulista, existiu um conjunto conceitual, político e cultural comum entre esses espaços produtores de conhecimento. Uma certa circularidade entre conhecimento científico, ocupação territorial e representação social envolveu esse período de forte expansão da fronteira agrícola que resultou no quase extermínio das populações indígenas locais.

Após a obtenção de artefatos resultantes desse movimento de expansão, von Ihering publicou na *Revista*, em 1907, *A Anthropologia do Estado de S. Paulo*. Esse trabalho é uma tradução daquele artigo apresentado na Exposição de St. Louis com acréscimos realizados a partir dos materiais conseguidos pela CCGSP. Esse texto, a despeito de apresentar uma análise mais aprofundada dos índios de São Paulo e reproduzir os primeiros mapeamentos etnográficos de Ihering, tornou-se mais célebre na historiografia pela defesa aberta do processo de ocupação do Oeste, admitindo o extermínio indígena, efetuada pelo diretor do Museu Paulista.

Em seguida, durante o centenário em comemoração à abertura dos portos, realizou-se, em 1908, a Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Hermann von Ihering foi eleito como representante da área antropológica e o Museu Paulista apresentou uma montagem em tamanho real com bonecos e objetos que representavam o Oeste paulista e os índios em estado de natureza. Portanto, entre 1904 e 1908, é observável uma demanda científica que precedia o período de ocupação territorial, a coleta realizada em situação de conflito, um artigo que respondia parte das questões previamente estabelecidas e que justificava a expansão e, por fim, o uso desse material em uma exposição na capital federal como demonstração do domínio da modernidade sobre o mundo natural levado à cabo pelo ideal de progresso paulista.

No ano posterior, o Museu Paulista contrataria Curt Unckel para uma expedição em busca dos Xavante, população indígena paulista com menor número de material etnográfico na coleção do museu. Unckel atravessou São Paulo e encontrou apenas três indivíduos Xavante, mas manteve sua viagem em direção ao Mato Grosso encontrando diversas outras populações, que expandiram as informações de Hermann von Ihering e complementaram a confecção de seus mapeamentos.¹⁶¹ O ano de 1909 foi especialmente profícuo em relação às viagens patrocinadas pelo museu. Além de Curt Unckel, outra expedição deixaria a capital paulista, desta vez em direção ao

¹⁶¹ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, pp. 112-140, 1911.

Espírito Santo sob o comando de Walter Garbe. Essa segunda viagem, teve como objetivo o reconhecimento de outro grupo indígena: os Botocudo, grupo que possuía grande relevância nas discussões raciais advindas do século XIX e que serviu como base de comparação com os Coroados ou Kaingang para aferição de seus estágios de evolução. Walter Garbe, que até aquele momento acompanhava as expedições de seu pai como fotógrafo, realizou um empreendimento bem sucedido, coletando objetos e fotografando indivíduos Botocudo para a *Revista* do museu.¹⁶²

Esses três episódios envolvendo expedições - CCGSP, Curt Unckel e Walter Garbe - requerem uma análise mais detalhada, pois, exprimem uma relação intrínseca entre a coleção etnográfica, os territórios dos interiores do Brasil e as populações indígenas e serão abordados oportunamente. Neste momento, é importante atentar para as formas de colecionamento e construção da coleção etnográfica. Como é observável nesse panorama, o Museu Paulista teve participação em apenas três viagens com o intuito de coleta etnográfica e, embora sejam expedições de extrema importância para a instituição, podem ser colocadas em segundo lugar quando comparadas às compras. No entanto, mais que elencar quantitativamente as formas de coleta, é necessário perceber que cumpriram funções diferentes na conformação da coleção do museu. Enquanto pelas compras, o Museu Paulista adquiriu todas as principais coleções arqueológicas que se referiam ao passado do Brasil Meridional e dos Sambaquis, e que embasavam as teorias de Hermann von Ihering; as viagens desempenharam um papel de desbravamento territorial das populações indígenas presentes em São Paulo e Estados vizinhos.

A terceira forma de aquisição de objetos, a permuta, foi utilizada ainda mais pontualmente. Em 1910, Hermann viajou para Argentina para participar do *Congresso de Americanistas*, onde apresentou o trabalho *A ethnographia do Brasil meridional*. Na ocasião dessa viagem, a partir da relação próxima que possuía com o Museu de la Plata e o Museu Nacional de Buenos Aires adquiriu objetos etnográficos argentinos por permuta, especialmente Calchaqui. Também conseguiu peças incas do Peru, completando assim as coleções que fundamentavam sua teoria da difusão cultural do Andes para a Argentina e em seguida para o Brasil Meridional.¹⁶³

¹⁶² IHERING, Hermann von. Os Botucudos do Rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VIII, 38-51, 1911.

¹⁶³ RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista. Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista, 1910.

Em resumo, a coleção etnográfica formada no Museu Paulista durante o período de direção de Hermann von Ihering seguiu duas características: a aleatoriedade das doações, em sua maioria de objetos singulares; e um orientado, do qual nos ocupamos a seguir, que seguia as hipóteses e pesquisas científicas do diretor. Neste caso, a principal forma de aquisição foi por meio das compras de coleções previamente conhecidas.

Capítulo 2

Raça e História nos estudos do Museu Paulista

A partir do século XIX, raça, ciência e nação tornaram-se partes de uma mesma equação. Constituir uma nação e conformar um povo passava obrigatoriamente pela linguagem científica do período. Se variadas formas de hierarquização das diferenças entre povos, culturas e status foram pensadas na história da humanidade para justificar as desigualdades, é fato que durante o Oitocentos emerge uma nova linguagem, fundamentada no conhecimento científico e que ratificava a natural superioridade e inferioridade dos indivíduos. Portanto, as justificativas científicas das desigualdades raciais devem ser pensadas como integrantes de uma “sociedade cujos líderes e intelectuais já estavam inseridos no pensamento de que existiam hierarquias sociais entre raças, com a supremacia do branco, o índio abaixo do branco, e os negros abaixo de todos os outros”¹⁶⁴.

As justificativas para as desigualdades entre os humanos compunham, assim, as concepções sobre civilização e igualdade entre os homens que emergiram durante o Iluminismo do século XVIII. Reservando, para tanto, uma espaço natural para aqueles não iguais. Outros povos que, por inúmeras características, foram pensados como inferiores e, na maioria das vezes, incapazes de uma ascensão de sua condição em direção a um estado de civilização. Sob as chaves do monogenismo, a partir de um único ancestral comum - Adão e Eva - ou do poligenismo e da existência de diversos núcleos raciais diferentes e desiguais entre si desde o seu surgimento, instituiu-se no século XIX uma discussão sobre a possibilidade de civilização e progresso dessas populações, principalmente, a partir da invenção das nações e da necessidade de estabelecimento de um povo nacional.

Nesse contexto, o Brasil inseriu-se como uma nação cuja população era composta por um amplo contingente de africanos e descendentes escravizados, uma diversidade de nações indígenas que ocupavam toda a extensão do território do país e uma população de descendência europeia, especialmente portuguesa, que no exercício do poder político empreendeu uma reflexão sobre a constituição do povo brasileiro. Se, no primeiro momento a ideia de continuidade do Império português e a idealização do

¹⁶⁴ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. p. 18.

índio Tupi ocuparam um local de centralidade nessa formulação, aos poucos o tema da miscigenação impôs-se como basilar para o pensamento brasileiro e as discussões sobre as possibilidades de progresso e civilização do país.

Portanto, raça e história nunca foram pensadas separadamente. Mesmo em sua definição biológica, o conceito de raça carregava uma interpretação histórica sobre as capacidades de civilização dos indivíduos de determinado grupo, ou seja, de suas capacidades de emular um determinado percurso histórico de desenvolvimento social, econômico e cultural - não à toa, uma parte significativa dos trabalhos que se dedicaram ao estudos das raças humanas no período efetuavam comparações entre a capacidade de produção de objetos, os níveis de aptidão ao trabalho e o desenvolvimento estético dessas populações.

Neste capítulo, discutimos o estabelecimento de uma versão dessa equação: aquela erigida em São Paulo, sob a tutela do Museu Paulista e do seu diretor Hermann von Ihering.

Para tanto, o primeiro item foi dedicado à apresentação dos textos e autores que refletiram sobre a questão racial na ciência brasileira no século XIX. Sem o intuito de realizar uma revisão bibliográfica extensiva, o objetivo desse tópico é construir um cenário de fundo que contextualize e localize os debates gerais aos quais os demais itens se conectam. A segunda parte desse capítulo dedica-se ao estudo do uso do conceito de raça por Hermann von Ihering a partir das concepções evolucionista e difusionista. O diretor do Museu Paulista, ao empregar essas teorias científicas produziu hipóteses biogeográficas e antropogeográficas sobre a história da humanidade na América do Sul vinculadas ao desenvolvimento ambiental da região. Assim, pensava na pré-história local a partir da ideia do deslocamento de um centro irradiador de alta civilização nos Andes, rumo à degeneração pelo afastamento de seu núcleo.

Os dois itens posteriores aprofundam a relação entre etnografia e história ao observar a construção do autor sobre dois temas centrais em sua produção: o Brasil Meridional e a história indígena paulista. A respeito do primeiro tema, vinculou a tradição que previa o desaparecimento inevitável dos índios e a superioridade do imigrante europeu como elemento civilizacional para o Brasil. Sob essa perspectiva formulou os conceitos de *paleobrasileiro* e *neobrasileiro*, expressando a coexistência de duas temporalidades simultâneas no território nacional. A primeira em vias de desaparecimento, a segunda como o único caminho de progresso para a nação.

Encontramos aqui uma primeira aproximação com o tema da migração e do colono europeu, característica fundamental e indissociável da análise de Hermann von Ihering sobre os índios.

Por fim, o Museu Paulista esteve inserido numa querela entre os letrados de São Paulo de finais do século XIX e início do XX sobre a origem indígena dos paulistas. Vinculando-se a uma origem Tupi, parcela dos sócios do IHGSP reivindicava que os habitantes do território da cidade de São Paulo citados por escritos coloniais como Guainás pertenciam a este tronco linguístico, distanciando-se dos índios contemporâneos que ocupavam os sertões. Enquanto que autores como Capistrano de Abreu apontavam tratar-se de um grupo Gê, portanto Tapuia, em terminologia usual na época. Hermann von Ihering e Theodoro Sampaio se envolvem na questão mobilizando os seus respectivos arcabouços teóricos e desenvolvendo respostas diferentes para o problema. Fundamental, no entanto, é apreender a inserção do museu e de seu diretor na invenção do passado bandeirante, mito fundador da identidade paulista e no processo de expansão agrícola e ocupação do Oeste do estado.

2.1 - A questão racial no Brasil: raça, ciência e nação

Inaugurado nos primeiros anos da República, o Museu Paulista se inseria em um momento de redefinição dos papéis sociais no Brasil. Ao menos em teoria, a República representava a possibilidade da implementação de diferentes projetos gestados em contraposição ao Império brasileiro e ao regime escravocrata. Um país que acabara de passar pela Abolição em 1888, Proclamação da República em 1889 e uma nova Constituição em 1891 e projetava-se como uma nação que buscava uma identidade que rompesse com seu passado recente, considerado atrasado, e se lançasse rumo ao almejado progresso e civilização de inspiração europeia.¹⁶⁵

Nesse contexto, uma geração de intelectuais via um conjunto de ideias defendidas nas últimas décadas do Império se tornar corrente. Conhecida como a geração de 1870, esses letrados que estiveram em contato com um “bando de idéias novas”, para utilizar a célebre expressão de Silvio Romero, foram responsáveis pela maior circulação de toda sorte de teorias, como: evolucionismos, republicanismos,

¹⁶⁵ Uma síntese desse cenário pode ser encontrada em SCHWARCZ, Lilia. População e Sociedade. In. SCHWARCZ, Lilia. (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol. 3. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 35-83, 2012.

liberalismos, positivismos. Perspectivas plurais e muitas vezes contraditórias, que se traduziram em diferentes projetos de nação que disputaram espaço durante todo o período da Primeira República.

Como demonstrou Angela Alonso¹⁶⁶, esses personagens se debruçaram sobre as formas de promover a modernização do Brasil e combater os fatores que, no entender de seus artífices, impediam o progresso da nação rumo à civilização. Deste modo, a atividade intelectual desses indivíduos se constituiu como atividade política no Império e, entre as décadas finais do Império e a República, uma nova concepção sobre o trabalho intelectual e seu papel político se estabeleceu.

A compreensão advinda de diversas pesquisas permite-nos observar as relações entre intelectuais e política de uma forma mais complexa, contextualizando a função que esses letrados e cientistas desempenharam no período da Primeira República enquanto homens que tiveram como principal questão interpretar o país que deixava o regime imperial em busca de novas formas de governança.¹⁶⁷ Como nos lembra Angela de Castro Gomes, “História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação no início do século XX”¹⁶⁸. Durante os primeiros anos republicanos houve uma intensa busca pela modernidade, quando diversos projetos disputaram o espaço de promover a reforma do modelo anterior e superar o “atraso” do país. Entre esses diversos projetos, como afirma a autora, uma questão era consensual: “o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade”.¹⁶⁹

A República impôs novos desafios às elites culturais brasileiras ao implementar profundas alterações institucionais na dinâmica política nacional. Como argumentam

¹⁶⁶ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

¹⁶⁷Tais trabalhos foram fundamentais para a compreensão do papel do intelectual na Primeira República e, embora não guardem relação direta com o objeto desta tese, ampliaram o entendimento sobre esses letrados que se dedicaram às mais diversas áreas do conhecimento e os projetos políticos debatidos no período: CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2019; HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2012; LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Uma diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na I República*. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁶⁸GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 25.

¹⁶⁹Idem, p. 22.

Paulo Iumatti e Julio Vellozo, a Constituição de 1891 estabeleceu três fatores que impactaram diretamente a produção intelectual: uma “definição jurídico-política de uma nação formada por “homens livres”, todos potencialmente capazes do exercício da cidadania”; a previsão de implementação de um ensino público e laico; e “uma redistribuição marcante das atribuições entre o poder central e os poderes estaduais e municipais, fortalecendo a soberania local em diversos campos”. Para os autores, “este processo provocou o estabelecimento de um novo tipo de atuação dos “letrados” e um novo modo de relação destes com o poder”.¹⁷⁰

Esse novo tipo de atuação dos letrados também foi destacado por Angela de Castro Gomes, que argumenta que no período era “inevitável conviver com as demandas de legitimidade do novo regime, articuladas, como não poderia deixar de ser, com a “invenção” de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil”.¹⁷¹ Preocupada neste texto com os historiadores, Gomes afirma que o desafio para estes era articular Colônia, Império e República, “sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda”¹⁷².

Em um texto em que se propôs a refletir sobre a relação entre *Ciência, civilização e República*, Margarida de Souza Neves reforça esse entendimento sobre o período da Primeira República que, embora não exclusivamente, considera um momento “fértil para evidenciar a dupla tendência de atrair para a esfera do Estado os “homens de ciência e o fazer científico, e de legitimar por meio da ciência, a ação do Estado”¹⁷³. Seguindo sua análise, a autora exemplifica tal relação a partir do livro *Catecismo Republicano* de Alberto Sales, obra publicada em 1885 sob o patrocínio do Partido Republicano e que atingira grande sucesso editorial em sua primeira edição. Neste livro, temos uma síntese do pensamento corrente a respeito da ciência, seja para os positivistas ou outras concepções teóricas, na qual Margarida Neves observa que:

Portanto, somente quando embasadas *cientificamente*, as “*constantes aplicações de que é susceptível*” a política, como de resto também a educação, a sociologia, o direito e, naturalmente, a

¹⁷⁰IUMATTI, Paulo Teixeira; PIMENTEL, Júlio. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). *Reflexos* : revue pluridisciplinaire du monde lusophone, v. 2, p. 150-185, 2013, p. 155.

¹⁷¹GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 11-29, 2010, p. 17.

¹⁷²Idem, p. 17.

¹⁷³NEVES, Margarida de Souza. Ciência, Civilização e República. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 31-44, 2010, p. 32.

história, seriam capazes de conduzir o país a construir, em um Estado republicano, a *ordem* e o *progresso*, e assim levá-lo ao concerto das nações *civilizadas*, uma vez que *progresso* e *civilização* são, no ideário positivista, tanto quanto na maioria das formulações da época, corolários mútuos e noções intercambiáveis.¹⁷⁴

Esse conjunto de noções sobre a ciência será observado em diferentes momentos nesta tese. O Museu Paulista, enquanto instituição científica, respondeu a essas características em relação ao novo ordenamento republicano e a ascensão de novos poderes e elites locais, mobilizando os conceitos de progresso e civilização reiteradamente ao longo da gestão de Hermann von Ihering – e também durante a direção de Afonso de Taunay, mas que não será objeto desta tese. Essa relação pode ser notada na própria ocupação do prédio monumento ao Ipiranga, concebendo centralidade à ciência e à educação no projeto republicano paulista, assim como em outros momentos, como na presença direta na ocupação do Oeste do estado, na participação em congressos, na atuação do museu em questões agrárias e zoológicas, ou na conformação de discursos científicos legitimadores sobre o passado paulista e que pode ser inserido no que Antonio Celso Ferreira chamou de *A epopeia bandeirante*,¹⁷⁵ que se caracterizou como um movimento que se ocupou da construção de um passado mítico para a origem dos paulista e que possuiu profundo significado político para a região.

Sem negligenciar todos esses aspectos, esse capítulo se voltará a um elemento que ocupou um lugar central nas reflexões dos letrados do período e que perpassa todas as esferas da ciência e da política republicana: a noção de raça. Para tanto, torna-se necessário compreender como raça tornou-se um conceito central para a conformação do pensamento social brasileiro.

Como destacam Jair de Souza Ramos e Marcos Chor Maio, a representação do Brasil como um país atrasado e com uma população hierarquicamente inferior foi construída ao longo do século XIX e pensada em bases racialistas por diversos autores europeus que imprimiram marcas duradouras nas imagens sobre o Brasil. Citam, para exemplificar essa posição, Henry Buckle (1821-1862) e Arthur Gobineau (1816-1882), o primeiro, autor da *História da Civilização na Inglaterra*, livro em que concluía que "no Brasil a vegetação era tão esplendorosa que acabava por produzir

¹⁷⁴Idem, p. 33.

¹⁷⁵FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.

homens apáticos e mentalmente prejudicados"¹⁷⁶. Enquanto que o segundo, autor de *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, além do elemento determinístico da natureza, creditava à miscigenação da população brasileira sua maior deficiência.

Outros viajantes e escritores são mobilizados por Ramos e Maio, como Louis Agassiz (1897-1873), Gustave Aimard (1818-1883), José Ingenieros (1877-1925) e Louis Couty (1854-1884), todos com uma perspectiva negativa da questão racial brasileira. Não cabe aqui nos alongarmos sobre esses personagens, o essencial é compreender a amplitude das teorias raciais no período que, a partir desses nomes, alcançou o conjunto da intelectualidade do país entre os séculos XIX e XX. As questões fundamentais às quais os autores se propõem a responder são: “por que foram importadas essas ideias, ao invés de outras mais favoráveis à imagem do povo brasileiro? E como os intelectuais brasileiros lidaram com a imagem negativa que era inerente a tais teorias?”¹⁷⁷

Destacam que a entrada das teorias raciais encontrou solo fértil em território brasileiro, pois, "se inscreve em um processo de longo prazo que é anterior à chegada dessas ideias por aqui"¹⁷⁸. Durante o período colonial diversas formas de classificação foram empregadas para diferenciar as populações.¹⁷⁹ Termos que “não identificavam raças no sentido biologizante, mas forneciam um mecanismo de classificação de populações como diferentes e hierarquicamente desiguais”¹⁸⁰.

Da Colônia para o Império, após a Independência política do país, a busca por uma unidade para a nação reordenou o problema das classificações e hierarquias, tratava-se de pensar a unidade do Império com uma população fragmentada, formada por um grande contingente de escravizados e uma parcela significativa considerada selvagem. É nesse sentido que o conceito de raça ocupou um lugar de centralidade no discurso político e intelectual do Império.

Posteriormente, a partir da República, a questão é recolocada em novos termos, uma vez que abria-se a possibilidade de conformação de uma nação de homens livres,

¹⁷⁶ RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>, p. 378.

¹⁷⁷ Idem, p. 406.

¹⁷⁸ Idem, p. 408.

¹⁷⁹ Os autores citam como exemplos: "mamelucos", "pardos", "mulatos", "crioulos", "boçais", "mouriscos", "cristãos-novos".

¹⁸⁰ RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. Op. Cit. p. 411.

juridicamente iguais e potencialmente capazes do exercício da cidadania,¹⁸¹ mas que não seriam racialmente iguais. Assim, comportava-se no Brasil o ideário liberal e as desigualdades que seriam interpretadas como inerentes à constituição de seu povo. Como afirma Lilia Schwarcz, “transformada em utopia pelos cientistas nacionais, a igualdade conseguida mediante as conquistas políticas era negada em nome da natureza e imediatamente transformada em uma ilusão.”¹⁸²

Desta forma, as teorias raciais tornaram-se a linguagem a partir da qual debatia-se o futuro do Brasil e de seu povo, sua capacidade de civilização e progresso nos termos da época. Nas palavras de Ramos e Maio:

Investidas da autoridade de leis científicas, as teorias raciais foram tomadas, não apenas pelos intelectuais brasileiros, mas também por diversos outros intelectuais latino-americanos, como o ponto de partida para a produção de diagnósticos e desenhavam, em princípio, um futuro pouco alvissareiro para as ex-colônias europeias por força de sua composição racial.¹⁸³

Não surpreende que, nesse contexto, espaços dedicados aos estudos raciais e científicos tenham se difundido no período. Se o Museu Paulista seria fundado na década de 1890, anos mais cedo o Museu Nacional passaria por transformações que o levariam a ocupar o posto de lugar por excelência da antropologia física no Brasil. Ricardo Ventura Santos dividiu a história desse museu em dois momentos diferentes nos assuntos relacionados à antropologia: o primeiro da criação da seção "De antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e palentologia animal" em 1876 até a década de 1910; e o segundo entre 1910 e 1930 quando Edgard Roquette-Pinto desenvolveu suas pesquisas na instituição. O primeiro momento se caracterizou pelas pesquisas em torno do nome de João Baptista de Lacerda "quando o enfoque principal foi a craniologia das 'raças indígenas'" e o segundo possuiu como característica fundamental os estudos de Roquette-Pinto sobre a mestiçagem.¹⁸⁴

¹⁸¹ IUMATTI, Paulo Teixeira; PIMENTEL, Júlio. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). Op. Cit. p. 155.

¹⁸² SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo da Miscigenação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8 (20), p. 137-152., 1994, p. 146.

¹⁸³ RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. Op. Cit. p. 427.

¹⁸⁴ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>, p. 1353.

Logo, percebendo-se a dimensão intrínseca entre a conformação de um discurso que buscava a promoção de uma unidade nacional para o Brasil Independente e o elemento racial, torna-se explícita a opção pela idealização da figura do índio, em sua versão Tupi, como símbolo da identidade brasileira em detrimento da descendência africana, escravizada durante o Império. E, ainda que durante a República a reflexão sobre a miscigenação, incluindo as populações negras, tenha ganhado maior vulto e ocupado a centralidade do debate intelectual e político no período, em São Paulo a questão indígena manteve o primeiro plano das discussões ao menos até a década de 1910. Apesar das datas entre as mudanças de perspectiva concordarem entre Museu Nacional e Museu Paulista, tal configuração não expressa apenas as transformações de um campo científico - embora também o sejam - mas constituem uma relação entre São Paulo e suas populações indígenas.

Os paulistas inventaram para si uma narrativa heroica em que os bandeirantes ocupavam um lugar de centralidade na conformação da unidade nacional a partir da expansão e ocupação dos interiores. Revisitando a dicotomia entre Tupis e Tapuias, colocavam-se como descendentes dos primeiros, herdeiros da construção romântica efetuada no século XIX que justificaria, assim, a composição racial regional e seus feitos adjetivados. Os Tapuias, ainda ocupantes de grande extensão do território paulista sucumbiriam inevitavelmente diante dos avanços da modernidade e da ocupação do sertão em andamento. Os índios, portanto, pertenciam ao passado. Aos vivos e contemporâneos restava o controle para que não se tornassem empecilhos ao progresso. O futuro, também pensado em chave racial, seria composto pela migração europeia.

Tais elementos são essenciais para o entendimento dos discursos que percorreram o Museu Paulista e a produção de seu diretor Hermann von Ihering. O cientista construiu uma obra indissociável da noção de território, de mapeamentos de populações indígenas e seus deslocamentos temporais. Observava e comparava os índios de forma diacrônica e sincrônica utilizando-se dos métodos da Arqueologia, Etnografia e Antropologia. Percebia as relações culturais como hierarquizadas e julgava inevitável o desaparecimento dos índios diante da civilização. Defensor contumaz da migração e colonização europeia, especialmente alemã, esteve em consonância com o projeto político paulista da Primeira República.

Não obstante, não se pode relegar ao segundo plano as características científicas que compuseram esses discursos. De fato, a linguagem científica estava no cerne dos

projetos de modernidade. O Museu Paulista durante a gestão de Hermann von Ihering foi um local de ciências naturais e como tal deve ser analisado - situação que se alteraria após a mudança de enfoque operada por Afonso de Taunay ao reorganizar o museu em torno de uma narrativa histórica. No próximo item deste capítulo observaremos suas fundamentações evolucionistas e difusionistas e, posteriormente, os desdobramentos dos estudos do autor. Antes, no entanto, mais algumas características da questão racial e do desenvolvimento da antropologia no século XIX brasileiro carecem ser apresentadas.

Por um lado, se as reformas do Museu Nacional em 1876 constituem um marco fundamental para a Antropologia física no Brasil, por outro, como vimos, a classificação racial da população brasileira é anterior. Aqui, devemos retroceder até a década de 1840, momento em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estabeleceu as bases da historiografia brasileira e, por conseguinte, da etnografia indígena. Coloco-as lado a lado, pois, como demonstram os trabalhos de Kaori Kodama¹⁸⁵ e Rodrigo Turin,¹⁸⁶ compartilharam uma mesma base epistemológica. História e etnografia definiram-se mutuamente. Pois, se nesse momento estabelecia-se as bases do conhecimento histórico, de que forma a etnografia era pensada e praticada pelos sócios do IHGB? Mais que isto, qual o papel coube ao saber etnográfico na construção de um discurso sobre a identidade nacional?

A necessidade de definição dos limites do território do Império brasileiro fomentou estudos geográficos que buscaram ampliar o conhecimento sobre os lugares que comporiam a nação. Formação territorial e unidade nacional transformaram-se em tópicos essenciais para as discussões realizadas no IHGB desde os seus primeiros anos de existência. Trabalhos foram apresentados explorando lugares pouco conhecidos e outros dedicaram-se a apresentar o conjunto territorial brasileiro. Nesse cenário, o primeiro elemento evocado como característica aglutinadora fora a natureza brasileira. Essa escolha não seria ao acaso, a doutrina das fronteiras naturais, como explica Demétrio Magnoli, tinha origem francesa no século anterior e funcionava “como justificativa, a posteriori, dos limites do Estado nacional e princípio

¹⁸⁵KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

¹⁸⁶TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

organizador das relações com os países vizinhos”¹⁸⁷. Portanto, tornava-se essencial para a formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, a produção de um conhecimento capaz de esquadrihar o território e a natureza do Império.¹⁸⁸ Esse quadro, sucintamente exposto nessas linhas, foi amplamente apresentado por Kaori Kodama em seu livro *Os índios no Império do Brasil*, obra em que a historiadora costura uma importante consequência na construção desse discurso nacional: o lugar dos índios e da etnografia no período.

Observando esse conjunto de trabalhos, Kodama demonstrou como o índio era percebido como pertencente a este território e, ele mesmo, uma das características que fundamentavam a sua extensão. Argumenta que “a coincidência entre a extensão ocupada pelas tribos tupi-guarani, falantes de uma mesma ‘língua geral’ e a dimensão do território nacional reforçavam a tese da unidade. Essas ideias equivaliam ao argumento de defesa dos ‘limites naturais’ do território”.¹⁸⁹ Por conseguinte, “o índio como elemento que integra essa natureza, ganharia um novo estatuto, requerido pela geração romântica na busca da definição da nacionalidade”.¹⁹⁰

Era notório, no entanto, que a integração do índio engendrada pela geração romântica nos discursos sobre a nacionalidade não representava todos os povos indígenas que ocupavam a extensão do território brasileiro. Em seu estudo, Kodama elucidou as opções dos letrados brasileiros da primeira metade do século XIX que estabeleceram a etnografia como sinônimo de etnografia indígena e delimitaram seus vínculos com a história e, mais enfaticamente, com o passado Tupi em detrimento das populações africanas e indígenas contemporâneas:

[...] ao se iluminarem as nações indígenas naquele contexto, passava-se também a olhá-las através da etnografia. Ao se apagarem as nações africanas, impedia-se que o entendimento da etnografia no Brasil da primeira metade do século XIX se estendesse a elas. A etnografia passava a ser a ‘lente’ que fornecia o conhecimento das populações indígenas do território e realizava ao mesmo tempo o mapeamento das diferentes ‘tribos’ e ‘nações’ que cobriam a vastidão do Império [...] a construção do “índio brasileiro” e do símbolo da nacionalidade não recairia sobre as “nações” do presente, e sim sobre as do passado: os Tupi, quase desaparecidos e

¹⁸⁷ MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora Unesp, Editora Moderna, 1997, p. 21.

¹⁸⁸ Ver também: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. In. *Manguinhos- História, Ciências, Saúde*. Vol. II, Jul-Out, 2000

¹⁸⁹ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil*. Op. Cit. p. 40.

¹⁹⁰ Idem, p. 46.

‘assimilados’ pelo processo de colonização. O vínculo requerido entre as “nações” e a nação brasileira se voltava para uma temporalidade distinta do presente daqueles homens do século XIX. Daí o porquê de a construção daquela etnografia - fundamentada unicamente na história e na territorialidade nacional em construção - ser conduzida pelo IHGB.¹⁹¹

Não é o intuito dessas páginas pormenorizar esse longo debate em torno da etnografia oitocentista, que possuiu inúmeras ramificações, debates e discordâncias entre os sócios do IHGB e, posteriormente, membros de outras instituições. Não obstante, a evocação desse momento auxilia a mensurar a relevância que o tema das raças indígenas lograva no século XIX e, como as definições a respeito do saber etnográfico, obtiveram grande repercussão na história do pensamento brasileiro.

Neste sentido, Rodrigo Turin esclarece que a limitação do conhecimento etnográfico ao objeto indígena compôs um projeto de Estado e um projeto historiográfico que afastava o escravo e o povo de suas definições. Ao contrário da etnografia praticada no mesmo período na Europa, onde os estudos folclóricos conquistaram prestígio ao investigar as tradições populares, no Brasil este saber limitou-se ao “selvagem”. Assim, “a legitimidade da nação que se procurava construir estaria vinculada antes a esse papel civilizador desempenhado pelo Estado, construtor da ordem, do que pela busca das origens de um “povo” brasileiro.”¹⁹² Esse movimento de busca da caracterização do povo brasileiro e valorização do folclore aconteceria décadas mais tarde, já nos decênios finais do oitocentos, quando intelectuais teriam uma redefinição de seus papéis, a partir do qual: “o que estava em jogo, mais do que um interesse exótico pelo popular, era a instauração de novas representações políticas e intelectuais capazes de fazer valer uma nova visão do social”.¹⁹³

A etnografia definia seu objeto e suas discussões: mapear as populações indígenas do Império, inscrevendo-as na territorialidade da nação; definir línguas e costumes das diversas nações que compunham esse cenário; estabelecer as diferenças entre Tupis e Tapuias; debater a origem histórica Tupi do Brasil; e conduzir as políticas indigenistas do período. Esses tópicos tiveram longa e profunda repercussão, observaremos seu alcance nas publicações do Museu Paulista no início do século posterior. Neste sentido, John Monteiro sintetiza o alcance dessas ideias décadas mais

¹⁹¹ Idem, p. 108.

¹⁹² TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo. Op. Cit. p. 22.*

¹⁹³ Idem, p. 178.

tarde, quando seriam incorporadas pela antropologia física sob o auspício do Museu Nacional:

Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, Tupi por excelência, extinto de preferência, e o índio contemporâneo, integrante das "hordas selvagens" que errava pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência.¹⁹⁴

A centralidade dos estudos raciais em torno das populações indígenas no Império traduziu-se, a partir das últimas décadas do século, no desenvolvimento de metodologias, ferramentas, publicações e eventos dedicados ao tema. Sob as novas formulações da antropologia física, o Museu Nacional ganhava relevância no período e efetuava experimentos que envolviam as técnicas da craniometria e outras formas de aferição das capacidades humanas que estavam em voga. Dividia-se, assim, o espaço anteriormente ocupado exclusivamente pelo IHGB e, somava-se a este, novos discursos sobre a inferioridade dos índios Tapuias. Exemplar desse movimento foi o episódio da Exposição Antropológica, ocorrida no Rio de Janeiro em 1882, e que contou com a presença de índios Bororós, Botocudos e Cherentes que foram submetidos a testes físicos que “constatavam” a inferioridade desses povos em relação ao branco e ao negro quanto à força muscular. O interesse desses testes, segundo Michele Agostinho, “era certamente apresentar resposta para a questão da mão-de-obra no Brasil. Os debates da segunda metade do século XIX, em torno da imigração e do abolicionismo, abrangiam também discussões acerca da substituição do braço negro pelo indígena”.¹⁹⁵

Esse tipo de pesquisa científica possuiu relevância na instituição até o início do século posterior: “nas primeiras décadas do século XX, esqueletos humanos provenientes de diferentes sítios arqueológicos do Brasil continuaram a ser incorporados ao acervo de antropologia física do Museu Nacional”¹⁹⁶ É importante delimitar o apogeu da antropologia física no Brasil e sua consonância com as

¹⁹⁴ MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 170.

¹⁹⁵ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 175.

¹⁹⁶ SA, Guilherme; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online] , vol.15, n.1, pp.197-208, 2008, p. 203.

pesquisas realizadas na Europa, especialmente na França e na *Sociedade Antropológica de Paris*, pois, o período coincide com a permanência de Hermann von Ihering à frente do Museu Paulista. E, embora as medições da antropologia física não estivessem no primeiro plano dos trabalhos do cientista alemão, é notório que seu primeiro contato com a área tenha ocorrido por medições craniométricas no período de estudante. Ademais, a discussão do Museu Paulista esteve em permanente diálogo com as formulações advindas da tradição etnográfica do IHGB e das pesquisas científicas da antropologia física.

Soma-se a estas formulações, o novo e essencial elemento que se estabeleceu no início da República: o povo. Os estudos etnográficos, arqueológicos e antropológicos do Museu Paulista vincularam-se sobremaneira à reflexão da viabilidade populacional do Brasil Meridional e de São Paulo. Como salientou Regina Abreu, “pode-se mesmo dizer que os intelectuais brasileiros viram-se literalmente obrigados a reconhecer, nomear e decifrar a existência de um povo brasileiro”.¹⁹⁷ A autora frisa a predominância das ciências naturais no cenário intelectual do período e como na Escola Militar, nos museus Nacional, Paraense e Paulista, e nas universidades valorizava-se “um ethos científico calcado sobretudo nas grandes teorias da evolução das espécies”.¹⁹⁸ Assim, uma aproximação “dos seres humanos com os elementos da natureza” constituiu-se como marca do olhar sobre a alteridade encontrada nos sertões. Os habitantes dos interiores do Brasil podiam, dessa forma, serem observados “como elementos da natureza e classificados como espécies numa taxonomia que podia incluir no mesmo patamar os elementos geológicos, botânicos, zoológicos e humanos”.¹⁹⁹

Regina Abreu também destacou outras duas dimensões fundamentais na conformação desse olhar antropológico durante a Primeira República: as expedições e o colecionamento. Para o primeiro aspecto, o período viu uma série de expedições percorrer os interiores do país sob as mais variadas motivações, mas que possuíram em comum os elementos do reconhecimento do território nacional e de sua população. E, como afirmou a autora, “nessas expedições, o instrumental do homem de ciência condiciona o olhar para certa direção. Talvez o ponto mais importante seja a descrição

¹⁹⁷ ABREU, Regina. Colecionando o outro: o olhar antropológico nos primeiros anos da República no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 245-253, 2010, p. 246.

¹⁹⁸ Idem, p. 247.

¹⁹⁹ Idem, p. 248.

dos segmentos sociais a partir da lente do naturalismo”.²⁰⁰ Nesta conjuntura, as duas dimensões tornaram-se intercambiáveis e indissociáveis, expedições e coleções constituíram uma relação de mutualidade. Pois, se por um lado, “essa prática de colecionamento articulava-se com uma visão positivista da ciência calcada na evidência empírica como comprovação das teses formuladas pelos cientistas”.²⁰¹ Por outro, as expedições incrementaram a coleta de artefatos etnográficos e antropológicos. Em outros termos, as coleções alimentavam as teses que formatavam os olhares para os interiores, enquanto que as expedições fomentavam a coleta deste material, estabelecendo uma relação de reciprocidade.

Em suma, a trajetória das reflexões e representações em torno do tema da raça entre os séculos XIX e XX, pode ser lida como parte constituinte dos projetos políticos da Monarquia e da República. Definir um povo e escrutinar a população ocupante dos limites geográficos do território nacional tornou-se, com a Independência do país, uma condição para a própria existência e justificativa desse Estado. No Brasil imperial, a tarefa de definição de uma identidade para a nação encontrava obstáculos na diversidade de seus habitantes e nos diferentes estratos de cidadania que possuíam. O índio idealizado, a natureza, a continuidade do Império português e a religião cristã constituíram elementos discursivos que legitimavam o país enquanto uma nação independente. Posteriormente, a ciência impôs-se como condição para a civilização, o progresso e a modernidade. Valores que se estabeleciam ao final do século como os ambicionados pelos Estados nacionais e suas intelectualidades.

A abolição e a República aprofundariam os questionamentos sobre a viabilidade da população brasileira que foram realizados ao longo do século XIX por autores europeus e brasileiros. Pois, ao menos perante a lei, se constituía uma nação de homens livres e iguais. E, portanto, o tema do povo e de sua miscigenação ascendeu como central aos debates sobre o futuro do país. A República também fortaleceu as elites locais pelo seu federalismo, as regiões esforçaram-se para produzir seus próprios discursos locais que legitimassem sua atuação dentro da federação. E, em outra dimensão, os temas, métodos e olhares se repetiam. Além de definir quem era o povo brasileiro, entrava em pauta quem era o paulista, o morador do Brasil

²⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁰¹ Idem, p. 250.

Meridional e tantas outras identidades regionais e tradições locais que se estabeleceram.

Munido das ferramentas da ciência, Hermann von Ihering realizou pesquisas sobre a fauna, a flora e a história natural do homem na América do Sul. Organizou expedições e catalogou a natureza de São Paulo e do Brasil Meridional. Promoveu a coleta, a coleção e a classificação da região com uma perspectiva que atribuía ao conhecimento científico o único caminho seguro para o progresso. E, sob as lentes dos saberes etnográficos, arqueológicos e antropológicos delimitou um espaço ocupado por povos primitivos, fadados ao desaparecimento. Um espaço que estava destinado ao desenvolvimento pela imigração europeia e à conformação de um novo povo que não possuía origem no passado indígena.

2.2 - Raça, evolucionismo e difusionismo em Hermann von Ihering

É assim que o Rio Grande do Sul tanto em respeito archeologico como a respeito da geographia botânica e zoológica oferece um interesse especial como **região transitória**. Encadeado de um lado completamente com a cultura primitiva dos outros territórios brasileiros do Sudeste, apresenta do outro lado relações com os territórios do rio da Prata, pelas quaes se indicam influencias d'uma civilização superior procedida dos Andes. *Nos tempos precolumbicos não havia na America do Sul senão **um só centro de civilização superior**, isto é o território peruano-boliviano situado nos Andes, o qual directa e indirectamente tem influido na cultura dos outros povos da America do Sul por um espaço muito maior do que se presume ordinariamente.*²⁰²

Para Hermann von Ihering, a formação de coleções era condição *sine qua non* para a produção do conhecimento científico, pois, a partir delas seria possível o estabelecimento de mapeamentos e uma análise diacrônica das espécies coletadas, estabelecendo assim os caminhos evolutivos em determinadas regiões geográficas. Apesar do colecionamento ter se instituído como prática corrente para os estudos etnográficos, no caso do cientista possuía uma dimensão mais ampla, pois era praticada de forma semelhante para os estudos zoológicos, botânicos e antropológicos. O trecho acima destacado é exemplar desse olhar sobre o conjunto de características de uma região geográfica, pois, vinculava as peculiaridades geológicas, botânicas e

²⁰²IHERING, Hermann von. A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 33-161, 1895, p. 154-155. Itálico do autor, negrito nosso.

zoológicas do Rio Grande do Sul ao “centro de civilização superior” da América do Sul localizado nos Andes.

Desta forma, fixava a história da humanidade na região no tempo geológico do continente. O estágio de civilização das populações indígenas encontradas em São Paulo, ou nos estados ao sul, era explicada pela imposição geográfica do Rio Grande do Sul que, em sua leitura, funcionou como uma barreira aos animais, vegetais e humanos. Vinculava-se, assim, à recente tradição biogeográfica que se estabelecera concomitantemente ao evolucionismo e, conciliando os estudos zoológicos e etnográficos, Hermann von Ihering propunha a região da América do Sul como uma unidade biogeográfica específica.

Para construir tal hipótese, Ihering partia de sua principal especialidade: o estudo dos moluscos. Após um amplo esforço de colecionamento que se iniciara antes da sua mudança para São Paulo, durante o período em viveu no sul do país e, após, promover expedições com o intuito de ampliar os exemplares de conchas brasileiras e sulamericanas, Hermann von Ihering vangloriava-se de possuir a maior coleção do mundo deste tipo. Seu reconhecimento científico como zoólogo adivinha especialmente de seus trabalhos como malacólogo. Ao construir uma série de moluscos que pudesse ser comparada, o cientista apresentou a conclusão de que a região Meridional da América do Sul possuía características singulares em sua fauna causadas por condições geográficas. Em primeiro lugar, portanto, delimitou uma região específica de circulação de animais no continente, em segundo lugar, a própria América do Sul constituiria uma unidade biogeográfica.

O trabalho de pesquisa constante sobre moluscos na América do Sul levaria o autor a propor em 1907 a sua hipótese científica mais ambiciosa: a da ligação no passado entre Archhelenis e Archinotis. Nesse trabalho, publicado em alemão, defendia a existência de antigas pontes que ligariam continentes, onde “Archhelenis teria sido um continente formado pela América Meridional e a África, e Archinotis, pela parte sul da América do Sul e a Antártica”²⁰³ Hipótese precursora da teoria da Deriva Continental, proposta anos mais tarde em 1913 por Alfred Wegener (1880-1930), cientista que havia apreciado os resultados de von Ihering. É interessante destacar a visão integrada da natureza presente em seus trabalhos, o olhar da

²⁰³ LOPES, Maria Margaret; FIGUERÔA, Silvia. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 23-35 (2002-2003), p.29.

Sistemática extrapolaria a descrição da distribuição dos animais estudados pela Zoologia e abarcaria uma análise sobre a distribuição dos homens ao longo do tempo e espaço da América do Sul. Os fósseis de conchas e humanos comporiam um mesmo painel mais profundo, que conectava a pré-história humana ao mundo da natureza.

Torna-se evidente o destaque adquirido pelos Sambaquis nas pesquisas do diretor do Museu Paulista. Rudolf Virchow - de quem Ihering era discípulo e principal representante de suas ideias no Brasil - nutriu especial dedicação aos achados dos Sambaquis, levando-os para a Alemanha e estudando-os em busca de evidências dos exemplares mais primitivos da América, ao lado dos Botocudos. Assim, temos uma motivação vinculada ao círculo científico internacional ao qual Ihering se inseria e às práticas de pesquisa em que fora treinado. Por outro lado, a questão dos Sambaquis também ocupou os brasileiros, constituindo peça fundamental para o desenvolvimento da arqueologia local. No quarto capítulo desta tese abordaremos mais uma vez o tema dos Sambaquis, vinculando-o ao mapeamento das populações indígenas efetuado por Hermann von Ihering. Aqui, portanto, nos limitaremos ao entendimento da análise dos Sambaquis dentro do argumento biogeográfico, evolucionista e difusionista do autor.

Não obstante, a formação da coleção etnográfica do Museu Paulista, as pesquisas decorrentes dela e as postulações teóricas de Hermann von Ihering não se enquadram exclusivamente na perspectiva biogeográfica. Soma-se a isto, o diálogo estabelecido com a moderna etnologia alemã, da qual Ihering explicitava sua vinculação pelas citações e debates abertos em seus artigos com os principais nomes do movimento. No próximo item deste capítulo observaremos outra dimensão da construção do Brasil Meridional como região: a história. Por ora, cabe destacar que os estudos de Ihering apresentaram os índios como pertencentes à pré-história, portanto, as perspectivas biogeográficas, evolucionistas e difusionistas desenharam um caminho comum e natural do desenvolvimento humanos, do qual os habitantes primitivos do territórios brasileiros não haviam se desvinculado.

No caso da evolução humana no continente, aproximou-se das teorias difusionistas alemãs do fim do século XIX e estabeleceu um diálogo com a versão sul-americana de Florentino Ameghino que em 1880 havia publicado *La antigüedad del hombre en el Río de La Plata*, artigo em que propunha a existência de um tipo humano na Patagônia.

No artigo *A civilização prehistórica do Brasil Meridional*, Ihering postulava que a região do sul brasileiro era portadora de características específicas que a diferenciava do restante do território nacional. Mais que isso, ao observar os estudos antropológicos da Argentina acreditava haver semelhanças materiais incontestáveis com algumas populações do território vizinho, em especial os Calchaqui. A partir de uma análise comparativa estabeleceu que um fluxo civilizacional partindo dos Andes, que poderia ser dos Incas ou de populações anteriores, se espalhou por círculos ondulatórios para a Argentina por meio dos Calchaquis, encontrando uma barreira de entrada na Patagônia e adentrando o território brasileiro pelos Guaranis, atingindo em suas bordas de expansão o sul do litoral de São Paulo.

A ideia de áreas culturais que se expandiam por comércio e guerra já era conhecida pelos estudos do geógrafo Friedch Ratzel, inclusive é uma das referências de Ihering. A teoria antropogeográfica de Ratzel reconhecia o Andes como um dos núcleos de civilização da humanidade. Na América existiram apenas dois: planalto andino e planalto mexicano. Para o geógrafo alemão a conformação destes locais como centros foi o resultado de uma série de características, dentre as quais estavam certamente o clima e a vegetação, mas também as ações humanas com o desenvolvimento da agricultura e o domínio destes povos por outros nômades. A somatória entre agricultores e nômades conquistadores forneceria, no ambiente correto, ao longo do tempo, condições propícias à formação de um povo com patrimônio material suficiente para o desenvolvimento da civilização.²⁰⁴

Friedch Ratzel, como visto no capítulo anterior, indagava sobre as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento das sociedades humanas. E, assim como Hermann von Ihering, delimitou geograficamente regiões aonde as características da fauna, da flora e da humanidade eram condicionadas por suas propriedades específicas. É interessante notar como Ratzel transformou essa ideia numa interpretação da história do planeta - para além da história da humanidade - e como os trabalhos de Ihering poderiam compor e aprofundar o entendimento de uma região particular do globo:

A difusão dos homens, assim como dos animais e das plantas, ao norte está fundada sobre a continuidade e ao sul sobre a descontinuidade das terras. Se considerarmos a humanidade como um todo, vemos que na sua parte setentrional há uma maior conexão,

²⁰⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 138.

com maior reciprocidade de efeitos, e na parte meridional uma maior desagregação. Se observarmos as raças, vemos que os negróides pertencem ao sul, os mongóis e os brancos ao norte. As formas mais evoluídas de civilização estão ao norte do equador. Na etnografia reencontramos este contraste também nos detalhes: assim, por exemplo, às regiões meridionais da Terra pertencem os povos que não conhecem o arco, enquanto nas regiões setentrionais o arco e a flecha não são difundidos sobre uma vasta zona mas conservam também a mesma forma fundamental da Lapidônia à Groelândia oriental e ao México.²⁰⁵

Além da noção de difusão apropriada de Friedch Ratzel, Ihering aproximou-se de formulações mais recentes que estavam em voga na virada do século. O conceito de *Kulturkreis*, ou círculos culturais, foi popularizado em 1904 em reunião da Sociedade de Antropologia de Berlim pelas conferências de Fritz Graebner (1877-1934) sobre a Oceania e Bernhard Ankermann (1859-1943) sobre a África. Mas fora utilizado anteriormente pelo africanista Leo Frobenius (1873-1938) em 1898.²⁰⁶ O fato de Hermann von Ihering empregar o conceito de círculos ondulatórios como explicação para a difusão de culturas no mundo é um indicativo do diálogo que o diretor do Museu Paulista, que também era sócio da Sociedade de Antropologia de Berlim, estabeleceu internacionalmente com os antropólogos do período. Ihering foi participante ativo da formulação do conceito que confere embasamento às teorias difusionistas.

Esses estudos são resultado da expansão das instituições museais no século XIX, em sua versão moderna e dos estreitos laços estabelecidos entre etnografia e colonialismo que delimitaram as regiões da Oceania, África e América como espaços de povos primitivos e inferiores, seja do ponto de vista evolucionista ou difusionista. A novidade do ponto de vista difusionista e do conceito de círculos culturais alemão era tecer diversas regiões como centros irradiadores de culturas superiores. No caso da teoria de Hermann von Ihering esse lugar seria a região do Andes e sua região de expansão o Brasil Meridional de um lado e a Ilha de Marajó na Amazônia por outro.

A partir da distribuição geográfica dos traços culturais no tempo, alguns autores empenhavam-se em reconstituir um número limitado de círculos culturais originais. A história do homem no mundo era então entendida como resultante da difusão desses círculos para outras regiões e o Museu Paulista guardaria a história do homem sul-

²⁰⁵ Idem, p. 113.

²⁰⁶ FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 142-146.

americano. Nesse sentido, o estabelecimento de uma dessas regiões como projeto científico do Museu Paulista, o colocava na posição institucional pretendida por Ihering como um museu sul-americano.

Deslocar-se espacialmente ou escavar sambaquis era, nesse sentido, deslocar-se temporalmente. Coletar e colecionar objetos etnográficos significava um olhar para os estágios anteriores do desenvolvimento humano que, como tal, seriam inevitavelmente suplantados pela evolução. Os indígenas do território brasileiro pertenceriam à pré-história, fossem os existentes apenas em relatos coloniais ou em vestígios arqueológicos ou aqueles que ocupavam os sertões. Como argumentou Lucio Ferreira, os resultados de Hermann von Ihering não chegaram a conformar uma arqueologia nacionalista. Ao contrário, era combativa frente à arqueologia oitocentista que destinava à pré-história uma lugar de glória e projetava um passado longínquo muitas vezes ligado às civilizações da antiguidade asiática. Para Ihering, o índio do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó ocupava a periferia da alta cultura andina e os demais grupos indígenas do país estavam além dos limites de seus círculos ondulatórios. Ferreira aponta que na Argentina do mesmo período, a arqueologia fora utilizada como fundamento mítico do passado do país, uma vez que acreditava-se que seu território havia recebido e abrigado diretamente a herança cultural Inca.

Se por um lado, esse deslocamento da arqueologia de Ihering da valorização do passado pré-histórico nacional não corroborou com os discursos apologéticos sobre a identidade nacional, por outro lado, a visão negativa dos indígenas e da miscigenação corroborou com o movimento migratório e de colonização dos interiores por estrangeiros. Nos próximos itens observaremos uma dimensão sem a qual dificilmente entende-se a inserção de Hermann von Ihering no ambiente intelectual local: a história.

2.3 - Raça e Civilização em von Ihering: *neobrasileiros* e *paleobrasileiros* no Brasil Meridional

Hoje, porém, não podemos contentar-nos com um modo de proceder tão insuficiente, tendo-se ajuntado a antropologia assim como a ethnologia a investigação histórica como irmãs de igual dignidade e importância, as quaes, chegando pelo estudo dos povos

naturaes á conclusões preciocissimas para a historia das origens da cultura humana, exigem por isso uma nova exposição da historia mais antiga d'estas raças, em grande parte extinctas ou pouco civilizadas - exposição que possa detalhar e completar em todos os respeitos, o quadro antigo imperfeito.²⁰⁷

A construção da coleção etnográfica do Museu Paulista, assim como os estudos sobre as populações indígenas levados à cabo nos anos em que Hermann von Ihering esteve à frente da instituição, adquirem sentido a partir da interpretação do passado histórico presente no conjunto da obra do cientista. Em sua perspectiva, Antropologia - pensada enquanto antropologia física - Etnologia, Arqueologia e História deveriam formar um mosaico capaz de determinar a história desses povos, de sua antiguidade ao momento contemporâneo. Apresentando uma determinada explicação histórica do Brasil que possuía como linha narrativa o desaparecimento dos povos indígenas, filiou-se aos nomes de Karl von Martius, Adolfo de Varnhagen e Couto de Magalhães, autores que defenderam a tese da absorção das raças americanas pelas europeias.

Dos estudos efetuados por von Ihering, ou por outros autores que publicaram na *Revista do Museu Paulista*, decorreram duas preocupações maiores relacionadas à história e à questão racial. Em primeiro lugar, e mais evidente, o Museu Paulista esteve no centro da querela sobre a origem dos paulistas, que foi objeto de debate no período, envolvendo o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e outros letrados como Capistrano de Abreu e Theodoro Sampaio, deste tema nos ocuparemos no próximo item deste capítulo. No entanto, outro assunto ocupou a reflexão do diretor do museu e fundamentou muitas características das suas interpretações sobre os povos indígenas: a relação com os colonos europeus e a construção de um Brasil Meridional.

Ihering vinculava a possibilidade de sucesso da empreitada colonial no sul brasileiro ao controle das populações indígenas locais. Fator esse que elevava a presença dos jesuítas no Rio Grande do Sul, até o século XVIII, ao status de condição para a civilização do Brasil Meridional. Para o autor, a educação e a catequese dos índios empreendidas nos aldeamentos pelos jesuítas foi responsável por construir uma relação mais harmoniosa com os moradores locais, propiciando o florescimento de uma civilização no estado. Nota-se, porém, que após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1759, o país careceu de uma política de controle dessas populações

²⁰⁷ HERING, Hermann von. A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. Op. Cit., p. 35.

de forma sistematizada e efetiva, constituindo-se um empecilho para o desenvolvimento regional. Argumentava, por fim, a necessidade de outras formas de relacionamento com essas populações, por meio do Estado e com olhares modernos e mais técnicos sobre a questão, uma vez que a experiência jesuíta não poderia ser repetida.

Entretanto, essa interpretação da história operada por Ihering não significava a defesa de uma vida conjunta entre os diversos povos. A harmonia e o controle das populações indígenas “bravas” ou “mansas” possuíam um sentido histórico específico, pois, “o elemento indígena desaparece do Brasil absorvido pela raça branca”²⁰⁸. Filiando-se ao célebre artigo de Carl von Martius (1794-1868) *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1844, von Ihering defendeu a propagada tese do desaparecimento das “raças americanas”.

No ano de 1840, o IHGB definira uma premiação para aquele que apresentasse a melhor forma de escrever a história da nação. Importante frisar que se definia nesse momento as bases metodológicas da historiografia brasileira, justamente no período que buscava-se, a partir do estudo do passado, delimitar uma identidade nacional. A tese escolhida para a premiação, em 1847, fora a apresentada por Carl von Martius. Neste trabalho, como salientou Manoel Guimarães, von Martius “define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade - especificidade à Nação em processo de construção”²⁰⁹. O projeto proposto evidenciava uma interpretação do Brasil como um país singular dentro do conjunto das nações, ao qual atribuía-se “a missão específica” de “realizar a ideia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial”²¹⁰. Projeto de longa repercussão no pensamento brasileiro, fundador não apenas de um discurso historiográfico nacional, mas presente na conformação de diferentes áreas do conhecimento no país.

O espaço destinado a cada uma das “três raças” certamente não seria o mesmo. Se por um lado, o estudo das raças indígenas seria incentivado, especialmente pelo seu caráter de construção romântica da nacionalidade brasileira, por outro, o elemento

²⁰⁸ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, pp. 112-140, 1911, p. 132.

²⁰⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988, p. 16.

²¹⁰ Idem, p. 16.

indígena estava condenado ao desaparecimento. O trecho da obra de Carl von Martius citado por Hermann von Ihering para justificar seu argumento é exemplar disto: “Duas são as cousas que a humanidade transmite hereditariamente: sangue e espirito. De ambos o indígena da America só deixará vestígios. Por esta razão pode-se dizer que a raça americana não tem mais futuro. Perante a nossa vista ha de desaparecer”²¹¹ O desaparecimento não se daria ao acaso, mas era fruto de uma forte noção de hierarquia entre as raças, dentro da qual sobressaia-se o elemento europeu na figura do português:

O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.²¹²

Portanto, estava reservado ao português o papel de agente civilizador no processo histórico de formação do Brasil. Francisco Adolpho de Varnhagen provavelmente seja o exemplo mais bem acabado de historiador que executou o projeto de von Martius e produziu uma historiografia onde o Brasil era concebido como uma continuidade de Portugal, o autor “explicitaria os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia”.²¹³ Como salientou José Carlos Reis, Varnhagen foi responsável pelo início de uma corrente de interpretação do Brasil ligada aos descobridores. “Ele reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador [...] Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa”.²¹⁴

Nesse quadro, Varnhagen desenhou uma nação onde os indígenas não eram um de seus elementos constitutivos. Ainda assim, como destacou Rodrigo Turin, Varnhagen foi compelido a utilizar o aparato metodológico e conceitual dos demais membros do IHGB para defender suas posições referentes aos indígenas. Ou seja,

²¹¹ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. Op. Cit. p. 132.

²¹² MARTIUS, Carl Friedrich von. Como se deve escrever a História do Brasil. *RIHGB*. n. 6, pp. 389-411, 1845, p. 391.

²¹³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. Op. Cit., p. 6.

²¹⁴ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.33.

fundamentou seus argumentos na linguagem compartilhada pelos letrados do Império nos assuntos que envolviam os índios: o discurso etnográfico. Desse modo, construiu uma abordagem etnográfica em que o conceito de civilização estava atrelado ao cristianismo europeu, um parâmetro em que “a separação estabelecida entre selvagens e civilizados não se dava por critérios naturais, de caráter evolucionista”.²¹⁵ O Brasil, entendido como herdeiro da tradição portuguesa, “não deveria deixar seduzir-se por falsas ideias românticas que pintavam um indígena idealizado, mas fazer prevalecer, antes, a civilização cristã contra a selvageria”²¹⁶.

A leitura de Hermann von Ihering a respeito das diferenças das raças distanciava-se dos fundamentos da interpretação de Francisco Adolpho de Varnhagen, uma vez que Ihering trabalhava com a ideia de raça na perspectiva das ciências naturais, da antropologia física, do evolucionismo e do difusionismo. E, apesar de exaltar o empreendimento jesuíta, foi enfático ao afirmar que as diferenças não se resumiam a uma questão de catequese ou cristianismo, pois, mesmo os índios cristianizados desapareceriam racialmente. Os pontos que parecem justificar a lembrança de Varnhagen por Ihering são: a ideia de impossibilidade de civilização dos índios, seu inevitável desaparecimento, uma hierarquia intransponível (ainda que de natureza distintas), além da compreensão da etnografia como fundamental à administração pública.

É digno de nota que, a despeito das diferentes abordagens etnográficas e da distância temporal, um conjunto de concepções políticas semelhantes esteja na base das opiniões e soluções emitidas pelos autores. Talvez a maior divergência seja em relação ao papel dos jesuítas, considerado insuficiente por Varnhagen, ao passo que Ihering considere a empreitada bem sucedida, mas não reproduzível. No entanto, a solução apresentada se assemelhava: a ideia de uma tutela forçada pelo Estado. Varnhagen defendeu essa posição no seu *Memorial Orgânico*, publicado em 1849-1850, e reiterou na sua obra mais importante: a *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857. Neles defende que diante do índio real, *degenerado, bárbaro, feroz*, o oposto da idealização indianista, o emprego da força tornava-se necessário em prol da civilização. Aqueles que fechavam os olhos para tal realidade seriam chamados de

²¹⁵ TURIN, Rodrigo. O 'selvagem' entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, p. 781-803, 2012, p. 785.

²¹⁶ Idem, p. 785.

falsos filantropos pelo historiador do Império.²¹⁷ Posição semelhante foi adotada por Hermann von Ihering que, após ser criticado por suas posições sobre a possibilidade de extermínio dos índios de São Paulo, denunciou a inocência e condolência dos brasileiros com os *silvícolas*. Aqui, mais uma vez o emprego da força seria reivindicado como inevitável, diante de hordas de índios *bravos*.²¹⁸

Referindo-se aos historiadores do século XIX que discutiram a questão indígena, Vânia Moreira argumenta como a historiografia operou como uma “ferramenta organizadora dos direitos indígenas durante a estruturação do regime imperial”²¹⁹ Esse é o sentido que buscamos evidenciar a partir do diálogo estabelecido por Ihering com a história. Inserido nesse cenário que Adolpho de Varnhagen propôs a criação de uma seção de etnografia no IHGB que, como afirma Moreira:

[..] deveria devotar seus esforços para pesquisar os nomes das nações indígenas, suas línguas e seus dialetos, suas emigrações, crenças, sua arqueologia, seus usos e costumes e meios de os civilizar. Assim, ele definiu, de maneira concisa, o objeto da etnografia (os índios), seus objetivos (estudo das línguas, crenças e dos costumes) e sua pertinência social (orientar a política indigenista do Estado imperial), condensando algumas, mas não todas, das orientações e aspirações do indigenismo que, então, se fundamentava na instituição.²²⁰

Não obstante, os posicionamentos de Hermann von Ihering se assemelhassem em diversos momentos aos de Francisco Adolfo de Varnhagen, é inegável que entre os dois personagens houve uma transformação no próprio discurso etnográfico. Transformando-o daquele estabelecido pela primeira geração de sócios do IHGB, no experienciado pelo diretor do Museu Paulista.

Rodrigo Turin assinala que o General Couto de Magalhães ocupou um espaço ímpar no cenário intelectual do Império ao utilizar-se de diferentes linguagens antropológicas. Sua obra seria marcada pela utilização de uma gramática etnográfica comum aos membros do IHGB, ao passo que incorporava elementos de um discurso etnográfico que se fragmentava, sendo compartilhado e ressignificado por outras instituições, autores e metodologias. Em outras palavras, Couto de Magalhães

²¹⁷ JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: O Memorial Orgânico de Varnhagen e a construção do Brasil como uma Nação compacta*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2009.

²¹⁸ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. Op. Cit.

²¹⁹ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 53-72 - 2010, p. 54.

²²⁰ Idem, p. 59.

preenchia um momento entre a tradição etnográfica do Instituto Histórico e a emergência das teorias raciais de cunho biologizante. No esforço de modernizar o discurso etnográfico imperial, Couto de Magalhães operou um deslocamento da ideia de decaimento da raça indígena, proveniente de uma perspectiva monogenista e católica, para uma concepção de homem primitivo. Dessa forma, naturalizava o tempo histórico, “assim como existiria uma ordem natural de desenvolvimento do globo terrestre e de seus fenômenos vitais, da mesma forma haveria etapas de desenvolvimento inerentes à história humana”.²²¹

O índio, nessa perspectiva, passaria a compor um estágio universal do desenvolvimento humano. A mesma ordem, as mesmas leis da natureza ditavam a história de todos os povos. “Contudo, por alguma “misteriosa razão”, nem todos os grupos humanos se encontravam num mesmo estágio de desenvolvimento”.²²² Nessa medida, *O Selvagem* representava a possibilidade de, a partir de um deslocamento espacial, observar estágios anteriores da humanidade. Turin, ao analisar essa construção antropológica, sugere dois termos que são fundamentais para a compreensão não apenas de Couto de Magalhães, mas da posterior produção do Museu Paulista: “negação da contemporaneidade” de Johannes Fabian²²³ e a “simultaneidade do não contemporâneo” de Reinhart Koselleck.²²⁴

Sem se desfiliar do pensamento religioso cristão, Magalhães baseava sua proposta de política indigenista em um tripé: colônias militares; comunicação e tradução; e catequese cristã. Acreditava que assim promoveria a integração dos índios à civilização cristã e, embora as leis naturais apontassem que o desaparecimento dos selvagens e primitivos fosse inevitável, uma vez que uma ordem natural suplantaria estágios anteriores, seria possível pela educação uma integração à civilização contemporânea. Advogava, portanto, uma possibilidade de domesticação e integração.²²⁵

Perceba-se, portanto, que o conhecimento etnográfico de von Martius, Varnhagen e Couto de Magalhães era pensado por Ihering como um caminho seguro para a aplicação de políticas públicas, pois, em suas palavras “a legislação e administração

²²¹ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Op. Cit. p. 108.

²²² Idem, p. 109.

²²³ FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editoria Vozes, 2013.

²²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

²²⁵ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Op. Cit., p. 116-118.

publica devem-se inclinar perante essa lição da sciencia e da experiência”²²⁶. Ou seja, a relação entre a “civilização” e os índios deveria se organizar em torno da ideia do seu inevitável desaparecimento racial.

Portanto, a estrutura administrativa do Estado brasileiro deveria voltar-se para o incremento da imigração europeia, garantindo a ocupação de terras nos interiores e o desenvolvimento de vilas e cidades protegidas dos perigos dos índios *bravos*. Observaremos a esquematização desse antagonismo entre o colono, as ideias de *progresso* e *civilização*, por um lado, e os índios, *bravos* ou *mansos*, enquanto empecilhos para o desenvolvimento, de outro lado, ao longo de todos os trabalhos e construções etnológicas de Ihering. Pois, é a partir dessa inserção no debate regional e no ambiente intelectual brasileiro que sua trajetória foi concebida e dotada de sentido.

Talvez a única divergência com o trabalho de Couto de Magalhães seja a respeito da catequização, domesticação e integração do índio ao trabalho, promovendo assim sua assimilação à civilização. Porque, sob seu ponto de vista, mesmo que houvesse uma parcela da população indígena que fosse *mansa* e inevitavelmente se fundisse economicamente com as populações rurais, ainda assim elas jamais poderiam ser assimiladas como elemento nacional. Ihering afirmava que, se possível, mesmo as populações indígenas mansas deveriam ser mantidas distantes dos núcleos urbanos e dos produtores rurais. Cabia ao “homem civilizado” compreender sua atuação como um “ato de nobreza e de amor da raça vencedora”. Portanto, ainda mais enfaticamente, expressa uma das características do pensamento antropológico moderno: “a negação da contemporaneidade”. Em seus termos:

Ainda que o indígena possa muitas vezes fundir-se economicamente com o homem civilizado, ainda que em parte se assimilem à população rural, nem por isso as medidas postas em prática em favor dos indígenas se devem considerar como conquista de novos elementos de trabalho, mas simplesmente como um acto de nobreza e de amor da raça vencedora para com a vencida.²²⁷

Restava ao homem de ciência, ao político e ao colono aguardar o desaparecimento dos povos indígenas, investigar seus vestígios e estabelecer as melhores formas de mitigar os prejuízos causados ao progresso. A antropologia, a

²²⁶ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. Op. Cit. p. 132.

²²⁷ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. Op. Cit. p. 132.

história e a etnologia provavam o seu desaparecimento com bases científicas faltando-lhes completar esse “quadro antigo imperfeito”.

Para o Museu Paulista, e para si, Ihering estabelecia logo no primeiro artigo publicado na *Revista – A civilização prehistorica do Brazil Meridional* – uma agenda de pesquisa que visava o preenchimento desse conhecimento sobre o passado remoto do Brasil Meridional e de São Paulo. Resgatando os vínculos profundos do desenvolvimento humano na região que, em seu entender, apenas poderia ser alcançado pelas técnicas das ciências naturais e da arqueologia em contribuição com a história. Assim, os objetos arqueológicos recolhidos no Rio Grande do Sul por uma rede de pesquisadores foram adquiridos um a um pelo Museu Paulista ao longo de sua direção. A necessidade de coleta de artefatos paulistas, de novas explorações e objetos de lugares que proporcionassem o emprego do método comparativo também foram sistematicamente perseguidas pelo diretor.

Hermann von Ihering dedicou-se a preencher o quadro que julgava imperfeito. Um quadro que narrava a história da decadência das raças americanas, empregando as concepções de evolucionismo e difusionismo, conjugadas com uma história das relações com europeus, estabeleceu um trajeto dos Incas aos ocupantes dos sertões do Brasil Meridional, de povos mais civilizados que perderam suas capacidades à medida que se afastavam de um centro irradiador. Uma história de raças vencidas e vencedoras.

A concepção antropológica do desaparecimento dos indígenas americanos foi uma tese amplamente compartilhada entre os etnógrafos, gerando um colecionismo salvacionista. Os museus de história natural e etnografia do período dedicaram-se sobremaneira a salvaguardar artefatos que em pouco tempo, segundo essa concepção, se tornariam resquícios de populações que deixariam de habitar o planeta. Os alemães foram especialmente interessados nos índios e objetos etnográficos sulamericanos, destacadamente os brasileiros. Nomes fundamentais na moderna etnologia alemã atuaram no mesmo sentido, a exemplo de Karl von den Steinen, Paul Einreich e Kock-Grunberg. Assim como, anos mais tarde Curt Nimuendajú.²²⁸

No caso de Hermann von Ihering, no entanto, mais que uma visão pessimista sobre o futuro das raças americanas compartilhada por seus colegas alemães, seu fazer

²²⁸ PENNY, H. Glenn. *Objects of culture: Ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002; PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

etnográfico esteve intimamente ligado a um determinado projeto de nação. Um projeto centrado na imigração europeia, seja para o sul pelos alemães, seja para São Paulo pelos italianos e outras nacionalidades. Uma perspectiva de embranquecimento racial da população, pela prevalência de uma raça superior vencedora. Ou seja, Ihering interpretava a formação da nacionalidade brasileira como fruto de um processo histórico de longa duração e que seria responsável por formar os novos brasileiros ou *neobrasileiros*.

O conceito de *neobrasileiro* foi empregado pela primeira vez por Hermann von Ihering em artigo publicado em 1911, forjado a partir de uma crítica direcionada ao Marechal Rondon, aos positivistas e à criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais²²⁹. No entanto, os elementos constitutivos da ideia de *neobrasileiro* e, seu opositor, *paleobrasileiro*, perpassam a reflexão de von Ihering durante toda a sua escrita etnográfica. Utilizando-se de outros conceitos como os de *prehistoria*, *precolombiano*, *primitivo* ou *selvagem*, sua bibliografia estabeleceu uma rígida separação entre os habitantes que formariam uma nação e seus *outros*, entre colonos e indígenas, entre os *neobrasileiros* e os *paleobrasileiros*.

Ao analisar a correspondência trocada entre Curt Nimuendajú e Robert Lowie (1883-1957), Elena Welper percebe o uso disseminado do conceito de *neobrasileiro* por Nimuendajú com o mesmo sentido empregado por Ihering. Para a pesquisadora o contato entre os dois - Curt Nimuendajú havia trabalhado no Museu Paulista e se iniciou na etnologia sob orientação de Ihering - levou à assimilação do conceito. Outros alemães também acabaram empregando o termo, como no relato de viagem de Gustav von Koenigswald (1902-1982) e anos mais tarde seria utilizado por brasileiros como Eduardo Galvão (1921-1976) e Darcy Ribeiro (1922-1997). Darcy Ribeiro, no entanto, o usava de forma diferente, restringindo o termo aos primeiros núcleos após a conquista.²³⁰ No caso de Hermann von Ihering, o conceito abarcava todos os que não fossem *paleobrasileiros*, em outras palavras, todos que não fossem os primitivos habitantes do Brasil. O termo deveria condensar os imigrantes e seus descendentes nascidos em solo brasileiro, os quais já não poderiam, uma vez aclimatados, serem considerados europeus ou ocidentais. Em suas palavras:

²²⁹ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. Op. Cit.

²³⁰ WELPER, Elena Monteiro. "Segredos do Brasil": Curt Nimuendajú Robert Lowie e os índios do nordeste. *Revista de Antropologia*. (São Paulo, Online), v. 61 n 3, p. 7-51, 2018.

O Snr. Tenente Coronel Rondon, na terminologia positivista denomina «occidentaes» os brasileiros de origem europeia. A denominação entende só com a Europa e nada significa aqui. Si não fora a confusão poderíamos designar a população branca pelo nome de immigrados. Mas cumpra distinguir os nascidos no Brazil, dos novamente acclimados. Eu opôria o nome de «neobrazileiros» para o conjunto das raças immigradas e seus descendentes depois da descoberta da America. Os indigenas seriam o elemento brasileiro primitivo ou «paleobrazileiro».²³¹

A opção pelo binômio *paleobrasileiro* e *neobrasileiro*, os antigos e o novos brasileiros, denotava uma posição política frente às populações que ocupavam o Brasil Meridional. A raça, o espaço geográfico e a história se incumbiriam da substituição dos primeiros ocupantes pelos imigrantes e seus descendentes. O sangue ameríndio diluir-se-ia perante a superioridade racial europeia e, nesse contexto, restaria salvaguardar de forma benevolente os colonos dos índios bravos e os índios mansos de violências injustas, e se “tal processo pacifico se não effectuar, virá o tempo em que se organizem bandeiras para reduzir os indios e aldeial-os. Pelo emprego de pessoal idoneo, as capturas far-se-hão sem derramamento de sangue”.²³²

No último capítulo desta tese abordarei explicitamente as propostas de Hermann von Ihering para uma política indigenista. Não obstante, é indispensável frisar a relação estabelecida entre as teorias raciais, uma forte noção de hierarquia e o horizonte de civilização e progresso pela imigração como conformação de uma biopolítica.²³³ Populações, seus corpos e aspectos da vida tornavam-se inteligíveis para uma governança política por meio dos discursos antropológicos do período. Essas características compuseram o debate intelectual da Primeira República e tiveram no Museu Paulista um de seus artífices mais conectados com as iniciativas de expansão da fronteira agrícola de São Paulo, de conformação de uma identidade paulista e de um projeto de país centrado na imigração europeia o no Brasil Meridional.

2.4 - História e Etnografia de São Paulo: o debate sobre a origem paulista

²³¹ Idem, p. 128.

²³² IHERING, Hermann von. A questão dos indios no Brazil. Op. Cit., p. 132.

²³³ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

D'ahi resulta que o auctor, discutindo se os Goyanás pertencem ou não ao grupo tupy-guarany, inclina-se a responder pela afirmativa. Tal opinião não é, porém, defensável. Se precisassemos de outros testemunhos, além do accordo unanime dos chronistas, teriamos o testemunho do inglez Thomas Knivet, que a partir de 1590 mais de uma vez foi do Rio a S. Paulo, em bandeiras, a capturar indios, cuja lingua fallava. Knivet diz claramente que os Goyanás não eram tupys. Em S. Paulo assegura-se o contrario por causa de umas historias inventadas por Fr. Gaspar da Madre de Deus, em que entram João Ramalho, Martim Affonso e Tibiriça; taes historias são ridiculamente falsas, como já o demonstrou cabalmente o nosso erudito geographo Candido Mendes de Almeida.²³⁴

O trecho acima pertence a uma resenha publicada na *Gazeta de Noticias* em 1896 a respeito do primeiro número da *Revista do Museu Paulista*. Embora no jornal esteja localizado numa sessão sem assinaturas, Hermann von Ihering atribuiu a autoria das críticas ao historiador Capistrano de Abreu (1853-1927), a quem redigiu uma resposta no número subsequente da *Revista*.²³⁵ Ainda que a questão estivesse posta desde as crônicas de Frei Gaspar de Madre de Deus (1715-1800), é notável que a querela acerca dos índios que habitavam São Paulo nos tempos da fundação da cidade e, conseqüentemente, da genealogia dos paulistas adquiriu contornos institucionais e maior relevância no cenário letrado paulista a partir da década de 1890 com a fundação do Museu Paulista e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Esses lugares de produção do passado foram responsáveis por delinear um espaço de destaque para os Bandeirantes paulistas na história do Brasil e sedimentar uma imagem mítica de seus protagonistas que possuiu uma longa duração no imaginário local.

O diretor subsequente do museu, Afonso de Taunay, pode ser considerado um dos maiores expoentes dessa construção do passado paulista e bandeirante. Autor de uma extensa obra sobre a História das Bandeiras, a bibliografia a respeito de Afonso de Taunay enfocou, em primeiro plano, aspectos ligados a sua escrita historiográfica e suas relações institucionais. Karina Anhezini em seu livro *Um metódico à brasileira*²³⁶ discutiu como a construção de uma rede de intelectuais influenciou sobre a trajetória do autor. Efetuando uma apropriação da escola metódica francesa, Taunay

²³⁴ *Gazeta de Noticias*, 2 de Maio de 1896, p. 2.

²³⁵ IHERING, O Museu Paulista no anno de 1897. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. II, p. 3-17, 1897; O diretor também publicou um artigo de Theodoro Sampaio corroborando a posição de que os Guaianã eram Tupis: SAMPAIO, Theodoro. A nação Guaynã da Capitania de São Vicente. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. II, p. 115-128, 1897.

²³⁶ ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

empreendeu uma leitura da história fortemente marcada pelo cotejo documental que tal manual propunha. De outro lado, nomes como o de Capistrano de Abreu foram definitivos na escolha de seus temas de pesquisa, destacadamente o estudo dos bandeirantes, inserindo-se numa tradição de pesquisas que traçava a história das bandeiras como capítulo central da história nacional.

Foi dentro dessa perspectiva que o historiador se ocupou da transformação do Museu Paulista de um museu de história natural para um museu histórico, reinaugurado em 1922 para as comemorações do centenário da Independência no Ipiranga. As transformações operadas por Afonso de Taunay respondiam a uma demanda da elite local por um museu que estivesse em maior sintonia com o projeto político paulista de exaltação do seu passado em torno da figura do bandeirante. Assim, ao lado do Museu Histórico Nacional idealizado por Gustavo Barroso (1888-1959) e aberto ao público no mesmo ano de 1922 no Rio de Janeiro, tornava-se o primeiro museu histórico do país dentro de uma nova concepção museológica que destoava do arranjo que concebia inteligibilidade a um lugar de ciência e história natural.²³⁷

O museu histórico de Afonso de Taunay foi concebido de forma que a ornamentação e as exposições produzissem o efeito de uma narrativa no público visitante. Desde a disposição dos quadros, até a organização das salas em ciclos históricos e os caminhos que poderiam ser percorridos, narravam uma determinada interpretação do passado paulista e brasileiro. Em outros termos, a configuração espacial passava a ser fundamental para a experiência museológica. Ana Brefe realizou o estudo de maior envergadura sobre o período de Taunay no Museu Paulista²³⁸, para a historiadora as transformações postas em prática no período suplantaram o objetivo inicial de um museu de História Natural, concebendo uma vocação à história e memória que seria implementada ao longo do tempo. As bandeiras tornaram-se o fio-condutor da narrativa do museu e a própria organização dos itens expostos seguiram esta lógica. As reformas tiveram início em 1917, sendo concluídas em 1922 na exposição realizada em comemoração ao centenário da independência do Brasil. Essa exposição foi apreciada pela autora que descreve como a disposição dos objetos procurava traçar uma narrativa:

²³⁷ CHAGAS, Mario. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso*, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

²³⁸ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Afonso Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora da Unesp; Museu Paulista, 2005.

No peristilo do Museu o enredo começou a ser tramado: nele foram dispostas à direita e à esquerda, uma de frente para a outra, as duas majestosas estátuas dos dois principais bandeirantes, Antonio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Lemes, simbolizando os dois grandes ciclos bandeirantes: a caça ao índio e a devassa do sertão, e a busca de ouro e de pedras preciosas. É justamente a partir destes dois personagens, responsáveis pelas primeiras conquistas e expansão do território brasileiro, que a narrativa principia, demonstrando quais foram os primeiros fatores que possibilitaram a formação de um solo nacional. Desta forma, Taunay pretendia também chamar a atenção para a importância do estudo do bandeirantismo no Brasil, tema pouco estudado pela história até aquele momento, apesar de ter sido um fator fundamental para a formação da unidade nacional.²³⁹

Concomitantemente, Taunay teceu críticas à forma como as coleções de História Natural foram expostas no Museu Paulista e em relação à falta de coerência e organização da coleção de História, como lembrou Brefe, Taunay acusava Ihering pelo “abandono à própria sorte das coleções de História originais do Museu, além do completo desinteresse em aumentá-las, esquecendo-se de que o Palácio do Ipiranga fora construído e concebido como um memorial da Independência brasileira”²⁴⁰. Tais investidas tiveram um sentido de promover a reforma almejada pelo novo diretor:

Logo à entrada do Museu, contrastando com a elegância e suntuosidade de seu peristilo tão nobre, surgiam aos olhos dos visitantes atônitos um camelo e uma girafa lamentavelmente pelados, desbotados, sujos, pessimamente preparados, espécimens de uma taxidermia pré-histórica. Nas salas do andar superior nada mais desagradável do que o aspecto dos armários onde se viam as colleções zoológicas, mineralógicas, etnográficas, numismáticas etc. Já por si feios, desgraciosos, pesados, pintados funereamente de preto e amarelo, encimados por um horrendo frontão, tinham o interior em mísero estado.²⁴¹

Essa pequena digressão ao expor alguns elementos fundamentais do período subsequente ao nosso objeto justifica-se pela necessidade de demonstrarmos como uma transformação de concepção museológica foi operada a partir da mudança de direção. É necessário, no entanto, observamos a caracterização negativa apresentada por Afonso de Taunay não tanto como sintoma de um descaso de Hermann von

²³⁹ BREFE, Ana C. F. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 79-103 (2002-2003), p. 98.

²⁴⁰ BREFE, Ana. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Op. Cit.*, p. 81.

²⁴¹ TAUNAY, Affonso D'E. Relatório referente ao anno de 1917. *Revista do Museu Palista*, vol. X. São Paulo: Typ. Diário Oficial, 1918, p. 983.

Ihering com a instituição, mas antes de mais nada como uma mudança de olhar sobre a função do local. A aparente desorganização do museu refletia um processo de organização, explicitada por Ihering, que privilegiava a composição de coleções de estudo e a exposição de exemplares considerados mais bonitos para a visitação pública, sem a preocupação de composição de uma narrativa espacial. Dentro da perspectiva de um museu de História Natural, enquanto lugar de produção de ciência, os pressupostos de organização museológica operados por Ihering foram revistos a partir de novos modelos museológicos que tiveram sua ascensão no início do século XX, especialmente a partir dos museus históricos inaugurados no Brasil na década de 1920.

O Museu Paulista anterior às reformas de Taunay não pode, portanto, ser observado a partir da perspectiva dos museus históricos, o que não significa uma ausência de história. Um projeto de pesquisa efetuado por Fábio Moraes realizou um levantamento e análise da coleção histórica do museu durante a direção de Hermann von Ihering evidenciando a preocupação do cientista com a área. O pesquisador levantou ano a ano, a entrada de objetos históricos e embora, em comparação com outras áreas do museu o número realmente seja inferior, houve uma preocupação constante e um entendimento do papel histórico da instituição. Pertenciam ao acervo do museu objetos ligados a eventos oficiais, uma coleção numismática e diversos quadros históricos.²⁴² Entre os quadros destacam-se a suntuosa pintura de Pedro Américo (1843-1905) *Independência ou Morte* que ocupa o saguão de entrada do prédio e tornou-se um símbolo do Museu Paulista, as obras de Benedito Calixto (1853-1927), especialmente sua composição *A Fundação de São Vicente* pintada em comemoração ao IV Centenário do Descobrimento em 1900 e incorporada ao museu por Ihering, e a produção de Oscar Pereira da Silva e o seu *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*, entre outras obras.²⁴³

Portanto, o interesse em diversos objetos e obras iconográficas históricas esteve presente na composição do museu desde sua fundação. No entanto, para além desta faceta, uma outra dimensão do discurso historiográfico foi amplamente mobilizada

²⁴² MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.16. n.1. p. 203-233 jan.- jun. 2008.

²⁴³ LIMA JUNIOR, Carlos Rogerio. *Um artista às margens do Ipiranga: Oscar Pereira da Silva, o Museu Paulista e a reelaboração do passado nacional*. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras). São Paulo: IEB, Universidade de São Paulo, 2015; OLIVEIRA, Eduardo. *"Fundação de São Vicente", de Benedito Calixto: composição, musealização e apropriação (1900-1932)*. Dissertação (Mestrado em Museologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

pelo seu diretor e pesquisadores que contribuíram com a *Revista*: a relação entre etnografia e história. Defendo que a etnografia ocupou o lugar de diálogo com a história e de conformação de um projeto de identidade paulista no período. E, apesar de ter seu significado esvaziado posteriormente, momento em que o museu se transformaria em histórico, a etnografia corroborou com o discurso bandeirante conferindo a este elementos científicos que lhe conferiam legitimidade.

Assim, conforme pode-se verificar na epígrafe deste subitem, o conteúdo da resenha de Capistrano de Abreu a respeito do número inaugural da *Revista* concentrou-se na questão sobre o grupo étnico ao qual pertencia os indígenas de São Paulo e, conseqüentemente, a origem racial dos paulistas. Tema caro aos letrados locais e que definiria o trabalho do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista nas décadas seguintes. Hermann von Ihering, ele mesmo um dos sócios fundadores do IHGSP, não deixaria de se posicionar num primeiro momento em defesa da origem Tupi dos paulistas em contraposição à Capistrano de Abreu publicando um artigo de Teodoro Sampaio no segundo número da *Revista do Museu Paulista* em 1897.

Anos mais tarde, em 1904, o diretor do Museu Paulista publicaria um artigo de sua autoria escrito em 1903 em que admitia uma revisão dos cronistas consultados e a incorporação de nomes indicados por Capistrano de Abreu, além dos artigos publicados por João Almeida em 1886 e apontamentos de Teodoro Sampaio no artigo de 1897, Hermann von Ihering efetuava uma revisão de sua posição. Conciliando a análise dos cronistas, com informações linguísticas recolhidas entre os séculos XVII e XIX, Ihering estabeleceu uma ampla base comparativa entre os vocábulos dos grupos Tupi, Guarani, Goyana e Kaingang. Assim, conclui que os Goyana pertencem ao ramo linguístico Gê, ou seja, eram um grupo Tapuia. Dessa forma, nas palavras do autor, "resulta, pois, deste nosso estudo que os Guayanãs de Piratininga e os que no oeste do Estado foram examinados no seculo passado [...] pertencem ao mesmo povo dos Caingangs [...]"²⁴⁴. A partir dessa posição, Ihering se propõe "em corrigir o engano dos autores mencionados que incluem os Guayanãs na familia Tupi em vez de na dos Gês"²⁴⁵ Na conclusão de seu artigo de revisão, o cientista apontava aquele que

²⁴⁴ IHERING, Hermann von. Os Guayanãs e Caingangs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, p. 23-44, 1904, p. 36.

²⁴⁵ Idem, p. 40.

considerava o problema que causara esse erro de interpretação sobre os Guayanás: “o conhecimento insuficiente deste ramo dos povos Gês”²⁴⁶

Desta vez, publicado no mesmo ano de 1903 na Revista do IHGSP, Teodoro Sampaio sustentou uma posição relativamente divergente daquela defendida por Ihering. Pois, se por um lado admitia o erro de considerar os Guaianá como pertencentes ao ramo linguístico dos Tupis, por outro defendeu que os índios que habitavam o Piratininga não eram Guayanás, mas sim Tupinikins. Desta forma conservava a construção simbólica paulista de sua origem Tupi:

Depois disto, somos ainda levados a concluir que o gentio dominador nos campos de Piratininga não era da nação Guayaná; que Tibiriça, Caiuby e os da sua tribo não era dessa nação, mas daquela de que uma parte se rebelou em 1562, atacando S. Paulo, e tendo por cabeças os parentes dos que tinham permanecido fieis aos padres, nação tupi como eram os Tupinikins, os Tamoyos e os Carijós [...] e, finalmente, que a raça mistiça, a dos mamelucos, donde sahiram bandeirantes conquistadores de sertão, não era do sangue guayaná, mas do tupinikin, ou verdadeiramente do tupi, da mesma raça de que descende grande parte da nação brasileira. Quer isso significar não sómente uma correcção em velhas e arraigadas tradições, erroneamente divulgadas sem critica, como principalmente uma reparação, uma restituição tardia embora, a essa raça tupi, graças a qual, pela sua facil assimilação, poude o Portuguez, pequeno no numero, mas grande no heroismo, lançar na America Tropical, um quasi metade do continente do sul, os fundamentos de uma nacionalidade nova.²⁴⁷

O historiador John Monteiro dedicou um artigo, posteriormente revisto como ensaio, ao que denominou como a "Velha Questão Guaianá". Neste texto, o autor argumenta a necessidade de se estudar o tema por conta do enraizamento das teses que circularam sobre a ocupação indígena de São Paulo, que coadunaram com o forjamento da mítica bandeirante descendente do Tupi, e da grande disseminação dessas ideias - que chegaram aos tempos contemporâneos dificultando pesquisas sobre a questão. Em vista desse cenário, se propôs a revisitar a querela e mapear seu desenrolar na historiografia paulista do período. Segundo Monteiro, o ponto inicial desse imbróglio ocorreu com a leitura de uma memória realizada por Dr. João Mendes de Almeida, em que defendia a tese de que os indígenas que ocupavam o Piratininga - local da fundação da cidade de São Paulo - não eram Guaianá,

²⁴⁶ Idem, p. 44.

²⁴⁷ SAMPAIO, THEODORO. Os Guayanás da Capitania de S. Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. VIII, p. 159-169, 1904 [1903], p. 169.

constratando a versão corrente até o momento. "Não se tratava apenas de uma querela etnográfica, embora também o fosse. Estava em jogo o mito de origem da sociedade paulista que, desde o século XVIII, pautava-se numa série de afirmações sobre os Guaianá de Piratininga e sobre as origens Tupi da grandeza de São Paulo".²⁴⁸

A questão, portanto, envolvia uma construção anterior que ganhara força no século XIX, a partir da representação romântica do índio, que tornou-se símbolo da nacionalidade em sua idealização Tupi. Operou-se, assim, uma distinção entre o nobre Tupi e o selvagem Tapuia. De um lado a origem mítica desejada da nação, de outro aquilo que o país não desejava ser. Portanto, definir os ocupantes do território da fundação de São Paulo, era definir a origem racial dos paulistas, uma vez que estes descendiam de índios e portugueses.

O debate ocupou os letrados paulistas, especialmente os ligados ao IHGSP e ao Museu Paulista, constituindo uma tradição insistente que perduraria por décadas. Não pretendo percorrer detalhadamente todos os autores que se debruçaram sobre a questão e que estão resumidos panoramicamente no texto de John Monteiro, mas ressaltar os significados dessa querela no período. Monteiro resume muito bem o qual era o desafio enfrentado por esses letrado, pois, "no contexto científico e ideológico da época, aqueles que refletiam sobre o passado paulista se achavam na incômoda posição de conciliar teorias a respeito da degenerescência das raças inferiores com as origens fortemente mestiças da civilização paulista".²⁴⁹ O caminho encontrado fora a associação da origem paulista ao Tupi e um discurso de valorização dessa mestiçagem específica, concebendo uma "versão recauchutada do ideal Tupi".²⁵⁰ E complementa: "Não é difícil identificar os contrapontos deste Tupi idealizado: além do onipresente escravo africano e mulato, encontramos também uma legião de Botocudos, Coroados e Bugres, abordada pela expansão pós-colonial e pelos cientistas estrangeiros".²⁵¹ Assim, "em São Paulo, era praticamente unânime o consenso em torno da insignificância do Tapuia".²⁵² Por mais que Hermann von Ihering tenha revisto seu posicionamento a respeito da origem dos paulistas, seu trabalho continuou sendo essencial para a construção da imagem desses grupos indígenas lidos como tapuias, principalmente os ocupantes dos sertões paulistas.

²⁴⁸ MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores*. Op. Cit, p. 180.

²⁴⁹ MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores*. Op. Cit, p. 184.

²⁵⁰ Idem, 185.

²⁵¹ Idem, 184.

²⁵² Idem, 184.

Antonio Celso Ferreira chama a atenção para esse ponto, pois, era a intenção do IHGSP “imprimir uma marca ao mesmo tempo comum ao modelo ilustrado e civilizado idealizado pelo IHGB, e por outro lado bastante diversa da forma original”,²⁵³ pensando numa especificidade paulista, consolidou-se o mito do bandeirante. Discurso amplamente mobilizado não apenas durante a Primeira República, possuindo reverberações longínquas. John Monteiro esteve de acordo com essa posição, uma vez que “as elites econômica e política do estado beneficiaram-se diretamente dessa nova produção do conhecimento, apropriando-se das sugestivas imagens do passado paulista”.²⁵⁴

O Museu Paulista, a CGGSP e o IHGSP atuaram em consonância para formular um projeto de civilização paulista e, embora houvesse discordâncias fundamentais como no exemplo da querela dos Guaianá, constituíram facetas de um mesmo discurso que associava o passado indígena, português e bandeirante dos paulistas ao processo de crescimento econômico e ocupação das terras do Oeste do Estado. A grandiosidade desse passado mítico era refletido no presente e projetado ao futuro pelo café e pelas ferrovias. O Museu Paulista vinculou-se estreitamente a este projeto por meio da etnografia, não apenas no assunto da determinação da origem dos paulistas. Mas, como vimos ao longo do capítulo, como fundamento discursivo e científico das desigualdades raciais, justificando e intermediando a relação estabelecida com as populações indígenas contemporâneas.

Cada qual com suas especialidades, podemos afirmar ter ocorrido nelas uma “operação historiográfica”²⁵⁵, de caráter regionalista e que incorporava, naquele momento, diferentes saberes. Se, como afirma Lilia Schwarcz: “São Paulo, que na época da formação do instituto vivia um momento de pujança política e econômica, atribuía ao IHGSP a tarefa de restituir ao Estado símbolos de 'cultura e civilização', até então concentrados na corte”²⁵⁶ Então, a etnografia assumiu um duplo papel nesse projeto. De um lado, voltava-se ao passado paulista, simbolizado pelos Bandeirantes, descendentes de portugueses e índios e que, portanto, alinhando-se às representações simbólicas do indianismo, deveria ter suas origens no Tupi. De outro lado, olhava em direção ao Oeste, para os sertões paulistas e as populações indígenas que habitavam o

²⁵³ FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*. Op.cit. p., 109.

²⁵⁴ MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores*. Op. Cit, p. 192.

²⁵⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

²⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 127.

território em vias de transformação econômica. Esses índios, ao contrário dos primeiros, eram recorrentemente representados como bravos e incivilizados, portanto, Tapuias e vistos como empecilhos para o progresso. Esse discurso inscreveu no Oeste paulista uma representação de um território primitivo, dentro de uma lógica colonialista.

Capítulo 3

Os indígenas e o sertão paulista: ocupação territorial, etnografia e indigenismo

Que é esse território? Apesar de se achar a um dia de distancia desta capital por estrada de ferro, esse território, segundo o dizer comum que já ninguém suscetibiliza, é desconhecido, pouco explorado e habitado por indígenas (...) É indispensável, pois, fazer o reconhecimento geographico dessa região, civilizar o indigena, arrotear a terra, para apagar do nosso progresso esse borrão que o enfeia.

(WASHINGTON LUÍS, *Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo*, 1904)

Os atuais índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangs são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio.

(HERMANN VON IHERING, *Revista do Museu Paulista*, 1907)

As duas citações que iniciam este capítulo poderiam pertencer ao mesmo autor. Tratam de um cenário comum, estabelecem uma relação entre o indígena e a porção territorial do Estado de São Paulo considerada inexplorada pelo poder econômico e atribuem ao conhecimento científico um lugar de centralidade nesse processo. O primeiro a partir de um pedido de reconhecimento geográfico da região, enquanto o segundo ao se posicionar a partir de uma instituição científica. No primeiro exemplo, o discurso pronunciado pelo Deputado Estadual Washington Luís²⁵⁷, em 1904, expressava uma articulação política entorno do avanço da fronteira agrícola estadual, que possuía como braço técnico e científico a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP), instituição fundada nos anos finais do Império, em 1886, a partir dos esforços iniciados por cafeicultores da região que reivindicavam a confecção de mapas dos sertões paulistas. No início do século XX, essa articulação significou o financiamento e a organização de uma ofensiva rumo ao Oeste com uma intensidade não praticada até então. Iniciava-se uma nova fase da instituição, com a saída de seu primeiro diretor Orville Derby (1851-1915) - alvo de constantes críticas pela morosidade em efetuar o reconhecimento territorial paulista em acordo com as

²⁵⁷ANAIS da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. 48^o Sessão ordinária de 6 de julho de 1904, org. B. Sabino e N.de Oliveira (compiladores). São Paulo. 1905. p.315-316.

pretensões de avanço da cafeicultura - substituído por João Pedro Cardoso (1871-1957) que, com uma proposta mais pragmática, levou a cabo o mapeamento das regiões mais cobiçadas pelos produtores em expedições empreendidas entre 1905 e 1906.²⁵⁸

O segundo exemplo, publicado em 1907 pelo diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering (1850-1930), foi a ampliação de um trabalho apresentado na *Exposição Universal de St. Louis* em 1904, como representante da área de Antropologia de São Paulo. Ampliação que fora realizada a partir dos espólios dos conflitos dessas expedições e do sistemático avanço sobre terras ocupadas por populações indígenas, especialmente os citados Caingangs. Índios que na primeira versão do estudo eram considerados pouco conhecidos, poderiam enfim ser transformados em objeto dos estudos de Ihering a partir das evidências materiais dos artefatos coletados. Em 1908, o cientista seria novamente selecionado como representante paulista de uma exposição, nesta ocasião, para a *Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, em comemoração ao centenário da abertura dos portos. A exibição do Museu Paulista representava as três populações indígenas dos sertões - Guaranis/Cayuás, Kaingangs e Chavantes - em uma montagem em tamanho real, apresentando partes dos objetos coletados nas incursões ao Oeste.

Em um intervalo de tempo de poucos anos, o índio que ocupava o território paulista passaria de “desconhecido” para conhecido, dominado e exposto pela ciência na capital brasileira. Exposto entre produtos e máquinas agrícolas que representavam o progresso alcançado por São Paulo, o elemento indígena não fora civilizado, como evocado no discurso de Washington Luís, mas exterminado em quase sua totalidade, como sentenciara Hermann von Ihering. Em 1912, a chamada “pacificação Kaingang” levada à cabo pelo recém criado Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)²⁵⁹ encerrou esse processo expansionista, construindo aldeamentos para os indivíduos sobreviventes. O índio deixava de existir nos sertões para ocupar o Museu Paulista e os aldeamentos do Estado, sob a tutela da civilização.

²⁵⁸A CGGSP permaneceu ativa sob o comando de João Pedro Cardoso (1871-1957) até o ano de 1931, quando foi encerrada. Nos anos posteriores ao reconhecimento do Oeste paulista, desempenhou diversas funções incluindo projetos de urbanização, estabelecimento de fronteiras como o Paraná e o Rio de Janeiro, confecção de mapas do restante de São Paulo, entre outras tarefas.

²⁵⁹O órgão indigenista é comumente conhecido pela alcunha de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no entanto, a separação da Localização de Trabalhadores Nacionais ocorreu em 1918, portanto, em ano posterior ao recorte temporal desta tese. Por este motivo utilizaremos a primeira denominação.

Neste capítulo, limitarei a exposição à construção simbólica do indígena ligada ao território paulista e à recorrente utilização da ideia de desconhecimento dos sertões como mote para a efetivação de explorações científicas e produção do conhecimento sobre os índios. À medida que essas populações eram conhecidas pela ciência tornavam-se escassas em seus territórios originais. A exposição apresentada pelo Museu Paulista em 1908 é representativa desse cenário, simbolizando o domínio sobre a região e seus habitantes. Detenho-me, neste primeiro momento, ao arco que compõe da construção da representação do indígena de São Paulo como empecilho ao progresso do sertão ao momento dessa exposição que, sob os olhos da nação, buscou demonstrar o controle sobre a natureza. Para tanto, esse capítulo é dedicado ao papel da figura do índio no projeto político de São Paulo que, durante a Primeira República, transformou seu panorama institucional conferindo às ciências e à educação papéis de centralidade no delineamento dos rumos da região.

A fundação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo simbolizou a institucionalização de uma problemática construída ao longo do século XIX e que pode ser expressa pelo significado que a categoria sertão possuía enquanto uma região desconhecida, pouco explorada e habitada por índios. Essa tríade, empregada no discurso de Washington Luís no início do século XX, esteve no cerne constituinte da CCGSP, mas possuía origens que remontam às primeiras décadas do oitocentos. Seus contornos, no entanto, ganhavam novos significados a partir da expansão da produção do café que enriquecia São Paulo e das ideias científicas, principalmente após 1870, quando foram amplamente difundidas. Para o desconhecimento e a improdutividade as respostas estavam, respectivamente, na ciência e no café, mas a questão indígena também passaria por uma transformação. Ao lado do cientificismo estavam o liberalismo e o republicanismo, ideias que tiveram em São Paulo um de seus principais interlocutores desde o Império brasileiro. O surgimento do Partido Republicano Paulista em 1873, durante a Convenção de Itu, foi fruto desse contexto de agitação política e antagonismo ao Império. Assim, dentro do projeto político republicano paulista estava a separação do Estado e da Igreja também nos assuntos relacionados aos índios, até então a cargo da catequese religiosa. Não por acaso, após a promulgação da Constituição Estadual em 1891, um dos primeiros projetos de lei aprovados instituía a extinção da catequese pela Igreja, delegando esta responsabilidade ao Estado. Instituições laicas ocuparam o espaço discursivo de organização das relações com os povos indígenas, dentre as quais encontravam-se o

Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Esse período compreendido entre a proclamação da República e o início das atividades do SPILTIN constituiu-se como um momento de disputas de diferentes projetos a respeito dos índios, antes da instauração do poder tutelar republicano a partir da década de 1910.

Defendo a hipótese de que a fundação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo inaugurou, no caso brasileiro, uma relação entre ciência e ocupação territorial típica de movimentos colonialistas internos na América. Locais onde verificou-se uma larga conexão entre a expansão econômica para regiões anteriormente ocupadas por populações indígenas e o desenvolvimento das áreas da antropologia, arqueologia e etnografia. Soma-se a isto, a perspectiva aberta pela antropóloga Alcida Rita Ramos ao inquirir sobre a dimensão do Indigenismo, tomado pela autora como um conjunto de práticas e representações culturais, políticas e sociais que conferiram aos países americanos sua identidade durante o período de conformação de seus Estados nacionais.²⁶⁰

No Império brasileiro, o esquadrinhamento do território, a delimitação de suas fronteiras e as descrições de seus espaços foram componentes centrais na composição de um projeto político nacional. História, Geografia e Etnografia combinaram-se na tarefa de conceber uma unidade à este vasto território que almejava tornar-se uma Nação. Nesse esforço de conhecer o território brasileiro empreendido pelos letrados, Kaori Kodama observou como “era curiosamente imposto um ‘lugar’ de compreensão dos índios, adequando-os ao processo que buscava a definição geográfica necessária a própria identidade geopolítica do Império”²⁶¹. Se, por um lado, os aspectos da conformação de uma identidade local e a invenção de uma história regional pautados no mito de origem bandeirante guardavam muitas semelhanças com o projeto historiográfico romântico do Império; por outro, a vinculação entre esse conhecimento e a efetiva ocupação de um determinado território em um projeto político delimitado, constitui-se como lugar inédito ocupado pelo conhecimento etnográfico no Brasil.

²⁶⁰RAMOS, Alcida Rita. O indigenismo na montagem da nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2007-2008, p. 27-59, jun. 2009; RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo, um orientalismo americano. *Anuário Antropológico*, v. 2011/I, p. 27-48, 2012.

²⁶¹KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009, p. 38-39.

No caso paulista, a construção de um projeto político regional baseado no republicanismo, na defesa do federalismo, na cafeicultura e no cientificismo encontrou no Oeste do Estado seu espaço de legitimação e horizonte de efetivação de um ideal de progresso, valores almejados desde o período do Império. Portanto, nesse contexto que o Museu Paulista fora inaugurado, a partir do desmembramento de uma seção da CGGSP, que havia sido criada para guardar uma coleção particular de História Natural que fora doada ao Estado. Assim, o Museu Paulista tornou-se artífice do “projeto multi-institucional” que envolvia as populações indígenas de São Paulo, como argumentou John Monteiro.²⁶² Um pouco mais que isto, acredito que é possível enxergar o Museu Paulista e a linguagem da História Natural como constituintes da identidade paulista forjada sobre um Indigenismo que tornou a civilização e/ou extermínio dos povos indígenas uma condição inerente ao desenvolvimento econômico agrícola pleiteado por suas elites.

Portanto, esse capítulo será dedicado à compreensão da formulação dessa relação entre território, cafeicultura, ciência e populações indígenas. Historicizar essa relação e estabelecer o universo de questionamentos suscitados por ela torna-se fundamental para o desdobramento da pesquisa. Para tanto, o capítulo foi subdividido em cinco partes: na primeira, introduz-se o cenário da política indigenista durante a Primeira República; em seguida, nas partes dois e três, inquirimos sobre a categoria sertão, as ciências que possuíram como enquadramento o desenvolvimento agrícola, as ciências em São Paulo e a trajetória da CGGSP; na quarta parte, discutiremos a participação do Museu Paulista na *Exposição Nacional* de 1908, demonstrando como a montagem de cenários realizada no Rio de Janeiro sintetizou os elementos presentes nos discursos de ocupação do Oeste e na exaltação da modernidade; e, por fim, na última parte, teceremos alguns comentários sobre a chamada “pacificação Kaingang” como último episódio dessa relação de São Paulo com o seu sertão.

3.1 - A política indigenista durante a Primeira República

O termo política indigenista é usualmente empregado para caracterizar o conjunto de políticas públicas e a legislação que intermediou a relação entre o Estado brasileiro e as populações indígenas presentes em seu território. Desde o século XVI,

²⁶²MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 181.

após o início do processo da colonização portuguesa, dispositivos jurídicos e políticos se ocuparam dos índios, delimitando seus espaços, controlando seus corpos, escravizando seu trabalho, etc. “Contraditória, oscilante, hipócrita”, como definiu Beatriz Perrone-Moisés, “a política e a legislação da Coroa portuguesa” constituiu “o *locus* de um debate que envolve as principais forças políticas da colônia”.²⁶³ Nesse período, a escravidão e a liberdade dos indígenas ocupava o centro da questão sobre o relacionamento com tais populações: “A profusa legislação indigenista e a farta correspondência trocada entre a metrópole e a colônia acerca dos problemas colocados pela relação com os povos indígenas comprovam a preocupação e refletem o debate”.²⁶⁴

Ao analisar o conjunto das leis coloniais sobre os indígenas, Perrone-Moisés distinguiu dois grupos aos quais os textos se referiam de modos distintos: “os índios aldeados e aliados dos portugueses e os índios inimigos e espalhados pelos sertões”.²⁶⁵ De forma muito resumida, aos aldeados e aliados fora assegurada a liberdade sobre a sua mão-de obra durante o período colonial, as leis e regras versavam principalmente sobre o funcionamento dos aldeamentos, a catequese, a contratação de mão-de-obra e a proteção dessas aldeias; por sua vez, aos índios considerados inimigos estava reservada a escravidão e dispositivos legais como a “guerra justa” e a “guerra total”.

Em linhas gerais, no período que se estende do século XVI ao início do XIX, correspondente à fase colonial, o relacionamento com os indígenas foi conduzido basicamente de duas formas distintas: em primeiro lugar pelas missões religiosas e pela introdução da catequese, com destaque para a presença jesuíta; e, posteriormente, a partir de 1755, com a promulgação da lei do Diretório dos Índios que objetivava “extinguir o trabalho missionário nos aldeamentos, elevando-se a política de concentração de autóctones em vilas e aldeias”.²⁶⁶ E, embora sua efetividade tenha sido limitada, demarcou uma primeira tentativa de controle sobre os indígenas dirigido exclusivamente pelo Estado português, submetendo a catequese religiosa à

²⁶³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: Os Princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial (Séculos XVI-XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.115-132, 1992, p. 115.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*

²⁶⁵ Idem, p. 117.

²⁶⁶ ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. 2018, p. 614.

sua administração. Extinto em 1798, leis gerais sobre a questão indígena seriam decretadas apenas décadas mais tarde.

Do período colonial ao século XIX operou-se uma mudança sensível na política indigenista. Do foco no debate sobre a liberdade e escravidão da mão-de-obra do índio, alterou-se para a questão das terras no primeiro plano. A partir de então, a questão indígena esteve intimamente conectada aos processos de ocupação territorial levados à cabo durante o Império, como descreveu Manuela Carneiro da Cunha:

Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo.²⁶⁷

Assim, expressões análogas as utilizadas nos períodos anteriores, tais como índios aldeados, aliados ou inimigos, ganharam maior pertinência nesse novo contexto. “Para fins práticos, os índios se subdividem, no século XIX, em “bravos” e “domésticos ou mansos”, terminologia que não deixa dúvidas quanto à ideia subjacente de animalidade e de errância”.²⁶⁸ Os índios bravos eram assim considerados por representarem empecilhos à ocupação territorial almejada por agricultores e colonos divididos em diversos núcleos de expansão no país. Manuela Carneiro da Cunha, adiciona à classificação prática dos índios, uma outra classificação: entre os Tupis e Guaranis, de um lado; e os Botocudos, de outro. O primeiro grupo, “virtualmente ou extintos ou supostamente assimilados, que figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo”, é o índio símbolo do romantismo oitocentista e que encerrava em si os valores da nação construídos no Império. “E o índio bom e, convenientemente, é o índio morto”.²⁶⁹ O segundo foi representado pelos Botocudos, índios considerados mais ferozes que os demais, contra os quais se guerreava nas primeiras décadas do século XIX.

Uma política de concentração se intensificou no período. Prática corrente das administrações desde início da colonização, consistia no agrupamento e sedentarização de indígenas em aldeias. Reduzia-se, dessa forma, sua ocupação

²⁶⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX.. In CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 133-154, p. 133.

²⁶⁸ Idem, p. 136.

²⁶⁹ Idem, ibidem.

territorial e modificava a organização social pré-existente. As terras desocupadas nesse processo ficavam disponíveis para a produção e, com o passar do tempo, o próprio território ocupado pelas aldeias tornou-se alvo de interesse. Nesse contexto, o Regulamento das Missões de 1845 instituiu oficialmente o aldeamento como forma de “catequese e civilização dos índios” e estabeleceu regras de ocupação e produtividade dessas terras.²⁷⁰ Posteriormente, a Lei de Terras de 1850 foi promulgada consolidando o processo de ocupação de terras indígenas.²⁷¹ Como sintetizou Manuela Cordeiro da Cunha:

Na verdade, a Lei das Terras inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após sua promulgação, uma decisão do Império manda incorporar aos Próprios Nacionais as terras de aldeias de índios que "vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada". Ou seja, após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das 'terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras.²⁷²

O processo de ocupação do Vale do Paranapanema pelos cafeicultores paulistas teve seu primeiro capítulo na promulgação da Lei de Terras. A criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo em 1886, advinha da percepção de uma morosidade nesse processo de ocupação. E o processo que marcou o interregno entre a criação da Lei de terras e a efetiva ocupação do Oeste paulista no início do século XX foi “fortalecido com a adoção da política dos aldeamentos. Esta, em última instância, objetivava retirar o indígena das áreas consideradas férteis, facilitando o estabelecimento de povoadores”.²⁷³ Preocupada com a formação da grande propriedade no Paranapanema e a sua consequência para os índios que ocupavam a região, Maria Sampaio Di Creddo demonstrou como uma conjunção entre proprietários rurais, as Câmaras Municipais e o Governo Provincial de São Paulo desenharam uma política de aldeamentos, bandeiras, abertura de estradas, “picadas” e “picadões” “com o objetivo de deslocar os índios para outros lugares” e, assim,

²⁷⁰ Decreto nº 426 de 24/07/1845. Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1845 - vol. 001] (p. 81, col. 1). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>>. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

²⁷¹ AMOROSO, Marta. *Terra de Índio: Imagens em Aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

²⁷² CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. Op. Cit., p. 145.

²⁷³ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios. A propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte&Ciência, 2003, p. 86.

“concentrar o indígena em aldeamentos e proceder à discriminação das terras devolutas, conforme legislação vigente”.²⁷⁴

Em resumo, a política indigenista oitocentista foi marcada pelo aldeamento e teve ênfase nas questões territoriais. Além disto, o processo de “civilização e catequese dos índios” foi conduzido prioritariamente por entidades da igreja católica. Dessa forma, como afirma Marta Amoroso: “Amparado pela legislação vigente, o Estado dividia mais uma vez os encargos da administração da questão indígena com as ordens religiosas católicas”²⁷⁵

Essas características da política indigenista do século XIX definiram os debates desencadeados nos primeiros anos do regime republicano a respeito da melhor forma de relação com os índios. Proclamada em 1889, a República viu nascer seu primeiro texto constitucional em 1891 e, nele, não havia menção aos direitos das populações indígenas. Uma legislação específica, de amplitude nacional seria implementada no ano de 1910 com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN). E, entre os anos que abarcaram essas datas, questões sobre a ocupação de terras e expansão da atividade agrícola, possibilidade de catequese, condução do Estado do “processo de civilização” dos índios, imigração europeia e composição racial da população brasileira estiveram no centro dos embates sobre os melhores projetos para lidar com a questão e definir os rumos da nação.

Por essa razão, Darcy Ribeiro definiu esse período da seguinte forma em seu livro *A política indigenista brasileira*:

Nos primeiros vinte anos de vida republicana nada se fez para regulamentar as relações com os índios, embora neste mesmo período a abertura de ferrovias através da mata, a navegação dos rios por barcos a vapor, a travessia dos sertões por linhas telegráficas, houvessem aberto muitas frentes de luta contra os índios, liquidando as últimas possibilidades de sobrevivência autônoma de grupos tribais independentes.²⁷⁶

Por outro lado, o próprio autor, observou uma intensa discussão sobre a questão indígena nas primeiras décadas da República, evidenciando um campo que estava em aberto e buscava definir suas diretrizes, pois, “em meio a êstes debates, o

²⁷⁴ IDEM, p. 87.

²⁷⁵ AMOROSO, Marta. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. Revista brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, v. 13, nº 37, pp. 101-114, 1998, p. 102.

²⁷⁶ RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de informação Agrícola, 1962, p. 7.

País toma consciência do problema indígena, definindo-se logo duas correntes opostas”.²⁷⁷ Essas correntes, como caracterizadas por Darcy Riberiro, refletiam as experiências dos períodos anteriores e as novas expectativas republicanas por instituições laicas que cuidassem da administração pública brasileira. Dividiam-se, portanto, em: “Uma, religiosa, que defendia a catequese católica como a única solução compatível com a formação do povo brasileiro. Outra, leiga, argumentava que a assistência protetora ao índio competia privativamente ao Estado”²⁷⁸

Dentre aqueles que posicionaram de forma leiga, destaca-se o grupo dos positivistas. Inspirados pela filosofia do pensador francês Auguste Comte (1798-1857), os positivistas previam o desenvolvimento das sociedades em três estágios. Conhecida como a lei dos três estados, essa teoria postulava a passagem pelos estados teológico, metafísico e positivo. No último estava concentrado os valores da modernidade e do progresso, com ênfase nos desenvolvimentos educacionais, científicos e administrativos de uma nação. No primeiro estado existiam ainda três idades diferentes: a fetichista, a politeísta e a monoteísta. Os indígenas brasileiros pertenciam ao nível primário, comportavam-se, segundo o postulado, de forma feitichista. Por outro lado, no outro extremo, encontrava-se a República, condição fundamental para que o Brasil atingisse o estado positivo, tão almejado por seus seguidores. Por este motivo, o lema positivista “Ordem e Progresso” encontra-se estampado na bandeira republicana brasileira. Não obstante, também foram os positivistas que elaboraram uma proposta à Assembleia Constituinte para que os direitos indígenas fossem incluídos.

Elaborada por Miguel Lemos (1854-1917), a proposta constitucional do Apostolado Positivista do Brasil previa em seu artigo 1º, parágrafo II, que:

Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas ordas feitixistas esparsas pelo territorio de toda a Republica. A federação deles limita-se à manuntenção das relações amiozas oje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpaticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violencia, quer em suas pessoas, quer em seus territorios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu previo consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido.²⁷⁹

²⁷⁷ Idem, p. 13

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁹ LEMOS, Miguel; MENDES, Raimundo Teixeira. Bases de uma constituição politica ditatorial federativa para a republica brasileira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890.

Portanto, os positivistas compreendiam os indígenas como nações livres, cabendo ao Estado brasileiro a sua preservação com intuito de proporcionar a possibilidade de se desenvolverem e ascenderem ao estado positivo. Desde, ao menos 1894, como salientou Manuela Carneiro da Cunha, os positivistas reivindicaram a demarcação de terras indígenas e se posicionaram contrariamente à construção de estradas de ferro que atravessassem seus territórios.²⁸⁰

Malgrado o projeto de inclusão das populações indígenas na Constituição de 1891, coube aos entes federativos elaborar e administrar suas relações com os mesmos. Fato que na prática significou uma ausência de direitos aos povos indígenas e uma desregulamentação da ocupação de seus territórios, a exemplo do ocorrido no Oeste de São Paulo e demonstrado por Maria di Creddo.²⁸¹ Esse cenário se manteria até o ano de 1910 e a fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

Os positivistas tiveram destaque na criação e na administração do SPILTN, nomes como o de Cândido Rondon (1865-1958), Luiz Bueno Horta Barbosa (1872-1933) e Alípio Bandeira (1873-1939) ocuparam postos de destaque e definiram as diretrizes de atuação da instituição em seus primeiros anos. Não podemos, no entanto, reduzir a participação do movimento positivista na fundação do SPILTN a uma "visão monolítica desta, a qual, omitindo as disputas entre os diversos agentes e projetos indigenistas, reforça a versão oficial produzida dentro do próprio órgão".²⁸² A interpretação desse episódio histórico, efetuada especialmente por David Schaffer²⁸³ e Darcy Ribeiro²⁸⁴, foi responsável pela construção de um mito fundador para o SPI²⁸⁵

Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15236>> . Acesso em: 23 de fev. de 2021, p. 1-2.

²⁸⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio* – ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 74-76.

²⁸¹

²⁸² LEITE, Jurandyr C. F. Proteção e incorporação: a questão Indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. *Revista de Antropologia*, v. 30-32, p. 255-275, 1989, p. 255.

²⁸³ Refiro-me à dissertação de David Stauffer que foi parcialmente traduzida e publicada na Revista de História da Universidade de São Paulo entre 1959 e 1961, esse trabalho foi responsável por estabelecer e reforçar os mitos fundadores do SPI. STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*. São Paulo, nº 37, ano X, pp. 73-95, jan-mar, 1959; _____. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (II). *Revista de História*. São Paulo, nº 42, ano XI, pp. 435-453, abril-jun, 1960; _____. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (III). *Revista de História*. São Paulo, nº 43, ano XI, pp. 165-183, jul-set, 1960; _____. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (IV). *Revista de História*. São Paulo, nº 44, ano XI, pp. 427-450, out-dez, 1960; _____. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (V). *Revista de História*. São Paulo, nº 46, ano XII, pp. 413-433, abril-jun, 1961.

²⁸⁴ RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Op. cit.

fundamentada na ideia de dedicação, altruísmo e justiça dos positivistas. Visão que, como caracterizada por Jurandyr Leite²⁸⁶ e por Antonio Carlos de Souza Lima²⁸⁷, acobertaram um campo de disputas e projetos divergentes de formação do Estado republicano em seus primeiros anos.

Dedicado à mapear e analisar esse quadro onde se desenhou a política indigenista brasileira na Primeira República, José Mauro Gagliardi apresentou um complexo panorama com programas, reações e projetos distintos para a questão. E, embora, os positivistas tenham destaque em sua narrativa, o autor demonstrou como diferentes interesses disputaram o controle político das populações indígenas no período. Das diversas interpretações e propostas, Gagliardi agrupou três posições políticas fundamentais:

- A primeira argumentava que o progresso econômico não podia parar diante da flecha do selvagem e, portanto, preconizava o extermínio daqueles indígenas que ousassem colocar algum obstáculo ao avanço da civilização;
- A segunda reivindicava o direito exclusivo de civilizar os índios através do sistema de catequese. Argumentava que somente aos apóstolos cristãos havia sido atribuída a missão de salvar as gentes, pois apenas eles dispunham de fé, piedade e abnegação, qualidades que considerava indispensáveis ao desempenho dessa atividade;
- A terceira acreditava que era possível a incorporação do índio à sociedade brasileira sem recorrer ao método de inculcação religiosa, tradicionalmente usado. Propunha como medidas imediatas a demarcação de territórios indígenas e a proteção governamental, a fim de impedir que mais violências fossem praticadas.²⁸⁸

Ao observar esse quadro torna-se evidente a aproximação das ideias de Hermann von Ihering preponderantemente ao primeiro grupo de posições políticas, embora também defendesse a importância do catequese católica aliada ao auxílio do Estado. No primeiro capítulo desta tese, ao narrarmos a trajetória do diretor do Museu Paulista e as polêmicas em que esteve envolvido, apresentamos seus argumentos a respeito do indígena frente ao avanço de frentes econômicas e de colonização. Na

²⁸⁵ A instituição foi denominada SPILTN entre 1910 e 1918, período que compreende nosso recorte cronológico. Utilizarei o termo SPI, nome que teve entre 1918 até sua extinção em 1967, apenas quando os autores a denominarem desta forma.

²⁸⁶ LEITE, Jurandyr C. F. Proteção e incorporação: a questão Indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. Op.cit.

²⁸⁷ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo no Brasil*. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Comunicações do PPGAS, v. 000013, p. 1-85, 1989.

²⁸⁸ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 104-105.

verdade, como argumentamos anteriormente, suas interpretações partem de uma perspectiva colonialista e da defesa irredutível dos imigrantes alemães na região sul brasileira. No segundo capítulo podemos analisar a leitura de Ihering sobre a história, sobre as teorias antropológicas da composição racial da população brasileira e sobre sua perspectiva de civilização. Destacamos como o cientista acreditava no desaparecimento dos indígenas e na impossibilidade de “incorporação do índio à sociedade brasileira”. No capítulo seguinte, o quarto, discorreremos a respeito de uma proposta de programa de política indigenista redigido pelo cientista e que consistiu em sua última contribuição ao assunto à frente do Museu Paulista. Neste artigo, Ihering dirigiu críticas aos positivistas e ao recém criado SPITLN, uma vez que entendia que a instituição escreveu um programa insuficiente, ineficiente e sentimentalista.²⁸⁹

Relembramos essas características do discurso de Hermann von Ihering com o intuito de localizá-lo dentro desse breve panorama das políticas indigenistas da Primeira República brasileira. As epígrafes que compõem esse capítulo demonstram como existiu uma convergência entre os discursos do cientista e do político. Ambos se pautaram na tríade interpretativa que via o Oeste de São Paulo como uma região desconhecida, pouco explorada economicamente e habitada por índios. De 1886, fundação da CGGSP, à 1912, ano da chamada “pacificação Kaingang”, uma política agressiva de ocupação dos sertões paulistas foi levada à cabo transformando o espaço geográfico do Estado, suas relações econômicas e, conseqüentemente, definindo os rumos de uma atuação indigenista.

3.2 - O Oeste como questão: colonialismo e ciência em São Paulo

Fundada em 1886, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo foi concebida como um braço científico e técnico do projeto de ocupação territorial e de expansão da produção cafeeira rumo ao Oeste de São Paulo - até os extremos limítrofes com o Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais. O objetivo primordial da CGGSP era realizar o mapeamento do Estado, estimar as potencialidades energéticas da região, traçar os caminhos dos rios e avaliar a qualidade do solo que seria destinada as plantações. Para tal intento a geografia e a geologia foram as ciências que

²⁸⁹ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, pp. 112-140, 1911.

- além de batizar o nome da instituição - tornaram-se o primeiro plano da atuação de seus membros. Apesar dessas prioridades, a comissão não negligenciou outros saberes como a Botânica, a Zoologia, a Meteorologia e a Etnografia.

Inspirada no modelo estabelecido pelo *Serviço Geológico dos Estados Unidos da América*, a CGGSP constituiu-se com um braço técnico e produtor de representações sobre um território em vias de ocupação. Também não podemos negligenciar o modelo empreendido pela *Comissão Geológica do Império* que, na década de 1870, sob o comando de Charles Frederick Hartt (1840-1878) percorreu territórios do país com o enfoque nas pesquisas geológicas. Aqui, mais uma vez, é necessário destacar as características das ciências naturais do período. Pois, apesar de geológica, foram contemplados também os estudos etnográficos e um olhar para a natureza que ainda guardava características estéticas românticas. Essa relação entre romantismo e ciência é um dos temas de Marcus de Freitas em seu estudo sobre a trajetória de Hartt no Império do Brasil. Neste livro, o autor localizou o cientista numa geração intermediária entre seu mentor Louis Agassiz (1807-1873) e seu discípulo Orville Derby (1851-1915), caracterizando seu trabalho como “uma escrita de transição entre o relato de viagem e o relatório científico”²⁹⁰

Louis Agassiz esteve no Brasil entre 1865 e 1866, no que ficou conhecido como *Expedição Thayer*. Atuando como professor de Cambridge, publicou em coautoria com sua esposa Elisabeth Agassiz (1822-1907) o livro *A journey in Brazil*. Sua pesquisa teve um impacto relevante para a ciência brasileira, no entanto, não podemos considerar seu estudo como aqueles que caracterizamos vinculados à ideia nação. Um de seus alunos que compôs esta exploração conseguiu financiamento norte-americano para mais uma expedição, denominada *Expedição Morgan*, expedição que chamou a atenção do imperador D. Pedro II, que posteriormente autorizou a criação da *Comissão Geológica do Império* em 1874.²⁹¹ Essa comissão que durou dois anos entre 1875 e 1877, gerou um grande número de material para o Museu Nacional. Prova do interesse na questão indígena presente em uma comissão geológica foi a contratação

²⁹⁰FREITAS, Marcus Vinícius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 42

²⁹¹FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997; KURY, Lorelai. A sereia amazônica de Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, 2001.

do fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923) que, convidado para acompanhar a expedição, retratou indígenas do Norte e Nordeste.²⁹²

O material coletado pela expedição de Hartt e conduzido ao Museu Nacional, assim como parte dos estudos que o pesquisador realizava até o momento de sua morte, no ano seguinte ao retorno da viagem, foi publicado como parte da *Exposição Antropológica Nacional* de 1882. Evento que pode ser considerado dentre os mais importantes acontecimentos científicos do século XIX. Além de uma publicação oficial denominada *Revista da Exposição Nacional*, um número dos *Archivos do Museu Nacional* foi dedicado a trabalhos que compunham a exposição. Neste número dos *Archivos* encontra-se o texto redigido por Charles Hartt terminado por seu discípulo Orville Derby: *Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas*. Nesse artigo são expostas algumas características sobre a prática colecionista dessas expedições. Ao descrever a Ilha de Marajó, Hartt expõe o paradeiro das coleções coletadas em duas ocasiões por seu ajudante Orville Derby, primeiramente durante a *Expedição Morgan* e posteriormente na *Comissão Geológica do Império*:

O Sr. Derby trouxe uma bella collecção, cuja maior parte está hoje no museu Peabody de Ethnologia, em Cambridge. Em 1876, o Sr. Derby, então ajudante da Commissão Geológica do Brazil, visitou de novo o lago Arary e o monte de Camotins, achando-se as collecções feitas nesta viagem guardadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro.²⁹³

O primeiro diretor da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* fora o americano Orville Derby que, como participante da CGB inseriu-se no ambiente científico e intelectual brasileiro tornando-se empregado do Museu Nacional, antes de ser convidado para o empreendimento paulista. Empregou na nova instituição alguns traços semelhantes às anteriores. E, embora sua prática seja caracterizada por Marcus de Freitas como a confecção de relatórios científicos que substituíram os relatos de viagem de seus antecessores, é perceptível a continuidade de um interesse amplo pelos domínios da natureza. Assim, ao passo que se distancia da *Comissão Geológica do Brasil* por possuir um objetivo pragmático muito bem delimitado, manteve uma perspectiva naturalista que seria revista apenas no início do século XX, com a

²⁹²TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, 191-223, jan.-mar. 2011.

²⁹³HARTT, Carlos F. Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. VI, 1-174, 1885, p. 18.

substituição de sua direção por João Pedro Cardoso em 1905. Portanto, o elemento determinante na composição dessa comissão que a diferencia das anteriores foi a relação intrínseca entre a produção de conhecimento e a ocupação territorial, aproximando-se assim da congênere norte americana.

É possível realizar uma pequena comparação com outros contextos americanos em que ocorreram práticas científicas análogas às empregadas pela comissão, uma vez que a relação entre ciência e ocupação territorial também ocorreu na construção de outras nações do continente. Assim como no caso paulista, portanto, outros usos da ciência para a ocupação de territórios são encontrados no continente: Estados Unidos e Argentina são exemplares desta dinâmica, assim como o próprio Brasil em outros momentos e regiões.

Uma dimensão indissociável do conhecimento antropológico é a representação geográfica de territórios ao redor do mundo. Ao estabelecer a distinção entre identidade e alteridade, entre o “nós” e o “outro”, o “lá” e “cá”; a antropologia acabou por definir territórios, em comparação com a Europa, onde essas características poderiam ser observadas e estudadas pelos olhos da “civilização”. Assim, lugares como África, Oceania e América tornaram-se privilegiados para a prática antropológica e constituem a própria história da disciplina. Outra faceta, no entanto, foi a apropriação desta dinâmica em nações fora do contexto europeu. Países como a Argentina e o Brasil, especialmente após suas respectivas independências em 1816 e 1822, construíram projetos nacionais que estabeleciam uma relação interna entre padrões de civilização e as populações indígenas que ali habitavam. Definindo seus “outros” diante da nação e delimitando espaços territoriais que demarcavam uma distância antropológica.²⁹⁴ Ao passo que esses espaços etnográficos eram constituídos enquanto tal, uma outra dinâmica se estabelecia: a integração desses territórios à nação e as consequências aos índios. Portanto, nesses espaços, a produção de conhecimento etnográfico foi intrínseco aos processos de colonização nacionais, uma vez que esses territórios foram configurados como objetos científicos e locais a serem explorados pelas nações.

Em ambos os casos, portanto, houve uma confluência entre saberes científicos e a ocupação territorial. Estudos geográficos, botânicos, geológicos e antropológicos foram produzidos por expedições científicas ou pelas próprias campanhas militares.

²⁹⁴KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil. Op. Cit.*; TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

No caso da antropologia, esses espaços se constituíram em importantes capítulos da história dessa disciplina na América do Sul. O cenário argentino e brasileiro tornam-se ilustrativos pelos elementos apontados por Alcida Rita Ramos ao comparar os efeitos da submissão dos povos indígenas à formação de seus respectivos Estados nacionais, que tiveram como resultado uma “drástica redução da população aborígine, seja pela força das armas e do desterro, como na Argentina, seja por contágio e pelo protecionismo isolacionista e infantilizante, como no Brasil”.²⁹⁵

No Brasil, desde o século XIX houve uma nítida separação em seu pensamento intelectual entre o litoral e os sertões, enquanto que na Argentina o processo teve como parâmetro a contraposição entre Buenos Aires e outras localidades, notadamente os desertos argentinos. Assim, dentro dos contextos locais construiu-se a ideia de territórios selvagens, primitivos, incivilizados, desconhecidos e que precisavam ser integrados à Nação. Em São Paulo, o Oeste de sua porção territorial fora caracterizado desta forma, considerado distante da produção cafeeira que enriquecia a elite paulista e dos benefícios da expansão da modernidade capitalista. Emergia a representação de uma população indígena vista como empecilho ao progresso.

Apoiada na perspectiva de Robert Nisbet²⁹⁶ sobre o papel do pensamento conservador, para quem os conservadores após a Revolução Francesa desenvolveram uma crítica à modernidade de larga repercussão nas ciências sociais capaz de fundar uma perspectiva dicotômica entre tradição e modernidade, Nisia Trindade Lima argumenta que, no caso brasileiro, a oposição entre litoral e sertão pode representar “imagens espaciais e simbólicas que guardam estreita relação com esta ideia de dois tipos de ordem social”²⁹⁷. Por este prisma, essa dicotomia não pode ser reduzida à sua relevância espacial, pois, “mais do que a espaço, os significados atribuídos ao sertão e ao contraste enunciado no par sertão/litoral, referem-se fundamentalmente a temporalidades distintas e coetâneas”²⁹⁸. Essa relação, observável nas representações do Oeste Paulista enquanto sertão, ao passo que fornecia uma interpretação sociológica desses espaços enquanto passíveis de serem civilizados, tornou-se inerente ao processo colonizador paulista.

²⁹⁵ RAMOS, Alcida Rita. O indigenismo na montagem da nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2007-2008, p. 27-59, jun. 2009, p. 28.

²⁹⁶ NISBET, Robert. O conservantismo. In. BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (orgs.) *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

²⁹⁷ LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 19.

²⁹⁸ *Ibidem*.

As formas de colonialismo estabelecidas nesse contexto diferem em certa medida do modelo clássico de ocupação de um território realizada pelos europeus. Perla Zusman, interessada em compreender esse processo em uma perspectiva pós-colonial, realizou uma comparação entre a ocupação das regiões de Ohio nos Estados Unidos, em 1787, e do Chaco da Argentina em 1884. Partindo de autores que pensaram como um conjunto de dispositivos textuais e visuais construíram uma representação dos territórios que naturalizaram a superioridade europeia permitindo o domínio político colonial,²⁹⁹ Zusman questiona sobre como esses dispositivos serviriam para explicar as situações de ocupação territorial americanas, uma vez que os estudos produzidos privilegiavam os contextos europeus de dominação, especialmente os casos ingleses e franceses. O redimensionamento do conceito de colonialismo no qual a autora se apoia permite um olhar sobre conjunturas onde não ocorreram o formato clássico de colonialismo de “dominación directa de un pueblo y un territorio por parte de una sociedad invasora”³⁰⁰, mas um conjunto de relações que configuram um vínculo de tipo colonial como ocorrido no continente americano.

Dentro de estas prácticas, se encuentran las de exploración, de ocupación y colonización, de relevamiento de las potencialidades económicas y de la organización de unidades jurídico-administrativas. Estas prácticas se acompañaron de la producción de un conjunto de representaciones (discursivas y pictográficas) que demostraban el carácter bárbaro de las poblaciones o la condición estéril de las tierras (a partir de la presencia de dichas sociedades) y la necesidad de someterlas al dominio blanco para su civilización. De esta manera, las elites americanas imitaban las acciones que las burguesías europeas desarrollaban en torno a los territorios que estaban sometiendo a la dominación colonial entre finales del siglo xix y principios del xx.³⁰¹

As características descritas por Zusman compõem o movimento de expansão agrícola efetivado em São Paulo no período. Lúcio Menezes Ferreira, ao estudar a institucionalização da arqueologia no Brasil, comparou a produção desse conhecimento em três instituições: o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX. Em seu trabalho, o autor defende a ideia de que a arqueologia atribuía a determinados

²⁹⁹ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Doc. Anál. Geogr.* vol. 56/3 503-524, 2010, p. 505.

³⁰⁰Ibidem.

³⁰¹Ibidem, p. 506.

territórios a pecha de primitivos, fato observável na produção do Museu Paulista e de seu diretor Hermann von Ihering. Assim, - ainda que a preocupação do pesquisador não esteja focalizada na relação entre a produção desse conhecimento, a identidade regional paulista e a ciência como intermediária dessas relações étnicas - ao analisar a institucionalização desse saber no Brasil, Menezes utiliza-se do conceito de colonialismo interno, enfatizando o papel da ciência para este conceito:

O colonialismo interno, aproxima-se e distancia-se da definição canônica de colonialismo. Distancia-se por que ele não deve ser entendido somente como a conquista militar, política e econômica de territórios e povos nativos por uma metrópole imperialista. Aproxima-se porém, à medida que possui a mesma dimensão cultural ou científica do colonialismo: aquela que justificou as missões civilizadoras, isto é, as narrativas ou representações, arqueológicas ou não, que puseram as sociedades indígenas em posição de inferioridade cultural. O colonialismo interno, portanto, é uma força política acionada a partir do interior de uma fronteira nacional; ele ocorre quando uma elite se vale da ciência (e não apenas do exército) para imaginar geografias, classificar, governar e expropriar populações.³⁰²

Nos termos que foi apresentado, o desenho de um colonialismo interno paulista torna-se evidente. O discurso da necessidade de ocupação do sertão de São Paulo pode ser encontrado décadas antes do início das atividades da CGGSP, advindo do início do século XIX. Desde o primeiro mapa impresso desenhado da então Província de São Paulo, em 1837, encontrava-se uma extensa porção territorial do estado descrita como “sertão desconhecido”. O *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* não foi, no entanto, o primeiro registro do termo sertão para o Oeste paulista, como salientou Airton Cavenaghi, mas foi significativo pela difusão que teve ao ser impresso. Ao longo do século outras versões de mapas e representações do Oeste vieram à lume, no *Atlas do Brasil* de Cândido Mendes de Almeida, de 1868, a região foi descrita como “Terrenos ocupados pelos indígenas ferozes”. Posteriormente, Cavenaghi verificou uma amenização da classificação etimológica na cartografia sobre São Paulo, quando foram suprimidos os termos “sertão” e os adjetivos relacionados aos indígenas. Assim, a porção Oeste passaria a ser caracterizada como “Terrenos desconhecidos e habitados pelos indígenas” ou simplesmente “Terrenos desconhecidos”. Para o autor, a alteração do termo “sertão” para “terreno” nos mapas

³⁰² FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo*. Op. Cit. p. 25.

simbolizou a indicação de uma “possibilidade de posse e colonização”, enquanto que a forma mais amena de classificação dos índios não significou um esquecimento daqueles que eram considerados “inimigos internos da unificação do território”³⁰³

Essa representação se fez presente na história da cartografia do estado até os primeiros anos do século seguinte, quando a CGGSP concluiu seu mapa baseado em critérios que se diferenciavam dos praticados anteriormente e confeccionado após a realização de suas incursões. Dessa forma, a vinculação entre terras improdutivas e presença de populações indígenas apresentadas como ferozes e violentas permearam discursos políticos que perpassaram o período imperial e foram constituintes da ideia de um São Paulo republicano e com maiores poderes. Em suma, o Oeste foi mais um componente simbólico daquilo que pode ser chamado de um projeto paulista que ganhava força nas últimas décadas do oitocentos, antes mesmo da proclamação da República, mas que tinha entre suas características o republicanismo e um federalismo descentralizador que garantiria um maior protagonismo ao Estado.

Ainda nos momentos finais do Império, quando a fundação da instituição seria proposta pelo político e cafeicultor Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal, os elementos do protagonismo econômico da Província e da necessidade do conhecimento para o progresso estiveram no cerne de suas aspirações:

A província de São Paulo, aquela que se julga não sem razão a primeira do Império na senda do progresso material, no desenvolvimento da viação férrea e da navegação, que vai sendo explorada do mesmo modo, sente, entretanto, uma lacuna para poderem os seus administradores guiar-se nos contratos que têm de celebrar com as diferentes companhias ou empresas que propõem-se a realizar estes melhoramentos. Sabem todos a extensão da província de São Paulo, e quanto ainda há coberto e por assim dizer, desconhecido.³⁰⁴

Nesse sentido, os índios foram incorporados à construção simbólica operada em São Paulo como empecilhos aos ideais de progresso em voga. Constituíram esse projeto multi-institucional paulista, como denominou John Monteiro, as mais variadas instâncias de poder político e intelectual do período.³⁰⁵ Diretamente ligados à

³⁰³CAVENAGHI, Airton José. *Olhos do Barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (Da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Univeridade de São Paulo, 2004, p. 469.

³⁰⁴SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado por João Alfredo Correia de Oliveira, Presidente da Província de São Paulo, à Assembleia Legislativa Provincial em 15/02/1886. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1886, p. 30.

³⁰⁵MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores*. Op. Cit. P. 181.

representação dos índios estavam a CGGSP e, posteriormente, o Museu Paulista e o IHGSP. Conjuntamente, essas instituições realizaram estudos e difundiram imagens sobre o *outro* da civilização paulista. Dentro desse panorama institucional, a CGGSP ocupou a função de mapear, no sentido polissêmico do termo, o território de São Paulo; coube ao Museu Paulista catalogar suas espécies inserindo-as numa perspectiva da História Natural; e, ao IHGSP, inventar um passado heroico a partir da figura do Bandeirante.

A despeito do crescimento econômico experimentado por São Paulo ao longo do século XIX, no nível cultural a imagem da região ainda carregava tons que representavam uma condição de atraso em relação a outras cidades brasileiras. As descrições de uma cidade provinciana contrastava com as categorias de progresso e modernidade que passavam a permear o discurso político paulista. A partir de 1870, como argumenta Antonio Celso Ferreira, os letrados do Estado começaram um período de representação heroica da figura do bandeirante, com o intuito de inscrever a história paulista na história da nação. Debruçando-se sobre o *Almanack Literario de São Paulo*, o IHGSP, a literatura regional publicada no período, entre outras fontes, Ferreira produziu um trabalho em que coloca em primeiro plano a produção intelectual de São Paulo em constante relação com as transformações sociais e econômicas pelas quais passavam esses atores e todas as contradições implícitas no processo.

O clima de otimismo, a crença na arrancada econômica paulista e a convicção de que São Paulo poderia ser a alavanca das transformações brasileiras transparecem do começo ao fim no almanaque. Até mesmo nos anúncios, publicados em grande número, o objetivo mercadológico equivalia a uma demonstração do dinamismo regional, trazendo imagens visuais persuasivas da extensão de sua economia e dos novos hábitos de sua gente, da capital ao interior. Eles podem ser lidos como parte da narrativa maior, empreendida nos poemas, nas descrições de viagens, nas notas de toda espécie e como um complemento ilustrado do mapa da conquista do oeste.³⁰⁶

As páginas do *Almanack Literario de São Paulo* revelam um discurso de grande amplitude, onde as ideias de progresso urbano e crescimento econômico são colocados em oposição ao Oeste. Local a ser conquistado e ocupado, para a expansão

³⁰⁶FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica* (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002, p. 77-78.

das benesses que a capital e seus arredores vivenciavam. É interessante notar que ao imprimir um mapa cartográfico em um almanaque produzido para ter ampla circulação entre o público leitor de São Paulo, os editores dessa publicação buscaram inscrever a narrativa da conquista do Oeste, como apontou Antonio Celso Ferreira, na própria constituição de uma identidade local.



Figura 8 - Mapa de São Paulo publicado no Almanack Literario de São Paulo³⁰⁷

3.3 - A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

Nesse cenário de apologia ao progresso paulista e à produção cafeeira que seria fundada a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. A Comissão teve uma trajetória longa se comparada a outros empreendimentos da mesma natureza, criada em 1886, teve suas atividades encerradas apenas em 1931, totalizando 45 anos de atividades científicas. Silvia Figuerôa propôs uma divisão da CGGSP em 4 fases: 1) aquela que teve como diretor Orville Derby, até o ano de 1904, que foi marcada por uma visão de ciência naturalista e realizou uma única exploração ao Vale do Rio Paranapanema; 2) o período iniciado pela mudança de direção e que contou com João

³⁰⁷ Almanack Literario de São Paulo, 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/829668/696>>. Acesso em: 08 de jul. de 2018.

Pedro Cardoso como seu representante, nesta fase uma visão mais pragmática da ciência foi implementada e a comissão realizou explorações dos outros sertões que permaneciam longe dos olhares da CGGSP e continuavam representados como terrenos desconhecidos, foi a fase das expedições ao extremo sertão paulista, esta fase pode ser delimitada entre 1905 e 1915; 3) um período de prestação de serviços realizados pela Comissão entre 1915 e 1927; 4) entre 1927 e 1931, os anos finais de atividade da instituição, quando foram publicados relatórios sobre regiões onde não haviam ocorrido explorações.³⁰⁸ Silvana Lucio, por sua vez, preocupada em sua tese de doutorado com a atuação do diretor João Pedro Cardoso faz uma divisão baseada no papel dos diretores da instituição, portanto, dividindo a Comissão em duas fases: 1) aquela sob a direção de Orville Derby entre 1886 e 1904; 2) aquela sob a direção de Cardoso entre 1905 e 1931. A perspectiva de Silvana Lucio permite a apreensão da CGGSP ligada às trajetórias científicas de dois de seus personagens mais significativos.³⁰⁹

Em linhas gerais, as autoras concordam na relevância que a transição da direção de Orville Derby para a de João Pedro Cardoso acarretou para a instituição. Como visto no início deste capítulo, as palavras proferidas por Washington Luís tratam dessa alteração na lógica e na efetividade das atividades da Comissão. Durante o período em que esteve sob o comando de Orville Derby, a CGGSP possuiu uma característica mais naturalista, como salientou Figueirôa. Certamente, essa concepção científica teve implicações na morosidade do processo de exploração, uma vez que seria realizada apenas uma expedição logo após a fundação da CGGSP. No entanto, isso não significou a falta de atividades por parte da instituição. Foram instaladas estações meteorológicas, realizados estudos de fauna e flora e, após guardar uma coleção doada ao governo, foi responsável pela fundação do Museu Paulista em 1894.

E, ainda que os resultados no mapeamento do território paulista tenham ficado aquém das expectativas políticas e econômicas do empreendimento, a exploração do Vale do Paranapanema proporcionou uma primeira ocupação dessa região, além de sedimentar uma série de imagens da conquista dos sertões. No ano de sua fundação, a CGGSP faria sua primeira exploração aos rios Itapetininga e Paranapanema sob o

³⁰⁸FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)* - São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1987.

³⁰⁹LUCIO, Silvana. *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

comando de Theodoro Sampaio (1855-1937) que, no ano seguinte, redigiria um artigo para o jornal *A Tribuna* onde apresentou as justificativas para o seu trabalho:

Aos que não descobrem a importância que aqui inculcamos aos trabalhos geográficos, aos estudos científicos de um território, sejam lícito perguntar: para que estudam a África, nações como a Inglaterra, a França, a Alemanha e ainda agora o heroico Portugal? [...]

A terra inteira não tem mistérios diante da ambição de um comércio audaz e aventureiro.

Eis aí porque hoje estuda-se a África tão acirradamente, é para melhor aproveitá-la. As expedições científicas e as missões evangélicas dos sertões africanos são como emissários do comércio conquistador.

A África civiliza-se contribuindo para a riqueza da Europa, esta doma a África tirando-a dos seus mistérios, evangelizando-a, estudando-a.³¹⁰

O engenheiro corrobora os objetivos que fundamentaram a criação da CGGSP, acrescentando mais explicitamente o elemento do colonialismo ao seu universo de referências. A comparação entre os sertões africanos e os brasileiros atribui ao conhecimento científico paulista o papel da colonização dos interiores do Estado. As expedições científicas e o conhecimento geográfico eram apresentados, portanto, como componentes de um empreendimento civilizacional baseados na expansão do comércio, que tinham em São Paulo seu principal representante brasileiro e nos “serviços do engenheiro naturalista, do agrônomo [...] os fatores da nossa prosperidade futura, dando-nos a conhecer a nossa pátria como nossa pátria é”.³¹¹

Assim como no artigo de Theodoro Sampaio, a relação entre conhecimento dos interiores e desenvolvimento econômico esteve na base do discurso que envolveu a criação da instituição. Desde meados do século XIX, o Oeste tornou-se um problema para os fazendeiros e para a necessidade de expansão cafeeira experimentada por São Paulo. A falta de mapeamento das vias fluviais e das áreas férteis; o isolamento das vias de comunicação; e as populações indígenas “bravas” que ocupavam o Vale do Paranapanema eram os fatores apontados como atrasadores do progresso da região. Maria di Creddo demonstrou o conflito entre a posse de terras no Paranapanema e os índios que habitavam a região, especialmente após a Lei de

³¹⁰ SAMPAIO, Theodoro. Estudos Geográficos e Geológicos na Província de São Paulo, *A Tribuna*, Sorocaba, 6 de outubro de 1887 *apud* COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: Rima, Fapesp, 2003.

³¹¹ *Ibidem*.

Terras de 1850, conformando um ambiente onde os chamados Coroados foram concebidos como o grande perigo para essa ocupação. Desde meados do século XIX diversas reivindicações foram realizadas na cidade de São Paulo e a busca por produção nessas terras por parte de homens que detinham poder político na capital foi o fator definitivo para a escolha do primeiro destino da comissão.³¹²

Theodoro Sampaio produziu, a partir dessa viagem, os primeiros estudos sobre os índios do Oeste. De fato, fez um dicionário Cayuá e colheu diversos depoimentos de moradores locais sobre o temidos Coroados, pois, não estabeleceu contato com os mesmos. Como fruto de suas participações nas viagens efetuadas para o interior de São Paulo, Sampaio publicou uma série de estudos que abrangiam uma visão muito ampla sobre o espaço explorado. O livro publicado em 1890, resultado da viagem realizada em 1886 foi dividido da seguinte forma: 1) Topografia 2) Clima 3) Campos 4) Terras altas 5) População - ocupação das terras do sertão - luta com os índios - catequese 6) Terras públicas 7) Industria e comercio 8) Das comunicações interiores do Vale do Paranapanema 9) Os índios 10) Vocabulário Cayuá. É possível observar a partir dos subtítulos do livro que os temas abordados tinham como objetivo atingir uma visão completa da região do Paranapanema, esse modelo é a regra do material produzido pela Comissão. Dentro de um amplo quadro, o indígena era apresentado como um elemento indissociável do território. Nesse livro, a parte final é um anexo com um vocabulário da língua Cayuá e ao longo do texto encontramos longas considerações sobre as populações conhecidas pelo autor, como por exemplo:

O índio é de fato a maior dificuldade que encontra o povoamento do Vale do Paranapanema. Obrigados a fugir sempre do colono invasor, que lhe destrói as matas, que lhe restringe dia por dia, a área das excursões venatórias, o índio, antigo senhor, reage como pode, mata e rouba à traição, e jamais esquece a vingança como nunca se modera em atrocidades. É já bem longa a lista dos que pereceram vítimas da ferocidade do índio nestes últimos quinze anos: famílias inteiras trucidadas, mulheres, meninos, animais domésticos, tudo perece da maneira mais cruel.³¹³

Para este trabalho o que interessa perceber é como o índio foi parte indissociável da ideia de progresso paulista e do seu desenvolvimento econômico experimentado

³¹²DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios*. Op. Cit.

³¹³SAMPAIO, Theodoro. Considerações geográficas e económicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typographia King, 1890.p. 106.

pelo café. Como a sedimentação destes discursos permitiu que os paulistas assumissem o manto de *Modernos Bandeirantes* - para utilizar a certa expressão que nomeia a dissertação de Silvia Figuerôa - destinados a desbravar os perigosos sertões, dominar a natureza e promover a civilização. Quando, em 1904, Washington Luís como deputado estadual profere uma fala mobilizando forças políticas para as explorações que viriam a ocorrer no ano seguinte, este é o sentido geral do seu discurso.

Silvia Figuerôa, no artigo *Batedores da Ciência*, trabalhou com o conceito de *fundos territoriais* para refletir a respeito da atuação da CGGSP na conquista desse extremo sertão. Tal conceito organizava esses espaços “entendidos como asilados do que se considerava ser o ‘destino natural’ das regiões – ou seja, desenvolvimento econômico”³¹⁴ Tal ideia corrobora com o entendimento desenvolvido neste trabalho que procura dialogar aspectos de cunho cultural e ideológico com esse processo de expansão. Por conseguinte, a autora intercala uma análise das propostas políticas que cercaram o tema, com questões ligadas à construção de uma infraestrutura que concretizasse a ocupação. Além disto, explora como o conhecimento produzido pela CGGSP foi organizado para este fim. Figuerôa sintetiza os aspectos comuns dos relatórios resultantes dessas explorações ao extremo sertão da seguinte forma:

Em que pesem as variações entre os quatro relatórios de exploração, merecem destaque alguns pontos comuns, cuja simples presença reveste-se de grande significado. São eles: a exaltação à exuberância e à riqueza do meio natural, em especial as cachoeiras e quedas d’água; a superioridade da ciência e da técnica em detrimento dos saberes indígenas e ‘caboclos’; a inexorável ‘marcha do progresso’ e conseqüente assimilação dessas regiões à ‘civilização’, como se fora um desdobramento futuro ‘natural’; a presença de farta documentação fotográfica, que não apenas ilustra ou confere status de prova ao que foi visto, mas produz um discurso visual próprio, que reverbera e reforça o discurso textual; mapas, cartas e perfis dos rios percorridos, atentando-se para as condições de navegabilidade e, conseqüentemente, para a integração ao sistema de transportes.³¹⁵

Assim, se estabeleceu a partir dos anos finais do século XIX uma relação entre a ocupação do sertão, o discurso científico e a ideia de uma identidade paulista. As

³¹⁴ FIGUEIRÔA, Silvia. ‘Batedores da ciência’ em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do ‘sertão’ de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.763-777, jul.-set. 2008, p. 764.

³¹⁵Ibdem, p. 770.

explorações realizadas seguiam os cursos dos rios que cortavam o território de São Paulo e davam acesso aos locais mais distantes do estado. Foram cartografados, estudados e tiveram seus arredores escrutinados como pode-se observar na lista de todas as explorações realizadas pela instituição.

EXPLORAÇÕES	ANO
Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema	1886
Exploração dos rios Feio e Aguapeí. Extremo Sertão do Estado	1905
Exploração do rio Paraná I. (Barra do rio Tietê ao rio Paranaíba) II. (Barra do rio Tietê ao Rio Paranapanema)	1905
Exploração do Rio Tietê (Barra fo Rio Jacaré-Guaçu ao Rio Paraná)	1905
Exploração do Rio Peixe	1905-6
Exploração do Rio Ribeira de Iguape	1906
Exploração do Rio Juqueriquerê	1906
Exploração do Rio Grande e seus afluentes	1910
Exploração do Litoral. 1ª Seção. Cidade de Santos à fronteira do Estado do Rio de Janeiro	1911
Exploração do Litoral. 2ª Seção. Cidade de Santos à fronteira do Estado do Paraná	1914
Exploração da região compreendida pelas folhas topográficas de Sorocaba, Itapetininga, Buri, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé	1914-24
Exploração da região compreendida pelas folhas topográficas de Taubaté, Lorena, Bananal e Cunha	1920-28

Tabela 3 - Explorações realizadas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo³¹⁶

As explorações ao extremo sertão foram divididas em quatro turmas correspondentes aos rios que percorreriam: Tiête, Feio, Paraná e Peixe. Partindo em 1905, o primeiro destino explorado seria o rio Tiête. Por este caminho a turma analisou as condições do solo, da vegetação e da flora, fez um mapeamento do rio e dentre outros afazeres tomou precauções ao adentrar o território dos Coroados, como um trecho do relatório da exploração deixa entrever:

³¹⁶ Relatórios da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

Sendo a margem esquerda do Tiête, de Avanhandava em diante, habitada por índios Coroados, tomavamos todas as precauções nos pousos que eramos forçados a fazer na mesma margem, afim de evitar qualquer surpresa. Felizmente não fomos incommodados por elles e nem encontrámos vestígios.

Encontrámos logo abaixo do porto Garbarino, na margem direita, um arranchamento de índios Guaranys mansos compostos de 8 adultos e 4 creanças sob a chefia de um Capitão Zezinho, os quaes vieram nos visitar no acampamento, offerecendo-se o Capitão com mais 2 companheiros para fazerem parte da nossa turma, ao que annui por ter estado com o pessoal incompleto. No dia seguinte, porém, depois que almoçaram, afastaram-se do acampamento sob qualquer pretexto e não mais voltaram.³¹⁷

O temor aos Coroados, expresso no trecho acima, não se repetia em relação aos Guarani Kaiowá - ora denominados Cayuás ora Guaranis - de São Paulo. Essa característica, por sinal, pode ser notada desde o relatório de Theodoro Sampaio escrito quase duas décadas anteriormente. Repetindo a fórmula Tupi/Tapuia tão evocada no período do Império por aqueles que buscavam definir quais seriam as origens da nação brasileira, nesse contexto regional os Guaranis representavam os Tupis em contraposição aos Coroados no papel dos Tapuias. Essa relação estabeleceu-se como uma querela que envolveu os principais intelectuais paulistas, especialmente aqueles ligados ao IHGSP e ao estabelecimento de uma identidade local e que fora observada mais detalhadamente no capítulo anterior. Os Guaranis, por sinal, foram alvo das lentes dos exploradores em mais de uma ocasião e uma característica que se destaca nessas fotografias são as poses, vestimentas e comportamento apresentados em oposição às imagens dos Coroados, quase sempre ausentes ou encontrados como vestígios.

A excursão ao rio Feio não encontrou a mesma sorte que a que partiu em direção ao Tietê. Logo em suas primeiras atividades o chefe da exploração Olavo Hummel e dois ajudantes foram atingidos por flechas, feridos e levados para a cidade de São Paulo para tratamento. O caso foi amplamente comunicado nos relatórios desta expedição. Além deste incidente, a turma entrou em conflito mais uma vez com os Coroados, fato que motivou a organização de uma *dada* por parte dos sertanejos - segundo os relatórios apresentados. As *dadas* eram ataques organizados contra os índios, muitas vezes por vingança ou para avançar territorialmente. No relatório apresentado por Gentil Moura, substituto de Hummel, o chefe da expedição descreve

³¹⁷ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio Tietê. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1910, p. 6.

a *dada* que a comissão acompanhou e que foi responsável pelo extermínio de todos os índios encontrados com exceção de um sobrevivente.³¹⁸ Avançando mata adentro a comissão encontrava *choças* e aldeias abandonadas pelos Coroados que avançavam cada vez mais rumo ao interior. Aqui é apresentada a relação entre as *dadas* e a coleta dos primeiros objetos recolhidos dos Coroados e que integrariam o acervo da CGGSP e seriam encaminhados ao Museu Paulista:



Figura 9 - Rancho de índios coroados.³¹⁹

Todas as *choças* e mesmo a aldeia grande parecem ter sido habitadas até bem pouco tempo, talvez um mez atrás. A aproximação do picadão os obrigou a abandoná-las levando consigo todos os utensílios do seu uso. Entretanto sabia-se pelos objectos trazidos das *dadas* pelos sertanejos que o Coroados é trabalhador e inteligente, manipulando para o seu uso uma infinidade de cousas.

³¹⁸ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia, 1910, p. 5-8.

³¹⁹ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia, 1910.

Os tapetes, que fazem de fibras de ortigas ou de caraguatá, são tecidos verdadeiramente primorosos. Têm a apparencia e espessura da lona ingleza e parece servirem como coberta de cama. São de dimensões approximadas á de um baixeiro de sella.

Os tecidos de taquara são igualmente de um labor paciente e bello. Os jacás de todos os feitios e tamanhos, desde os de grande formato para uso agricola até os de menores dimensões para os misteres mais simples, são feitos de talas de taquara, arrematados ou intercalados com a casca de cipó imbê.

Na ceramica chegaram a uma perfeição bem regular. Suas panellas, apesar de obedecerem a um só formato, variam bastante no tamanho. As grandes, occupadas talvez como deposito de agua ou mesmo de mel, são de côr amarellada cobertas de um desenho apagado, feito com tinta vermelha e em que predominam traços rectos.

As pequenas são na generalidade de côr preta de azeviche e apresentam signaes de usos culinarios. O formato é muito approximado ao do pião, motivo por que difficilmente ficam de pé sem auxilio de calços.

[...]

Como adornos sómente podemos encontrar collares feitos de dentes, principalmente de macaco, e encastoados em cordel. É um trabalho solido, elegante e paciente. Sabemos que fabricam tambem tangas de pennas.

Se para a sua alimentação e adornos o Coroadado se esmera na manipulação de seus utensilios, para seus apetrechos bellicos elle é de uma pericia invejavel, taes como: arcos, flechas, azagaias, unicos instrumentos que vimos.

Os arcos são de 2,70 metros de comprimento, bi-conirformes, encastoadas as extremidades com cipó imbê, n'uma extensão de mais de palmo. Tambem os ha cylindricos, variando o preparo desde o polimento paciente e esmerado até os que são toscamente constuidos.

As flechas, geralmente uniformes em tamanho e sempre do comprimento do arco, são feitas de duas peças de madeira. A parte da lança é formada por um pedaço de guaratan roliço, unido com a casca de cipó imbê a uma canna amarella em cuja extremidade estão as duas pennas, quasi sempre de jacú, formando a helice.

As pontos ou lanças variam muito em especie e dimensões. As de caça são feitas de ossos, geralmente de tibia de macaco e são simples, duplas ou triplices. As simples são sempre acompanhadas de físgas. Ha outras pontas que em vez de físgas têm uma bola de madeira e que parece servirem para de aves.

Para guerra usam flechas com pontas de ferro roubado aos sertanejos ou adaptadas do instrumental agricola que se inutilisa. Seu fabrico deve ser bastante trabalhoso, visto como é sómente pelo atrito que elles são o formato laceolado a qualquer peça de ferro que podem conquistar.³²⁰

³²⁰ Ibidem, p. 9.



Figura 10 - Tenazes de madeira, mão de pilão, corda e craneo.³²¹ .

O material coletado nesses conflitos foi registrado fotograficamente e anexado aos relatórios publicados pela instituição. Retirados de seu contexto original foram dispostos de forma organizada em ambientes onde aparecem como uma imagem neutra frente às condições onde foram encontrados. Esse processo de apagamento ocorreu não apenas em relação ao objeto etnográfico ao qual esta tese é dedicada, mas também a respeito das coleções Botânicas e Zoológicas que foram construídas em situações análogas, quando não conjuntamente. É possível aferir que a cada etapa para a consolidação desses objetos enquanto ciência apagaram-se características de sua coleta e de sua biografia para, por fim, ganharem uma nova disposição e função nos museus aos quais eram destinadas. Os relatórios, ao se dedicarem a narrar os acontecimentos que cercaram essas expedições, representam um momento intermediário nesse processo, quando são descritos parcialmente as circunstâncias da coleta, ao mesmo tempo em que tais objetos começam a ser apresentados sob uma

³²¹ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1910

premissa de objetividade científica que passaria a ser dominante quando fossem entregues ao Museu Paulista. Cabe salientar que esse procedimento normativo esteve presente em todas as instituições do gênero, sendo raras as oportunidades de apreciação entre as peças expostas e suas histórias, pois, o discurso moderno de objetividade científica prezava pela formação de séries, catálogos e padronizações que permitissem a aplicação de métodos como a comparação e garantissem o domínio da prova empírica sobre a descrição narrativa de eventos pontuais que não pudessem se tornar modelos.



Figura 11 - Objetos etnográficos coletados pela CGGSP, na primeira imagem flechas e não segunda cordas e utensílios.³²²

Neste sentido, a composição da narrativa que permeia os relatórios científicos da CGGSP descreve uma outra faceta anterior ao da exposição montada em vitrines ou dos resultados expressos em revistas. Embora, seja necessário reafirmar que mesmo

³²² COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1910.

esses relatórios estão permeados por uma visão específica sobre essas populações, descritas como selvagens e violentas, alvo de um empreendimento colonialista e civilizatório como preconizou Theodoro Sampaio. Projeto que foi constantemente lembrado pelos membros da comissão, como no trecho que se segue à descrição dos objetos recebidos após as *dadas*:

O índio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento desta zona. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vem com outro fito senão mata-los e tomar-lhes as terras. E é isso sómente que tem feito com que não se desenvolva pela agricultura uma região fadada a um futuro grandioso.³²³

Dias após a partida da turma do rio Feio - em 10 de maio de 1905 - teve partida a turma do rio Peixe em 21 de maio do mesmo ano. Logo na primeira remessa de cartas e jornais para os membros da incursão souberam do ataque ocorrido aos seus colegas que percorriam o Feio. Desta feita, o tom do relatório mescla momentos de medo e cautela no caminho enfrentado pelo rio Peixe. O tom da narrativa imprimida neste relatório se destaca pelo teor aventureiro quando comparado aos demais, nela são detalhados episódios em que os índios cercaram o grupo - embora não tenham sido vistos - e se comunicavam imitando sons de pássaros que foram interpretados pelos sertanejos contratados para acompanhá-los. Em outros momentos foram encontrados habitações dos índios expulsos e encurralados pela astúcia de seus membros. Em suma, o tom de enfrentamento serviu como fio-condutor deste relatório, que também é o mais extenso sobre as populações indígenas. Deste avanço territorial foram recolhidos novamente alguns objetos, publicados desta vez em formato de lista:

Cerca de duzentas flechas de osso, madeira e ferro.
2 varas para pescaria, com anzol em forma de L.
12 arcos de caça e guerra.
30 flechas em preparo.
2 balaios grandes com fibras de caragoatá, cipó-embê e imbira em diferentes phases de fiação.
5 potes grandes com restos de mel.
Diversas cabaças pequenas.
5 tenazes de madeira.
1 cabaça com matte.

³²³ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. *Op cit.*, 1910, p. 10.

2 tangas.
2 facas feitas de arco de barril.
1 pilão e respectiva mão.
6 varas compridas para apanhar passaros.
Diversos pedaços de tecidos feitos por civilizados.
4 maitacas e um periquito, vivos e amarrados pelo pé a uma vara.
1 rosario feito de craneos de macacos, cujos dentes serviriam para fabrico de collares.
1 pedaço de garrafa.
1 pequeno pote com argilla preta em pó.
Uma porção de argilla preta amassada e envolta em folhas de caethê.³²⁴

Ao lado da relação dos materiais e uma pequena apresentação das condições de habitação dos Coroados, esse relatório preocupou-se também com uma descrição das características físicas dos mesmos, como de praxe no conhecimento antropológico do período. Embora não se encontrasse presente nenhum estudioso do tema entre os membros dessa excursão, certamente algumas observações gerais haviam se tornado senso comum entre letrados e engenheiro do período.

Antes de terminar a nossa despretenciosa descrição dos Coroados, copiado de tres indios mansos um homem e duas mulheres, presos em uma dada ha annos, e residentes hoje em Campos Novos, na fazenda do Coronel Sanches de Figueiredo.
São de cór fortemente bronzeada, de olhos grandes, rasgados, vivos e pretos, muito brilhantes, com á pupila pequena.
Sua altura é de 1,60 a 1,70, sendo o homem mais alto que as mulheres.
No homem e em uma das mulheres o rosto é mais comprido que largo, ao passo que na outra é meio arredondado.
As mãos são de tamanho regular e bem formadas; os pés pequenos e largos.
O tronco é comprido, as pernas curtas.
O cabelo é negro, grosso e abundante. Não tem barba nem pello algum no rosto, a não serem as sobrancelhas.
A bocca é bem rasgada, os dentes muito ruins.
São bem constituídos de corpo, têm hombros largos e o thorax desenvolvido.³²⁵

Pouco antes do término deste relatório o autor informa que a comissão também encontrou com os Xavantes, sobre os quais faz uma breve descrição seguindo o mesmo padrão que fora apresentado para os Coroados:

³²⁴ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio Peixe*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1913, p. 9.

³²⁵ *Ibidem*.

Dos representantes das quatro tribos indígenas vistos pela turma nesta excursão - Guaranys, Coroados de S. Paulo e Paraná - (este último empregado da turma em toda a campanha) de cayuás (que também tivemos três empregados) e os chavantes de que estamos tratando, estes certamente são os typos mais bellos, mas inteligentes e mais trabalhadores de todos elles.

O Chavante é de estatura alta, muito proporcionada, hombros largos, pernas compridas, tronco curto, dentes ruins, olhar muito inteligente. Com a maior facilidade reproduzem, com a fidelidade de phonographo, as palavras portuguezas que ouvem. São alegres, prazenteiros e por demais tímidos.

Não conhecem senão poucas palavras do portuguez, mas por acenos entendem e fazem-se entender perfeitamente.

Suas armas são as mais bem feitas que temos visto. Os arcos são pequenos, roliços em todoo comprimento, menos porém do lado contratio ao da corda que são muito bem lavrados.³²⁶

Percebe-se nitidamente a diferença de representação entre os Coroados e os Chavantes, embora acompanhando as descrições negativas os Coroados tenham despertado um maior interesse científico que os Chavantes. Uma hipótese que pode ser aventada é o da busca pelo elemento mais distante dos ideais de progresso paulista, por outro lado seria plausível apresentar uma justificativa econômica para sustentar a construção de uma representação que justificasse a intervenção pelas armas nessas regiões cobiçadas para o plantio do café. De qualquer forma, parece que ambas questões se cruzam para sedimentar um conjunto de imagens sobre os Coroados muito mais negativas que para com os demais povos do Oeste paulista. Em larga medida, portanto, esses mosaico de trechos observados do conjunto dos relatórios da CGGSP narram uma história que reverberou em outros meios sociais, como o Museu Paulista. Neste sentido, torna-se mais inteligível a famigerada afirmação realizada por Hermann von Ihering sobre o avanço para o Oeste e a relação com os índios locais.

O artigo escrito por Ihering e que discute a antropologia dos índios de São Paulo é mais uma peça na montagem desse mosaico sobre as populações do Oeste paulista, neste estudo é visível a relação construída entre a CGGSP e o Museu Paulista, não apenas do ponto de vista do compartilhamento de objetos, mas também de um universo de representações. Apresentado originalmente na *Exposição Universal de Saint Louis* realizada em 1904 nos Estados Unidos, o texto publicado na *Revista do Museu Paulista* em 1907, apesar de descrito como um tradução deste primeiro, contém evidentes acréscimos, uma vez que trouxe as contribuições das explorações da CGGSP ao extremo sertão que ocorreram entre 1905 e 1906. No que concerne ao

³²⁶ Ibidem, p. 10.

objeto antropológico, Ihering inicia seu argumento com a notícia de “dous assaltos praticados contra a Comissão Geologica e Geographica deste Estado”³²⁷, o primeiro contra a exploração do rio Feio e a turma de Olavo Hummel e o segundo contra a exploração do rio Peixe e a turma de Gentil Moura.

É relevante notar que o início da análise antropológica proposta por Hermann von Ihering seja uma situação de conflito, pois, ao mesmo tempo que incute a priori uma característica de agressividade por parte de seu objeto de pesquisa, justifica a ação da comissão à qual credita a possibilidade de conhecimento sobre os Kaingang e demais grupos de São Paulo. O autor destaca que pouco se conhecia sobre o Estado e que todo o conhecimento existente advinha de conclusões tomadas a partir do estudo dos índios do sul brasileiro, principalmente pelos indígenas aldeados do Rio Grande do Sul. Portanto, essa justificativa coaduna com um dos fio-condutores propostos por esta tese, a saber: a trajetória da antropologia não pode ser separada da política indigenista brasileira e encontrou em São Paulo uma de suas relações mais evidentes durante o período da expansão para o Oeste, e mesmo posteriormente, após o aldeamento dos índios sobreviventes da “pacificação” de 1912.

Por ocasião do segundo assalto mencionado, de 24 de Setembro de 1906, o pessoal da expedição lançou-se imediatamente á perseguição dos selvagens, batendo as mattas e descobriu-se por esta ocasião a malóca dos mesmos Caingangs. As informações que sobre esta exploração contem o referido relatório, juntamente com os interessantes objectos ethnographicos guardados na Commissão Geographica de São Paulo, e em parte offerecidos ao Museu Paulista, modificaram a situação precaria quanto ao conhecimento dos Caingang de São Paulo, de modo que em seguida podemos dar algumas informações exactas.³²⁸

O estudo de Hermann von Ihering foi baseado em duas fontes: os relatórios da CGGSP, os mesmos aqui expostos; e os objetos coletados nas incursões. A sucinta descrição privilegiou características como aspectos habitacionais, vestimentas, armas e ornamentos, apresentando as mesmas informações presentes nos relatórios. Ainda seguindo os parâmetros dos relatórios, Ihering expõe os Chavantes, apresentando mais uma vez a repetição dos dados da comissão, divergindo apenas em suas conclusões ao considerá-los os mais atrasados dos índios paulistas:

³²⁷ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo, Op cit, p. 211..

³²⁸ Ibidem, p. 212.

Os Chavantes são os mais escuros e mais atrasados de entre todos os índios de S. Paulo; alimentam-se de caça, insectos e larvas, e, impellidos pela fome, chegam-se também ás habitações dos sertanejos para roubar nas roças e matar os animaes domesticos; comtudo não se tornam perigosos, pois não aggridem ninguem e são antes timidos, e, pelo contacto mais frequente, tornam-se doces e fieis. Têm pés pequenos, as pernas finas, o ventre crescido; mandibulas salientes, olhos pequenos e horizontaes.³²⁹

O objetivo antropológico de Ihering, no entanto, não era primordialmente descrever e compreender a vida social e cultural dos índios de São Paulo. Confrontando as impressões e relatos de seus contemporâneos, com documentos historiográficos e alguns estudos linguísticos demarcou os limites entre Coroados/Kaingang, Xavante e Kaiowá- isto limitando o escopo ao Oeste, pois, o estudo ainda inclui o litoral paulista e uma discussão sobre os Tupis - e a localização dos mesmos em São Paulo e no Brasil Meridional. Esse ponto deve ser destacado na obra de Ihering: de forma análoga à metodologia empregada para o estudo zoológico e botânico, o cientista distingue os grupos, delimita sua localização e mapeia o seu alcance e deslocamento temporal.

3.4 - Os índios e o sertão na Exposição Nacional de 1908

Todos estes objectos são portanto intermediários entre os espectadores e o invisível: as estátuas representam os deuses e os antepassados; os quadros, as cenas da vida dos imortais ou os acontecimentos históricos; as pedras, a potência e a beleza da natureza, etc.³³⁰

Essa definição formulada por Krzysztof Pomian para explicar a função que as coleções assumem ao serem expostas, transformando-se da sua aplicação original em um semióforo - ou seja, um objeto que perde sua utilidade original ocupando um novo papel - é o desenvolvimento da contraposição entre o visível e o invisível que aquele material representa diante de seu observador. Dito de outra forma, um objeto exposto depende de uma rede de significados que o envolva concebendo uma experiência ao observador que remeta ao desconhecido, ao distante ou ao inalcançável, àquilo que o autor denominou de invisível. Portanto, a exposição de um objeto depende de uma

³²⁹ Ibidem, p. 114.

³³⁰ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopedia Einaudi*. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p.51-86,1984, p. 65.

comunhão entre aquele que expõe e aquele que observa, sem contar uma série de significados que permeiam essa relação, pois, “o semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar”³³¹. Embora não seja possível ter acesso às experiências individuais diante de um objeto, compreender a existência desse pacto presente em uma exposição permite o enriquecimento do questionário sobre a mesma.

Afinal, o que instituições como o Museu Paulista e o Museu Nacional pretendiam mostrar ao realizar exposições de grande porte para um público amplo? Qual era esse invisível ao qual as peças etnográficas se remetiam?

Dois eventos específicos oferecem a possibilidade de um olhar mais preciso sobre essas questões, pois, além da exposição de objetos foram montados cenários onde essas peças eram contextualizadas de forma didática e ilustrativa para o público que visitasse o espaço dessas exposições. O primeiro evento, realizado em 1882, foi a *Exposição Antropológica Nacional* organizada no Museu Nacional no Rio de Janeiro e que contou, entre uma variedade de atividades, com uma instalação deste tipo. O segundo, foi a montagem pelo Museu Paulista de exibições na *Exposição Nacional* de 1908, como representantes da área etnográfica de São Paulo. Em ambas oportunidades foram construídos cenários que retratavam a vida *selvagem e primitiva* dos índios brasileiros, utilizando as coleções das instituições.

A exposição da alteridade, atribuindo um caráter exótico aos povos não europeus, foi um fenômeno típico da modernidade, especialmente em grandes cidades do período e do impacto que lugares distantes dos centros europeus causaram na cultura desses países. América, Ásia e África tornaram-se, além de objeto de cobiça econômica, locais para os mais variados questionamentos a respeito da humanidade. O exotismo foi uma categoria aglutinadora de diferentes aspectos desses lugares e, sob a chave interpretativa da alteridade era concebível a presença de plantas, animais e pessoas expostas lado a lado ao olhar *civilizado*. O elemento humano possuiu uma atratividade muito grande sobre um público ávido por entrar em contato com esse mundo distante e desconhecido. Por este motivo, os zoológicos humanos tornaram-se populares no continente europeu e, ao menos a partir do século XIX, no continente americano.

Em sentido semelhante, ao analisar a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, Michele Agostinho compreende que o evento “foi lugar de descoberta do outro, de

³³¹Ibidem, p. 72.

percepção das diferenças daqueles em relação a si e serviu para delimitar as fronteiras entre o selvagem e o civilizado, reforçando a partir do olhar a marca da superioridade de quem observa”. Para a autora, a narrativa construída sobre os indígenas na exposição legava-os ao passado, uma vez que inseriam “os indígenas e seus objetos numa ordem do tempo que lhes negava o presente (pela recusa da coetaneidade) e o futuro (pela extinção)”, instaurando, dessa forma, “uma visualidade que permitiu ao público da Corte exercer o olho do poder: tudo ver, tudo inspecionar para saber e acreditar dominar”.³³²

As exposições de pessoas apresentaram duas vertentes principais, uma com caráter de entretenimento e outra com caráter científico, a segunda destacadamente a partir da segunda metade do século XIX com o advento da antropologia física. Neste contexto esteve inserida a *Exposição Antropológica Nacional*, realizada pelo Museu Nacional em 1882. Este evento contou com um grupo de Botocudos que foram exibidos e submetidos à testes científicos descritos nas publicações do evento. O Museu Nacional esteve envolvido em diversas exposições internacionais no século XIX com o envio de objetos etnográficos e também daquelas realizadas em território brasileiro como a *Primeira Exposição Nacional* de 1861, mas o projeto de organizar uma exposição própria nasceu no início da década de 1880 sendo concretizada em 1882. Inaugurada em 29 de julho do corrente ano, a exposição teve uma duração de três meses e contou com oito salas aonde se distribuíram os objetos etnográficos, antropológicos e arqueológicos.

Os objetos foram dispostos nessas oito salas seguindo as categorias de etnografia, arqueologia e antropologia que correspondiam às divisões básicas estabelecidas na segunda metade do século XIX e que perdurariam no início do século XX nos domínios da Antropologia Física e da História Natural, sendo revistas apenas em períodos posteriores quando outras formas de fazer antropologia se estabeleceram, o significado de etnografia se alterou e a arqueologia ganhou uma maior autonomia frente à antropologia. É comum, portanto, o aparecimento das três áreas de forma diluída, ora como complementares, ora como auxiliares uma das outras. A disposição das coleções nessas salas forma um panorama desse momento de definição entre os saberes. O *Guia da Exposição Antropológica Brasileira* apresenta uma lista dos

³³² AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 163.

materiais presentes em cada sala, cada uma delas foi batizada com o nome de um homenageado e foram as seguintes: Salas Vaz de Caminha e Rodrigues Ferreira para etnografia; Salas Lery e Hartt para arqueologia; Sala Lund para antropologia; Salas Martius e Gabriel Soares para etnografia e arqueologia; Sala Anchieta para etnografia. As salas de Etnografia foram compostas majoritariamente de flechas e arcos, contendo também remos e machados, nessas salas também estiveram expostas pinturas, fotografias e livros. As salas de Arqueologia possuíam vasos. Na única sala de Antropologia crânios e outras ossadas, além de fotografias dos Botocudos tiradas por Charles Hartt. As salas mistas demonstram a dificuldade de delimitação estrita das áreas, pois, apresentavam todos os elementos mencionados acrescidos de peças do uso cotidiano.³³³

Foram trazidos para o Museu Nacional da divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo sete Botocudos: três homens, três mulheres e uma criança com o duplo objetivo de serem expostos ao público do evento e servirem como objeto de pesquisas científicas, fato ocorrido em 20 de Agosto. Os Botocudos estiveram na exposição até o mês de Setembro, quando retornaram. Meses antes também estiveram alguns Xerentes na instituição, no entanto, não permaneceram para a exposição, no seu lugar foram feitas reproduções em gesso que serviram na montagem de cenários para a exposição³³⁴, sendo dispostos nas salas de etnografia, em meio a flechas, arcos, reprodução de uma habitação, assim como objetos e vestimentas cotidianas pertencentes às coleções da instituição.

³³³ GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

³³⁴Uma apresentação mais detalhada desta exposição pode ser encontrada em: NASCIMENTO, Fátima. *A Formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional*. Século XIX. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, pp. 113-118.



Figura 12 - Cenário montado na Exposição Antropológica Brasileira, 1882³³⁵

Os Xerente também foram alvo de testes, como é possível observar na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, no artigo de João Baptista Lacerda sobre *A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas*. Lacerda comunica que este teste foi aplicado em três indivíduos Xerentes e Botocudos que, submetidos a um dinamômetro, tiveram suas forças musculares comparadas ao do homem branco civilizado e obtiveram resultados inferiores. Sendo, para João Baptista Lacerda, uma característica de raça, uma vez que mesmo com músculos maiores os índios eram mais fracos. Ademais pergunta-se se essa característica seria extensiva a todos os índios brasileiros.³³⁶ Refletindo sobre os resultados, Lacerda questiona-se sobre a variação de raça presente nos animais, mas não levada em consideração na conformação muscular humana:

³³⁵ FERREZ, Marc. Exposição Antropológica Brasileira [Iconográfico]: artefatos e aspectos da vida indígena. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1882. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8250

³³⁶ LACERDA, João Batista de. A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, 6-7, 1882, p. 6.

Estudos physiologicos recentes mostraram que a contracção muscular é um acto complexo, em que se podem distinguir diferentes phases, sendo que a primeira a da excitação latente, seja nervoso, seja electrico, e o inicio da contracção do musculo, medeia um intervalo minimo de tempo que póde variar com os individuos. A essa variação individual, já reconhecida e provada experimentalmente nos animaes, juntar-se-ha tambem uma variação de raça, que não foi sequer suspeitada no homem?³³⁷

Juanma Sánchez Arteaga oferece em seu estudo sobre a relação entre a antropologia física e os zoológicos humanos uma interessante conceitualização sobre a *animalização do outro*. Para o autor, ao longo do século XIX, com a entrada do humano no domínio da biologia evolutiva, as teses relacionadas ao atavismo³³⁸ do não europeu e ao poligenismo ganharam uma linguagem científica que passava pela animalização desses povos. Ao serem comparados com as características mais próximas aos macacos, portanto, primitivas e que dentro da lógica poligenista do período colocava-os em outro ramo da origem evolutiva que aquela ligada aos europeus, transformou-os em “condenados por las leyes de la evolución biológica a perecer irremediavelmente en un combate interracial por la existencia contra el hombre civilizado”³³⁹. Dentro desta lógica, a organização de exposições antropológicas com a presença de nativos foi organizada por governos das principais potências ocidentais com um intuito pedagógico e educativo de expor o contraste entre a civilização a qual pertenciam diante do mundo não ocidental. Assim, “a lo largo de todo el siglo XIX, en los zoológicos, congresos antropológicos, ferias coloniales y en las Exposiciones Universales, que constituían el gran espectáculo de masas para la burguesia blanca del periodo”³⁴⁰.

A visão das exposições como um espetáculo de massas é compartilhada por Francisco Foot Hardman que, para além desta característica, apontou como elas funcionavam dentro de uma crença burguesa no progresso da indústria e na riqueza das nações. O período que compreende a exposição de Londres de 1851 e a Primeira Guerra Mundial - período em que as exposições do Museu Nacional e Museu Paulista

³³⁷Ibidem, p. .6-7.

³³⁸Arteaga define a teoria do atavismo da seguinte forma: “la idea de que ciertos rasgos anatómicos considerados anormales por los científicos occidentales, representaban retornos a estadios evolutivos ancestrales, propios de primates inferiores”. ARTEAGA, Juanma Sánchez. La Antropología Física y los Zoológicos Humanos: exhibiciones de indígenas como práctica de popularización científica en el umbral del siglo XX. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXII, nº 1, p. 269-292, 2010, p. 276. Definição esta que parece-nos adequada para observar o cenário brasileiro, como podemos ver esse mesmo sentido empregado na Exposição Antropológica Brasileira.

³³⁹Ibidem, p. 275

³⁴⁰Ibidem, p. 277.

estão inseridas - corresponde a um momento de euforia e otimismo em relação à modernidade. Para Hardman, “tornava-se visível e táctil o conceito de mercado mundial. Nutria-se, assim, a fé iluminista na unidade humana. Desenhavam-se os contornos materiais, as fantasias retóricas e os passes de mágica do ideário em torno do espetáculo moderno de massas.”³⁴¹ Ainda assim, as exposições não limitavam-se às novidades tecnológicas, seguindo a “febre classificatória de largo espectro herdada do enciclopedismo”³⁴² elas possuíram uma heterogeneidade de formas abrangendo áreas como a agricultura, mineração e artesanato.

Mais evidente na *Exposição Nacional* realizada no Rio de Janeiro em 1908, as características apontadas por Hardman foram compartilhadas também em nível nacional. Como o mesmo aponta: “Vale ressaltar ainda uma marca característica e derradeira das exposições: é seu caráter de celebração das efemérides nacionais ou internacionais.”³⁴³ A própria concepção deste evento foi em comemoração a uma efeméride, pois, a *Exposição Nacional* foi organizada em comemoração ao centenário da abertura dos portos. Mas, como inserir uma exposição antropológica nesta mesma lógica? Uma questão já levantada, mas que pode ser enfatizada, é a delimitação da distancia em relação ao *outro* numa exaltação da *civilização*. Ora, se as exposições representavam o otimismo burguês e a crença no progresso vivenciado nos centros urbanos, os índios representariam nesse contexto aquilo que essas sociedades não são ou, melhor dizendo, não se enxergavam. A outra, recorrentemente aventada pelos estudiosos dos índios brasileiros, era a possibilidade de sua inserção nesse mundo pelo trabalho. Vale salientar como mesmo uma análise aparentemente objetiva sobre a musculatura dos índios é permeada por essa ideologia:

Poder-se-hia antes admitir que o musculo indígena fatiga-se mais depressa que o musculo da raça branca civilisada. Ao menos esta interpretação hypothetica estaria de accordo com facto reconhecido da inaptidão dos nossos selvagens para os trabalhos penosos e prolongados. Trazidos para o meio civilisado, elles continuam a revelar a mesma inaptidão. A consequência importante desse facto seria que o nosso indígena, mesmo civilisado, não poderia produzir

³⁴¹HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 56-57.

³⁴²Ibidem, p. 57.

³⁴³Ibidem, p. 60.

a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que os indivíduos de outra raça, especialmente da raça negra.³⁴⁴

São Paulo, nesse contexto, apresentava-se como um dos protagonistas desse exibicionismo moderno e da crença na técnica e progresso no Brasil. A fundação da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* e do *Museu Paulista* são simbólicas deste sentido. Em ambos locais o índio representou um empecilho ao caminho que os paulistas ambicionavam percorrer: “Por trás de iguarias exóticas, o neocolonialismo; para além dos letreiros uniformes catalogando técnicas e designando marcas, as mercadorias colecionadas não raras vezes constituem peças das novas ciências arqueológicas e antropológicas - são presas de conquistas”³⁴⁵. De forma semelhante, no Império brasileiro os índios Botocudos e Xerentes, distantes da versão romântica dos Tupis³⁴⁶, foram exibidos na *Exposição Antropológica Brasileira* como exemplificação de um mundo não moderno e primitivo.

Apesar deste emprego humano por parte das exposições antropológicas, uma outra prática tornou-se corrente concomitantemente: a montagem de cenários com bonecos representando os indígenas conjuntamente com objetos etnográficos das coleções do expositor, formando uma imagem que retratava o que se compreendia da vida cotidiana dessas populações. Este foi outro recurso empregado pelo Museu Nacional na *Exposição Antropológica* e também utilizado pelo Museu Paulista em 1908. É difícil supor que o uso de bonecos ao invés de exemplares humanos tenha sido uma escolha baseada em questões humanitárias ou de alguma preocupação com o bem-estar dos mesmos. De fato, apesar de não haver nenhuma justificativa para esta escolha nos arquivos da instituição, o difícil acesso aos índios do sertão paulista amplamente divulgado nos documentos analisados, supõe que o uso de bonecos fosse

³⁴⁴LACERDA, João Batista de. A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. *Op cit*, p. 7.

³⁴⁵HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*, p. 61.

³⁴⁶Exemplo desta representação do índio romântico encontra-se na *Exposição Nacional* de 1861 que é descrita por Margarida de Sousa Neves da seguinte forma: “a apresentação do índio romantizado, não apenas pela exposição de alguns objectos indígenas (arte plumária e instrumentos de pesca, caça e utilização doméstica), mas sobretudo através da representação do índio presente num quadro a óleo intitulado *Indígenas*, [...] que apresenta mulheres e crianças indígenas de biotipo absolutamente europeu e em perfeita harmonia com uma paisagem natural mais próxima do que era então o Jardim Botânico do Rio de Janeiro que de uma floresta tropical, deixando aparecer ao fundo da composição um insólito guerreiro indígena dotado de vastos bigodes napoleônicos”. NEVES, Margarida de Souza. A “Machina” e o Indígena. O Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VEDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 192.

uma estratégia empregada para suprir essa ausência, assim como no caso dos Xerentes do Museu Nacional, e apresentar a mesma implicação metodológica que os zoológicos humanos. Outro motivo, e talvez o mais relevante, seja a ideia de domínio que esta montagem comunicava: o índio deixava de existir nos sertões para se fazer presente na exposição sob o controle da modernidade.



Figura 13 - Cenário representando os índios Cayuás de São Paulo³⁴⁷

O efeito dessas montagens buscava impactar o público espectador que - diante de um cenário composto por plantas, bonecos, cabanas e objetos etnográficos - deveria ter sua imaginação e olhares transportados para um sertão repleto de índios bravos. Nesse sentido, tanto o Museu Nacional quanto o Museu Paulista construíram uma composição visual com o intuito de representar aqueles considerados os mais ferozes, incivilizados e primitivos habitantes do país: os Botocudo, Xerente e os Coroados. Esses indígenas ocuparam um lugar destacado na história da antropologia brasileira, especialmente durante ao século XIX sendo empregados como um dos exemplares mais primitivos do Brasil. O Museu Paulista conformaria o seu próprio objeto de pesquisa seguindo esses mesmos critérios e elegendo como exemplar os Coroados, também denominados como Kaingang.

³⁴⁷ Catálogo Geral e Ilustrado do Estado de S. Paulo na Exposição Nacional de 1908.

Anos mais tarde, João Baptista Lacerda no livro *Fastos do Museu Nacional* lembraria a exposição e aspectos dessa montagem:

Com o fim de realçar a exposição vieram do Espírito Santo e de Goyaz alguns indigenas dos dous sexos, procedentes da tribu dos Botocudos e dos Cherentes. Esses individuos, com outros mais, foram retratados a oleo em grandes telas por dous distinctos pintores brasileiros. Os Cherentes foram modelados em gesso, do tamanho natural, por um estatuario estrangeiro, que estava então no Rio de Janeiro. De cada um delles foram por mim tiradas as medidas anthropometricas.³⁴⁸

São apresentados dois momentos, o primeiro do deslocamento do índios, mesmo daqueles que não foram expostos no evento e o segundo da confecção dos moldes. Portanto, o objetivo deste procedimento era a atingir a similaridade com os zoológicos humanos, possibilitando ao visitante observador uma experiência estética que se aproximasse ao máximo de uma situação real. Lacerda apresenta sucintamente como foi pensada a montagem desse cenário, enfatizando a objetivo de imitação da natureza que era buscado: “Armaram-se nas salas da exposição cabanas com as redes e apetrechos domesticos do indio, canôas e ubás, como no acto da pesca; figuras de indio na caça, tudo por imitação do natural.”³⁴⁹

³⁴⁸ LACERDA, João de Baptista. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 56-57.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 57.



Figura 14 - Sala de objetos etnográficos com exposição de pescadores indígenas, 1882³⁵⁰

Uma diferença estruturante dos cenários montados pelo Museu Nacional e pelo Museu Paulista está no elemento da natureza. Enquanto no primeiro caso, os bonecos estão reproduzindo ações que seriam de seu cotidiano em locais cercados de objetos etnográficos e interagindo apenas com os objetos que integrariam aquele ato, no segundo os índios estão imersos numa representação de uma natureza vasta. Silva Figuerôa chamou à atenção para a importância que a natureza desempenhou nos discursos da *CGGSP* e pode-se estender essa compreensão para essa montagem. As ideias de progresso produziram uma importante alteração nas representações do mundo natural, ao substituir as imagens de uma natureza exuberante, poderosa e dominadora típicas do romantismo, por um mundo natural dominado pela técnica. Fernando Tacca, ao analisar a produção fotográfica sobre os índios no Brasil apresentou uma conclusão semelhante ao observar fotografias realizadas por Marc Ferrez com um grupo de Bororo, em um estúdio no Mato Grosso em 1880, quando

³⁵⁰ FERREZ, Marc. Exposição Antropológica Brasileira [Iconográfico]: artefatos e aspectos da vida indígena. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1882. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8250

afirma que “o selvagem aparece cerceado pelo ato fotográfico e alça um sabor inequívoco no imaginário: a existência desses povos tradicionais, mesmo dominados pelo aparelho e pelo olhar do fotógrafo”³⁵¹. A encenação e a domesticação do selvagem que essas fotografias demarcam um domínio técnico sobre os próprios corpos indígenas, fazendo com que “A natureza, o habitat deixam de ser importantes; são representações, um pano de fundo para a imagem”³⁵².



Figura 15 - Cenário representando os índios Coroados de São Paulo³⁵³

Nesse sentido, torna-se imprescindível observar como os índios paulistas foram inseridos nesse contexto natural, de um lado como pertencentes a este cenário, mas por outro sobrepujados por uma natureza dominante. Se a produção de imagens desde a década de 1880 privilegiava o uso da natureza como um pano de fundo, por que os índios de São Paulo foram representados de uma forma intrinsecamente ligados a ela? A resposta pode ser dada pelo efeito de antagonismo que essa situação gerava dentro de uma exposição laudatória da modernidade.

³⁵¹TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, 191-223, jan.-mar. 2011, p. 197.

³⁵²Ibidem.

³⁵³ Catálogo Geral e Ilustrado do Estado de S. Paulo na Exposição Nacional de 1908.

Inserindo-as num panorama mais amplo que contempla uma prática urbana da modernidade e compreendendo a relação dessas instituições com as populações indígenas torna-se inteligível o empreendimento paulista. Se de um lado São Paulo possuía sua forma de exibição nos galpões da capital federal baseado em aspectos econômicos e com grande destaque dado ao mundo agrícola e tecnológico, por outro reservou um espaço significativo para tratar do Oeste. Ali, os índios representavam conjuntamente com a natureza o elemento dominado pela técnica, pela ciência e pelo progresso. Afinal, em 1908 a *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* - que também participara da Exposição Nacional apresentando seus mapas - já havia executado o seu dever e esquadrinhado o território paulista até seus limites fronteiriços. Os *modernos bandeirantes* haviam cumprido o seu destino manifesto na conquista do Oeste e como bandeirantes da virada do século, também teriam os seus índios. Essa imagem evocada pela exposição, apenas se torna perceptível ao olhar historiográfico contemporâneo quando uma série de camadas discursivas são observadas, no entanto, retomando o argumento de Krzysztof Pomian esse deveria ser o *invisível* que os cenários memoravam aos seus observadores.

3.5 - A “pacificação Kaingang” e o fim do sertão paulista

Uma questão se faz latente neste trabalho e, mesmo que não cheguemos a uma conclusão, desejamos contribuir para o seu debate: é possível dizer que houve uma política indigenista paulista durante este período? Principalmente neste capítulo, buscamos apresentar elementos que corroboram com uma resposta afirmativa para esta indagação. A título de conclusão do ciclo discutido neste capítulo, um último evento pode ajudar na elucidação deste problema: a chamada “pacificação Kaingang”. Após toda a trajetória da conquista do sertão paulista, o ano de 1912 marcaria oficialmente o fim dos conflitos com as populações indígenas, momento em que os últimos Kaingang foram aldeados e se submeteram à tutela do SPILTN.

Uma das possibilidades de definição de política indigenista é aquela ligada a um projeto político oficial do Estado. Tal como uma agência federal como o SPILTN, SPI ou FUNAI ou um conjunto de legislações capaz de regulamentar a relações de uma determinada sociedade com as populações indígenas. Mas, poderíamos afirmar a existência de uma política indigenista com uma orientação clara na ausência desses

elementos? São Paulo, de finais do século XIX até o início do século XX, teve uma forma de tratamento de suas populações indígenas orientada pela questão da expansão econômica sobre o seu território que efetivamente se converteu em uma política estatal com objetivos claros. Ao menos a partir da criação da GGGSP, a questão indígena foi posta nestes termos de forma institucional. Entre 1886 e 1912 houve uma confluência entre ciência, técnica, política e poder econômico para efetivação desse projeto.

Produzir mapas sobre um determinado território, inscrever populações indígenas nessa narrativa, promulgar leis de propriedade sobre essas terras, criar uma comissão de pesquisa geográfica, um museu para estudar essa natureza e seus habitantes, uma instituição historiográfica que preocupava-se com os antigos habitantes da região são facetas de um mesmo esforço de controle da natureza, do ponto de vista cultural. Esses mecanismos de controle sobre a natureza formam, na realidade, o que chamamos de cultura. E sobre essas características de objetificação e controle estão baseadas relações de poder e a ideologia das sociedades modernas. Como afirmou Roy Wagner, os discursos a respeito da natureza, não dizem que ela foi inventada “mas que a compreendemos, aproveitamos, aplicamos, que deixamos que tome seu curso. Todas as nossas transações com o mundo fenomênico, práticas ou especulativas, respeitam a primazia e o caráter inato da natureza e das forças naturais”.³⁵⁴

Utilizando essa reflexão para conjecturar sobre nosso objeto, poderíamos afirmar que todo o processo que demonstramos nesse capítulo não significou apenas a produção de conhecimento sobre o sertão paulista e sua população, mas a invenção do sertão paulista, da sua natureza e dos indígenas. E, portanto, todas as transações com esse sertão, respeitam o entendimento do caráter de sua natureza. Resumidamente, representar e interpretar a natureza ou outros povos constrói, antes de mais nada, a própria cultura e concebe a quem o faz uma autoridade no seu contexto:

Isso confere um tremendo poder e vantagem àqueles cujo trabalho é interpretar a natureza, as forças, impulsos ou eventos naturais. Pois eles possuem, ou pelo menos reivindicam, a autoridade para determinar como a natureza é em todas as suas formas “inatas”, e se tornam, portanto, os árbitros da Cultura.³⁵⁵

³⁵⁴ WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu editora, 2017, p. 257.

³⁵⁵ *Ibidem*.

Wagner está se referindo, especialmente, a um conhecimento mais técnico, tal como o de Hermann von Ihering, Teodoro Sampaio, Orville Derby, entre outros. No entanto, para o caso da invenção de uma região, entendo que essa compreensão de árbitros da Cultura possa ser estendida para todos os personagens que compuseram esse mosaico. Washington Luís converte-se em árbitro da Cultura a partir de sua posição de homem letrado e político local. Talvez isso explique a convergência de opiniões sobre o sertão paulista: era uma questão de poder e de como a região foi inventada. Demonstramos em linhas gerais esse processo e como instrumentos técnicos e científicos foram fundamentais na delimitação do Oeste do Estado como região a ser ocupada e explorada. Esse preâmbulo é uma tentativa de compreender como o discurso não se alterou significativamente quando estamos sob a atuação do SPILTN, fundado em 1910. Roy Wegner nos ajuda a compreender que não havia outra forma de olhar para a questão, alguns poderiam ser mais benevolentes e fraternos que outros em relação aos indígenas, mas a questão de fundo dos controles culturais sobre a natureza permanecia a mesma, como uma ideologia. Assim, no relatório apresentado ao presidente da República Hermes da Fonseca (1855-1923) pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo (1860-1935), as informações possuem um teor muito semelhante aos que serviram de epígrafe a este capítulo, embora em um tom mais ameno:

A Estrada de Ferro Noroeste do Brazil cortou, como é sabido, a região habitada pelos indios kaingans de S. Paulo, determinando assim o encontro de seus trabalhadores com esses indios. As relações que dahi resultaram foram da mais franca hostilidade, de parte a parte. Os kaingans, defendendo a todo o transe a terra em que sempre viveram, não viam nos trabalhadores daquela estrada sinão inimigos e violadores do seu solo; os trabalhadores, por sua vez, desconhecendo as justas razões que assistiam aos indios para assim proceder, respondiam ás suas aggressões com ataques formidaveis, nos quaes abusavam cruelmente da superioridade da força, chegando ao ponto de effectuar massacres contra os seus quasi inermes adversarios.

Esse estado de guerra contínua e implacável não sómente deu lugar a perdas de vidas de ambos os lados, como creou ainda um odio reciproco, que muito devia perturbar qualquer acção pacificadora.

Foi sob esse ambiente de dificuldades e eobstaculos que o serviço de pretecção aos indios teve de iniciar-se em S. Paulo, á vista de espectadores, proximos e remotos, que longe estavam de acreditar sique na efficacia dos seus processos.³⁵⁶

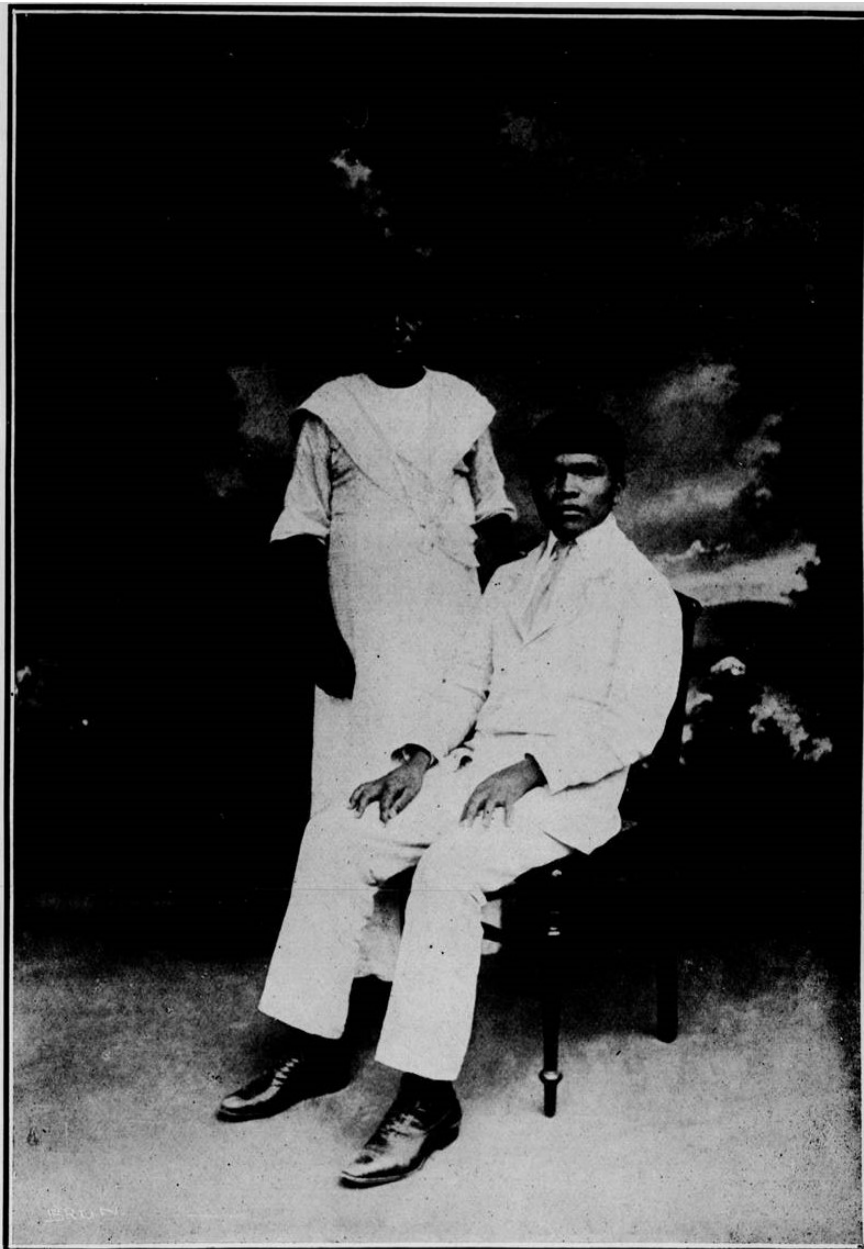
³⁵⁶ RELATORIO do Ministro da Agricultura, 1912, p. 137. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/19454>> Acesso em: 04 de julho de 2019.

Esse trecho refere-se à comunicação do início dos trabalhos do SPILTN em São Paulo, com intuito de controlar o restante das populações indígenas, protegê-las e evitar o conflito com os trabalhadores. De fato, a chamada “pacificação” ocorreria em 1912 e é interessante observar que no relatório do ano posterior, além de uma breve descrição dos resultados, seria apresentada uma fotografia de um casal Kaingang “pacificado” ao presidente da República, reforçando o sucesso da empreitada.

A população indígena de São Paulo consta de dois grandes grupos: um de índios guaranys e outro de kaingangs. Os primeiros vivam, ha longos annos, mais ou menos acampados na sociedade civilizada; os outros conservaram-se, até 1911, reclusos nas suas mattas, sem relações externas, tendo apenas, com os civilizados, encontros de guerra e hostilidade mutua. No fim de 1910, conforme consta do meu ultimo relatório, iniciou-se, com muito sucesso, ainda que com grande trabalho, a pacificação dos kaingangs, os quaes, em fins de 1911, começaram a dar manifestações de acceitar a amizade do pessoal da respectiva inspectoría e a permittir, com reservas, a entrada no seu territorio, visitando, por sua vez, alguns pequenos grupos os postos do Serviço, onde se demoravam o tempo que queriam, sem que ninguém os constringesse á permanencia ou á volta.

Esse systema teve os melhores resultados, pois estabeleceu a confiança e consolidou a amizade dos kaingangs, que puderam, finalmente, em 1912, reunir-se num só núcleo, a que se deu o nome de <villa Kaingang>. Tambem os guaranys, que, embora inteiramente pacíficos e iniciados na civilização, viviam muito subdivididos em pequenos grupos, occupando, no territorio paulista, varios postos, mais ou menos afastados uns dos outros, foram reunidos em um só centro de actividade, na futurúosa povoação de Araribá.³⁵⁷

³⁵⁷ RELATORIO do Ministro da Agricultura. 1913, p. 143. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/20627>> Acesso em: 04 de Julho de 2019.



Inspeçtoria de S. Paulo — Casal de indios Kaingangs dos pacificados pela Inspeçtoria

Figura 16 - Casal de Kaingangs “pacificados”³⁵⁸

Embora houvesse resistênça por alguns segmentos à criaçãõ do SPILT, partilhamos do argumento Niminon Pinheiro, de que em Sãõ Paulo a criaçãõ do orgãõ favoreceu todos os interessados nessas terras, “inclusive os interesses de alguns grileiros que, “de olho” nas terras indígenas, percebiam as vantagens futuras que eles também poderiam daí auferir em seu próprio benefício, caso o SPILT realmente

³⁵⁸ RELATORIO do Ministro da Agricultura, 1913, p. 140. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/20624>> Acesso em: 04 de Julho de 2019.

apaziguasse o sertão”.³⁵⁹ Partindo da compreensão de que o território é o componente fundamental para a sobrevivência de qualquer população indígena, Pinheiro aponta a contradição dos objetivos do SPILTN, pois como protegeria os indígenas se uma de suas atribuições era “liberar terras para a colonização e agricultura cafeeira e formar trabalhadores rurais, atuando como instituição mediadora no conflito”?³⁶⁰ Para a autora isso “demonstra que, na verdade, o SPILTN sempre trabalhou contra os indígenas”.³⁶¹

O que tentamos enfatizar é a relação entre indígenas e terras que se estabeleceu na história brasileira. O deslocamento do debate sobre mão-de-obra e a escravidão do indígena no período colonial, para a questão de terras no século XIX transformou a própria definição do que era um *índio*. Nesse contexto, que a criação do SPILTN deve ser observada “dentro um conjunto de serviços de Estado aos quais o tratamento dos *índios* já se via associado desde o Império, isto é, os ligados à agricultura”.³⁶²

Neste sentido, Antonio Carlos de Souza Lima justifica que a atuação do Estado ou de qualquer forma de controle sobre uma determinada população depende da definição de sentido que é dado aquele grupo. Em suas palavras:

A tarefa do governo incide sobre e implica na existência de uma população definida por critérios e dispositivos classificatórios de aglomerados humanos. Seria reelaborando classificações prévias e dispositivos já existentes que se definiriam o *índio* e as tarefas de *seu governo*, nortes do *Serviço* para impor o *poder tutelar* e seus mecanismos de legitimação. As disputas em torno da definição do que seja *índio* colocam-se a todos que pretendam governar uma população assim rotulada. Conhecer as bases sobre as quais se assentam as taxinomias geradas e sua aplicação é conhecer os próprios contornos do modelo de governo que se lhes propõe. Ao mesmo tempo, é ter em mente que qualquer definição extranarrativa do ser indígena é parte de dispositivos de poder.³⁶³

O SPILTN assumia uma posição destoante da defendida por Hermann von Ihering a respeito da possibilidade de integração dos índios na sociedade brasileira.

³⁵⁹ PINHEIRO, Niminon Suzel. *Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo* - oeste paulista, 1912-1967. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, 1999, p.120.

³⁶⁰ Idem, p. 117.

³⁶¹ Idem, ibdem.

³⁶² LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 100.

³⁶³ Idem, p. 119.

No *Serviço*, "deve-se reconhecer o primado da idéia de que 'Os índios' eram um estrato social concebido como transitório, futuramente incorporáveis à categoria dos trabalhadores nacionais".³⁶⁴ As propostas de Ihering assentavam-se na ideia do desaparecimento inevitável dos *índios*. Outras categorias classificatórias também são ressignificadas, como a distinção entre *mansos* e *bravos*, que, como vimos, era empregada desde tempos coloniais, agora ganhava novos contornos dentro do SPILTN e da ideia rondoniana de "ganhar a guerra através da paz".³⁶⁵ Nota-se, no entanto, que a ideia de guerra é mobilizada a todo momento pela instituição. Assim, "os índios selvagens eram os alvos principais da ação do Serviço não só por obstaculizarem o avanço sobre o interior ou se acharem em guerra, mas também por oferecem as melhores oportunidades para o trabalho de civilização".³⁶⁶

Ainda que destoante em alguns fundamentos da definição de *índio* e, portanto, das formas de governo sobre os mesmos, o que estava envolto na questão territorial permanecia muito próximo. O Oeste paulista, compreendido como sertão, deveria ser ocupado e se tornar economicamente produtivo. Assim como afirmara Washington Luís na epígrafe deste capítulo, era indispensável civilizar o indígena e arrotear a terra para conquistar o progresso. A fotografia, apresentada ao presidente da República era a demonstração do sucesso da civilização sobre o indígena Kaingang e da ocupação do Oeste. A "pacificação Kaingang" simbolizava o fim de uma determinada representação do sertão paulista baseada na tríade desconhecimento, improdutividade e presença indígena.³⁶⁷

³⁶⁴ Idem, p. 120.

³⁶⁵ Idem, p. 123-124.

³⁶⁶ Idem, p. 125.

³⁶⁷ A categoria sertão não deixaria de existir nesse episódio, apenas essa sua primeira acepção. Podemos observar uma bibliografia que demonstrou outras representações dos sertões no século XX, especialmente aquela que conectou a categoria sertão às ideias de abandono, doença e pobreza. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, pp. 23-40, 1996.

Capítulo 4

Território, etnografia e colonização: o mapeamento das populações indígenas

Em geral no Brasil prehistorico a influencia da cultura mais elevada dirigia-se do Occidente para o Oriente, enquanto que dos tempos historicos para cá, isto é post-colombianos, a transmissão cultural se move do Oriente para o Occidente.³⁶⁸

A etnografia de Hermann von Ihering possuiu uma estreita ligação com o espaço geográfico, seja numa perspectiva difusionista das sociedades humanas ou na intrínseca relação com a ocupação territorial do Oeste paulista ou, ainda, na colonização do Brasil meridional por imigrantes europeus. De qualquer forma, o território constituiu-se como uma dimensão imprescindível da sua prática. Não ocasionalmente, dentre seus últimos trabalhos na área estiveram presentes mapas etnográficos do Brasil meridional. A confecção desses mapas podem ser inseridas numa longa tradição cartográfica que ganhava fôlego entre finais do século XIX e início do século XX. Ou até mesmo pensadas como a concretização de um projeto etnográfico de grande ambição que tinha a intenção de delimitar a distribuição dos povos indígenas ao longo do tempo e do espaço. Seja como for, o mapeamento adquire um sentido polissêmico nesta tese. Trataremos certamente dos mapas produzidos, mas sem deixar em segundo plano as questões que cercaram essas representações gráficas do espaço.

Os capítulos anteriores também serviram como um mapeamento. Mapeamento de lugares, ideias e objetos que, uma vez delimitados, nos ajudam a compreender os resultados finais apresentados por Ihering. O grande mapa construído pelo cientista não foi o da localização dos povos indígenas meridionais, mas uma ampla cartografia do desenvolvimento humano no planeta terra. A pretensão de Hermann von Ihering foi compreender esse grande movimento, associando-o às transformações zoológicas e geológicas do planeta. Não por acaso selecionamos esse trecho como epígrafe para este capítulo, pois ele reflete o quadro mais amplo em que todos os trabalhos etnográficos de Ihering foram inseridos.

³⁶⁸ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VII, 202-257, 1907, p. 247-248.

No Brasil pré-histórico, em seus termos, a influência da cultura mais elevada seguia o sentido do Ocidente para o Oriente, ou seja, dos Andes adentrando o território brasileiro, o indígena brasileiro representava o elemento inferior, destinado a ser suplantado pela civilização andina. Esta, porém, não teve força suficiente para promover esse movimento, sendo ela mesma suplantada por uma civilização ainda mais elevada. Do Oriente para o Ocidente foi o caminho percorrido pelos europeus para chegarem à América. Agora esse movimento era aprofundado do litoral aos sertões. A cultura superior europeia inevitavelmente suplantaria a indígena, formando uma nova e civilizada cultura: a *neobrasileira*. Os objetos arqueológicos recrutados para o Museu Paulista transformavam-se em provas materiais desse primeiro movimento, o olhar para os sertões comprovava o desaparecimento no presente. Pensados assim, passado e presente, colocados lado a lado, construíam uma narrativa. A narrativa anunciada por Hermann von Ihering na abertura do museu: a história do homem sul-americano.

Este capítulo foi dividido em quatro partes. Na primeira, observaremos detalhadamente os estudos dos sambaquis, montes de conchas com restos de ocupações humanas típicas dessa região meridional do Brasil. Foram a principal fonte arqueológica do Museu Paulista e tiveram grande relevância para etnografia alemã. Na segunda parte, apresentaremos as duas viagens etnográficas empreendidas à mando do museu, a primeira em direção aos Botocudos por Walter Garbe e a segunda em busca dos Chavantes paulistas por Curt Unckel. A ideia é demonstrar duas formas de apropriação do espaço geográfico no tempo: na primeira parte em direção ao passado e na segunda ao presente.

O terceiro item apresenta os dois primeiros mapas publicados por Ihering. Com os resultados acumulados de todas as pesquisas do Museu Paulista, esses mapas representavam a distribuição dos indígenas em dois tempos e demonstravam o seu eminente desaparecimento. No quarto item, por sua vez, um último mapa é reproduzido. Desta vez contendo zonas de conflito entre colonos e indígenas, tal mapa condensou em si, e no artigo em que está inserido, toda a trajetória do trabalho etnográfico do museu. A partir dele podemos compreender as posições polêmicas do autor, as suas soluções políticas para os indígenas, a sua compreensão do papel da ciência. Ao mesmo tempo, para compreendermos os assuntos suscitados por esta publicação precisamos recorrer a diversos elementos apresentados nos capítulos

anteriores. Este último mapa, portanto, além de localizar os povos indígenas do Brasil meridional, é um fio-condutor para as principais questões pensadas nesta tese.

4.1 - Os resquícios arqueológicos e os povos dos sambaquis

Quando pela primeira vez atravessamos o braço do mar que separa a ilha de S. Vicente da terra firme, no mez de Maio de 1876, passámos perto da ilha do "Casqueiro". N'essa época havia alli muita vida. Um numeroso grupo de trabalhadores lá se movia em plena actividade, revolvendo a superficie e enchendo carrocinhas que desciam até beira-mar, ao pé de uns fornos que deitavam espessas nuvens de fumaça e onde umas lanchas chatas recebiam carregamento de saccos cheios.

Admirados deste movimento industrial numa ilha pequena, perguntámos ao nosso companheiro: "que estabelecimento é aquelle"?

"É uma fabrica de cal", esclareceu-nos elle.

"De cal"? replicámos, "esta ilha é então formada de uma rocha calcarea"?

"Não", respondeu, "extrahem a cal das cascas de ostras de um grande sambaqui que cobre quasi toda a ilha".

Ouvindo este nome pela primeira vez, perguntámos ainda: "Sambaqui? que vem a ser"?

"São uns montes de cascas de ostras e outras conchas, também denominados ostreiras ou casqueiras; uns pensam que foram formados pelos bugres e outros crêem que se originam do diluvio ou da acção do mar, sei eu lá", concluiu o nosso companheiro.³⁶⁹

A anedota narrada por Alberto Logfren na introdução do seu *Contribuições para a archeologia paulista: os sambaquis de S. Paulo* enunciava as principais indagações que circundavam as mentes de letrados e cientistas que se deparavam com os montes formados por conchas, moluscos, ossadas humanas e utensílios indígenas: "Sambaqui? Que vem a ser?". Também apresentava uma novidade, a transformação do sambaqui em objeto arqueológico, em sítio de escavações e, portanto, dotado de valor científico. Pois, embora essa formação fosse conhecida há séculos, seu valor até meados do século XIX era estritamente industrial, como fonte calcária empregada como matéria-prima na construção de inúmeras cidades nas regiões litorâneas de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Assim, ao listar de forma mais objetiva e sistematizada

³⁶⁹ LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a archeologia paulista. Os Sambaquis. In. *BOLETIM da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typ. a Vapor de Vanorden & Comp., n. 9, 1893. p. 13.

as indagações que os sambaquis suscitavam, Logfren resumiu em cinco questões o debate conduzido por especialistas brasileiros e estrangeiros:

1. Qual a origem e para que fim foram construídos os sambaquis?
2. Por que motivos foram colocados nos lugares onde hoje são encontrados ?
3. Qual a sua antiguidade ?
4. Qual o povo que os construiu?
5. Qual o seu valor ethnologico e archeologico?³⁷⁰

Portanto, antes da definição de valor arqueológico para um sítio, uma área de pesquisa precisou se estabelecer para que olhares e métodos se voltassem aos sambaquis com ferramentas para elaborar as questões de Alberto Logfren e, por consequência, atribuir utilidade científica a estes espaços geográficos. Este é processo que ocorria na segunda metade do século XIX, quando a arqueologia ampliou seu campo de observação para a pré-história americana e incorporou as novas perspectivas evolucionistas que emergiam. Deste modo, a posição de Hermann von Ihering e do Museu Paulista sobre esse questionário adquire sentido apenas quando escrutinadas dentro do panorama da arqueologia brasileira.

A história dos estudos arqueológicos no Brasil pode ser recuada ao período colonial, embora na perspectiva científica moderna a demarcação mais adequada seja a primeira metade do século XIX, adquirindo maior força nas últimas décadas do oitocentos, momento em que instituições como museus e sociedades científicas começaram a atuar de forma sistematizada na pesquisa dos vestígios das populações indígenas pré-colombianas. Nesse cenário tiveram destaque o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Este último, que teve sua fundação um pouco mais tardia que os demais, ganhou maior relevância no período que compreende o início do século XX. Ao realizar uma síntese da trajetória dessa área de saber no país, Pedro Paulo Funari propôs uma periodização para a Arqueologia no país dividindo-a em: Período Colonial (1500-1822); Império Brasileiro (1822-1889); Primeira República (1889-1920); Anos 1920 a 1940; Início da Pesquisa Universitária (1950 a

³⁷⁰ Ibidem, p. 65.

1964); O período militar e a constituição de um *establishment* arqueológico (1964-1985); e por fim, o que denomina de as Tendências Atuais pós 1985.³⁷¹

A palavra arqueologia era utilizada desde a Antiguidade Clássica para referir-se ao passado material e monumental das sociedades Grega e Romana, e era, nesse contexto, um termo mais generalista sem estar vinculado à uma metodologia específica de pesquisa. Durante a Idade Média manteve-se este padrão, com investigações voltadas ao passado religioso em detrimento dos monumentos da Antiguidade Clássica. Assim, a partir do Renascimento e da fomentação do interesse pelas sociedades antigas, a busca por evidências materiais desse passado tornaram-se cada vez mais recorrentes. Cidades, monumentos, estátuas, moedas, objetos cotidianos, entre outros, passaram a ser objeto de interesse dos humanistas. Nesse período, que se estende do século XIV ao XVIII estabeleceu-se uma Arqueologia muito diferente daquela que observaremos nesta tese, pois, “estava muito distante do que se realizaria no séc. XIX. Preocupava-se basicamente em resgatar objetos antigos de uma maneira aleatória, sem grandes cuidados com registros ou qualquer vinculação do achado com um contexto histórico.”³⁷²

Com base na observação das transformações ocorridas nas pesquisas arqueológicas europeias, Johnni Langer propôs a sua divisão em três momentos diferentes: 1) Os humanistas, entre 1300 e 1600; 2) Os antiquários, entre 1600 e 1730; 3) A arqueologia clássica oitocentista. E, embora esteja se referindo aos estudos que investigaram as sociedades da Antiguidade Clássica, o desenvolvimento da Arqueologia nas Américas não pode ser desvinculado dos métodos, modelos e implicações sociais e políticas da formatação da própria disciplina. A partir da segunda metade do século XVIII, a Arqueologia conectou-se ao aparecimento dos primeiros museus modernos, "espaços de contemplação física da nação, onde os tesouros, relíquias e monumentos arqueológicos serão expostos, auxiliando na interpretação para o público do passado histórico da civilização ocidental"³⁷³. Colonialismo europeu, legitimação dos discursos nacionais e disputas de poder político tornaram-se elementos fundamentais da Arqueologia. Deste momento em diante uma verdadeira corrida por relíquias arqueológicas atravessou o oitocentos

³⁷¹ FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Unicamp, Campinas, 1, 23-41, 1994.

³⁷² LANGER. Johnni. As origens da arqueologia clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9, p. 95-110, 1999, p. 96.

³⁷³ *Ibidem*, p. 105.

estimulada pelas empreitadas colonialistas europeias ao redor do mundo: "Ruínas, cidades perdidas, vestígios de antigas civilizações são encontrados na Ásia, África, Polinésia e América."³⁷⁴ Nesse período, portanto, que a Arqueologia estendeu seu domínio às populações tidas como primitivas ou selvagens.

Ao tratarmos do Brasil, é necessário ter em vista esse quadro mais amplo. O período colonial foi demarcado por um interesse esporádico nos artefatos arqueológicos e pinturas rupestres, sendo que alguns locais foram descritos pelos cronistas, no entanto, sem maior aprofundamento. Alguns objetos coletados e levados para fora do país também eram observados pela curiosidade que provocavam. A passagem da curiosidade para "a especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional"³⁷⁵ ocorreu efetivamente a partir da segunda metade do século XVIII, intensificando-se ao longo do XIX. Ou seja, durante o período de expansão dos museus europeus e de pesquisas ao redor do mundo. Inicia-se, assim, o período dos viajantes exploradores no território brasileiro. Cristiana Barreto, em artigo sobre a história da arqueologia no país, destacou a permanência de uma profunda relação entre o desenvolvimento e institucionalização da área no Brasil com os pesquisadores estrangeiros que ocuparam os espaços destinados à prática científica. Em um primeiro momento, ainda no século XVIII alguns viajantes iniciaram o ciclo de expedições para a Amazônia - primeiro e principal local de explorações arqueológicas no Brasil. Ciclo que se intensificaria e expandiria com a chegada da Corte portuguesa e, posteriormente, pelo incentivo do Império brasileiro. Mesmo após a criação de locais de ciência nacionais, os postos seriam ocupados por personagens de outras nacionalidades, como são os casos do Museu Nacional e, especialmente, do Museu Paraense e do Museu Paulista e seus respectivos diretores, Emílio Goeldi e Hermann von Ihering.

O ciclo de viajantes que se dedicaram à Arqueologia teve início com as expedições de La Condamine (1745) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1785-1790), que percorreram a Amazônia observando sítios arqueológicos e coletando material para os museus europeus. Barreto destaca a importância de Alexandre von Humboldt (1769-1859), viajante que esteve em diversos países do continente americano entre 1799 e 1803 e que, apesar de impedido de ingressar no território do Brasil, formulou a

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 106.

³⁷⁵ BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.º. 44, pp. 32-51, 2000, p. 35.

"a primeira teoria de origem das populações americanas com base em suas observações antropológicas", para o geógrafo e explorador alemão os habitantes indígenas da América possuíam "uma origem asiática única"³⁷⁶. Essa teoria conquistou uma ampla repercussão ao longo do século XIX, fazendo-se presente na formatação da etnografia brasileira entre os sócios do IHGB e, posteriormente, demais instituições que se dedicaram ao tema. Ainda nas primeiras décadas do Oitocentos, sob a fomentação da corte portuguesa, outras importantes expedições realizaram registros arqueológicos, tais como: de Eschwege em 1809, Wied Neuvied em 1815, Saint-Hilaire entre 1816 e 1822 e Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius entre 1818 e 1821, dentre outras. Essas expedições foram responsáveis por solidificar o interesse nos estudos sobre as populações indígenas em bases etnográficas e arqueológicas, tanto que se constituíram como referências incontornáveis dentro do cenário letrado e científico brasileiro que se consolidaria décadas mais tarde.

Esse movimento de interesse internacional pela arqueologia no Brasil - dentre os demais domínios dos estudos que compunham a plêiade de assuntos que ocupava o naturalista do período - culminaria nas explorações de Peter Lund (1801-1880) na cidade de Lagoa Santa em Minas Gerais entre 1833 e 1845. Após um período de explorações à serviço do Museu de História Natural da Dinamarca na década de 1820, Lund retornaria ao Brasil para estabelecer residência na região mineira até o fim de sua vida. Durante o período de pesquisas nas cavernas locais construiu uma grande coleção que iria conferir ao cientista a posição de um dos fundadores da arqueologia e da paleontologia no Brasil. Dentre as questões ligadas à arqueologia, Peter Lund encontrou a primeira ossada humana fossilizada do mundo, formulando a teoria da existência concomitante de humanos e animais pré-históricos. Contrariava, então, a posição vigente de Georges Cuvier (1769-1832) - de quem era discípulo - sobre o catastrofismo, teoria alinhada ao criacionismo e à posição bíblica que supunha uma sequência de catástrofes como explicação para a extinção de espécies.

As teses lançadas por Peter Lund ganharam repercussão na comunidade científica e o Homem de Lagoa Santa tornou-se uma questão intransponível para a arqueologia brasileira, pois, modificava o entendimento da idade da humanidade e da sua ocupação da América. Além da importância que os trabalhos de Lund adquiriram

³⁷⁶ Idem, *ibidem*.

para a disciplina no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, Barreto destacou uma consequência prática causada por essa repercussão: “sensibilizar também os governantes brasileiros, em especial D. Pedro II, que se mostrou particularmente interessado no assunto, resolvendo incentivar a pesquisa arqueológica no país”³⁷⁷. Desse período de incentivos, a autora listou algumas expedições fundamentais que ocorreram entre as décadas de 1860 e 1870: em direção à região amazônica foram realizadas as Expedição Thayer em 1865, liderada por Frederich Hartt e com participação do arqueólogo James Orton; a expedição de Orville Derby em 1871, conjuntamente com Hartt; e a expedição de Joseph Steere (1842-1940) da Universidade de Michigan em 1876; e para a região sul, as escavações de Carlos Rath e Carlos Wiener dos sambaquis de São Paulo e do litoral sul em 1876.³⁷⁸

A partir da década de 1870, os museus assumiram o lugar por excelência da produção arqueológica brasileira. Deste momento até as primeiras décadas do século XX, o museu ocuparia o espaço institucional da ciência no Brasil, especialmente para as ciências naturais. Não convém retomar essa discussão, uma vez que observamos em outros momentos desta tese a constituição desse museu como espaço de ciência, no entanto, faz-se necessário frisar que a arqueologia nesse interregno foi uma matéria desenvolvida nos museus. Antes mesmo da reforma do estatuto do Museu Nacional em 1876 - momento em que foram introduzidas novas diretrizes e divisões para as atividades desenvolvidas, demarcando um processo de institucionalização e delimitação de disciplinas nascentes no período - as expedições que mantiveram interesse em sítios arqueológicos reportavam-se ao museu do Rio de Janeiro, colocando-o em posição de destaque e constituindo suas primeiras coleções.

Dentro dos museus, os objetos expostos ao público ou recolhidos para pesquisas representavam um novo olhar sobre o passado da humanidade. A partir da segunda metade do século XIX - após o crescimento de descobertas arqueológicas que, tais como as de Peter Lund, remontavam à tempos mais antigos que aqueles reconhecidos pelas teorias vigentes e, em consonância com as teorias evolucionistas após a publicação de *A origem das espécies* de Charles Darwin (1809-1882) - um novo conceito foi empregado para organizar e conferir inteligibilidade a este período:

³⁷⁷ BARRETO, Cristiana. A construção de um passado passado pré-colonial. Op. Cit. p. 37.

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*

o de pré-história.³⁷⁹ Sob o termo da pré-história foram agrupados povos de todo o planeta que se encontrariam em um estágio anterior ao desenvolvimento de sociedades complexas ou Estados. Assim, se a distância para a pré-história europeia estava na ordem de milhares de anos, para outras localidades esse número poderia ser reduzido para algumas centenas de anos ou encontrada contemporaneamente.

Ao lado do homem pré-histórico estava, portanto, o homem primitivo. Conceito que abarcava aqueles que portavam as características de um estado de natureza, ainda que sua existência fosse temporalmente contemporânea. Sobrepuñha-se evolucionismo e arqueologia, delimitando camadas temporais que distinguiam o homem moderno e civilizado, do primitivo ou selvagem. No caso do continente americano e, por conseguinte, do Brasil, outro conceito foi cunhado para discernir as particularidades do contexto regional: o de pré-colombiano. Este termo continha em si uma interpretação do passado muito explícita ao opor o período pré-histórico à chegada dos europeus ao continente, demarcando um período pré-histórico muito mais recente para o continente americano e, a partir do qual, os indígenas foram posicionados mediante a proximidade ou distância de seus costumes e corpos do que fora definido como seu estado de natureza.

As questões centrais da arqueologia, etnografia e antropologia das décadas finais do século XIX e iniciais do XX gravitavam em torno dos pontos que apresentamos nestas sucintas linhas a respeito da arqueologia oitocentista. Ao lembrarmos que as áreas eram intensamente interseccionais, com fronteiras ainda em definição, podemos afirmar que as indagações da arqueologia eram as mesmas que apresentadas em capítulos anteriores deste trabalho. A especificidade da arqueologia residia nas questões metodológicas de pesquisa e na ênfase da definição do que era pré-histórico e pré-colombiano. Assim, questionamentos sobre a origem e a idade da ocupação nas Américas e o estudo das formações arqueológicas tornaram-se imprescindíveis para aqueles que se ocuparam do assunto.

Nesse contexto, os sambaquis foram explorados e pesquisados como exemplares de um conjunto de povos indígenas de uma determinada região do território brasileiro. E, assim como outros espaços provenientes de culturas classificadas como pré-históricas, transformados em sítios arqueológicos. O enquadramento desse espaço como objeto da pesquisa arqueológica ocorreu ao longo

³⁷⁹ WILSON, Daniel. *Prehistoric Man: Researches into the origin of civilisation in the old and the new world*. Cambridge: Macmillian and Co., 1862.

da segunda metade do século XIX, aprofundando-se ao longo do XX. Conformando-se, assim, em importante tópico da arqueologia brasileira, lugar relevante de escavações até os dias atuais e alicerce de teorias sobre a organização e características das populações indígenas litorâneas do Brasil, especialmente da sua parte meridional. Os sambaquis foram objeto do interesse de diversos pesquisadores brasileiros e europeus, dentre os quais destacaram-se os alemães. Portanto, podemos afirmar que no período em que Hermann von Ihering esteve à frente do Museu Paulista, o estudo dos sambaquis possuía uma história e diversos autores haviam se dedicado ao tema.

Essa informação é importante, pois, Hermann von Ihering defendeu uma tese singular entre os pesquisadores do período. Para o cientista, os sambaquis eram formações naturais que continham ossadas e artefatos indígenas pela própria ação da natureza, contrariando o entendimento vigente dos sambaquis como construção humana e, portanto, artificiais. Cabe salientar que Ihering teve uma posição isolada tanto em relação aos seus antecessores, como contemporâneos e sucessores. Havia, naquele momento, um consenso sobre a origem do sambaqui como construção humana. No entanto, a despeito dessa posição, como afirmou Pedro Paulo Funari:

Embora Ihering fosse um racista, ainda que tenha defendido o extermínio dos índios nativos no Brasil, e a despeito do fato dele ter-se oposto à ideia de que montes de conchas eram evidência de assentamentos humanos pré-históricos, ele pode ser considerado como o primeiro ideólogo conservador da Arqueologia brasileira. É interessante notar que ele estava ao mesmo tempo fora de sintonia com a pesquisa moderna da Europa e que era politicamente reacionário.³⁸⁰

E, apesar das sérias ressalvas que Funari apresentou sobre Ihering, o autor reconheceu a importância institucional do cientista para a arqueologia da Primeira República.

O primeiro período republicano continuaria a ser dominado por pessoas ligadas a museus. Graças a crescente importância do Estado de São Paulo na Federação e, também, como resultado da sua hegemonia econômica, houve uma substituição, no país, da Corte no Rio de Janeiro pela nova elite paulista. Isto explica o papel que o Museu Paulista exerceu no seu campo desde o início do século. Havia pessoas estudando em outros lugares, como o suíço Emílio Goeldi, que explorou a Bacia Amazônica a partir do seu posto no Museu do Pará (hoje “Museu Paraense Emílio Goeldi”); ou Alberto

³⁸⁰ FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. Op. Cit. p. 26.

Loegfren, que estudou montes de conchas em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como Ricardo Krone. Entretanto, foi em São Paulo que aconteceram as atividades mais permanentes.³⁸¹

O entendimento do trabalho realizado por Hermann von Ihering se alterou sensivelmente nos últimos anos, principalmente a partir de pesquisas com um vínculo mais próximo com a história das ciências, em que métodos, circulação de teorias, trajetórias de cientistas e instituições ganharam o primeiro plano da análise historiográfica. Destaca-se, nesse sentido, a pesquisa realizada sob orientação de Pedro Funari e que foi responsável por revisar algumas posições do historiador. Lúcio Menezes Ferreira apresentou pesquisa sobre a institucionalização da arqueologia no Brasil, analisando três museus que fizeram parte dos “processos de mundialização da ciência” e estiveram ligados a “uma ampla rede museal e científica, de proporções mundiais”³⁸². Sendo estes o Museu Botânico dos Amazonas, o Museu Paraense e o Museu Paulista, onde seus respectivos diretores Barbosa Rodrigues, Emílio Goeldi e Hermann von Ihering “indubitavelmente formularam seus problemas de pesquisa arqueológica em consonância com as discussões internacionais”³⁸³.

A perspectiva aberta por Ferreira inclui o questionamento sobre as relações entre arqueologia e colonialismo na construção dos Estados nacionais modernos. Aprofundando as formulações de Pedro Paulo Funari em sua proposta de sistematização da história da arqueologia no país. Ao realizar uma pesquisa mais detalhada sobre essas instituições museais, Ferreira inseriu esses museus em uma perspectiva mais ampla:

As exposições arqueológicas, no século XIX e ao longo de boa parte do século XX, sempre figuraram as “culturas primitivas” como entidades fossilizadas, e não como culturas vivas e dinâmicas; a seu modo, definiam um cânone cultural: os museus eram lugares de exibição do que se tinha como estrangeiro, exótico, “bárbaro”, ou mesmo indesejado. Esse espelho primitivo, desenhado com cores opalescentes, reforçava, aos olhos das nações imperiais, os brilhos da civilização.³⁸⁴

³⁸¹ Idem, *ibidem*.

³⁸² FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 21.

³⁸³ Idem, p. 22.

³⁸⁴ Idem, p. 23.

A partir deste prisma, a formação da coleção etnográfica do Museu Paulista e os estudos desenvolvidos por seu diretor e outros participantes do projeto do museu, deixam de ser observados por categorias como atraso em relação à ciência moderna europeia ou reacionarismo no âmbito político. Podendo, assim, serem analisados enquanto lugares em consonância com o discurso político que compunha a inteligibilidade do fazer arqueológico e antropológico no período. Mais que isto, por esta perspectiva abre-se a questão de caracterizar como esse lugar de exibição do estrangeiro, exótico, bárbaro ou indesejado sob o olhar das nações imperiais foi pensando e praticado no contexto local paulista, ao mesmo tempo em que respondia epistemologicamente e metodologicamente aos mesmos conceitos empregados internacionalmente.

Hermann von Ihering havia trabalhado como assistente de Rudolf Virchow (1812-1902) no período anterior à sua migração ao Brasil. Assim, algumas das pesquisas de sua época de formação e início de carreira já versavam sobre assuntos antropométricos e arqueológicos. Virchow esteve entre os principais cientistas europeus do século XIX, seus trabalhos abrangiam as áreas de patologia, fisiologia e antropologia física. Dentro da sua extensa lista de atividades científicas destaca-se, nos assuntos antropológicos, a responsabilidade pela fundação do Museu de Antropologia de Berlim - instituição a qual Ihering foi associado durante toda sua trajetória e, inclusive, estampava as capas da *Revista do Museu Paulista* durante o período de sua direção como uma de suas credenciais.

Luiz de Castro Faria investigou o interesse de Rudolf Virchow nos sambaquis brasileiros com o intuito de compreender "os procedimentos que permitiram a construção de um novo domínio do saber, uma arqueologia regional do Brasil, em um dos centros mais avançados de produção científica da Europa".³⁸⁵ Sem nunca ter pisado em solo brasileiro, o cientista alemão publicaria três trabalhos sobre o tema, fato que evidencia uma circulação internacional de informações e objetos que respondia a uma demanda advinda de Berlim. Nos anos de 1872, 1874 e 1882 Virchow apresentaria à Sociedade Berlinense de Antropologia, Etnologia e Pré-História os resultados obtidos em materiais coletados em sambaquis brasileiros. Suas fontes foram os envios de um engenheiro Kreplin e do cônsul alemão em Santos de

³⁸⁵ FARIA, Luiz de Castro. Virchow e os Sambaquis brasileiros: um evolucionismo antidarwinista. In. DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 125-143, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>, p. 126.

nome Schmidt, o primeiro de Santa Catarina e o segundo de São Paulo.³⁸⁶ Além do envio de materiais para Virchow, Kreplin produziu um interessante relatório em que versava sobre algumas questões que estavam em voga no período.

A primeira questão, e mais pertinente, era em relação à origem dos sambaquis em comparação com formações semelhantes na Europa: “Kreplin considerou desde logo o problema da identificação dos sambaquis com as jazidas européias, conhecidas como 'restos de cozinha', e mostrou-se pouco inclinado a admitir essa identificação”.³⁸⁷ Luiz de Castro Faria argumenta que entre as “problemáticas obrigatórias” que envolveram os pesquisadores do período, uma “identificação sambaqui/kjokkenmoddinger estava praticamente estabelecida de maneira clara e bastante sólida”³⁸⁸. Portanto, a comparação entre os montes calcários sul-americanos e outros modelos de lugares que acumulavam resquícios arqueológicos na Europa tornou-se fundamental para a interpretação destes espaços. Ao lado da caracterização como “restos de cozinha” outra tese compunha o espectro de especulações americanistas: a do sambaqui-monumento. Esta tese, como afirmou Faria, foi amplamente difundida nos círculos alemães a partir de 1874 por artigo publicado por Carlos Rath na revista *Globus*, no entanto, já estava presente nas considerações de Kreplin em 1872. Para Castro Faria, esse fato seria um indicativo de que esta tese possuía partidários anteriormente a sua propagação por Rath, embora não tenha encontrado nenhuma referência sobre o assunto em data anterior.

Em seu relatório, Kreplin expressava desconfiança sobre as teses dos sambaquis como “restos de cozinha” ou como monumento. Seu argumento versava sobre um ponto nevrálgico da representação a respeito das populações indígenas no século XIX: seu caráter indolente. Para o autor, não seria possível considerar a formação dos sambaquis como resultado de uma atividade intencional, uma vez que acreditava que os indígenas não “manifestavam nenhum prazer em trabalhar”³⁸⁹. Ainda assim, Kreplin não advogava pela origem natural dos sambaquis, mantendo uma posição de desconfiança. Como afirmou Castro Faria, achava “muito duvidoso que se tivessem formado 'pela ação violenta das águas', e a sua atitude, em suma, é

³⁸⁶ Luiz de Castro Faria informa não ter encontrado mais detalhes sobre esses personagens, apenas os nomes que constam nas comunicações.

³⁸⁷ FARIA, Luiz de Castro. Virchow e os Sambaquis brasileiros. Op. Cit., p. 128.

³⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁹ KREPLIN, H. Über die muschelberge von D. Francisca (Brasilien). Zeitschrift Fuer Ethnologie, 4: 187-189, 1872, p. 188 apud FARIA, Luiz de Castro. Virchow e os Sambaquis brasileiros. Op. Cit., p. 128.

apenas de insatisfação diante das explicações propostas para os diferentes fatos observados”.³⁹⁰ De toda forma, em 1872 a questão ainda se impunha aos que se dedicassem ao estudos dos sambaquis.

Entre as primeiras, em 1872 e 1874, e a última comunicação de Rudolf Virchow sobre os sambaquis em 1884, outros autores se dedicaram à matéria consolidando os estudos e o interesse sobre os sambaquis na Alemanha. Destacamos as contribuições de Carlos Rath, Gustavo Capanema, Carlos Wiener que, somados aos diversos informantes e coletares anônimos que mantiveram correspondência com o Museu de Antropologia de Berlim, proporcionaram que Rudolf Virchow estabelecesse a tese corrente sobre os sambaquis: a de que os morros calcários seriam estruturas mistas, montes elevados pela ação da natureza que foram utilizados como depósito pelas populações indígenas, elevando-os e moldando-os artificialmente.

Para além do círculo germânico de antropólogos que se ocuparam dos sambaquis, outros estudiosos escreveram sobre o tema e, desde a década de 1860, estabeleceram um conjunto de questões sobre essas formações. Dentre eles, estiveram nomes considerados fundadores das pesquisas arqueológicas no século XIX, como John Lubbock, John Foster e Charles Lyell. Esse conjunto de pesquisadores pesquisou formações semelhantes como o supracitado *kjokkenmoddinger*, encontrado na Dinamarca, ou os *shell-mounds* na América do Norte e propuseram uma correspondência entre as diversas regiões aonde eram encontrados montes com resquícios arqueológicos. Esse primeiro grupo de pesquisadores foi responsável por definir um valor arqueológico para os sambaquis, atribuindo-lhe a função de evidência material da existência pré-histórica da humanidade nas Américas. Destarte, uma preocupação arqueológica em torno dos sambaquis também ocupou letrados e cientistas brasileiros e a "grande ocorrência de sítios conchíferos no Brasil, possibilitou o desenvolvimento de um campo de estudos arqueológicos, em franco diálogo com as pesquisas na Europa e na América do Norte"³⁹¹.

Em sua dissertação sobre *Os Sambaquis e a Arqueologia no Brasil do século XIX*, Marília Calazans apresentou um minucioso panorama dos autores que se ocuparam da matéria nas instituições nacionais e internacionais no oitocentos. Entre o IHGB, o Museu Nacional e diversos viajantes naturalistas que percorreram o litoral

³⁹⁰ FARIA, Luiz de Castro. Virchow e os Sambaquis brasileiros. Op. Cit., p. 130.

³⁹¹ CALAZANS, Marília Oliveira. *Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016, p. 67.

brasileiro no período, fica evidente a conformação entre as décadas de 1860 e 1870 do sambaqui enquanto objeto da arqueologia. Não obstante, a partir da década de 1870 ocorreria o alargamento do campo no país, especialmente sob a tutela do Museu Nacional e seu diretor Ladislau Netto. Sob a atuação de Netto, a arqueologia ocupou um espaço até então inédito e, ao lado da antropologia, conquistou prestígio na instituição. Durante esse período foram contratados, contatados ou acolhidos diversos cientistas fundamentais para o desenvolvimento da arqueologia nacional, como: Charles Hartt, Orville Derby, Hermann von Ihering, Karl von Koseritz e João Batista de Lacerda.

Esse movimento coordenado pelo Museu Nacional culminaria na realização da *Exposição Antropológica Brasileira* no ano de 1882. Evento responsável por colocar as áreas da antropologia, arqueologia e etnografia em evidência na capital do Império. Com uma forte retórica da nacionalidade, ela “consistiu então num modo de narrar o passado nacional, utilizando-se dos artefatos e do espaço museológico para a composição da narrativa sobre os indígenas, cuja historicidade fugia dos marcos temporais da cultura histórica dos oitocentos”³⁹². No ano de 1885, uma edição da revista *Archivos do Museu Nacional* foi dedicada à *Exposição* e, nela, foram publicados trabalhos de Charles Hartt, João Batista Lacerda, José Rodrigues Peixoto e Ladislau Netto. Todos voltados ao estudo da pré-história, ou como sugere Ladislau Netto no prefácio do volume:

Estava no interesse intellectual do Brazil e era de seu stricto dever colocar-se na primeira linha das nações americanas que mais a peito emprehenderam o estudo das gerações, a quem antes de Colombo fora, por séculos sem conta, avassalado este vasto continente. E ao Museu Nacional, o paladino das sciencias naturaes, no Império Brasileiro, devia caber tamanha gloria.³⁹³

Neste número foi publicado o artigo *O homem dos sambaquis: contribuição para a anthropologia do Brazil* de João Batista Lacerda, texto que adquiriu importante relevância entre o último quartel do século e início do subsequente. Nele, retomou uma antiga questão que se impunha a todos que analisassem sambaquis: qual a origem dessa formação? Retomando os argumentos de Charles Weiner que

³⁹² AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 161.

³⁹³ *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 6, 1885, p. 2.

propunha três origens diferentes e possíveis para os sambaquis, - a saber: uma como “resto de cozinha” ou kjokkenmoddinger; outra como monumento; e, por fim, causada pela natureza - Lacerda afirmava pela opção dos kjokkenmoddinger, assim como ocorrera na Europa e América do Norte. Sua negativa em relação à origem natural estava na irregularidade da distribuição dos montes, o que impossibilitava o estabelecimento de uma causalidade dos efeitos da natureza. Enquanto que a respeito do sambaqui como monumento, afirmava que:

É uma hypothese essa que não pôde invocar em seu favor nenhuma consideração de ordem scientifica. Na historia dos monumentos archeologicos da America encontra-se ainda para o Brazil uma pagina em branco. As raças aborígenes d'esta parte do novo mundo não deixaram siquer vestígios apagados de uma clvilização incipiente; ellas atravessaram os séculos, pela maior parte, na mais profunda barbárie e prolongaram até hoje essa longa e tenebrosa phase de sua vida primitiva. Não se pôde mesmo suppor que esse estado de outrora e de hoje fosse uma decadência, por isso que não ficaram testemunhos nem monumentos de qualquer ordem que seja para attestar a existência de uma phase anterior a essa decadência. No mesmo nível de civilização, ou para melhor dizer de profunda barbárie em que ellas appareceram se conservaram até hoje.³⁹⁴

Ademais, o artigo de João Batista Lacerda se debruçava detalhadamente sobre a análise dos ossos e crânios encontrados. Seguindo a tradição da antropologia física que prevalecia no Museu Nacional, seus esforços voltaram-se para medidas e características de uma antropometria e craniometria com referenciais franceses. O objetivo de seu estudo era compreender a constituição física do homem do sambaqui. Se olhado em perspectiva comparada suas análises se assemelhavam às executadas por Rudolf Virchow. Não por acaso, ao realizar uma investigação a respeito dos sambaquis do estado de São Paulo a partir de excursões patrocinadas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Alberto Logfren encaminhou para Lacerda os crânios encontrados para que fosse realizada a perícia antropométrica, enquanto que para Hermann von Ihering foram enviadas as conchas para classificação.³⁹⁵

³⁹⁴ LACERDA, João Batista. O Homem dos Sambaquis, Contribuição para a Antropologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 6, pp 175-203, 1885, p. 182.

³⁹⁵ LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a archeologia paulista. Op. Cit., p. 55.

No Museu Paulista, os artefatos arqueológicos estiveram presentes desde a fundação da instituição. Mais que isso, a própria trajetória pregressa do diretor Hermann von Ihering esteve ligada aos sambaquis do sul brasileiro. Primeiramente, enquanto discípulo de Rudolf Virchow durante seus anos de formação na Alemanha e, posteriormente, como viajante naturalista contratado pelo Museu Nacional no período em que residia no Rio Grande do Sul. Ainda anteriormente à sua mudança para São Paulo, Ihering publicaria dois artigos sobre sambaquis do Rio Grande do Sul nas revistas *Das Ausland* e *Globus* em 1891. As coleções que foram adquiridas durante sua gestão, e que podem ser observadas no Capítulo 1 desta tese, eram essencialmente provenientes de trabalhos arqueológicos. Assim, o estudo das populações indígenas meridionais foi, em larga medida, o estudo arqueológico dos sambaquis da região. Todavia, diferentemente dos trabalhos realizados pelos cientistas americanistas ou por nomes do cenário nacional como João Batista de Lacerda e Alberto Logfren, a arqueologia proposta por Ihering possuiu um vínculo muito mais estreito com a distribuição geográfica das populações indígenas.

Em 1898, Hermann von Ihering enviou um estudo para leitura da Sociedade Berlimense de Antropologia, Etnologia e Pré-História a respeito da origem dos sambaquis. Nesse trabalho, o cientista retomou um argumento que havia aventado em seu *A Civilização prehistorica do Brazil Meridional* sobre a origem natural dos montes em oposição às teorias vigentes. Anos mais tarde, em 1903, viria à lume uma tradução deste trabalho na Revista do IHGSP, contendo uma pequena explicação do autor, aonde afirmava que:

Um dos assumptos de maior importancia, e pois de maior interesse para o estudo da antiga historia dos aborigenes do Estado de S. Paulo, é sem duvida a cultura primitiva revelada pelos sambaquis da zona costeira. Esta cultura é prehistorica e precolumbiana.

Si neste sentido não existem duvidas, estas surgem logo que se discute a origem destas ostreiras. Estudando a respectiva e não pequena litteratura, verifica-se que quasi todos os auctores consideram os sambaquis accumulações artificiaes de conchas, cujos animaes serviram de alimento aos indigenas.

Em opposição a esta opinião geralmente divulgada, fui eu o primeiro a reconhecer a origem natural dos mesmos [...] ³⁹⁶

³⁹⁶ IHERING, Hermann von. A origem dos sambaquis. *RIHGSP*, São Paulo, n.8, p. 446-457, 1903, p. 446.

A comunicação versava sobre uma visita realizada em 1894 a um sambaqui na cidade de Paranaguá, no litoral do Paraná. Nela, advogava sobre a origem natural do monte de conchas a partir de uma análise zoológica e geológica. Ihering argumentou que o entendimento da construção artificial dessas estruturas advinha da falta de estudos realizados por especialistas, ficando a cargo de antropólogos e diletantes. O que explicaria aquilo que considerou a única objeção possível a sua teoria: a presença de ossos e artefatos humanos. Para ele, no entanto, esse fato poderia ser explicado por objetos perdidos por pescadores, ossos de indígenas que se afogaram e artefatos levados pelas correntes marítimas. O que fundamentava a posição de Ihering era o entendimento de que a estratificação do sambaqui revelava uma sobreposição natural de conchas e bergulhões de forma alternada e ordenada, sem a presença de resto de mamíferos, excetuando-se de baleias, evidências que sustentariam sua hipótese de formação marítima.³⁹⁷

Nota-se que os apontamentos do diretor do Museu Paulista não foram bem recepcionados. Na mesma edição da Revista do IHGSP Alberto Logfren publicou um artigo em que respondia ponto a ponto os argumentos expostos por Ihering aos sócios da Sociedade de Antropologia de Berlim e do Instituto Histórico de São Paulo. Logfren demonstrou como Hermann von Ihering, a despeito de se denominar como o único especialista em conchas e moluscos no Brasil, utilizou-se de um referencial limitado para defender sua tese, baseando-se no geólogo polonês Józef Siemiradzki (1858-1930) e ignorando um conjunto de pesquisadores que se dedicaram com maior detalhamento aos aspectos geológicos dos sambaquis.³⁹⁸ Em concordância com a tese naturalista de Ihering estava Benedito Calixto, definido por ele como: “além de ser excelente e talentoso pintor, ao mesmo tempo é um dos melhores conhecedores do littoral do Estado e de sua historia”³⁹⁹ No ano seguinte o artigo *Algumas notas e informações sobre a situação dos Sambaquis de Itanhaen e de Santos*, de autoria de Benedito Calixto integraria a Revista do Museu Paulista.

Escrito à pedido de Ihering, como relatou o próprio autor, o artigo tinha por objetivo a defesa dos argumentos levantados na publicação do IHGSP contestados por Alberto Logfren. Assim, advertia Calixto “os factos, communicados em seguida, vem

³⁹⁷ *Ibidem.*

³⁹⁸ LÖFGREN, Alberto. Os Sambaquis. *RIHGSP*, São Paulo, n.8, p. 458-465, 1903.

³⁹⁹ HERING, Hermann von. A origem dos sambaquis. *Op. Cit.*, p. 446.

confirmar a exposição dada pelo Dr. von Ihering, no seu artigo sobre os Sambaquis⁴⁰⁰. Após páginas dedicadas à defesa da origem natural dos Sambaquis, Benedito Calixto chegaria a conclusão de que o valor científico independia da sua origem, embora ainda a percebesse como natural:

O grande valor que esses Sambaquis devem ter para a sciencia é incontestavel. O valor ethnologico ou archeologico das nossas casqueiras não desmerece, quer ellas sejam consideradas naturaes ou artificiaes; porém, esse valor será ainda maior - quando se verificar a sua remota origem, podendo então servir de fonte e de base á nossa prehistoria.⁴⁰¹

A despeito da posição controversa de Hermann von Ihering, questionada ou ignorada pela maior parte dos cientistas do período, o diretor foi responsável pelas pesquisas mais regulares e sistematizadas realizadas até o início do século XX. Indiscutivelmente, os sambaquis constituíram para o Museu Paulista a principal fonte de material etnográfico organizado. Através do contato com diversos pesquisadores de sambaquis do sul brasileiro, Ihering alcançou seu objetivo de realizar uma arqueologia e etnografia comparativa da região meridional e do Brasil.

Cabe lembrar alguns aspectos fundamentais do pensamento antropológico de Hermann von Ihering, para quem os artefatos arqueológicos convertiam-se em fontes seguras para a ciência e para a comparação com outros povos, evidenciando características evolucionistas de compreensão da organização das populações. Ihering possuía uma perspectiva difusionista que previa a existência de centros irradiadores de cultura superior que se dissipavam em ondas e enfraqueciam em suas bordas. Assim, interessava-lhe compreender os movimentos de deslocamento, a distribuição das culturas no espaço e no tempo. Os sambaquis, principalmente se fossem naturais, serviam como prova científica e proporcionavam uma análise mais acurada da idade dos ossos e artefatos, pois, poderiam ser analisados empiricamente pelos métodos de estratificação. Sem que houvesse interferência humana, acreditava poder empregar métodos análogos aos utilizados para compreender a distribuição dos animais e, assim, catalogar mais uma espécie.

⁴⁰⁰ CALIXTO, Benedito. Algumas notas e informações sobre a situação dos Sambaquis de Itanhaen e de Santos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 490-518, 1904, p. 491.

⁴⁰¹ Idem, p. 503.

Isto fica evidente quando acompanhamos o artigo *Archeologia comparativa do Brasil*, publicado em 1904 na *Revista do Museu Paulista*, em que Ihering afirmava que:

As conchas dos sambaquis são todas espécies viventes, á excepção de uma, *Erodona prisca* Martens, que porém é espécie intimamente aliada a outra espécie que ainda hoje vive, desde o Rio da Prata até Iguape, *Erodona erodona* Lam. [...] Nestas condições chega-se á conclusão de que a idade dos sambaquis não pôde ser mais remota do que pleistocena. São depósitos naturaes os sambaquis grandes, que da planicie se elevam como collinas e dos quaes alguns consistem em camadas alternadamente de ostras e de berbigões.⁴⁰²

Nota-se que a análise de um sambaqui tinha como ponto de partida a classificação das conchas que compunham sua estrutura. Dessa forma, seria possível determinar com maior segurança a idade dos montes e, conseqüentemente, dos indígenas que os orbitaram no passado. Pois, como afirmou, “Si os sambaquis são, como tudo faz crer, de idade pleistocena, então a sua idade conta por muitos milhares de annos e tambem os aborigenes que os aproveitaram para moradia e para fins de sepultura, pertencem a uma época muito remota”.⁴⁰³

Ainda que recuasse a idade da humanidade na porção continental a uma época remota, Hermann von Ihering argumentava não encontrar na arqueologia brasileira provas da existência do homem paleolítico (período da pedra lascada). Ao contrário, as coleções reunidas por ele e outros pesquisadores evidenciava a presença do homem neolítico (período da pedra polida) com usos de objetos de pedra lascada em todo o território do Brasil.⁴⁰⁴ Diferentemente da Europa, aonde “succedeu á época da pedra lascada a da pedra polida; aqui, por quanto consta pelos conhecimentos actuaes, os dous grupos de artefactos sempre coexistiam”.⁴⁰⁵ Essas afirmações coadunavam com a percepção que se estabelecia desde meados do século XIX, de que os habitantes da

⁴⁰² IHERING, Hermann von. *Archeologia comparativa do Brasil*, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 519-583, 1904, p. 543-544.

⁴⁰³ Idem, p. 534.

⁴⁰⁴ As classificações mais recentes dos períodos Paleolítico e Neolítico datam o primeiro intervalo entre 2,5 ou 2,7 milhões de anos antes do presente (A.P.), até cerca de 10.000 A.P.; enquanto o segundo entre 10.000 A.P. até 1.900 A.P. No entanto, cabe salientar que no início do século XX essas datações ainda estavam em discussão, havia poucas décadas que aventavam a possibilidade da existência de um homem pré-histórico e a própria idade da Terra era alvo de calorosos debates. Os métodos de datação atualmente popularizados não eram conhecidos e a datação por estratificação estava em seus primeiros momentos. Por este motivo, não observamos datações mais precisas de Hermann von Ihering, o cientista se limitava a termos vagos como “épocas remotas” e “milhares de anos”.

⁴⁰⁵ IHERING, Hermann von. *Archeologia comparativa do Brasil*. Op. Cit., p. 545-546.

América possuiriam uma idade inferior aos habitantes de outras regiões do mundo, descendendo delas por algum movimento migratório ainda em discussão.

Portanto, a distribuição geográfica das populações indígenas e seus tipos antropológicos era fundamental para o diretor do Museu Paulista. No decorrer do seu artigo sobre arqueologia comparada do Brasil, dividiu o território brasileiro em cinco distritos arqueológicos: a Província sambaquiiana, que compreendia a região que se estende do norte do Rio Grande do Sul até São Paulo e Rio de Janeiro; a Província sul-brasileira, que compreendia as antigas ocupações guarani nos mesmos estados; a Província bahiana, que além da Bahia se estendia aos demais estados do atual nordeste brasileiro; e a Província amazônica, que abrangia o território norte do país. Destas, apenas a Província amazônica possuía alguma ligação com as antigas civilizações ocupantes dos Andes, fato que explicaria para Ihering a maior complexidade cultural dessas populações em relação aos habitantes das demais regiões. Em suas palavras:

Resumindo os resultados principais deste nosso estudo, chegamos á conclusão de que culturas de alto gráo de desenvolvimento se estabeleceram ao longo dos Andes, desde o norte da Argentina até o Mexico, influindo consideravelmente sobre a região amazonica, a Venezuela e as Antilhas, mas não sobre o Brazil central e meridional.

Estas partes extra-amazonicas do Brazil, bem como a região oriental da Argentina, também em tempos prehistoricos não possuíam um gráo de desenvolvimento cultural mais elevado do que ainda hoje se nota entre o seu elemento indígena.⁴⁰⁶

Os índios que ocupavam os sertões eram, na visão de Hermann von Ihering do mesmo grau de desenvolvimento cultural que seus ancestrais e, conseqüentemente, pré-históricos. Denominados pelo cientista como paleobrasileiros, eram caracterizados como homens pré-históricos neolíticos em vias de extinção e, distantes dos antigos centros irradiadores de civilização e cultura, incapazes de maior desenvolvimento em sua perspectiva evolucionista e difusionista. Como consequência, uma nova onda de cultura superior (europeia) seria responsável pelo desaparecimento inevitável desses povos, constituindo uma nova população: a dos neobrasileiros. Para Ihering, o método comparativo de análise arqueológica e etnográfica evidenciava o curso do desaparecimento dos primitivos habitantes do continente americano. Assim,

⁴⁰⁶ Idem, p. 575.

além da conservação e estudo dos resquícios arqueológicos, restava ao interesse da ciência registrar os costumes dos indivíduos remanescentes desses povos.

4.2 - As viagens etnográficas do Museu Paulista

O ano de 1909 foi marcado por duas importantes expedições etnográficas patrocinadas pelo Museu Paulista: a de Walter Garbe em direção ao Vale do Rio Doce no Espírito Santo em busca dos índios Botocudos; e a de Curt Unckel aos sertões de São Paulo na tentativa de localizar os remanescentes Chavantes do Estado. No primeiro caso, Garbe cumpriu a tarefa planejada, encontrou-se com os Botocudos, recolheu artefatos, reportou suas observações ao diretor do museu e fez uma série de fotografias dos índios e de seus objetos. No segundo caso, Unckel não logrou o sucesso esperado, estendendo seu itinerário e encontrando diversos outros grupos ao adentrar o território do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

Com resultados diferentes, as duas experiências foram aproveitadas pelo diretor do museu. Sobre os Botocudos, defendemos que pesquisá-los significava ocupar um espaço dentro dos estudos antropológicos internacionais que os elegeram como exemplares de um maior primitivismo na América do Sul e, portanto, dentre os povos que fundamentavam o projeto antropológico da virada do século XIX para o XX. Localizar e estabelecer contato com indivíduos mais próximos de suas características primitivas e originais - leitura que Hermann von Ihering realizou sobre o trabalho de Walter Garbe - poderia conceber legitimidade e credibilidade à instituição.

Por sua vez, o percurso de Curt Unckel foi responsável por recolher informações preciosas sobre a distribuição contemporânea das populações indígenas de São Paulo e arredores. Ao explorar lugares onde o processo de expansão agrícola havia se iniciado poucos anos antes, constatou a quase ausência de índios nas terras paulistas. Reconheceu, dessa forma, os grupos sobreviventes e os limites das regiões que ocupavam. Estendeu-se ao Mato Grosso recolhendo dados sobre os habitantes de terras limítrofes e, assim, sua viagem tornou-se referência para a confecção de mapas apresentados por Ihering. Portanto, se os estudos arqueológicos e etnográficos, especialmente dos Sambaquis, forneceram informações sobre a distribuição geográfica dos povos indígenas do passado, a compilação de relatos e o trabalho de

Curt Unckel foram essenciais para a fabricação de mapas sobre a situação contemporânea dos mesmos grupos, servindo como base de comparação.

4.2.1 - Walter Garbe e os Botocudos do Rio Doce

No ano de 1909, Walter Garbe, fotógrafo e ajudante do naturalista viajante do Museu Paulista, organizaria uma expedição sob sua responsabilidade com o intuito de estabelecer contato com os Botocudos do Rio Doce no Espírito Santo. Filho do naturalista viajante Ernesto Garbe, estivera no ano de 1906 na região para uma exploração de espécimes zoológicos e, frustrado por não encontrar os índios, reivindicaria ao museu uma expedição especificamente com esse objeto. Cabe salientar que, o cargo de viajante naturalista do museu havia sido muito ativo desde o início das atividades da instituição sem, no entanto, que fossem realizadas incursões voltadas à coleta de material etnográfico. As viagens foram conduzidas sistematicamente para a coleta de exemplares zoológicos, enquanto que os objetos etnográficos compilados nesse contexto foram, via de regra, recolhidos contingentemente.

Acreditamos que o principal motivo dessa conduta fosse o entendimento do diretor do museu sobre as estratégias de formação da coleção etnográfica que almejava construir, pois, Hermann von Ihering privilegiou a compra de material previamente coligido e que reforçasse seus objetivos de pesquisa. Assim, embora tivesse visitado Sambaquis no estado de São Paulo, não empreendeu maiores esforços para a exploração sistemática de regiões etnográficas. Soma-se a isto a predileção de Ihering pela pesquisa arqueológica, o que certamente diferenciava-se do levantamento e coleta de espécies animais e vegetais de uma determinada região, o que tornaria o processo de coleta mais moroso e custoso. Assim, a opção por adquirir coleções coligidas por outros pesquisadores tornou-se o padrão para a formação da coleção etnográfica do Museu Paulista.

Portanto, ao lado da expedição liderada por Curt Unckel à procura dos remanescentes do grupo Chavante de São Paulo realizada no mesmo ano, podemos considerar esse empreendimento como a primeira viagem etnográfica organizada pelo Museu Paulista. Pois, apesar da participação do museu e da conformação de coleções advindas das explorações da CCGSP, na ocasião os contatos realizados foram

constituintes de uma frente de expansão que, como consequência, resultaram em relatos de conflito e artefatos recolhidos em situações de violência e fuga das populações indígenas. Agora, operava-se sob uma outra lógica, mais próxima das expedições etnográficas alemãs que inspiravam Ihering, pois, foram duas expedições organizadas com o objetivo de encontrar e estudar povos indígenas.

Contudo, se este não era o *modus operandi* de coleta de objetos etnográficos do Museu Paulista. Tampouco os habitantes do Vale do Rio Doce eram uma das populações pertencentes ao Brasil Meridional e, por este motivo, objeto de maior curiosidade científica de seu diretor. Por que Hermann von Ihering corroborou com o interesse de Walter Garbe de viajar ao Espírito Santo em busca dos Botocudos?

A resposta para tal questão está na importância que os Botocudos adquiriram para a antropologia no período. O termo Botocudo referia-se aos índios que usavam botoques nos lábios e/ou orelhas, tratando-se de um termo generalista para um conjunto de populações que habitavam Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. O alvo da investida de Walter Garbe foi os Krenak que ocupavam a região do Rio Doce no Espírito Santo. Faço esta ressalva, pois, neste trabalho empregaremos o termo Botocudo, uma vez que os significados atrelados a este termo adquiriram uma nova dimensão com a ascensão da antropologia no século XIX e, sob tal denominação, foram pensados e representados. Como afirmou Manuela Carneiro da Cunha, “nesse século de grandes explorações, o Botocudo não é o único índio que interessa à ciência, mas é sem dúvida o seu paradigma. O que os Tupi-Guarani são para a nacionalidade, os Botocudos são para a ciência”.⁴⁰⁷

Os primeiros contatos e registros com os grupos que posteriormente seriam conhecidos como Botocudos ocorreram ainda no século XVI, período que marcou o início de uma longa e conflituosa relação entre os colonizadores e as populações indígenas das Capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Minas Gerais. Entre a ocupação extensiva dos territórios indígenas, a catequização efetuada pelas ordens religiosas e a busca por mão-de-obra, uma relação de conflitos e revoltas se estabeleceu entre os séculos XVI e XIX, resultando em uma drástica diminuição demográfica e territorial dos Botocudos. Não obstante, o período compreendido entre os anos finais do século XVIII e o início do XIX assistiu uma nova e violenta ofensiva "fruto da pressão de latifundiários insatisfeitos com a maneira "branda"

⁴⁰⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX.. In CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 133-154, 1992, p. 136.

como os índios eram tratados".⁴⁰⁸ Havia uma demanda por urgência na "liberação dos territórios indígenas" e "engajamento compulsório de uma população em trabalhos e atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento das regiões interioranas".⁴⁰⁹

Entre 1798 e 1808 diversas Cartas Régias declararam e regulamentaram a forma de relacionamento entre colonos e indígenas: a "guerra justa". Por meio desse mecanismo operou-se uma caçada sistematizada aos Botocudos, como "a Carta Régia de 5/5/1801, por meio da qual decretava-se "guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos" e ordenava-se a distribuição de destacamentos por todo o território "infestado" pelos mesmos".⁴¹⁰ As primeiras décadas dos oitocentos testemunharam a difusão de aldeamentos e quartéis nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os indígenas eram atraídos para estes locais pela violência praticada e pela retirada de recursos e empobrecimento de suas formas de vida, colocando-os em condições de fome e, com isto, atraindo-os para os aldeamentos em busca de sobrevivência. Nesse contexto, a mão-de-obra dos Botocudos foi amplamente empregada por produtores locais e uma convivência forçada com os "nacionais" tornou-se corrente. Decorrente desse movimento, parte dos sobreviventes desses povos concentraram-se em poucos lugares como forma de resistência, onde destacava-se o Vale do Rio Doce.⁴¹¹

Assim, quando Walter Garbe encontrou com um povoado indígena em 1909 acreditava estar em contato com os últimos remanescentes Botocudos que se comportavam como "originalmente", previamente ao contato com a civilização. Ao menos esta foi a percepção de Hermann von Ihering ao publicar artigo na Revista do Museu Paulista narrando o trabalho do viajante. Ihering, que publicou os resultados da expedição, teceu alguns comentários sobre o seu entendimento a respeito da relevância do trabalho realizado dentro do conjunto de relatos de viajantes e etnógrafos que descreveram os Botocudos:

Desde muitos annos não temos informações novas sobre estes indígenas e as seguintes observações mostram que foi muito conveniente preencher esta lacuna. A monographia mais valiosa sobre os Botocudos devemos ao príncipe Max zu Wied, referentes á sua viagem nos annos 1815-17. Deixando aqui de lado as

⁴⁰⁸ PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In. CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.413-430, 1992, p. 416

⁴⁰⁹ Idem, ibdem.

⁴¹⁰ Idem, ibdem.

⁴¹¹ Idem, p. 417-421.

comunicações de Tschudi, Hart e outros viajantes, desejo chamar a atenção especialmente para o importante estudo de P. Ehrenreich, que no anno de 1884 dedicou alguns mezes ao exame dos Botocudos do Estado do Espirito Santo. Acontece, entretanto, que os indios visitados por Ehrenreich, particularmente os do Rio Panca, já haviam perdido muitos dos seus costumes antigos e entre elles o de pôr nas orelhas e nos beiços perfurados os discos de madeira, conhecidos por "botoques", palavra da qual se deriva o nome pelo qual estes indios são geralmente conhecidos. Deste modo generalizou-se a ideia de que os ornamentos característicos dos Botocudos já pertencessem á época passada. Isto, porém, não é exacto e, por este e outros motivos, será de interesse registrar aqui os dados ethnographicos que pude obter com relação ao estado actual dos Botocudos do Rio Doce.⁴¹²

Nota-se, neste trecho, a persistência do discurso de originalidade dos costumes indígenas, característica fundamental da etnografia do período. O testemunho de populações mais próximas do primitivismo e distantes da civilização conferia maior credibilidade metodológica e rigor científico aos trabalhos. Sob este argumento, Hermann von Ihering buscou corrigir o que considerava equívocos de Paul Ehrenreich, pois, ao construir um relato etnográfico sobre os habitantes do Rio Pancas, o erro cometido era do etnógrafo ao não encontrar um povo mais próximo ao seu estado original. A premissa de um maior primitivismo, como explanado em outros capítulos desta tese, estava profundamente ligada a uma concepção evolucionista da história humana. Portanto, almejava-se coligir informações mais fidedignas possíveis aos estados naturais e fundamentais desses povos, antes de seu inevitável desaparecimento.

E, sobre os Botocudos, o peso dessa concepção influiu de forma marcante e definitiva no século XIX e início do XX. Considerados mais primitivos que os demais povos, mais violentos e praticantes do canibalismo, se converteram em objeto de curiosidade científica e social. Foram tema de diversos artigos publicados nas mais variadas revistas de antropologia e mesmo expostos ao público europeu em feiras, circos e cortes. Do ponto de vista científico foram delimitados como os exemplares mais primitivos da América do Sul, fato que conferia um lugar de destaque dentro da disciplina antropológica que buscava ao redor do planeta estudar todos os povos mais distantes da “civilização”. Internacionalmente, isto os colocava em posição de comparação imediata com os eleitos como os mais primitivos humanidade: os polinésios.

⁴¹² IHERING, Hermann von. Os Botocudos do Rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VIII, 38-51, 1911, p. 38-39.

Publicado em 1887 na *Zeitschrift für Ethnologie*, o trabalho *Sobre os índios Botocudos das províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais* refere-se à expedição realizada pelo etnógrafo entre 1884 e 1885, data de sua primeira estadia no Brasil. Retornaria anos mais tarde ao país e participaria da expedição de Karl von den Steinen ao Xingú, com a incumbência de realizar as medidas antropométricas.⁴¹³ Ao descrever o costume do canibalismo, Paul Ehrenreich afirmou ser “indiscutível que os Botocudos são afeitos ao canibalismo, embora os relatos antigos sejam muito extremistas. Na verdade, esse costume bárbaro se restringe ao consumo de carne de inimigos abatidos em lutas, fato testemunhado por muitos viajantes”⁴¹⁴. E comparou em seguida: “Contudo, apesar de tudo isso, o canibalismo nunca foi cultivado com gosto tão refinado pelos Botocudos quanto por certos povos do sul da Ásia e da Austrália-Polinésia”⁴¹⁵.

Portanto, tornava-se imprescindível para um museu que possuía a pretensão de ser um centro de ciência sul-americano obter uma coleção de objetos etnográficos dos Botocudos e contribuir com informações relevantes para as pesquisas sobre o tema. Não por acaso, Hermann von Ihering informa ao leitor no início da apresentação dos resultados averiguados na expedição que “O Sr. W. Garbe teve a sorte de encontrar tribus dos Botocudos, que conservaram os costumes antigos de modo mais completo, do que as que Ehrenreich visitou”⁴¹⁶. Mais uma vez o critério de ineditismo das informações coletadas e da maior “originalidade” dos indígenas observados era evocado pelo diretor do Museu Paulista.

Ainda que argumentasse que Walter Garbe havia estabelecido contato com indígenas que conservaram melhor vários dos costumes primitivos, a maior discussão do artigo perpassava a questão da transformação dos costumes desses povos. No entender de Ihering, uma vez que “todos estes Índios do Valle do Rio Doce já mantêm relação amigável com os moradores brasileiros e delles recebem utensílios, fazendas e viveres”⁴¹⁷ seus costumes e modos de viver se perderiam. O índio Botocudo primitivo não poderia mais ser estudado *in loco*, muito menos seria possível informar-se pelos relatos coloniais. Sendo assim, “seria de grande interesse conhecer a cultura primitiva

⁴¹³ BENTIVOGLIO, Julio. Os índios Botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich. In: Julio Bentivoglio. (Org.). *Os índios botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, v. 1, p. 19-38.

⁴¹⁴ EHRENREICH, Paul. *Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 90.

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁶ IHERING, Hermann von. Os Botocudos do Rio Doce. Op. Cit. 47

⁴¹⁷ Idem, p. 48.

destes indígenas, ao tempo da descoberta; mas os escriptores antigos, como de costume, não nos dão informações exactas”⁴¹⁸ Deste modo:

As observações, que actualmente possuímos da successiva modificação dos costumes dos Botocudos, ou antes, de sua degeneração, sob a influencia do contacto com os brancos, nos obrigam a proceder com prudência quando procuramos conhecer a posição ethnographica destes Índios.⁴¹⁹

Consequentemente, Hermann von Ihering privilegiou a análise dos artefatos observados e coletados por Walter Garbe e, a partir deles, analisou algumas características dos Botocudos frente às informações então conhecidas. Em primeiro lugar, destacou os arcos e flechas ornamentados, que em suas palavras:

Ehrenreich já teve conhecimento da existência de arcos e flechas enfeitados, sem saber entretanto que pertenciam aos caciques. Parece que os arcos e flechas desta ordem, que agora recebemos, são os primeiros que foram recebidos por um museu ethnographico, visto que Ehrenreich diz não tel-os encontrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro.⁴²⁰

Ao lado dos arcos e flechas enfeitados, Ihering destacou como artefatos exclusivos as flautas tocadas pelo nariz levadas ao museu. Esse itens serviram como base comparativa com os grupos indígenas mais estudados em São Paulo: “[...] visto que este costume foi observado também entre outros Índios do grupo dos Gês, isto é, os Coroados (Caingang)”⁴²¹. E, como era pratica corrente do Museu Paulista, os objetos coletados incorporados à coleção etnográfica da instituição foram fotografados por Walter Garbe e publicados na *Revista*. É possível observar as flechas, arcos e flautas na imagem reproduzida a seguir:

⁴¹⁸ Idem, p. 49.

⁴¹⁹ Idem, p. 49.

⁴²⁰ Idem, p. 48.

⁴²¹ Idem, p. 50.

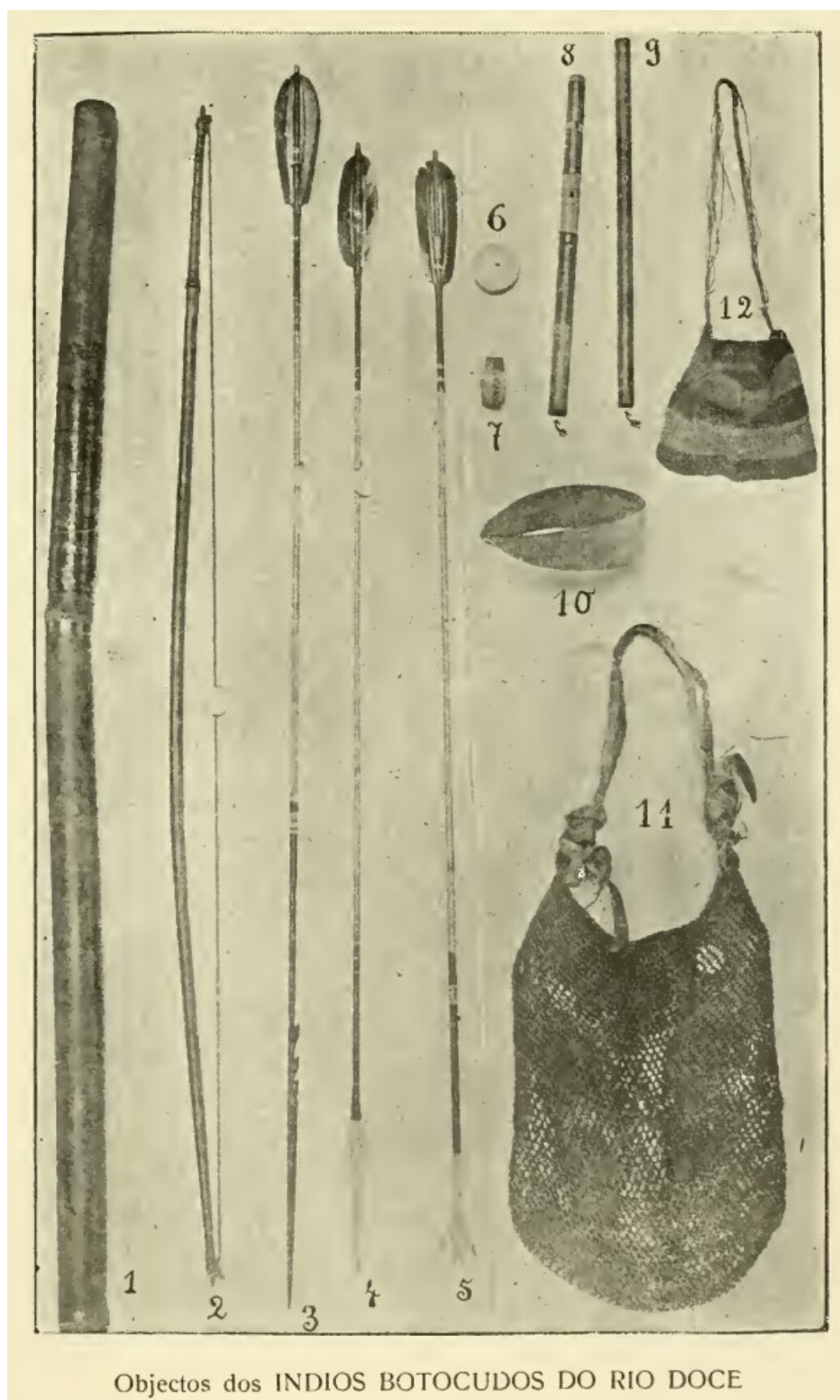


FIGURA 17 - Objetos Botocudos recolhidos no Espírito Santo⁴²²

De acordo com a descrição dos objetos feita por Hermann von Ihering, os itens da fotografia foram:

⁴²² IHERING, Hermann von. Os Botucudos do Rio Doce. Op. Cit. p. 52.

- Fig. 1. Pedaco de bambu grosso, em que os Botocudos transportam a agua potável, quando estão em viagem.
- Fig. 2. Arco de um cacique, com enfeite de aneis de pennas cortadas.
- Fig. 3. Flecha de caça de um cacique, com o mesmo enfeite.
- Fig. 4. Flecha de guerra de um cacique, com o mesmo enfeite.
- Fig. 5. Flecha de um cacique, para atordoar animaes, com o mesmo enfeite.
- Fig. 6, 7. Botoques.
- Fig. 8. Flauta dos Minhagiruns.
- Fig. 9. Flauta dos Botocudos do Manhaçú.
- Fig. 10. Coroa de cacique.
- Fig. 11, 12. Sacólas para a caça.⁴²³

Nota-se que além dos arcos, flechas e flautas, a lista continha sacolas para a caça, uma coroa de Cacique e botoques. Sobre as sacolas e a coroa poucos comentários foram escritos pelo autor, limitando-se à descrição de sua função e características físicas. No entanto, quanto aos botoques, estes ocuparam papel central na reflexão de Ihering. Em primeiro lugar, a presença do uso dos botoques indicava, em sua visão, o encontro com populações que mantiveram tradições mais primitivas que as visitadas por Paul Ehrenreich. Em segundo lugar, observando os botoques numa perspectiva comparativa, Hermann von Ihering propunha mais uma vez, a exemplo do uso das flautas nasais, semelhanças entre os Botocudos e os grupos Gê que estudara. Entre o Brasil Meridional e o Brasil Central. Em seus termos:

É verdade que os botoques enormes, que servem de enfeite para os beiços e orelhas, representam uma particularidade característica dos Botocudos, mas enfeites de madeira ou de pedra, trazidos em orelhas e beiços perfurados eram extremamente communs entre os Índios do Brazil, seja da familia dos Tupis, seja da dos Tapuyas. Tudo isto contribue a diminuir a diíferença entre os Botocudos e os outros povos Gês do Brazil. Estes Tapuyas são os antigos donos do Brazil. Seguiu-se a invasão dos Tupis no Norte e dos Guaranys no Sul do paiz, povos estes que, partindo ambos da Bolivia e das regiões visinhas, chegaram afinal por migrações différentes ao litoral do Brazil, encontrando-se de novo no Estado de São Paulo. É com estes últimos Índios que os Portuguezes e os Padres entravam por toda parte em contacto, de modo que a seu respeito, sobre seus hábitos e sua lingua «tupy-guarany» estamos bem informados. A parte mais fraca da ethnographia do Brazil central e meridional é o conhecimento dos Tapuyas, e ao estudo de sua cultura, lingua e historia devem ser dirigidos de preferencia as investigações futuras.⁴²⁴

⁴²³ Idem, p. 51.

⁴²⁴ Idem, p. 50.

Assim, o Museu Paulista conseguia sua coleção de objetos Botocudos, peças fundamentais na história da etnografia brasileira e que eram representados entre os povos mais primitivos e selvagens do mundo. Ademais, Hermann von Ihering acreditava ter encontrado um dos últimos grupos que restavam da etnia, pois, dentro de sua perspectiva, estavam em vias de desaparecimento.

4.2.2 - Curt Unckel e a busca pelos últimos Chavantes

Ao lado da expedição de Walter Garbe ao Espírito Santo, Curt Unckel foi responsável pelo outro empreendimento levado à cabo durante o período da direção de Hermann von Ihering. As motivações para esta empreitada foram diferentes do caso anterior, neste caso a iniciativa foi do diretor do museu que buscava mais informações sobre os Chavantes com o objetivo de completar os dados que possuía sobre as populações indígenas de São Paulo e do Brasil Meridional. Portanto, se em relação aos Botocudos a justificativa não se encontrava nos trabalhos anteriores desenvolvidos por Ihering, a busca pelos Chavantes estava em conformidade com a agenda de pesquisa construída ao longo dos anos.

Curt Unckel, posteriormente conhecido como Curt Nimuendajú, não obteve o mesmo êxito que Walter Garbe em encontrar os indígenas segundo o planejamento prévio. E, o que inicialmente poderia ter se constituído como um fracasso, converteu-se em uma expedição com características aventureiras. Unckel cobriu um espaço geográfico mais amplo que o programado, travou contato com indígenas de outras etnias e produziu informações fundamentais para a publicação de mapas por Hermann von Ihering.

As informações encontradas nos arquivos e artigos do museu a respeito dessa incursão são escassas, restringindo-se a um trecho no relatório anual enviado à Secretaria do Interior e alguns comentários no artigo *A questão dos índios no Brasil*, publicado na *Revista* em 1911. Assim, ao comunicar o trajeto e os resultados obtidos por Curt Unckel, Ihering resume a empreitada da seguinte forma:

O Snr. Curt Unckel que ja por diversas vezes convivera com indios de nosso sertão e ao qual foram dadas no Museu as instruccões e ensinamentos de observação, photographia etc, seguiu a 4 de Agosto para S. Cruz e dahi para S. José dos Campos Novos, onde devia procurar os indios Chavantes, de cujo estudo ethnographico fora encarregado. Em Platina e Mattão, Lageado e Bebedouro,

tomou apontamentos dos índios Coroados mansos, acampando ahi até 6 de Setembro. Dahi seguiu para Roseta, Conceição de Monte Alegre, S. Matheus Rancharia, Laranja Doce em direção a Medeiros sabendo porem que obteria melhor resultado em Porto Tibiriça para lá se dirigiu, chegando a 15 de Setembro. Procurando índios foi a foz do Rio S. Anastacio, a Jaboticabas onde examinou os Chavantes de Matto Grosso, subiu o Rio Pardo duas leguas acima da foz do Rio Gaxupé, encontrando índios Guató, Guarany e Terena.⁴²⁵

A experiência anterior de Curt Unckel com os “índios do sertão” à qual Hermann von Ihering se refere ocorreu a partir de 1905, quando Unckel foi contratado como ajudante de cozinheiro da CCGSP, participando das explorações dos rios Tietê, Feio, Paraná e Peixe até o ano de 1907. Foi durante essa primeira aproximação com os indígenas de São Paulo que seria batizado pelos Guaranis como Nimuendajú, nome que adotaria para sua vida ao se naturalizar brasileiro em 1922 e pelo qual ainda é reconhecido na antropologia nacional.⁴²⁶ Em 1908, nos informa Elena Welper, “afastou-se temporariamente dos Guaranis que o adotaram, aproximando-se da zona dos Kaingang, no oeste paulista”⁴²⁷, durante o período conflituoso ainda vivenciado entres moradores locais e os funcionários da estrada de ferro.

A partir dessa experiência escreveu seu primeiro artigo, intitulado *Nochmals die Indianerfrage*, para o jornal teuto-brasileiro *Deutsche Zeitung* em novembro de 1908. Esse texto se insere no contexto de uma forte polêmica suscitada por denúncias contra os colonos alemães de Santa Catarina por Alberto Frič no Congresso de Americanistas do mesmo ano e por acusações à Hermann von Ihering por afirmações em uma de suas publicações na Revista Museu Paulista realizadas no jornal *O Estado de S. Paulo* poucas semanas antes. Dirigindo-se a uma artigo publicado no mesmo periódico por Walter Fischer, - não encontramos maiores informações, mas segundo Curt Unckel escreveu o texto *Para a questão indígena* em defesa de Ihering e reforçando suas conclusões⁴²⁸ - “Nimuendajú desenvolve seu texto, chamando

⁴²⁵ RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista, Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista, p. 12-13, 1909.

⁴²⁶ Me refiro a ele pelo nome de Curt Unckel e não Curt Nimuendajú, pois era assim que ainda era tratado nesse período, incluindo nos documentos do Museu Paulista. Seus primeiros trabalhos foram nomeados como Curt Unckel-Nimuendajú e a supressão do sobrenome alemão aconteceria apenas após sua naturalização.

⁴²⁷ WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 53.

⁴²⁸ NIMUENDAJÚ, Curt. Mais uma vez a questão indígena. *Tellus*. Campo Grande, ano 13, n. 24, p. 269-274, jan./jun. 2013, p. 269.

atenção para a violência intrínseca à qualquer proposta de assimilação étnica”.⁴²⁹ No artigo, faz coro com os críticos de Ihering e afirmava que: “O Sr. Dr. Von Ihering declara-o abertamente, e das exposições do Sr. Fischer, ainda que menos nítido, resulta o mesmo: os selvagens coroados devem ser aniquilados”.⁴³⁰ descreve como seriam as situações de conflito se as propostas de aniquilação fossem empreendidas. Em seu lugar, propõe uma alternativa:

Será, porém, que o Coroado é realmente pior que as bestas mais ferozes, não se deixando amansar de maneira alguma? Pois acredito que isso talvez seja possível. E penso que quem deveria empreender a tentativa de amansar os selvagens Coroados não haveria de ser nem um Coronel Sanchez nem um Padre Claro, mas sim um homem que reunisse profundo conhecimento de causa e muitíssimo interesse próprio por sua tarefa. Haveria de ser bem familiarizado com o idioma, costumes e convicções religiosas dos Coroados e não se deveria considerar soberbo demais, para obter a confiança dos bugreiros e aproveitar a rica experiência deles. Sob a liderança deste homem, dever-se-ia realizar então uma ou duas “dadas” que não teriam o objetivo de destruir a aldeia, como até agora tem, mas sim de capturar o maior número possível de indivíduos, deixando mesmo escapar aqueles que queiram se extrair da captura por fuga. Sei muito bem que a captura de Coroados selvagens não é tão fácil e apenas possível através da mobilização de muitas pessoas, contudo, ela é possível, e se for usado certo jeito, talvez até sem derramamento de sangue.⁴³¹

O mais interessante dessa passagem, para nossa tese, reside no fato de que no ano seguinte Curt Unckel seria encarregado pessoalmente por Hermann von Ihering para a excursão. Welper acredita que o convite possa ser explicado porque: “A proposta de Nimuendajú era tão fundamentada e o seu conhecimento etnográfico tão evidente, que Ihering provavelmente preferiu ignorar essa crítica, para beneficiar-se das qualidades de seu compatriota”⁴³². É uma hipótese plausível, embora seja difícil estabelecer os motivos exatos da parceria. Os resultados dessa experiência foram publicados por Curt Unckel no jornal *Deutsche Zeitung* em 1910, sob o título de *Das Ende des Oti Stämmes* e no ano seguinte no *O Estado de S. Paulo* como *Os nossos índios. O extermínio da tribo dos Otis*.⁴³³ Essa publicação é “menos uma descrição

⁴²⁹ WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú*. Op. cit. p. 53.

⁴³⁰ NIMUENDAJÚ, Curt. Mais uma vez a questão indígena. Op. Cit, p. 269.

⁴³¹ Idem, ibdem. p. 271.

⁴³² WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú*. Op. cit. p. 54.

⁴³³ NIMUENDAJÚ, Curt. O fim da tribo Otí (1910). In. NIMUENDAJÚ, Curt; SUESS, Paulo (org.). *Textos indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola, p. 33-40, 1982.

etnográfica e mais um relato indignado sobre o extermínio desses índios”⁴³⁴. No texto, o autor narra algumas características e a trajetória de destruição dos Otis⁴³⁵ até chegarem ao momento em que se encontravam, perto do fim. O relato encerra-se de forma melancólica, com uma descrição da situação que havia encontrado em sua empreitada pelos sertões paulistas.

Que eu saiba com segurança são apenas três os sobreviventes desta tribo e são: 1 homem e 2 mulheres, os quais estão agora na região do Platina e foram apanhados muito crianças ainda: Luiza Chavantes, uma guapa moça que vive agora amasiada com um caboclo e que tem um passado comovente, tendo sido furtada diversas vezes ao seu primeiro amásio; foi apanhada quando criança por um tiro de chumbo nas costas e caiu assim em mãos dos perseguidores.

Maria Chavantes, uma mulher já idosa, casada com um italiano que é oleiro e com quem tem dois filhos; é uma mulher descente e trabalhadora; declarou-me o seu marido que a não trocava por qualquer branca; e, finalmente, José Chavantes, que foi casado com uma Coroada prisioneira, com a qual no entanto não vivia bem; é um sofrível lavrador e bom carreiro. Quando eu cheguei a conhecê-lo já o morbus do impaludismo o tinha à borda da sepultura, e em breve estava ele descansando com os seus irmãos. Com José Chavantes morre o último homem da tribo Oti.⁴³⁶

4.3 - Mapas e colonização: do passado arqueológico ao presente nos sertões

A somatória dos objetos etnográficos coletados para o Museu Paulista, da localização dos sambaquis, das expedições realizadas por Walter Garbe e Curt Unckel, dos relatos escritos no período colonial e da bibliografia acumulada de viajantes e estudiosos que percorreram os interiores brasileiros, permitiu que Hermann von Ihering concebesse um quadro geral das populações indígenas do Brasil Meridional. Os três mapas etnográficos produzidos pelo diretor do museu foram publicados em dois momentos diferentes: os dois primeiros no artigo *A Anthropologia do Estado de*

⁴³⁴ Idem, ibdem.

⁴³⁵ É o mesmo grupo que referido por Ihering. Encontramos referências a este grupo como Chavantes, Otis ou Chavante-Otis.

⁴³⁶ NIMUENDAJÚ, Curt. O fim da tribo Oti (1910). Op. Cit., p. 39-40.

S. Paulo, em 1907;⁴³⁷ e o segundo acompanhando o artigo *A questão dos índios no Brasil*, em 1911.⁴³⁸

Os dois primeiros compunham uma comparação temporal entre o território antigo das populações indígenas e o contemporâneo ao cientista, após as informações e investidas da CGGSP e da efetiva expansão das atividades econômicas à porção Oeste de São Paulo. Apesar de estar presente no artigo que se dirigia especificamente à antropologia paulista, o mapeamento se estendia pelos territórios do Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e por toda a região sul do Brasil, incluindo áreas de países limítrofes como Paraguai, Argentina e Uruguai. Portanto, os mapas condensavam os resultados de todas as pesquisas que envolveram o Museu Paulista até aquele momento, representavam as principais ideias desenvolvidas por Hermann von Ihering e eram apresentados como prova do desaparecimento inevitável das populações indígenas meridionais.

⁴³⁷ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VII, 202-257, 1907.

⁴³⁸ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, pp. 112-140, 1911.



Figura 18 - Mapa da antiga distribuição dos índios no Brasil meridional⁴³⁹

Se observarmos o primeiro mapa, perceberemos a ausência de espaços vazios. Exceção feita ao território Oeste do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), não porque Ihering acreditasse na inexistência de povos indígenas no

⁴³⁹ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. Op. Cit.

local, mas pelo que considerava uma falta de informações confiáveis sobre essas ocupações. Nesse sentido, concebia um território completamente ocupado e não mais desconhecido como correntemente representado na cartografia oitocentista, pois, para ele os artefatos arqueológicos atribuíam uma base segura para o cotejamento da distribuição da ocupação humana pré-colombiana no continente.

Nota-se que as cores selecionadas para ilustrar os mapas expressavam divisões mais antigas nas classificações dos povos indígenas brasileiros. De um lado estavam os Guaranis (representados em azul claro) e os Tupis (representados em azul mais escuro); de outro lado estavam os Guayanás e Tapuyas meridionais (representados em salmão claro) e os Tapuyas setentrionais (representados em salmão mais escuro), divisão esta que retratava o antigo binômio Tupi/Tapuia. Associado ao primeiro grupo estavam os nobres valores do romantismo, enquanto que ao segundo grupo estivera reservado o lugar de tribos ferozes, em conflito com os colonos e que careciam de maior controle. Havia ainda um terceiro grupo denominado como “Carajás, Charruas e outras tribus, que não sejam nem Tupis nem Tapuyas” (representados em amarelo). No entanto, não houve maiores discussões sobre esses povos, embora o Museu Paulista tivesse adquirido uma coleção Carajá advinda da região do rio Tocantins em 1898. Quanto aos Charrua, Chaná, Querandi e Jaró as informações advinham do interesse do diretor do museu na antropologia e etnografia do Rio Grande do Sul e nos movimentos de aproximação com os países vizinhos.

Não obstante, não podemos tomar o mapa como um dado objetivo e estritamente empírico, a despeito do seu contexto de produção e circulação. Reconhecido nas últimas décadas como um “produto cultural”⁴⁴⁰, os mapas pronunciam um discurso, recortam espaços geográficos concebendo-lhes significados diversos. Classificam e ordenam lugares, culturas, pessoas, ambientes, etc. Atividade técnica antiga na história da humanidade, a cartografia possuiu desde a função mais básica de orientação espacial, até a incumbência mais complexa de definir fronteiras, guiar explorações terrestres e marítimas ao redor do globo e servir como instrumento fundamental de guerra, colonialismo e imperialismo nos mais variados cenários.⁴⁴¹ Assim, é compreensível que o período das navegações e da ocupação do território americano tenha gerado um incremento da produção cartográfica ibérica a respeito do

⁴⁴⁰ VARGAS, Héctor; GARCIA, João. A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis* – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil, Rio de Janeiro. Ano VI-VII-VIII, nº 7-8-9, 2012, p. 2.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

Brasil e dos demais países da América do Sul. Também, faz-se evidente o fato de que “no início do século XIX, os governos latino-americanos lançaram-se na produção, impressão e edição de mapas nacionais, que figuravam os seus vastos territórios, então bastante desconhecidos para as elites políticas, concentradas nas capitais”.⁴⁴² Tendência que não se limitou apenas ao início do século XIX e aos anos que se seguiram à Independência, mas transformou-se em uma preocupação constante do Estado brasileiro.⁴⁴³

A República brasileira veria a manutenção do interesse na confecção de mapas de diferentes modelos. Seja no âmbito federal, com o exemplo da Comissão da Carta Geral do Brasil, que buscava realizar o levantamento cartográfico do território nacional por considerar os resultados da tentativa imperial insuficientes.⁴⁴⁴ Seja na resolução de questões de relações internacionais, como na definição das fronteiras brasileiras com seus vizinhos sul-americanos.⁴⁴⁵ Ou, em âmbito estadual, na busca pela definição e ocupação das fronteiras entre os estados dentro da federação. A exploração territorial que ficaria a cargo dos estados durante a Primeira República resultou na promoção de iniciativas regionais de mapeamento, como podemos ver nesta tese no exemplo da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. A CGGSP produziu, especialmente no período de maior atividade após 1905, cartas geográficas com intuito de promover a expansão econômica por meio da produção agrícola e da migração. Assim, dentre seus mapas, estavam cartas hidrográficas, cartas geológicas e o levantamento de núcleos populacionais.⁴⁴⁶

Comentando sobre aspectos da história da cartografia e suas principais técnicas ao longo do tempo, André Prous ressaltou algumas transformações ocorridas no século XIX, dentre as quais destaca-se a invenção da cartografia histórica. No contexto de formação dos Estados nacionais no oitocentos, “o crescimento do

⁴⁴² *Ibidem*, p. 3.

⁴⁴³ Veja, por exemplo, o projeto da Carta Geral do Império: CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema. Circunstâncias da cartografia no Brasil oitocentas e a necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, p. 37-49, 2012.

⁴⁴⁴ Sobre a trajetória da Comissão da Carta Geral do Brasil ver: BERNARDINO, Maria Gabriela. *Um mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2013.

⁴⁴⁵ O exemplo mais notório foi aquele que envolveu a disputa entre Brasil e Bolívia. Sobre o assunto consultar: VERGARA, Moema de Rezende. Ciências, fronteiras e nação: comissões mistas de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém. vol. 5, p. 345-361, 2010.

⁴⁴⁶ LUCIO, Silvana. *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

nacionalismo levou as potências europeias a valorizar a representação das alterações na distribuição das populações no espaço geográfico e as modificações dos estados ao longo do tempo, para sustentar reivindicações territoriais”.⁴⁴⁷ A relação entre a composição de mapas e a formação dos Estados nacionais tornou-se, desde então, um dos fundamentos da existência da ideia de nação, como destacou Benedict Anderson ao demonstrar que os mapas históricos delinearão “uma espécie de narrativa político-biográfica daquele espaço, às vezes com vasta profundidade histórica”.⁴⁴⁸ Portanto, “a partir do final do século XIX, aos poucos, todos os dados referentes a economia, religião, linguística e outros aspectos das atividades humanas passaram a ser cartografados”.⁴⁴⁹ Nesse contexto, arqueologia e cartografia se encontraram para promover o preenchimento histórico do espaço geográfico apresentado nos mapas ou, nas palavras de Prous, “a história e a arqueologia tornavam-se assim armas ideológicas”.⁴⁵⁰

Essa relação entre cartografia e poder foi aprofundada por Brian Harley ao apontar a necessidade de se analisar os mapas como uma forma de linguagem, dotada de uma imagem persuasiva e que mantém uma relação intrínseca com o poder, pois, “seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder”⁴⁵¹. A cartografia, dessa forma, deveria ser observada simultaneamente como “uma forma de conhecimento e uma forma de poder”.⁴⁵² Dentre os inúmeros exemplos utilizados pelo autor para ilustrar seu entendimento da cartografia, poderíamos destacar sua apreciação de um mapa colonial norte-americano onde os indígenas pouco se faziam presentes, transmitindo a impressão de que os europeus sempre ocuparam aquele espaço e “quando as “nações indígenas” neles aparecem, é antes para indicar uma expansão colonial futura que reconhecimento de sua integridade étnica”⁴⁵³ Assim, “ao longo de toda a época das

⁴⁴⁷ PROUS, André. Cartografia histórica e História da cartografia. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, Belo Horizonte, v. 26, p. 11-28, 2019, p. 20.

⁴⁴⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 241.

⁴⁴⁹ PROUS, André. Cartografia histórica e História da cartografia. Op. Cit. p.20.

⁴⁵⁰ Idem, ibdem.

⁴⁵¹ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins - Revista franco-brasileira de Geografia* [online], n. 5, 2009, p. 3

⁴⁵² Idem, ibdem.

⁴⁵³ Idem, p. 12.

explorações, os mapas europeus forneceram uma imagem de sentido único dos confrontos étnicos”.⁴⁵⁴

Em resumo, sob essa perspectiva, os mapas etnográficos apresentados por Hermann von Ihering se comportaram como mapas históricos que visavam narrar a ocupação humana ao longo do tempo – do passado pré-histórico e pré-colombiano dos indígenas sul-americanos ao presente, enquanto núcleos reduzidos diante do avanço do progresso e da civilização de origem europeia. Integrados ao artigo *A Anthropologia do Estado de S. Paulo*, no qual o autor fazia alusão à ocupação do Oeste e ao inevitável extermínio dos indígenas diante do empecilho que representariam ao progresso, os mapas adquirem uma conotação colonialista sobre esse território, pois, tomamos os mapas como “um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço”, instrumento responsável por promover uma espacialização da relações sociais.⁴⁵⁵

Ao contrário do primeiro mapa, referente ao passado pré-histórico e pré-colombiano das populações americanas, no segundo observamos uma redução significativa do espaço ocupado por povos indígenas e, por conseguinte, de sua demografia. Os territórios da Argentina e do Uruguai, que anteriormente eram representados completamente preenchidos, são mostrados como grandes vazios. Enquanto no Paraguai, a região de sua capital Assunção encontrava-se cercada por Guaranis e Guaycurús. O Rio Grande do Sul, com exceção de pequenas regiões Kaingangs em sua porção norte, seguira o caminho de seus países vizinhos. Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso continham uma maior diversidade de povos indígenas e de sua distribuição territorial. Contextualizando esse mapa com toda a produção do Museu Paulista e de Hermann von Ihering é possível estabelecer uma evidente correlação entre ausência de populações indígenas e civilização, pois, em suas trajetórias e obras, o Rio Grande do Sul e a Argentina são apresentados como exemplares para a migração alemã e de outras populações europeias.

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 151-174, 2014, p. 166.



Figura 19 - Mapa da atual distribuição dos índios no Brasil meridional⁴⁵⁶

Explicando o mapa, Hermann von Ihering descreve-o da seguinte forma:

Este mappa é mais ou menos schematico, dando a distribuição dos índios como tem sido indicada sucessivamente no correr destes 50 annos. Não é possível obter informações exactas referentes á distribuição, com estatísticas, etc., da população indigena, que

⁴⁵⁶ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. Op. Cit.

fossem todas colhidas nestes ultimos annos. As informações nas quaes aqui nos baseamos, provêm de épocas bastante differentes. Não acceitei, comtudo, taes informações que se referissem á primeira metade do seculo passado, pois que de lá para cá houve a destruição quasi completa dos indios Minuanos e Charruas, durante a revolução do Rio Grande do Sul, emquanto que em S. Paulo os Cayapós se retiraram para o Matto Grosso e os Cayuás immigraram do Paraguay e do Alto Paraná.⁴⁵⁷

Destaca-se nesta descrição o silenciamento diante das situações de violência que envolveram os processos de rarefação populacional dos indígenas entre o primeiro e o segundo mapa. Embora tenha evidenciado a destruição dos indígenas no Rio Grande do Sul durante o período da Revolução Farroupilha, Ihering atribuiu a movimentos migratórios Cayapós e Cayuás o esvaziamento de outras regiões. Excetuando-se a região comprimida entre os rios Paranapanema e Tiête, São Paulo foi apresentado como um grande vazio demográfico, fato que pode ser contrastado com os relatos da CGGSP que compõem o capítulo anterior desta tese, pois, à medida que as explorações avançavam aos interiores eram encontradas moradias e utensílios indígenas deixados para trás, o que evidenciava uma situação de fuga. Também não há referência às ocupações territoriais efetuadas pelos exércitos locais na Argentina e no Uruguai. Por fim, o conflito com os colonos que estabeleceram residência nessas regiões não foi apontado, na explicação deste mapa, como causa desse cenário.

Em suma, a narrativa construída no *Mappa da antiga distribuição dos indios no Brazil meridional* e no *Mappa da actual distribuição dos indios no Brazil meridional* desenhou o desaparecimento indígena como pacífico, inevitável e natural. O elemento conflituoso emerge apenas quando os indígenas paulistas foram retratados enquanto empecilhos ao progresso, ainda que dentro do pensamento de Hermann von Ihering, estes conflitos fossem inevitáveis no encontro entre culturas superiores e inferiores. Assim, caberia à civilização a função de intermediar esse processo para remediar os danos causados a ambos os lados, mas especialmente aos colonos. No terceiro mapa apresentado pelo diretor do Museu Paulista, como anexo do artigo *A questão dos índios no Brazil*,⁴⁵⁸ as situações de conflito são expostas de forma explícita. O trabalho em que estava inserido constitui-se numa proposta de política indigenista e crítica ao pensamento positivista e ao sistema implementado pelo

⁴⁵⁷ IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. Op. Cit., p. 249-250.

⁴⁵⁸ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. Op. Cit.

SPIILTN. Portanto, este mapa deve ser lido e interpretado como componente de um programa indigenista, como um de seus elementos discursivos.

4.4 - Ciência e colonialismo no projeto indigenista de Hermann von Ihering

Se assumirmos que um dos papéis de um mapa é produzir uma imagem persuasiva sobre um determinado território, logo o *Mappa Ethnographico do Brazil meridional* não deve ser lido descontextualizado do artigo *A questão dos índios no Brazil*, publicado no ano de 1911 na *Revista do Museu Paulista*. Este, inclusive, é o último artigo sobre a temática indígena publicado por Hermann von Ihering na *Revista*. Seus resultados seriam resumidamente apresentados no ano anterior no *XVIII Congresso Internacional de Americanistas* em 1910, na cidade de Buenos Aires, quando mais uma vez este mapa seria publicizado, embora a publicação das *Actas do Congresso* tenha ocorrido apenas em 1912. Nesta comunicação, Ihering apresentou um breve panorama dos estudos das populações indígenas do Brasil meridional, relacionando-as com as populações indígenas argentinas e apontando o desaparecimento dos Chavantes de São Paulo, constatada na expedição empreendida por Curt Unckel. Anexou à sua apresentação o vocabulário coligido por Unckel entre “cuatro pessoas desta nação e estas mesmo já se assimilaram á população rural e mais ou menos esqueceram a sua lingua”.⁴⁵⁹ E, por fim, comentou a respeito da situação contemporânea dos índios do Brasil meridional e sobre mapa que seria apresentado na ocasião:

Cumpre-nos agora dizer ainda algumas palavras sobre o numero e o estado cultural dos actuaes indigenas do Brazil meridional. É provavel que o numero total dos selvagens nos quatro estados meridionaes do Brazil não exceda á 10.000. Destes são os Guaranis mansos e aldeados, ao passo que entre as tribus do grupo Caingang ha mansos e bravios. No Estado do Rio Grande do Sul todos estes Cainganges são aldeados, mas no Estado de Santa Catharina só ha indios bravios e independentes. Nos Estados do Paraná e São Paulo, parte dos Cainganges é aldeada e os restantes vivem em densas mattas de grande extensão onde se tornam perigosos por assaltos aos viajantes, colonos e sertanejos.

Naturalmente, tambem nestes estados deve ser possivel o aldeamento destes selvagens independentes, mas até agora todos os ensaios deram resultado negativo, sendo notavel entre elles o do

⁴⁵⁹ IHERING, Hermann von. A ethnographia do Brazil meridional. In *Actas del Congreso Internacional de Americanistas*, Buenos Aires, pp. 250-263, 1912, p. 254-255.

padre Claro Monteiro, que como martyr cahiu em 1901 sob as flechas dos Cainganges. No mappa junto estão indicados os territorios occupados por Cainganges bravios. O actual ministro de agricultura do Rio de Janeiro liga attenção especial a catechese dos indios e assim podemos esperar que elle conseguirá transformar a actual anarchia em condições favoraveis, não só para os indios, mas tambem para a população rural da zona por elles habitada.⁴⁶⁰

Pela data de realização do *Congresso Internacional de Americanistas* de Buenos Aires, em 1910, acreditamos que Hermann von Ihering referia-se ao Ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (1862-1943), que exerceu a função no governo de Nilo Peçanha (1867-1924). O curto governo do presidente Nilo Peçanha, entre junho de 1909 e novembro de 1910, foi extremamente significativo para a questão indígena, pois, marcou a fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910. Instituição que manteria esta denominação até 1918, quando passaria a nomeada apenas como Serviço de Proteção ao Índios (SPI) que, por sua vez, se instituiria como a principal agência indigenista brasileira até 1967, ano em que teria suas atividades encerradas e seria substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atuante até os dias atuais. Portanto, em 1910, Hermann von Ihering depositava suas esperanças na regulamentação da questão indígena pelo governo federal a partir do SPILTN. Esperança que duraria pouquíssimo tempo, pois, o artigo *A questão dos índios no Brazil*, publicado no ano seguinte, era essencialmente uma crítica à nova instituição e aos seus pressupostos positivistas. O mapa, portanto, em todas as ocasiões em que fora apresentado representava a preocupação do diretor do Museu Paulista com a questão indígena brasileira e acompanhava suas propostas que, durante o *Congresso* na Argentina, foram resumidas em aldeamento e catequese dos “índios bravos”. Mas que no artigo de 1911 foi desdobrada em um programa indigenista crítico ao implementado.

⁴⁶⁰ Idem, p. 261-262.

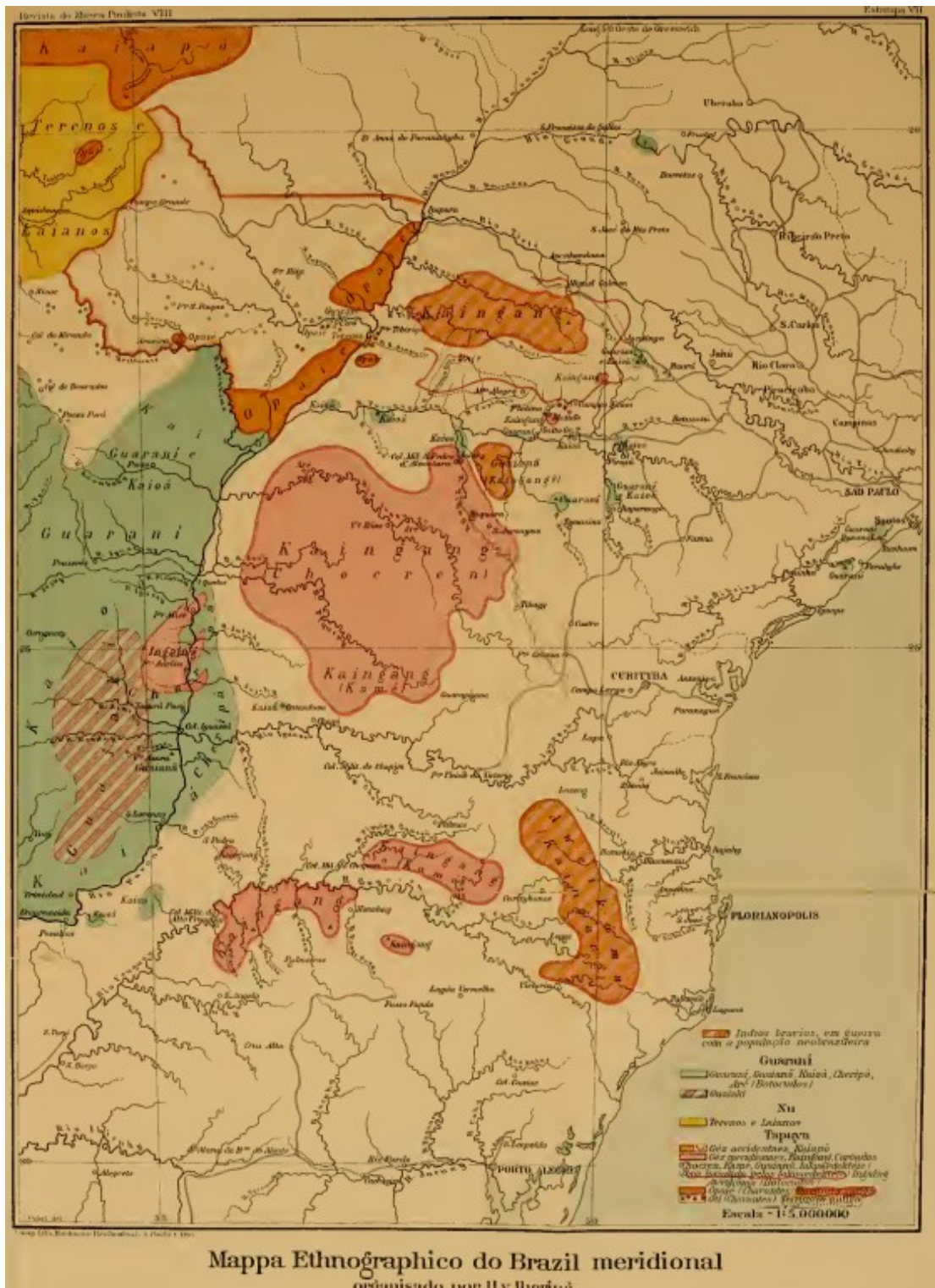


Figura 20 - Mapa etnográfico do Brasil meridional⁴⁶¹

O *Mapa Ethnográfico do Brasil meridional* foi confeccionado a partir da expedição empreendida por Curt Unckel e organizado por Ihering. Destaco essa característica no intuito de compreender o papel desempenhado por um mapa que, mesmo que desenhado por Curt Unckel, ao ser adicionado ao artigo escrito por

⁴⁶¹ IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. Op. Cit.

Hermann von Ihering, teve o seu sentido atrelado a este. Como as informações indicam, Curt Unckel teria desenhado apenas a localização das populações indígenas que possuíam dados conhecidos, acrescido das descobertas de sua expedição, como pontuou o próprio diretor do Museu Paulista:

De especial auxilio me foi o Snr. Kurt Unckel, amigo entusiasta e bom conhecedor dos indios, a quem muito agradeço o me ter desenhado o presente mappa. Da sua expedição em serviço do Museu no anno passado, e para o sudoeste do Estado de S. Paulo, provieram novas e importantes informações, que vieram corrigir em parte as anteriores.⁴⁶²

Este mapa apresenta uma diversidade menor de povos e localidades que os anteriores. Mesmo se observarmos os mapa atual das populações meridionais de 1907, encontraremos diversas pequenas demarcações. Essa revisão foi efetuada após a expedição de Curt Unckel, fato que pode ter contribuído para a constatação de uma diminuição demográfica indígena mais acentuada que a imaginada anteriormente. Agora o mapa é dividido em Guaranis, Nus e Tapuya. O primeiro grupo foi representado em verde (Guarani, Guaianã, Kaioá, Cheripá, Aré Botocudos) e em listrado vermelho e branco em diagonal (Guaiaki). Os Nus em amarelo (Terenas e Laianos). E os Tapuyas em laranja (Gês ocidentais, Kaiapó e Opaie/Chavantes), salmão (Gês meridionais, Kaingang, Coroados – Xokleng, Kame, Guainã, Aweikoma) e em branco com bolinhas vermelhas (Oti/Chavantes). A maior novidade desse mapa em relação aos demais era a localização de zonas de "indios bravios, em guerra com a população neobrazileira", correspondendo ao laranaja listrado. Essas zonas correspondem aos territórios Kaingang do interior de Santa Catarina e do Oeste paulista. Algumas alterações realizadas por Ihering, e a escolha do artigo que o acompanharia imprimem um discurso convergente com sua interpretação a respeito das populações indígenas.

Entre todos, só os Kaigangs (Coroados, Guayanãs, Aweikomas) são bravios e perigosos para os sertanejos e colonos; no mappa assignalei em especial esses selvagens bravios de S. Catharina, Paraná e S. Paulo, com a indicação das zonas limitrophes nas quaes costumam practicar assaltos.⁴⁶³

⁴⁶² IHERING, Hermann von. A questão dos indios no Brazil. Op. Cit., p. 139.

⁴⁶³ Idem, p. 140.

Observamos uma insistência de Hermann von Ihering na demarcação de regiões conflituosas. Mais que isso, demarcou regiões de guerra entre indígenas e colonos. Essa opção deve-se, especialmente, aos fatos ocorridos no ano de 1908, quando Ihering se viu envolvido em uma polêmica a respeito dos colonos alemães em Santa Catarina e que resvalou em seus trabalhos sobre os indígenas paulistas. Essa polêmica foi tão relevante para o cientista que a rememorou no artigo *A questão dos índios no Brazil* defendendo-se mais uma vez dela.

A phrase deu lugar a um commentario desfavoravel do sr. dr. Silvio de Almeida, que communicou aos leitores do Estado de S. Paulo a sua importante descoberta de recommendar eu o «extermínio dos índios». Protestei immediatamente nunca ter proferido semelhante cousa, mas o admirável achado do sr. dr. Sílvio corria mundo, triumphalmente echoando pelos jornaes, numa ancia sentimental de lances emocionantes. A sympathia pelos pobres selvicolas desabrochou no peito de muitos a velha flôr do sentimentalismo, e prorompeu em doestos contra o character abominável do naturalista da escola moderna. Rolaram nuvens de protestos e entre elles um até de índios catechisados. O «Centro de Ciências e Letras», de Campinas, enviou uma objurgatoria formal ao «Instituto Histórico e Geographico de São Paulo». O Instituto, ao envez de repulsar a aggressão, que de tal arte se movia contra as ideas de um seu socio fundador e benemérito (que só por isso tinha títulos bastantes a esta deferencia), preferiu não tomar conhecimento do officio, obrigando-me a não mais partilhar das sessões daquella corporação.⁴⁶⁴

Na realidade, a polêmica teve início a partir de dois pólos distintos e que acabaram convergindo na figura do diretor do Museu Paulista. Em primeiro lugar, durante o *XVI Congresso Internacional de Americanistas*, ocorrido em Viena no ano de 1908, o participante Alberto Vojtěch Frič (1882-1944) utilizou-se do espaço para denunciar internacionalmente o Brasil por extermínio das populações indígenas em Santa Catarina. O botânico e etnógrafo tcheco Alberto Frič, havia visitado o Brasil entre 1906 e 1907, momento em que estabeleceu contato com esses povos e presenciou os conflitos entre indígenas e colonos. No *Congresso* denunciou a situação perante as maiores autoridades americanistas do mundo, tais como Karl von den Steinen, que presidia a seção, e Paul Ehrenreich, ambos especialistas em Brasil e que estiveram no país diversas vezes. No evento, o Brasil era o país de destaque, pois,

⁴⁶⁴Idem, p. 114.

Ehrenreich apresentaria suas pesquisas e o *Museu Imperial de História Natural de Viena* aproveitou a ocasião para apresentar sua coleção etnográfica de indígenas brasileiros recentemente comprada e negociada pelo Secretário Geral do Congresso Franz Heger (1853-1931).⁴⁶⁵

Inicialmente, as denúncias causaram constrangimento, uma vez que os colonos aos quais se referia eram de origem alemã. E, durante o eventos, as principais lideranças tentaram abafar a situação. No entanto, não tardou ao assunto ganhar espaço nos jornais da Alemanha. Frič foi acusado de não ser alemão e suas acusações possuírem motivações políticas. “Do cônsul-geral e do embaixador do Brasil, em Berlim, chegaram protestos indignados contra as "lendas exageradas" sôbre injustiças praticadas por colonizadores europeus contra os nativos do Novo Mundo”⁴⁶⁶ Rapidamente a notícia chegou em território brasileiro, causando mal estar entre a população germânica, inclusive tornando-se assunto da embaixada do país no Brasil. O Jornal do Commercio dos dias 15 e 16 de setembro trouxeram cobranças a situação dos indígenas em Santa Catarina. Porém, como nos informa David Stauffer, em poucos dias a questão seria esquecida.⁴⁶⁷

Nesse cenário, Hermann von Ihering, como representante nacional da ciência alemã, defensor da colonização do Brasil meridional pelos alemães e principal pesquisador da etnografia da região resolveu se pronunciar sobre as acusações de Alberto Frič. Em sessão realizada no IHGSP pediu permissão para apresentar sua comunicação na sessão seguinte, em 20 de outubro. Nesse meio tempo, no entanto, a edição de 1907 da *Revista do Museu Paulista* seria impressa (com certo atraso). E, para a surpresa de Hermann von Ihering, a primeira apreciação de sua obra fora a publicação no jornal *O Estado de S. Paulo* por Silvio de Almeida no dia 12 de outubro. Nela, Almeida destacava o trecho do artigo *A Anthropologia do Estado de S. Paulo* que fazia menção ao extermínio dos indígenas de São Paulo - o mesmo trecho que serve como epígrafe ao nosso terceiro capítulo - acusando Ihering de propor o mesmo. David Stauffer acredita que Silvio de Almeida aproveitou a oportunidade gerada pelo pronunciamento de Alberto Frič para dar publicidade a uma questão latente, pois compreendia que “falar contra os pioneiros e contra as estradas de ferro teria sido o mesmo que falar contra o progresso. Falar, porém, contra von Ihering e

⁴⁶⁵ STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (III). *Revista de História*. São Paulo, nº 43, ano XI, pp. 165-183, jul-set, 1960, p. 165.

⁴⁶⁶ Idem, p. 172.

⁴⁶⁷ Idem, p. 173.

contra a "ciência moderna importada" significava tocar uma música nacionalista, cada vez mais agradável para muitos brasileiros"⁴⁶⁸ A crítica de Silvio de Almeida estampou a primeira página do jornal daquele dia e se dirigiu a aspectos da vida pessoal de Ihering, mas também a pontos específicos do trabalho do pesquisador, incluindo um ataque à formação da coleção etnográfica do museu. Além de uma apaixonada defesa das populações indígenas:

Ao filho do jurisconsulto pouco importaria a exterminação dos dez mil indígenas de S. Paulo, comtanto que os despojos se recolhessem ao Museu, para alimentar interessantes estudos anthropologicos... E, aqui têm os leitores um dos resultados da sciencia materialista (digo - materialista, porque a sciencia hoje apresenta todos os matizes): ella entende, como André Lefevre, que <que a lei da historia é a lei da natureza>; que o <struggle for life> também domina despoticamente a evolução da humanidade... Mas não reflete que a selvajaria começou pelo sacrificio dos velhos e das creanças incapazes; pela morte e escravidão dos prisioneiros, assim como pela opressão das mulheres; ao passo que a civilização de mais em mais desenvolve-o voluntario protectorado dos fortes para com os fracos!⁴⁶⁹

A questão ganhava repercussão, em seguida vieram protestos em apoio a Silvio de Almeida e contrários a Hermann von Ihering por parte de Luis Bueno Horta Barbosa (1872-1933), do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e o Apostolado Positivista, a Congregação do Museu Nacional, entre outros.

Estampando a primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*, a resposta de Hermann von Ihering viria à lume no dia 20 de outubro de 1908 sob o título de *O futuro dos indígenas do Estado de S. Paulo*. O artigo, já em seu primeiro parágrafo dirigia-se a Silvio de Almeida, a quem Ihering argumenta que irá detalhar seus motivos e o programa necessário para lidar com a questão indígena. Antes, no entanto, de prosseguir destaca a necessidade de dividir os indígenas paulistas em dois grupos: "Sob o ponto de vista humanitario e politico, os indios de S. Paulo dividem-se em dois grupos: os que mais ou menos acceitam a nossa civilisação ou ao menos não impedem o seu progresso e os que são refratarios a qualquer ensaio de incorporal-os á

⁴⁶⁸ Idem, p. 179.

⁴⁶⁹ ALMEIDA, Silvio de. Divagações. In. O Estado de São Paulo, 12 de outubro de 1908, p. 1. Disponível em:<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19081012-10899-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

nossa cultura".⁴⁷⁰ Nos parágrafos seguintes, o diretor do Museu Paulista argumentou sobre a impossibilidade de incorporação do indígena à sociedade brasileira e ao que considerava o único caso de sucesso na história do Brasil: os jesuítas no Rio Grande do Sul. Utiliza-se da sua autoridade científica para discordar de Almeida ao evocar o nome de Couto de Magalhães e de seu próprio trabalho como etnógrafo. No geral, a primeira parte de seu artigo pode ser resumida no seguinte trecho:

Parece que o sr. dr. Silvio de Almeida não gostou da minha opinião a respeito desses indígenas, mas julgo poder sustentar-a neste assumpto, do qual me ocupei mais do que o distincto philologo, pois á nossa ethnographia tenho dedicado durante quasi trinta annos a minha attenção, tanto neste Estado como no Rio Grande do Sul. O índio do Brasil meridional não representa uma raça forte e energica e não se pode esperar d'elle um trabalho penoso e assiduo. Foi esta em geral a opinião que desde o descobrimento do Brasil formaram os melhores conhecedores do paiz. Acontece que o índio catechizado, que perdeu as boas qualidades que o distinguiam na época da sua independencia e que da nossa civilização não aceitou senão certas vantagens da cultura material e alguns costumes dos brancos, antes perdeu do que ganhou. <O índio baptisado> diz o general Couto de Magalhães, <é um homem degradado, sem costumes proprios, indifferente para tudo, por conseguinte tambem para com sua mulher e quasi tambem para com toda sua familia>.⁴⁷¹

E continua Ihering em sua explanação: “Cumpre-nos agora perguntar o que temos a fazer com relação aos indígenas ainda viventes no Brasil. Em primeiro lugar é necessario ceder-lhes as terras que necessitam e protegel-os a posse destes terrenos”.⁴⁷² Em um primeiro momento, tal afirmação realizada pelo cientista pode causar um certo estranhamento diante do exposto anteriormente, no entanto, um dos elementos fundamentais do programa que advogava era a separação das populações indígenas da sociedade brasileira, seu isolamento e aldeamento. Inclusive, esta seria uma das funções mais importantes da etnografia e da produção de mapas etnográficos. Pois, apenas o conhecimento científico forneceria um caminho seguro para o estabelecimento desses territórios. O outro papel da ciência e do conhecimento etnográfico era exatamente determinar a incapacidade indígena e o seu desaparecimento inevitável, já expusemos essa interpretação da história indígena no

⁴⁷⁰ IHERING, Hermann von. O futuro dos indígenas do Estado de S. Paulo. In. *O Estado de S. Paulo*, 20 de Outubro de 1908, pp. 1-2. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19081020-10907-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 de set. 2020, p. 1.

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² Ibidem.

segundo capítulo desta tese, apenas retomamos esta ideia porque foi nessa situação que Ihering atribuiu sentido prático à etnografia e ao seu trabalho no museu.

Na página seguinte, na continuação de seu artigo, argumenta que as coleções etnográficas dos museu europeus e norte-americanos são invejáveis e, embora tenha constituído a maior coleção arqueológica do gênero no Museu Paulista, os estudos sobre essas populações precisariam de um maior aprofundamento, à exemplo do *Bureau of American Ethnology*. Em sua defesa, Hermann von Ihering afirma que aquilo que expôs no artigo tinha o "duplo fim de garantir o futuro dos indígenas do Brasil e de insistir na conveniencia de que o Brasil tome parte activa na exploração científica destes seus primitivos habitantes"⁴⁷³ e dirigindo-se à Silvio de Almeida novamente conclui: "Se elle, tirando um trecho da minha publicação me quer pintar como perseguidor dos indios, então lhe digo: veja os meus grupos de indígenas do Estado de São Paulo na Exposição Nacional"^{474, 475}

Até esse momento, a posição de Ihering poderia ser lida como uma legítima defesa dos ataques que havia sofrido, ainda que ele larga medida reforçasse suas posições. No entanto, devemos nos lembrar do contexto em que essas palavras estavam inseridas, ao defender terras para os índios e afirmar categoricamente que não desejava o extermínio dos mesmos, seus escritos anteriores poderiam ser relevados diante de sua contribuição científica. Como bem observou David Stauffer,⁴⁷⁶ no entanto, o último parágrafo de sua resposta no *O Estado de S. Paulo* instigou ainda mais seus críticos. Ele iniciou o último parágrafo ainda comentando o resultado da *Exposição Nacional*, para depois encerrar sua resposta pública:

Houve quem me dissesse que lá está a glorificação da vida simples do selvagem do Brasil e, se assim for, as minhas intenções estariam bem patenteadas. Confesso francamente que a mim pessoalmente o coroadado do Rio do Peixe, que não dá credito ás promessas do branco e que tem por suspeitos os proprios patricios que por ventura vivem em boas relações com os brasileiros, é pessoa muito mais sympathica do que o indio catechizado, que é unicamente uma caricatura, tanto da cultura indigena como da civilização moderna. Elles vivem felizes nas mattas não querem a nossa civilização e não

⁴⁷³ Ibidem, p. 2.

⁴⁷⁴ A Exposição Nacional foi tema do terceiro capítulo desta tese e havia ocorrido no mesmo ano desta polêmica, reproduzimos fotografias desses grupos de indígenas ao qual Hermann von Ihering faz referência.

⁴⁷⁵ IHERING, Hermann von. O futuro dos indígenas do Estado de S. Paulo. Op. Cit., p. 2.

⁴⁷⁶ STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (IV). *Revista de História*. São Paulo, nº 44, ano XI, pp. 427-450, out-dez, 1960.

vejo a necessidade de lhes a impôr. <Sint ut sunt, aut non sint>⁴⁷⁷. É isto que sinto por elles como homem; mas, como cidadão e pelas minha idéas politicas, não posso consentir que a marcha da nossa cultura deva parar perante as flechas do indio e certamente a vida do sertanejo e do colono nos vale mais que a do bugre. A sorte dos indigenas é certa: Em parte aceitarão a nossa cultura, em parte continuarão nossos inimigos e, como taes, successivamente desaparecerão.⁴⁷⁸

No mesmo dia da publicação desta resposta, Hermann von Ihering pronunciou sua comunicação para os sócios do IHGSP rebatendo as denúncias de Alberto Frič. Nas páginas da Revista do IHGSP apenas um resumo do que foi apresentado foi publicado, como se lê no seguinte parágrafo:

Em seguida tem a palavra o dr. Edmondo Krug, que a cede ao dr. H. von Ihering que vai falar sobre questões relativas aos nossos indigenas do Brazil Meridional e sua situação com relação á civilização actual. Expõe a principio as questões suscitadas na Europa em consequencia de denuncias de todo infundadas que um senhor Fric fez ao Congresso de Americanistas, em Viena. Fala depois sobre a guerra que os indios fizeram aos nossos sertanejos e colonos e explica que desta forma os indios mesmos dão motivo ás perseguições que frequentemente soffrem. Exhibe, por fim, as photographias das cabanas de indios que mandou construir na Exposição Nacional.⁴⁷⁹

Cabe salientar que essas palavras foram efetivamente impressas na *RIHGSP*, que viria à lume apenas em 1911, momento em que a polêmica já havia arrefecido. Não tardaria, no entanto, para que a conferência ganhasse também as páginas dos jornais. A questão havia se tornado pública, o cientista que durante toda sua trajetória acostumara-se a dirigir-se aos seus pares, enfrentava uma exposição e confrontação de sua ideias com uma intensidade inédita em sua carreira. E, no dia 29 de outubro de 1908, novamente estampando a primeira página, desta vez do *Correio Paulistano*, sua comunicação no IHGSP era reproduzida sob o título de *Os indios do Brasil meridional*.

Ihering iniciou sua comunicação atacando Alberto Frič. Narrava que manteve contato com membros do Museu Etnográfico de Berlim e da Universidade de Berlim

⁴⁷⁷ Do latim, “Que sejam como são, ou não sejam”.

⁴⁷⁸ IHERING, Hermann von. O futuro dos indigenas do Estado de S. Paulo. Op. Cit., p. 2.

⁴⁷⁹ REVISTA do Instituto Historico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Official. vol. XIII, 1911 [1908], p. 457.

que informaram que Fric era um moço que conhecia a língua portuguesa, esteve em Santa Catarina, mas não possuía conhecimentos técnicos para a realização de expedições etnográficas. E, durante o período em que esteve no Brasil, "iniciou uma agitação anti-germanica, procurou fundar um liga em favor dos índios e agitou systematicamente o espirito publico contra os allemães".⁴⁸⁰ Tornando-se, assim antipático no Brasil meridional e por este motivo dispensado do museu. Hermann von Ihering prossegue sua explanação argumentando que Alberto Frič não era conhecedor da bibliografia a respeito dos indígenas do Brasil meridional e que, somado ao pouco apuro metodológico, acreditava em todas as histórias contadas pelos moradores locais, a maioria delas fantasiosas e que não refletiam a realidade. O restante do conteúdo é muito semelhante ao veiculado no *O Estado de S. Paulo* no dia 20 de outubro. No entanto, um trecho destaca-se na sua resposta dirigida à Alberto Frič e é muito elucidativa do olhar colonialista do diretor do Museu Paulista.

Desta maneira, o que resta de positivo das accusações do sr. Fricz é apenas o facto dos colonos, ameaçados e assaltados, se vingarem, organizando expedições contra o índios.

Ninguém póde duvidar que no correr destes assaltos e expedições vingativas, tambem por parte dos brancos sejam cometidos actos de barbaridade, mas isto ocorre tambem em outras guerras e revoltas.

Os americanos procederam do mesmo modo, quando a sua colonização foi impedida pelos índios, e a Allemanha ainda hoje, na Africa occidental, tem de defender a vida dos colonos pela força armada. É absurdo exigir que no Brasil se proceda de outro modo. É dever nosso proteger e educar os índios que se sujeitam á nossa civilização, mas os que se mostram adversos á nossa cultura, não merecem a mesma consideração, visto que a vida do sertanejo ou do colono nos vale mais que a do <bugre> quando refractario á nossa cultura.⁴⁸¹

As reações às opiniões emitidas por Hermann von Ihering não cessaram até o final daquele ano. Silvio de Almeida voltaria e se pronunciar e outros personagens se envolveriam na querela. Destaco, para encerrar esse episódio, mais dois protestos muito significativos no contexto da Primeira República. Em primeiro lugar, a oposição oficial do Apostolado Positivista divulgada no *Jornal do Commercio* em apoio à Silvio de Almeida e, em segundo lugar, o protesto emitido pela congregação do Museu Nacional em repúdio às ideias de Ihering. O primeiro grupo, possuía grande

⁴⁸⁰ IHERING, Hermann von. Os índios do Brasil meridional. In. *Correio Paulistano*. 29 de outubro de 1908, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/14198>. Acesso em: 19 de set. 2020.

⁴⁸¹ Ibidem.

relevância do ponto de vista político, inclusive nos rumos que a política indigenista oficial tomaria a partir de então. O segundo grupo, representava o espaço no qual Ihering fundamentava suas defesas e acreditava possuir um lugar seguro para proferir suas ideias: a ciência. A carta aberta dos positivistas foi escrito por Luiz Bueno Horta Barbosa e apresentada por Raimundo Teixeira Mendes e possuía fortes tonalidade de nacionalismo e patriotismo na defesa dos indígenas:

Contra esta inqualificavel e barbara theoria de um cientista extranho aos nossos sentimentos e aos nossos melhores preconceitos, devem se levantar energica e pressurosamente os patriotas brasilerios receiosos de que, pela desordenada vesania com que alguns estão sempre promptos para applaudir e adoptar os procesos dos chamados povos cultos, não se venha a alterar o caracter da nossa nacionalidade e perderem-se as tradições que nos foram legadas por aquelles que legitimamente representam a alma da patria brasileira.⁴⁸²

E, defendendo a possibilidade de integração das populações indígenas na sociedade brasileira, assim como o respeito ao seu espaço, Horta Bueno fez uma defesa das posições positivistas e da atuação do Marechal Cândido Rondon (1865-1958), que considerava exemplar para refutar as opiniões de Ihering. Apresentava, assim, uma perspectiva antagônica do papel da ciência da de seu opositor:

Que se comparem estes ensinamentos de homens que só buscaram a sciencia com o fim de obterem as luzes necessarias para melhor cederem aos impulsos do altruismo no sentido de conhecer, amar e servir a Humanidade, com o que apregôa o scientismo malthusiano, darwinista, etc., sempre solícito em servir e adular sem escrupulos a todos os desmandos da força bruta, a todas as oppresões dos prepotentes contra os fracos, a todos os desvairados emprehendimentos do industrialismo!⁴⁸³

Poucas semanas depois, em reunião realizada no dia 4 de dezembro de 1908, a Congregação do Museu Nacional votou por veicular um protesto contra o posicionamento de Ihering. O documento foi assinado pelo diretor do museu João Baptista de Lacerda (1846-1915) e pelos nomes de Amaro Ferreira das Neves Armond (1854-1844), Hildebrando Teixeira Mendes, Edgard Roquette Pinto (1884-

⁴⁸² BARBOSA, Luiz Bueno Horta. Em defesa dos indigenas brasileiros. In. *Jornal do commercio*, 11 de novembro de 1908, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/16256>. Acesso em: 19 de set de 2020.

⁴⁸³ Idem, ibdem.

1854), Bourguoy de Mendonça, Eduardo Teixeira de Siqueira, A. J. de Sampaio e Domingos Sergio de Carvalho. Neste protesto, o Museu Nacional posicionava-se de maneira assertiva sobre o assunto. Seu resultado seria publicado em 1909 nos *Archivos do Museu Nacional* e também foi divulgado nos dias posteriores à reunião no *Jornal do Commercio*, embora não tenhamos encontrado a edição em questão.⁴⁸⁴ E, resumidamente, esta foi a posição apresentada:

Os amplos favores da lei amparam o immigrante e olvidam o misero indigena, em geral, intelligente, industrioso, com grande capacidade de trabalho, quando lhe cabe direcção competente e desvelada; e, agora que o director de um estabelecimento scientifico nacional, servindo-se do prestigio da instituição que representa, procura acoçoar taes violencias, por dilatar os dominios da colonisação, cumpre a congregação do Museu Nacional firmar o presente protesto, certa, entretanto, de que os poderes publicos não permitirão a victoria dessa idéa criminosa.⁴⁸⁵

O episódio envolvendo o diretor do Museu Paulista no ano de 1908 tornou-se peça fundamental de sua biografia. Diversos autores ao narrar aspectos diversos das questões indígenas na Primeira República fazem menção ao ocorrido. Embora, de fato, apenas David Stauffer tenha se detido mais detalhadamente sobre a polêmica. Por este motivo, fizemos a opção de apresentar um pouco mais detalhadamente as críticas e respostas apresentadas nos jornais. Stauffer, descreveu minuciosamente a questão para fundamentar sua tese de que o evento serviu como força motriz para a fundação do SPILTN no anos de 1910. Essa ideia, reforçada por Darcy Ribeiro, tornou-se um dos mitos fundadores do SPI. Não podemos negar que o episódio provocou uma mobilização de intelectuais e cientistas poucas vezes vistas até aquele momento em torno do tema da proteção dos indígenas, no entanto, uma série de conflitos e disputas envolviam esse cenário. As ideias propagadas por Hermann von Ihering, como bem demonstrou Antonio Carlos de Souza Lima, faziam parte de ambiente mais amplo, de uma visão política presente em diversas esferas da sociedade paulista e brasileira no período. Nos capítulos anteriores, mas especialmente no terceiro - dedicado ao Oeste paulista - acredito ter evidenciado essa convergência entre o discurso do cientista, dos políticos locais e do poder econômico em franca expansão.

⁴⁸⁴ David Stauffer afirma que o protesto foi publicado na edição do dia 06 de dezembro de 1908.

⁴⁸⁵ PROTESTO. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XV, p. 257, 1909.

Como afirmou Antonio Carlos de Souza Lima, “o que Ihering discutia aqui demonstra, de um lado, a sua posição claramente de acordo com os paradigmas da ciência da época”,⁴⁸⁶ o risco da apresentação de Stauffer era tomá-lo como um representante único de uma corrente, o que já demonstramos não ser verídico e, ao fazê-lo narrar a história do SPI como uma reação a ele, apagando os debates na construção da instituição e como a própria representou uma disputa de poder, com um grupo triunfante. Essa, aliás, foi a premissa de José Mauro Gagliardi ao descrever os diversos grupos e suas propostas para a questão indígena no período que compreendia a Proclamação da República e a fundação do SPILTN.⁴⁸⁷ Descrevemos, sucintamente, esse cenário no capítulo anterior.

De fato, as ideias que fundamentaram o programa de proteção dos indígenas tiveram raízes no grupo positivista e seus simpatizantes. Posições estas que contrariavam as ideias de Hermann von Ihering sobre o tratamento da questão. Assim, o *Mappa Ethnographico do Brazil meridional* demarcou, mais uma vez, um posicionamento político e uma interpretação dos conflitos com os colonos. Conjuntamente com o mapa, Ihering retomava todos os pontos apresentados nas suas defesas publicizadas nos jornais no ano de 1908 e de forma mais sistematizada apresentava seu programa indigenista e sua crítica aos positivistas.

Hermann von Ihering caracteriza o programa apresentado por Rondon como incompleto e insuficiente. Para ele, o que fora apresentado até aquele momento continha conceitos básicos aceitos por todos, como: "tratamento bondoso, garantia da posse de terras, e proteção contra violências e abusos",⁴⁸⁸ mas pecava a não pensar nas obrigações por parte dos indígenas. Dessa forma, argumentava, o programa de Rondon deixava de lado as questões primordiais suscitadas pelos indígenas: a anarquia em que a relação estava baseada e a violência dos mesmos. Assim:

Os assaltos e massacres continuarão no sertão do Brazil Meridional, e, como até agora, serão os sertanejos obrigados a tratar da propria defesa e do extermínio dos indígenas. Não podemos acreditar que esse programma positivista satisfaça ás exigências que uma população tem o direito de reclamar de auctoridades especiaes.

⁴⁸⁶ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo no Brasil*. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Comunicações do PPGAS, v. 000013, p. 1-85, 1989, p. 16

⁴⁸⁷ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

⁴⁸⁸ IHERING, Hermann von. *Antropologia do Estado de São Paulo*. Op. Cit., p. 125.

Ficou já demonstrada a insuficiência da antiga catéchèse oficial, e foram expostas em parte as causas do insucesso.⁴⁸⁹

Ihering acreditava que a catequese efetuada apenas pelo Estado não possuía efetividade, sendo necessário recorrer aos missionários. Uma cooperação entre Estado e missionários seria o ideal, em sua visão, para controle dessas populações. Utilizava esse argumento para criticar o pensamento de Rondon a partir dos próprios pressupostos do positivismo, pois, citando Comte lembrava que uma das etapas do desenvolvimento humano, passava pelo estágio teológico. Rondon, não seria coerente com o positivismo ao excluir a educação religiosa dos indígenas.⁴⁹⁰ Cândido Rondon, portanto, deixava de lado aspectos da ciência em nome da fraternidade aos povos indígenas. Para Ihering: “O methodo fraternal implica assumir o governo a responsabilidade de numerosas vidas, e tudo isso em consequência de ideias extravagantes e rematadamente falsas sobre o character dos Índios”.⁴⁹¹

Em seguida dedica uma seção de seu artigo aos índios bravos, que considerava seu principal ponto de divergência da política indigenista vigente. Nesse tema, sua visão era diametralmente oposta à dos positivistas, pois, acreditava que os colonos e sertanejos eram as vítimas das atrocidades indígenas, e na maioria das vezes em que agiam era em defesa. Cobrava, como solução, um sistema jurídico e policial que punisse os indígenas, garantindo dessa forma a igualdade de direitos. Para Hermann von Ihering havia uma distorção de direitos efetivos que privilegiava os povos indígenas.

Só os indios têm o direito de matar sertanejos, mulheres e creanças, sem levantar-se uma unica auctoridade para punil-os. Qual a razão? Pertencerá a terra ainda aos primitivos donos? O Brazil Colónia, Império ou Republica deve assegurar e assegura a todos egualdade perante a lei.⁴⁹²

Na sequência do texto elencou alguns casos de conflitos causados por indígenas para ilustrar seus argumentos e mais uma vez os utiliza como justificativa para a reação dos colonos pela organização de “dadas” em São Paulo ou a contratação dos “bugres” em Santa Catarina. São Paulo encontrava-se, segundo o autor, entre duas

⁴⁸⁹ Idem, p. 126.

⁴⁹⁰ Idem, p. 125.

⁴⁹¹ Idem, p. 127.

⁴⁹² Idem, p. 129.

posições: ou parava a construção das estradas de ferro ou lidava com a questão e prosseguia. A solução oferecida por Hermann von Ihering dividia-se em duas possibilidades: a primeira “consiste em estabelecer uma colônia bem dirigida, administrada e defendida, em território ocupado por índios bravios”,⁴⁹³ esta colônia seria formada por “Coroados mansos” que convenceriam os bravos das vantagens e da conveniência de se aldearem; e, em caso de fracasso, o Estado deveria organizar bandeiras “para reduzir os Índios e aldeial-os, esse método além de eficaz seria pacífico, pois, “pelo emprego de pessoal idóneo, as capturas far-se-hão sem derramamento de sangue”.⁴⁹⁴

Depois dessas considerações apresentou seu *Programma para tratamento dos indígenas do Brazil*, dividido em dez pontos e que apresento resumidamente a seguir:

- 1) O elemento indígena desaparece do Brazil absorvido pela raça branca.
- 2) Não existem regras geraes para o tratamento dos Índios. Bravios ou tratáveis, são sempre desejosos de restringir ao indispensável o contacto com os neobrazileiros, ainda que vivam frequentemente á moda do caboclo no meio da população sertaneja.
- 3) Nenhuma outra catechese excede á dos missionários, pelo zelo sincero dos catechisadores á obra por elles considerada santa ou meritória, quando estabelecida de accordo com as disposições do governo, com a devida fiscalisação. O governo decidirá quaes as tribus mais proprias á catechese, devendo-se considerar os serviços, nos primeiros decennios, antes trabalho de educação e de caridade do que como serviço religioso regular.
- 4) A catechese e o ensino religioso não devem impor-se obrigatoriamente aos Índios desejosos de continuar a viver independentes. Serão então entregues á fiscalisação das auctoridades encarregadas de subvencional-os opportunamente, e providenciando para evitar todo o incommodo ou perigo que possam causar aos vizinhos.
- 5) O procedimento das auctoridades deve ser dirigido pela bondade e pela justiça.
- 6) Os Índios mais ou menos habituados á vida sertaneja serão entregues ao cuidado dos missionários.
- 7) O governo concederá aos indigenas as terras por elles occupadas, sem dar-lhes entretanto titulo ou direito de alienal-as em todo ou em parte.
- 8) Os Índios serão equiparados aos outros cidadãos da Republica, denunciando-se e julgando-se os crimes de que forem victimas pelo direito commum brasileiro.
- 9) Os Índios assaltantes, que impedem o desenvolvimento regular da civilização, serão aldeiados mesmo á força e até por meio de

⁴⁹³ Idem, p. 131.

⁴⁹⁴ Idem, p. 132.

bandeiras, [...] ainda que se devam o mais que possível evitar recursos extremos.

10) Juntamente com os fins práticos da civilização dos índios, não se deve esquecer o interesse científico da questão.⁴⁹⁵

O primeiro e o décimo itens do programa de Ihering estabelecem o futuro das populações indígenas brasileiras: o seu desaparecimento e transformação em objeto da ciência. Fundamentalmente, os demais itens são medidas a serem tomadas durante esse interregno, com o intuito de diminuir os danos. Como enfatizaria algumas páginas adiante na conclusão de seu artigo, o interesse de Hermann von Ihering nessas populações era, em suas palavras, puramente científico. Aquilo que chamou de caráter administrativo-social havia ocupado seu tempo contra sua vontade, por conta das polêmicas veiculadas da imprensa. Como um homem de ciência afirmava que: “o único escopo meu foi fornecer elementos de estudo aos homens de estado e às pessoas cultas desejosas de informações”⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ Idem, p. 132-134.

⁴⁹⁶ Idem, p. 138.

Considerações finais:

Os estudos etnográficos do Museu Paulista durante a direção de Hermann von Ihering estiveram inseridos em um projeto político para uma região. Um projeto múltiplo, baseado em critérios culturais e raciais, e na formação de uma identidade para o Brasil Meridional - entendido pelo cientista como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Nesse território, a matriz civilizacional seria a cultura europeia, especialmente a alemã. Ihering interpretava a história da humanidade pelo difusionismo, e, neste cenário, índios e europeus ou índios e brasileiros brancos eram polos opostos deste grande quadro da evolução humana. Os europeus, inevitavelmente, suplantariam as populações indígenas para estabelecer e fazer florescer uma nova civilização. Portanto, este projeto pertence ao conjunto de ideias de branqueamento da população brasileira defendido por muitos durante o período da Primeira República. O que esta tese pretendeu mostrar é que a etnografia praticada no Museu Paulista deve ser interpretada dentro desse quadro. E, mais que uma posição política do diretor, a ideia de um Brasil Meridional serviu como um parâmetro interpretativo, contextualizando os indígenas numa determinada ordem que possuía uma clara finalidade.

Acredito que neste ponto resida a singularidade de Hermann von Ihering e que essa tese tenha oferecido elementos suficientes para responder a questão formulada por Thomas Glick na introdução do livro *A recepção do Darwinismo no Brasil*: “Podem suas pesquisas serem retratadas como simplesmente as de representantes estrangeiros da ciência germânica ou elas participavam da ciência brasileira?”⁴⁹⁷ Ao menos no que diz respeito às pesquisas etnográficas e arqueológicas não só participavam, como só adquiriam inteligibilidade no contexto brasileiro. Ao contrário da produção em áreas do conhecimento, como a Zoologia, as publicações etnográficas foram majoritariamente em português, discutindo questões locais. Diferentemente de seus colegas alemães, a etnografia de Hermann von Ihering possuía uma direção e uma intenção política clara. O distanciamento existente nas obras de Karl von den Steinen ou Paul Ehrenreich, um distanciamento físico e epistemológico que foi um dos fundamentos da moderna etnologia alemã, não estava presente da mesma forma

⁴⁹⁷ DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>, p. 24.

nos trabalhos de Ihering. Portanto, apesar de metodologicamente estar em consonância com a etnografia, a arqueologia e antropologia internacionais, seus trabalhos possuíram uma forte cor local.

Essa característica explica o envolvimento de Hermann von Ihering em diferentes episódios que ocorreram no período. Como a participação na querela da origem dos paulistas, as atividades que tiveram relação com a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e ocupação do Oeste paulista, a polêmica do extermínio dos índios ou a formulação de um projeto indigenista crítico ao em vigor. Todas esses eventos constituíram facetas do conhecimento etnográfico do Museu Paulista. Filiando-se a uma tradição do pensamento brasileiro que previa o desaparecimento dos povos indígenas, todo seu discurso se vinculou e propagou essa ideia. Uma ideia de grande repercussão na história brasileira e com raízes profundas na representação sobre essas populações, que resultou nas diversas formas de relacionamento com esses povos ao longo do século XX.

Nosso objetivo nessa tese foi demonstrar que mais que opiniões deslocadas de seu tempo, as ideias, teorias e resultados das pesquisas de Hermann von Ihering tiveram lugar na sociedade paulista da virada do século XIX para o XX. Mais que ter um lugar, as condições de emergência deste discurso constituíam aquela realidade. Produto de seu tempo e produtor de sentidos, o discurso científico de Ihering estava em consonância com o ambiente intelectual americanista, brasileiro e paulista. Seu projeto de Brasil Meridional era uma das possibilidades de futuro em disputa naquele momento.

Referências:

Fontes:

ALMEIDA, Silvio de. Divagações. In. O Estado de São Paulo, 12 de outubro de 1908, p. 1. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19081012-10899-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

ANAIS da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. 48º Sessão ordinária de 6 de julho de 1904, org. B. Sabino e N.de Oliveira (compiladores). São Paulo. 1905. p.315-316.

Almanack Literario de São Paulo, 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/829668/696>>. Acesso em: 08 de jul. de 2018.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. *RIHGB*. Rio de Janeiro, t. 1 :9-17, 1839.

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. Em defesa dos indígenas brasileiros. In. *Jornal do commercio*, 11 de novembro de 1908, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/16256>. Acesso em: 19 de set de 2020.

CALIXTO, Benedicto. Algumas notas e informações sobre a situação dos Sambaquis de Itanhaen e de Santos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 490-518, 1904.

Catálogo II – Colleções Anthropologica e Ethnografica INV. 14. Livro de entrada Ethnographia e Anthropologia / Archeologia. Museu Paulista, 5.II-1914.

Catálogo Geral e Ilustrado do Estado de S. Paulo na Exposição Nacional de 1908.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio Tietê*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1910.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração dos Rios Feio e Aguapeí*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1910.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio Paraná*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1911.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio Peixe*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothshild & Cia, 1913.

Decreto nº 426 de 24/07/1845. Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1845 - vol. 001] (p. 81, col. 1). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>>. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

EHRENREICH, Paul. *Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FERREZ, Marc. *Exposição Antropológica Brasileira [Iconográfico]: artefatos e aspectos da vida indígena*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1882. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8250>

Gazeta de Noticias, 2 de Maio de 1896.

GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

HARTT, Carlos F. Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. VI, 1-174, 1885.

IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

IHERING, Hermann von. Historia do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. I, 9-31, 1895.

IHERING, Hermann von. A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. I, p. 33-161, 1895.

IHERING, O Museu Paulista no anno de 1897. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. II, p. 3-17, 1897.

IHERING, Hermann von. El hombre prehistorico del Brasil. *Historia (Revista Bimensual)*, Buenos Aires, ano I, tomo I, p. 161-170, 1903.

IHERING, Hermann von. A origem dos sambaquis. *RIHGSP*, São Paulo, n.8, p. 446-457, 1903.

IHERING, Hermann von. Archeologia comparativa do Brazil, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, 519-583, 1904.

IHERING, Hermann von. Os Guayanãs e Caingangs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, p. 23-44, 1904.

IHERING, Hermann von. *The anthropology of the State of S. Paulo, Brazil*. São Paulo: Duprat & Comp, 1904.

IHERING, Hermann von. As cabeças mumificadas pelos índios Mundurucús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. VII, 179-201, 1907.

IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VII, 202-257, 1907.

IHERING, Hermann von. O futuro dos indigenas do Estado de S. Paulo. In. *O Estado de S. Paulo*, 20 de Outubro de 1908, pp. 1-2. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19081020-10907-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 de set. 2020.

IHERING, Hermann von. Os indios do Brasil meridional. In. *Correio Paulistano*. 29 de outubro de 1908, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/14198>. Acesso em: 19 de set. 2020.

IHERING, Hermann von. A questão dos indios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, pp. 112-140, 1911.

IHERING, Hermann von. Os Botucudos do Rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VIII, 38-51, 1911.

IHERING, Hermann von. A ethnographia do Brazil meridional. In *Actas del Congreso Internacional de Americanistas*, Buenos Aires, pp. 250-263, 1912.

KOSERITZ, Karl von. Bosquejos Ethnológicos. Porto Alegre: Typographia Gundlach & Companhia, 1884.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LACERDA, João Batista de. A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indigenas. *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*, 6-7, 1882.

LACERDA, João Batista. O Homem dos Sambaquis, Contribuição para a Antropologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 6, pp 175-203, 1885.

LACERDA, Baptista. Ao Sr. Dr. Von Ihering, Director do Museo Paulista. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 9, XIX-XXI, 1895.

LACERDA, João de Baptista. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LEMOS, Miguel; MENDES, Raimundo Teixeira. Bazes de uma constituição politica ditatorial federativa para a republica brasileira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15236>> . Acesso em: 23 de fev. de 2021.

Livro de Tombo 1914. Museu Paulista. Acervos: Arqueológicos e Etnográficos.

LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a archeologia paulista. Os Sambaquis. In. *BOLETIM da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typ. a Vapor de Vanorden & Comp., n. 9, 1893.

LÖFGREN, Alberto. Os Sambaquis. *RIHGSP*, São Paulo, n.8, p. 458-465, 1903.

- Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*, 1882.
- MARTINEZ, Benigno. Os índios Guayanãs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, p. 45-52, 1904.
- MARTIUS, Carl Friedrich von. Como se deve escrever a História do Brasil. *RIHGB*. n. 6, pp. 389-411, 1845.
- NETTO, Ladislau. Investigações Sobre a Archeologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 6, pp. 257-554, 1885.
- NIMUENDAJÚ, Curt. O fim da tribo Otí (1910). In. NIMUENDAJÚ, Curt; SUESS, Paulo (org.). *Textos indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola, p. 33-40, 1982.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Mais uma vez a questão indígena. *Tellus*. Campo Grande, ano 13, n. 24, p. 269-274, jan./jun. 2013.
- PALDAOF, I. M. Archeologia Rio Grandense. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. IV, p. 339-348, 1900.
- PROTESTO. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XV, p. 257, 1909.
- RELATORIO do Ministro da Agricultura, 1912, p. 137. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/19454>> Acesso em: 04 de julho de 2019.
- RELATORIO do Ministro da Agricultura, 1913, p. 140. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/20624>> Acesso em: 04 de Julho de 2019.
- RELATORIO do Ministro da Agricultura. 1913, p. 143. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/873730/20627>> Acesso em: 04 de Julho de 2019.
- RELATORIO apresentado ao Secretario do Interior pelo diretor do Museu Paulista. Arquivo permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista, 1894-1915.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Official. vol. XIII, 1911 [1908].
- REGULAMENTO do Museu do Estado, Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894.
- SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado por João Alfredo Correia de Oliveira, Presidente da Província de São Paulo, à Assembleia Legislativa Provincial em 15/02/1886. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1886.
- SAMPAIO, Theodoro. Estudos Geográficos e Geológicos na Província de São Paulo, A Tribuna, Sorocaba, 6 de outubro de 1887 *apud* COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: Rima, Fapesp, 2003.
- SAMPAIO, Theodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissao Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typographia King, 1890.

SAMPAIO, Theodoro. A nação Guaynã da Capitania de São Vicente. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. II, p. 115-128, 1897.

SAMPAIO, THEODORO. Os Guayanás da Capitania de S. Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. VIII, p. 159-169, 1904.

SCHUPP, A. Breves noticias sobre uns objectos interessantes feitos pelos indigenas do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. VI, p. 488-489, 1904.

TAUNAY, Affonso D'E. Relatorio referente ao anno de 1917. *Revista do Museu Paulista*, vol. X. São Paulo: Typ. Diario Oficial, 1918.

Bibliografia:

ABREU, Regina. Colecionando o outro: o olhar antropológico nos primeiros anos da República no Brasil. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 245-253, 2010.

AFONSO, Marisa Coutinho. Arqueologia dos sambaquis no litoral de São Paulo: análise da distribuição dos sítios e cronologia. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 17, n. 30, pp. 203-227, jan./Jun. 2017.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. 2018.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder (o Museu Paulista, 1893-1922)*. São Paulo: História Social USP/ Humanitas, 2001.

AMOROSO, Marta. *Terra de Índio: Imagens em Aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

AMOROSO, Marta. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 13, nº 37, pp. 101-114, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ARTEAGA, Juanma Sánchez. La Antropología Física y los Zoológicos Humanos: exhibiciones de indígenas como práctica de popularización científica en el umbral del siglo XX. Asclepio. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXII, nº 1, p. 269-292, 2010.

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, nº. 44, pp. 32-51, 2000.

BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics*. London: Routledge, 1995.

BENTIVOGLIO, Julio. Os índios Botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich. In: Julio Bentivoglio. (Org.). *Os índios botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, v. 1, p. 19-38.

BERNARDINO, Maria Gabriela. *Um mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2013.

BITTENCOURT, Vera Lúcia. Revista do Museu Paulista e(m) capas: identidade e representação institucional em texto e imagem. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.2. p. 149-184. jul.- dez. 2012.

BRANDALISE, Carla. O conceito de América Latina: hispano-americanos e a panlatinitude europeia. *Cuadernos del CILHA*, v. 14, p. 74-106, 2013.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora da Unesp; Museu Paulista, 2005.

BREFE, Ana Claudia. Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 79-103 (2002-2003).

BRIGOLA, João. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Museu, Viagem e história natural - expedições científicas ao Brasil e a África. Novas Edições Acadêmicas, 2019.

BUENO, Beatriz. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan./dez. 2004.

CALAZANS, Marília Oliveira. *Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema. Circunstâncias da cartografia no Brasil oitocentas e a necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, p. 37-49, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2019.

CARVALHO, Paula. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.22. n.2. p. 105-152. jul.- dez. 2014.

_____. De uma “cientificidade difusa”: o coronel e as práticas colecionistas do Museu Sertório na São Paulo em fins do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 189-210. jul.- dez. 2015.

CAVENAGHI, Airton José. *Olhos do Barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (Da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Univeridade de São Paulo, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza. *Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Ciência Sociais). Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

CLIFFORD, James. *A experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COMAS, Juan. *Cien años de Congresos Internacionales de Americanistas*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: Rima, Fapesp, 2003.

CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX.. In CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 133-154, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio – ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CURY, Marília Xavier. *Museus e indígenas - Saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo; Brodowski: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2016.

CURY, Marília Xavier. *Museus etnográficos e indígenas - aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo; Brodowski: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2020.

CURY, Marília Xavier. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena: Percurso documental, requalificação e colaboração. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 1-39, 2021.

DE L'ESTOILE, Benoît. O paradigma do museu nacional. O caso do “museu nacional dos Outros”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios. A propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

DINIZ, Dilma. O conceito de América Latina: uma visão francesa. *Caligrama* (UFMG), Belo Horizonte, v. 12, p. xx-xxx, 2007.

DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

ELIAS, Maria José. Revendo o Nascimento dos museu no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 2:139-145, 1992.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópoles: Editoria Vozes, 2013.

FARIA, Luis de Castro. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Tempo Brasileiro, 1993.

FARIA, Luis de Castro. *Antropologia - escritos exumados*. Espaços circunscritos - tempos soltos. Niterói: EDUFF, 1998.

FARIA, Luiz de Castro. Virchow e os Sambaquis brasileiros: um evolucionismo antidarwinista. In. DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 125-143, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Diálogos da arqueologia sul-americana: Hermann von Ihering, o Museu Paulista e os museus argentinos no final do século XIX e início do XX. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 63-78, 2009.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana. (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FIGUEIRÔA, Silvia. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)* - São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1987.

FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIRÔA, Silvia. 'Batedores da ciência' em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do 'sertão' de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.763-777, jul.-set. 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 585-612, 2005.

FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Campinas: Unicamp, 2009.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Unicamp, Campinas, 1, 23-41, 1994.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 11-29, 2010.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GROLA, Diego Amorim. *Coleções de História Natural no Museu Paulista, 1894-1916*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, Vol. 11, Nº 1, p. 123-133, janeiro/abril de 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. In. *Manguinhos- História, Ciências, Saúde*. Vol. II, Jul-Out, 2000.

GUIMARÃES, Viviane; CURY, Marília Xavier; SILVA, Maurício; CARNEIRO, Carla. (Org.) . *Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2017.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins - Revista franco-brasileira de Geografia* [online], n. 5, 2009.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010.

- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.
- HOOPER-GREENHILL, E. The museum in the disciplinary society, in S. Pearce (ed.), *Museum Studies in Material Culture*. Leicester: Leicester University Press, 61-72, 1989.
- IUMATTI, Paulo Teixeira; PIMENTEL, Júlio. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). *Reflexos : revue pluridisciplinaire du monde lusophone*, v. 2, p. 150-185, 2013.
- JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: O Memorial Orgânico de Varnhagen e a construção do Brasil como uma Nação compacta*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2009.
- KEULLER, Adriana T. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias, e instrumentos (1876-1939)*. São Paulo: Humanitas, 2012.
- KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KURY, Lorelai B.; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e Natureza. Coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 29, 1997.
- KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009.
- KURY, Lorelai. A sereia amazônica de Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, 2001.
- LANGER, Johnni. As origens da arqueologia clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9, p. 95-110, 1999.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- LEITE, Jurandyr C. F. Proteção e incorporação: a questão Indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. *Revista de Antropologia*, v. 30-32, p. 255-275, 1989.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo no Brasil*. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. *Comunicações do PPGAS*, v. 000013, p. 1-85, 1989.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA JUNIOR, Carlos Rogerio. *Um artista às margens do Ipiranga: Oscar Pereira da Silva, o Museu Paulista e a reelaboração do passado nacional*. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras). São Paulo: IEB, Universidade de São Paulo, 2015.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, pp. 23-40, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo, mesmo mundo*. Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2011.

LOPES, Maria Margaret. A formação de museus nacionais na América Latina independente. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 121-145, 1998.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, UnB, 2009.

LOPES, Maria Margaret; FIGUERÔA, Silvia. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 23-35 (2002-2003).

LOPES, Maria Margaret; PODGORNÝ, Irina. Entre mares e continentes: aspectos da trajetória científica de Hermann von Ihering, 1850-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.3, jul.-set. 2014, p.809-826

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Uma diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LUCIO, Silvana. *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp, Editora Moderna, 1997.

MAHL, Marcelo Lapuente. Orville Adelbert Derby: notas para o estudo de sua atuação científico-intelectual em São Paulo (1886-1905). *Revista de História (USP)*, v. 167, p. 295-320, 2012.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 349-391.

MICELI, Sergio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Ed. Vértice, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.16. n.1. p. 203-233 jan.- jun. 2008.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 - 2010.

MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

NASCIMENTO, Fátima. *A Formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional*. Século XIX. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Ciência, Civilização e República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 31-44, 2010.

NEVES, Margarida de Souza. A “Machina” e o Indígena. O Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

NETO, Antônio Teixeira. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização de mapas. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 26, n.2, pp. 49-69, jul./dez, 2006.

NISBET, Robert. O conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (orgs.) *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. *Revista USP*, nº. 44, pp. 218-269, 2000.

NOMURA, Hitoshi. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan - Vol. VIII (1)*, pp. 9-60, Jan/Jun 2012.

OLIVEIRA, Cecília de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3 p.195-208 jan./dez. 1995.

OLIVEIRA, Cecília de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da independência. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dezembro/2002.

OLIVEIRA, Cecília de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 105-126 (2002-2003).

OLIVEIRA, Eduardo. "*Fundação de São Vicente*", de Benedito Calixto: composição, musealização e apropriação (1900-1932). Dissertação (Mestrado em Museologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Nação, região e geografia. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p. 45-55, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Descontruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 151-174, 2014.

OUTRAM, Dorinda. New Spaces in Natural History. In. JARDINE, Nicholas et al. (org.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-265, 1997.

PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In. CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.413-430, 1992.

PENNY, H. Glenn. *Objects of culture: Ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: Os Princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial (Séculos XVI-XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.115-132, 1992.

PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo - oeste paulista, 1912-1967*. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, 1999.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopedia Einaudi*. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p.51-86,1984.

PROUS, André. Cartografia histórica e História da cartografia. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, Belo Horizonte, v. 26, p. 11-28, 2019.

RAMOS, Alcida Rita. O indigenismo na montagem da nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2007-2008, p. 27-59, jun. 2009.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo, um orientalismo americano. *Anuário Antropológico*, v. 2011/I, p. 27-48, 2012.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

RODRIGUES, Cintia Régia. A construção da política indigenista na república brasileira a partir das ideias de modernidade. *Tellus*, ano 11, n. 21, pp. 203-223, jul./dez. 2011.

SA, Guilherme; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], vol.15, n.1, pp.197-208, 2008.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

SCHWARCZ, Lilia. O Nascimento dos museus brasileiros. 1870-1910. In. MICELI, Sergio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Ed. Vértice, 1989.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. O Espetaculo da Miscigenacao. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8 (20), p. 137-152., 1994.

SCHWARCZ, Lilia. (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol. 3. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. População e Sociedade. In. SCHWARCZ, Lilia. (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol. 3. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 35-83, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na I República*. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*. São Paulo, nº 37, ano X, pp. 73-95, jan-mar, 1959.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (II). *Revista de História*. São Paulo, nº 42, ano XI, pp. 435-453, abril-jun, 1960.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (III). *Revista de História*. São Paulo, nº 43, ano XI, pp. 165-183, jul-set, 1960.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (IV). *Revista de História*. São Paulo, nº 44, ano XI, pp. 427-450, out-dez, 1960.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios (V). *Revista de História*. São Paulo, nº 46, ano XII, pp. 413-433, abril-jun, 1961.

STOCKING JR., George (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

STOCKING JR., George. Essays on museums and material culture. In. STOCKING JR., George. *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, p. 3-14, 1995.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, 191-223, jan.-mar. 2011.

TURIN, Rodrigo. O 'selvagem' entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, p. 781-803, 2012.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VARGAS, Héctor; GARCIA, João. A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*, Rio de Janeiro. Ano VI-VII-VIII, nº 7-8-9, 2012.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGARA, Moemade Rezende. Ciências, fronteiras e nação: comissões mistas de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém. vol. 5, p. 345-361, 2010.

WAGNER, Gustavo Peretti. The origins of the brazilian sambaquis (shellmounds): from a historical perspective. *Cadernos do LEPAARQ*, vol. XI, nº21, pp. 209-220, 2014.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu editora, 2017.

WEIZENMANN, Tiago. “Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2015.

WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

WELPER, Elena. A aventura etnográfica de Curt Nimuendajú. *Tellus*, Campo Grande, ano 13, n. 24, p. 99-120, jan./jun. 2013.

WELPER, Elena Monteiro. "Segredos do Brasil": Curt Nimuendajú Robert Lowie e os índios do nordeste. *Revista de Antropologia*. (São Paulo, Online), v. 61 n 3, p. 7-51, 2018.

WILSON, Daniel. *Prehistoric Man: Researches into the origin of civilisation in the old and the new world*. Cambridge: Macmillian and Co., 1862.

ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Doc. Anál. Geogr.* vol. 56/3 503-524, 2010.